

ANTROPOLOGIA DAS PRÁTICAS DE PODER

reflexões etnográficas entre burocratas, elites e corporações

[organização]

Sérgio Ricardo Rodrigues Castilho

Antonio Carlos de Souza Lima

Carla Costa Teixeira



contra
CAIPA



Antropologia das práticas de poder

ANTROPOLOGIA DAS PRÁTICAS DE PODER:
reflexões etnográficas entre burocratas,
elites e corporações

Sergio Ricardo Rodrigues Castilho

Antonio Carlos de Souza Lima

Carla Costa Teixeira

[organização]

contra
CAPA



COPYRIGHT ©, 2014 dos autores

CAPA, PROJETO GRÁFICO E PREPARAÇÃO
Contra Capa

REVISÃO

João Sette Câmara

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Angélica Ilacqua CRB-8/7057

Antropologia das práticas de poder : reflexões etnográficas entre burocratas, elites e corporações / Sergio Ricardo Rodrigues Castilho, Antonio Carlos de Souza Lima, Carla Costa Teixeira (orgs). – Rio de Janeiro : Contra Capa; Faperj, 2014.

256 p.

Diversos autores

Inclui bibliografia

ISBN 978-85-7740-236-6

1. Antropologia social 2. Etnografia 3. Política 4. Burocracia 5. Elites (Ciências sociais) I. Castilho, Sergio Ricardo Rodrigues II. Lima, Antonio Carlos de Souza III. Teixeira, Carla Costa

14-0537

CDD 306

Índices para catálogo sistemático:
1. Antropologia Social

Este livro foi financiado, em sua produção editorial por recursos advindos do PROEX-CAPES outorgado ao PPGAS/DAN-UnB, e da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro (FAPERJ), como Bolsa Cientistas do Nosso Estado para o projeto Intelectuais indígenas e formação de estado no Brasil contemporâneo: pesquisa e intervenção sobre a educação superior de indígenas no Brasil, (Processo E-26/102.926/2011), este último sob a coordenação de Antonio Carlos de Souza Lima.

2014

Todos os direitos desta edição reservados à
Contra Capa Livraria Ltda.

<atendimento@contracapa.com.br>

www.contracapa.com.br

Tel (55 21) 9764.0533 | Fax (55 21) 2507.9448

SUMÁRIO

- 7 **Introdução**
- Etnografando burocratas, elites, e corporações:
a pesquisa entre estratos sociais hierarquicamente
superiores em sociedades contemporâneas**
Sergio Ricardo Rodrigues Castilho
Antonio Carlos de Souza Lima
Carla Costa Teixeira
- 33 **Pesquisando instâncias estatais:
reflexões sobre o segredo e a mentira**
Carla Costa Teixeira
- 43 **Etnografando documentos:
uma antropóloga em meio a processos judiciais**
Adriana Vianna
- 71 **(In)credulidades compartilhadas: *expedientes*
para observar administraciones estatales**
Maria Gabriela Lugones
- 85 **"Nós", os "outros" e os "outros dos outros":
dilemas e conflitos no mapeamento
de sujeitos, redes e instituições**
Ana Lucia Enne
- 91 **Pesquisando em contextos de violência e de luta política:
sofrimento, adesão e solidariedade**
Paula Lacerda
- 115 **Produzindo o campo, produzindo para o campo:
um comentário a respeito de relações estabelecidas entre
"movimento social", "gestão governamental" e "academia"**
Silvia Aguião

- 127 O etnógrafo, o burocrata e o “desaparecimento de pessoas” no Brasil: notas sobre pesquisar e participar da formulação de uma causa
Letícia Carvalho de Mesquita Ferreira
- 151 Moedas de troca, sinceridade metodológica e produção etnográfica no trabalho com elites
Maria Macedo Barroso
- 169 Sobre etnografar em condições de poder e assimetria: uma experiência sobre o campo da cooperação para o desenvolvimento a partir da GTZ
Renata Curcio Valente
- 199 Etnografando elites no Brasil: dilemas éticos e metodológicos de uma pesquisa sobre o “marketing político” no final do século XX
Sérgio Ricardo Rodrigues Castilho
- 221 Experiências e contradições na etnografia de práticas empresariais
Deborah Bronz
- 243 Trabalhar e investigar enquanto antropóloga na administração pública: breves considerações ético-metodológicas
Margarida da Silva
- 253 Sobre os autores

Introdução

Etnografando burocratas, elites, e corporações: a pesquisa entre estratos sociais hierarquicamente superiores em sociedades contemporâneas

Sergio Ricardo Rodrigues Castilho

Antonio Carlos de Souza Lima

Carla Costa Teixeira

A literatura antropológica é pródiga em reflexões de cunho metodológico a partir da experiência de pesquisa de campo, notadamente em variados aspectos da observação participante. Em capítulos introdutórios (Malinowski, 1978, para o exemplo paradigmático) ou apêndices de livros monográficos (Evans-Pritchard, 1978; Foote-Whyte, 2005) ou de teses e dissertações, assim como em manuais (Ellen, 1984), bem como em coletâneas (Guimarães, 1976; Dresch, James e Parkin, 2000; Greenhouse, 2002; Sanjek, 1990 e muitas outras), em livros monográficos (Crapanzano, 1980; Rabinow, 1977, entre outros) e mesmo em um dos volumes da história da antropologia de George Stocking Jr. (1983), o trabalho de campo foi tratado de diversos ângulos. A voga pós-moderna deu-lhe uma ênfase especial, corroborando suas implicações para a construção etnográfica.¹

As relações entre o pesquisador e os seus informantes-chave (Casagrande, 1964; Mintz, 1984); o gênero do pesquisador na interação com os pesquisados (Cesara, 1982; Golde, 1986; Kulick e Wilson, 1995); as crianças na pesquisa de campo de seus pais (Cassel, 1987); a dimensão de experiência (Lawless, Sutlive e Zamora, 1983); o domínio da linguagem e das formas expressivas socialmente diferenciadas na experiência da pesquisa de campo (Briggs, 1986); e a ética e o compromisso do pesquisador em face de situações variadas nas quais seu trabalho pode comprometer a vida daqueles sobre quem realiza o seu trabalho (Rynkiewich, 1976) foram alguns dos temas abordados em numerosos livros e artigos. Nesses contextos, tem se abordado não apenas o dizível e o indizível,

1 Clifford e Marcus (1986), Marcus e Fischer (1986), e Marcus (1995; 1998) são referências fundamentais.

mas também, mais recentemente, as reações suscitadas pelo acesso dos “nativos” ao produto do trabalho sobre eles realizado (Brettel, 1993).

Se essas preocupações geraram farto material editado nos contextos estadunidense (sobretudo), britânico e francês, também no Brasil tem se refletido acerca dos variados aspectos da pesquisa de campo em antropologia. Essa reflexão aparece sob a forma de textos que relatam experiências de pesquisa como forma de introdução à disciplina (Esterci, Goldenberg e Fry, 2001), e de coletâneas em que questões teóricas, temáticas e metodológicas surgem marcadas pela preocupação com variadas implicações da pesquisa de campo feita em contexto urbano trazendo a marca de uma antropologia feita dentro de um território nacional.²

Se, em parte, essa coletânea pode ser relacionada a esse tipo de preocupação, são outras as motivações que a orientam. Os textos aqui coligidos focam menos na ideia de pesquisa de campo em si, sobretudo na observação participante, e se preocupam com o fazer etnográfico em contextos para os quais os textos introdutórios clássicos, os ensaios, as coletâneas não preparam seus leitores. Trata-se daqueles universos temáticos em que os pesquisadores estão ou em posição inferior em termos das dinâmicas de poder que estudam, ou se encontram nelas imiscuídos, seja como parte de sua atividade profissional, seja como parte dos processos sociais em que se envolveram em suas pesquisas.

Estamos aqui no terreno do que Laura Nader (1972) chamou de *studying up*, ou do que Hertz e Imber (1993) chamaram de pesquisa de campo em contextos de elites (*fieldwork in elite settings*). Em 1972, Nader apontava três razões principais para se estudar “up”: 1) a indignação, capaz de integrar e conferir sentido à atividade científica; 2) as vantagens que o acesso a tal perspectiva permite, na medida em que, nas sociedades complexas contemporâneas, a imensa maioria dos fenômenos sociais envolvem redes, grupos, e classes dispostos em diferentes posições hierarquicamente no interior de coletividades políticas: os *de cima* e os *de baixo*. O estudo apenas de uma parte das coletividades sociais produziria, necessariamente, uma perspectiva enviesada. 3) a potencial relevância democrática do trabalho do antropólogo ao estudar as elites nas sociedades complexas.³ Se o

2 Ver Cardoso, 1986; Velho, 1980; Velho & Kuschnir, 2003.

3 Não nos deteremos, neste momento, numa avaliação de como a produção antropológica tem abordado (periféricamente e com uma definição por vezes frouxa) as elites em sociedades contemporâneas. Veja-se, dentre outros, Marcus, 1983; Pina-Cabral e Lima, 2000; Shore e Nugent, 2002. Para uma abordagem mais precisa da teoria das elites, ver Grynspan, 1999.

suposto da cidadania, que pretende conduzir as sociedades “ocidentais e democráticas”, é a capacidade de tomar decisões “livres”, como poderia existir cidadania numa sociedade em que muitos “cidadãos” não possuem acesso a informações básicas, nem a consciência de direitos fundamentais? (Nader, 1972, p. 284-296).

Nader também apontava a necessidade de se repensar o lugar que a observação participante adquiriu como o *approach* de pesquisa privilegiado, muitas vezes exclusivo, para a antropologia. Ela sinalizava, também, para o caráter de verdadeiro obstáculo cognitivo da reiteração de um modelo de etnografia fundado, por um lado, na experiência e nas ideias de Malinowski, de trabalho de campo baseado na convivência prolongada entre “nativos” (originalmente um povo autóctone de uma das colônias europeias em alguma porção do globo afastada da civilização europeia) e um etnógrafo isolado de sua metrópole de origem; e, por outro, nas ideias de Radcliffe-Brown, de descrição da (fictícia) totalidade da vida social.. Tal padrão etnográfico, alicerçado em boa dose de imaginário romântico colonialista, ainda legítimo, sobretudo nas antropologias anglo-saxã e francófona, é ainda, devemos reconhecer, o ensinado como cânone da disciplina, descontextualizado muitas vezes do momento histórico em que se produziu.

O texto de Nader, se levado a todas as consequências que sugere, conduz a uma guinada epistemológica de significativa importância. Não se trata de um campo novo a ser demarcado, distinguido e incorporado num elenco de áreas temáticas como uma “especialidade”, tão ao gosto da blindagem colonial que fundamentou (e ainda fundamenta) muito da antropologia. Tampouco se trata de reelaborar métodos e técnicas clássicas, de modo a pragmaticamente adaptá-las sem uma crítica mais aprofundada dos pressupostos que as sustentam.

Nestes termos, é importante destacar que vivemos um momento singular na Antropologia produzida no Brasil. Num texto de 2004, João Pacheco de Oliveira recupera a ideia de mal-estar para refletir sobre as condições em que, no contexto brasileiro, se produz um descompasso entre a formação dada aos estudantes de Antropologia nos cursos de pós-graduação e as condições efetivas sob as quais se faz cotidianamente pesquisa antropológica em nossa atualidade. As imagens ainda prevalentes de distanciamento, de objetividade, de uma demarcação entre o pesquisador e os seus “nativos” pouco ajudam quando variadas formas de relação com instâncias de poder são condicionantes da pesquisa.⁴

4 “Será que os antropólogos não estariam se envolvendo excessivamente com as simples condições práticas de realização de seu estudo, intervindo na vida e nas instituições

Tais questionamentos, aqui muito resumidos, são tanto mais importantes quanto ao longo da última década tivemos não apenas uma significativa expansão dos espaços de formação pós-graduada, mas também a implantação de cursos de graduação na área, iniciativa sem precedentes, e que seguiu as linhas de força da expansão do sistema de universidade federais. Se a análise do “campo da Antropologia no Brasil” realizada por Ribeiro e Trajano Filho (2004) constata a prevalência do mercado universitário para os pós-graduados em Antropologia (e acreditamos que, em parte, essa tendência se mantenha no presente), por outro lado, houve uma ponderável ampliação do mercado de trabalho para

nativas (ao invés de apenas observá-las), posicionando-se em questões que deveriam apenas observar e registrar? Não haveria um grande risco em afastar-se dos bons e sólidos cânones da disciplina, relegando a segundo plano a pesquisa científica em benefício de uma excessiva militância, um assistencialismo pouco crítico ou ainda uma mera intervenção administrativa? Será que uma relação muito forte e direta com atores sociais (órgãos públicos, ONGs, organizações indígenas) não distanciaria a pesquisa de um olhar objetivo e explicativo, inscrevendo-a dentro de espaços sociais e cognitivos limitados? O diálogo interdisciplinar, por sua vez, não estaria submetendo o antropólogo a métodos e finalidades que lhe seriam alheias, enquanto paralelamente lhe trariam questões que escapam à sua competência resolver?

São questões complexas, com níveis bem diferenciados de elaboração, que certamente não poderiam ser esclarecidas por um argumento único. Remetem, no entanto, a um certo desconforto gerado pela suspeita de que a dimensão política assumida pelo trabalho dos antropólogos estaria afetando negativamente o seu rendimento enquanto pesquisadores, afastando-os de forma inevitável de um foco mais científico e acadêmico. Tal preocupação não se restringe de maneira alguma aos trabalhos versando diretamente sobre políticas públicas, mas abrange igualmente a produção de uma grande quantidade de material etnográfico e de análises nele inspiradas, encontradas sob modalidades diversas (dissertações, teses, relatórios de pesquisa, comunicações em seminários temáticos etc.).

[...]

A minha hipótese é que este mal-estar resulta de uma espécie de “cultural lag” entre as práticas concretas de investigação e as autorrepresentações da disciplina, entre o cotidiano da pesquisa e o discurso normativo que dirige a formação de novos antropólogos. As autorrepresentações da disciplina caminham muito mais devagar do que as alterações adaptativas registradas no interior da prática concreta das pesquisas antropológicas. O mal-estar resulta de que as verdades operacionais que geraram as condições de possibilidade da prática antropológica, formatando gostos e valores e permitindo aos antropólogos a cristalização de uma identidade própria, não fornecem mais uma carta de navegação inteiramente satisfatória e confiável. É desse descompasso de ritmos que decorre tal mal-estar (Oliveira 2004, p. 10-11).

antropólogos em agências da administração pública, em ONGs, consultorias socioambientais e até mesmo empresas.

Muitas vezes tem sido dessas (nem tão) novas possibilidades de inserção profissional que surgem os interesses de pesquisa e as possibilidades de sua realização. Alguns dos trabalhos dessa coletânea o mostram claramente, e todos nos levam a pensar, na direção já preconizada por Nader (1972), no que os cursos de “clássicos” ou “teoria antropológica” podem servir ao cada dia mais jovem pesquisador (fora uma etiqueta deslocada de citações obrigatórias), no intento de objetivar experiências de participação, negociar suas adesões, sentimentos (nem sempre positivos), imperativos éticos e compromissos em contextos de forte polarização ou assimetria, muitos dos quais também seus espaços de exercício profissional. É certo que o aprendizado da gênese das teorias da Antropologia à luz dos quadros históricos que as produziram e dos resultados e marcas que deixaram tem um importante efeito formativo. Mas parece-nos essencial pensar que as “tradições antropológicas” não devem ser percebidas como fontes inesgotáveis de respostas para situações presentes muito distintas daquelas em que foram formuladas. É na busca de reconhecer que há uma produção significativa que lida com tais realidades fabricando outros instrumentos de trabalho que pensamos que esta coletânea é útil.

Os textos aqui apresentados pensam o fazer etnográfico em contextos politicamente tensos, pautando-se criticamente não apenas na observação participante, mas também no tratamento de documentos, tão importantes para a pesquisa antropológica em contextos de sociedades letradas em que a escrita é instrumento de poder e segregação. Embora as questões teóricas não sejam de forma alguma negligenciadas, e contribuições significativas estejam presentes nos textos, o leitor não encontrará aqui um compêndio teórico, ou um guia metodológico à pesquisa em situações *up* vistas desde “baixo”. Os textos evidenciam muito mais que as pesquisas foram feitas *entre*, com os pesquisadores procurando negociar as condições de obtenção de informações, a enunciação de interpretações, os exercícios profissionais, e os engajamentos políticos.⁵

Isso não quer dizer que não se tenha uma preocupação central em explicitar também dilemas práticos. Mas isso não é feito descartando nem sobrevalorizando o papel da “teoria” ou da “tradição antropológica”, e sim, tendo como

5 Gusterson (1997) e Bowman (2009) são alguns dos autores que se propõem repensar as perspectivas de Nader (1972); Wright e Reinhold (2011) propõem a ideia de estudar através (*through*).

suposto que “teoria” não é “algo” a ser separado de seus fundamentos sociais empíricos. Na medida em que o estudo antropológico das práticas de burocratas, elites, redes de poder e corporações é um tópico relativamente recente e pouco explorado, a opção foi delinear os novos problemas e situações que se apresentam, tendo a clareza de que se pisa num terreno saudavelmente move-dicho, que estimula a invenção, em detrimento da repetição, propiciando espaço para diálogos e debates.

É assim que as reflexões apresentadas nos diferentes capítulos que com-põem esta coletânea expressam e recortam um tempo oportuno do percurso de uma rede de investigadores que já vem de longa data. Se alguns autores como Teixeira e Souza Lima (2010) dedicam-se há longo tempo a pesquisas das prá-ticas de governo e da vida política, outros de nossos autores têm também dis-sertações, teses e livros publicados, enquanto alguns ingressaram recentemente nesse diálogo.⁶ O destaque dado a esta composição deve-se à constatação de que tal diversidade, longe de gerar um enrijecimento das discussões em torno de hierarquias acadêmicas, como se pode observar em vários contextos e articula-ções científicas, atua como dispositivo de renovação.

Em que residiria, pois, a especificidade produtiva dos encontros desses an-tropólogos em momentos tão distintos da sua formação acadêmica? O leitor poderá tirar suas conclusões, por experiência própria e pela leitura dos traba-lhos aqui reunidos, mas nós organizadores destacamos duas que nos parecem centrais. A começar, há que se sublinhar o empenho de todos em construir uma dinâmica que permitiu que os diálogos se dessem também fora dos espaços disciplinares nos quais as relações professor–aluno e orientador–orientando delimitam o enquadramento das trocas intelectuais. Para tanto, se procurou combinar ocasiões de encontro no âmbito dos grandes eventos que congregam a comunidade antropológica (reuniões brasileiras de Antropologia, reuniões de Antropologia do Mercosul, reuniões equatoriais de Antropologia, Reunião da Associação Portuguesa de Antropologia, para mencionar algumas que são em-blemáticas) com eventos menores, como seminários de trabalho.⁷

6 Dentre outros, ver Teixeira (1998; 2008; 2012); Teixeira, Barreira e Heredia (2002); Teixeira e Chaves (2004); Teixeira e Souza Lima (2010); Souza Lima (1995; 2002; 2012a; 2012b; 2014).

7 O seminário “Etnografando elites, redes e dispositivos de poder. Experiências de pesquisa, reflexões metodológicas e questões ético-políticas” foi realizado no Museu Nacional, Rio de Janeiro, no dia 26 de novembro de 2012, sob a coordenação de Antonio Carlos de Souza

Assim, por um lado, permitiu-se, com os grandes eventos, a ampliação da articulação de investigadores e, por outro, com os seminários de trabalho, criaram-se condições propícias à construção de ideias, hipóteses e esquemas mentais em que os diferentes conhecimentos incorporados e discursivamente apresentados pelos pesquisadores tinham como desafio compartilhado retomar as formulações teóricas, metodológicas e etnográficas já elaboradas e forçá-las a avançar num movimento espiralado. Dito de outra forma, um movimento no qual o que criticamente se abandonava por um momento ou para um contexto particular podia ser retomado mais adiante sempre que se julgasse analiticamente relevante. Isso somente se logra alcançar, sem dúvida, com perseverança, reconhecimento e confiança mútuos.

Um dos muitos resultados importantes que a leitura dos textos pode produzir é a reflexão sobre o que são, e quais são, nos dias de hoje, os limites das práticas de poder estatais, ou seja, daquilo que se entende por Estado. Os autores confluem para quatro suposições centrais para esse entendimento: 1) “O Estado” não é um ente dotado de consciência e intenção, tampouco é uno nem uma “coisa” palpável, senão feixes de relações de poder; 2) se o senso comum – intelectual, inclusive – toma usualmente a malha da administração pública (dos Três Poderes, o que inclui a crença na independência dos mesmos), na definição do direito administrativo público, como sendo “O Estado”, não se deve deixar escapar que tal institucionalização e subjetivação de princípios e funções se dá por meio de leis e normas, em agências e agentes que compõem a sua dimensão organizacional, e nela crêem; 3) tal dimensão engendra-se tanto pelo entrelaçamento de redes de pessoas que se (re)agregam de acordo com interesses, compromissos, percepções, adesões, sentimentos, não redutíveis às fronteiras institucionais-doutrinárias ou geográficas legalmente prescritas, quanto pelo estabelecimento de regras de enunciação, de padrões retóricos, isto é, de linguagens específicas; 4) a produção da crença na unicidade, na coerência e

Lima, com recursos da Faperj, do CNPq e da Finep. Nele figuraram todos os autores desta coletânea, à exceção de Maria Macedo Barroso e de Margarida da Silva, esta última tendo integrado o painel “Desafios da etnografia nas pesquisas em elites, instâncias estatais e políticas de governo”, coordenado por Carla Costa Teixeira e Antonio Carlos de Souza Lima, nos quadros do V Congresso da Associação Portuguesa de Antropologia, realizado em Vila Real, Portugal, de 8 a 11 de setembro de 2013. Como resultado de diálogos anteriores no âmbito de outras reuniões científicas, foi publicado, na *Revista de Antropologia*, o dossiê “Fazendo Estado”, organizado por Antonio Carlos de Souza Lima (2012b).

na efetividade das práticas de poder da administração pública é um trabalho cotidiano que se impõe com enorme força sobre ações das administração pública e suas extensões, por si, em geral, dissonantes, precárias e contraditórias, produzindo as condições de sua legitimidade e potência, tecendo com os fios da malha administrativa o que é produto de âmbitos a ela totalmente alheios; 5) esse trabalho de (re)produção ideológica *faz* Estado, produzindo subjetividades e assujeitamentos, agenciamentos, códigos de conduta e moralidades, tão importantes quanto aqueles que estão sancionados sob a forma do que o direito administrativo define como público; 6) os burocratas no cotidiano das agências da administração pública, assim como os produtores intelectuais, a mídia, e mesmo os pesquisadores na área das Ciências Sociais permanentemente procedem a (re)arranjos, (re)configurações, (re)interpretações do que sejam os modos de atender às demandas das coletividades sobre as quais atuam, assim estabelecendo fronteiras (e a crença nelas) do que seja “o Estado”, conferindo-lhe, portanto, a materialidade que as ideias podem ter. Neste tópico, é de particular interesse o lugar da universidade pública em relação à malha da administração direta e sua possível autonomia.

Os artigos

No artigo para esta coletânea, Carla Costa Teixeira toca num tema fundamental para a pesquisa etnográfica, seja com documentos, seja com base em observação participante e/ou entrevistas: o lugar da “mentira”, neste caso, na política. Revisita, para tanto, duas situações etnográficas vividas em sua pesquisa de doutorado para refletir sobre a especificidade das relações de poder entre o pesquisador e as “elites” que pretende estudar.⁸ Eis aí uma situação dessas em que a lenda da empatia e do vínculo ético-moral com aqueles (em geral, os desprivilegiados) sobre quem o antropólogo constrói seu trabalho está posto em questão e em que as orientações prescritas no que usualmente é ensinado nas pós-graduações nos serve de nada ou muito pouco. Nesse amplo campo de investigações, temos que nos colocar no lugar de “outros” com os quais não temos afinidade ou, até mesmo, condenamos moralmente. A questão torna-se mais aguda quando tais dilemas se atualizam em mundos sociais nos quais mentir ou omitir fatos é

8 Cf. Teixeira, 1998.

possível e justificável. Dando um tratamento sofisticado à ética da responsabilidade desenvolvida por Weber (1999), Teixeira indaga sobre o significado social da mentira no universo da “política”.

No caso dos “políticos”, chegamos ao paroxismo de que, se todo político não tem compromisso com a verdade, é razoável suspeitar que eles mentem o tempo todo. A questão passa a ser “quando a mentira esperada torna-se um escândalo, ou melhor, quando ela se revela como tal?”. A autora aventava a hipótese de que a mentira mais grave é aquela proferida – em especial para os pares, mas não somente para eles – em situações que transbordam o domínio político, ou que, por deslocamento de contexto, tornam-se públicas.

Vianna e Lugones tratam de processos nos quais a construção de certas categorias sociais (a “menoridade” e a transição desta para “guarda no melhor interesse”; a “menoridad” na Argentina, respectivamente) e as lutas e disputas em torno delas colocam em ação atores estatais e da sociedade civil que lidam com situações de dor, sofrimento e desamparo.

Vianna, refletindo sobre o rico material de pesquisa que produziu ao longo de dez anos, esmiúça com riqueza analítica a forma como construiu sua etnografia a partir de documentos – especificamente processos de definição da guarda de menores pela Justiça da Infância e Juventude que tramitaram no começo da década de 1990 por aquela instituição. Seu foco foram as concepções e práticas de gestão no momento de substituição da legislação “menorista” (a “menoridade” entendida como uma relação de autoridade e, mais especificamente, de dominação) pelo novo corpo legal, filiado à doutrina do melhor interesse, no qual a criança e o adolescente se tornaram “sujeitos especiais de direito”.⁹

Os burocratas – e as suas práticas, com as quais lidou a autora – eram, portanto, dotados de um poder único: eram capazes de definir, em nome desses recém-proclamados “sujeitos de direito”, a quem pertencia o poder (em termos jurídicos) e a obrigação da “guarda” dos menores em sua casa. Trata-se de questionamentos muito importantes, que a autora organizou em termos de três positivities (isto é, “aquilo que os modela e dá sentido enquanto documento administrativo, gerando e gestando suas relações”), presentes nos processos (tomados como bens administrativos em circulação): 1) a distância entre o falado e o escrito, este último um mecanismo essencial de controle burocrático e construção ou afirmação de autoridade; 2) sua “eficácia administrativa”, isto é, sua

9 Ver Vianna, 1999; 2002a; 2002b; 2007; 2012; 2013.

capacidade de “resolver” o processo, e não transformá-lo em um “problema”; e 3) a redefinição de limites familiares ou domésticos e, consequentemente, do escopo da ação administrativa.

Lugones também trabalhou sobre as práticas de gestão estatal de menores, mas em Córdoba, na Argentina. A autora reflete particularmente sobre as vicissitudes envolvidas no acesso aos *tribunales prevencionales del Fuero de Menores*. Para tanto, foi necessário acionar recursos “formais” (documentação, carimbos e “assinatura” da universidade legitimando o trabalho que Lugones faria) e “informais”, isto é, pelas relações estabelecidas a partir da extensa rede de relações pessoais da pesquisadora, que embora oriunda de outra parte da Argentina, há longo tempo se instalou na cidade, e tornando-se inclusive docente da Universidad Nacional de Córdoba.¹⁰ Há que se desenvolver, portanto, argumenta Lugones, uma dupla incredulidade, relativa tanto a recursos “formais” quanto “informais”, e investir nas formas de se envolver aqueles com interagemos em nossas pesquisas, explicitando aquilo que está em jogo. Aqui, mais uma vez, estamos na direção da desmistificação de um “campo” de pesquisa que foi, muitas vezes, tomado como “neutro”.

Ana Lucia Silva Enne, Letícia de Carvalho Mesquita Ferreira, Silvia Aguião e Paula Lacerda trabalharam em terrenos em que as fronteiras do “Estado” e da “sociedade civil” se borram na prática cotidiana dos agentes estudados e nas formas pelas quais é possível ao pesquisador construir sua pesquisa em interlocução com agentes sociais variados, exemplificando algumas das dimensões do que chamamos de *estar entre*.

Ana Lucia Enne revisita aspectos de suas pesquisas de mestrado e de doutorado em outra conjuntura histórica.¹¹ A autora parte da consideração genérica de que existem dilemas comuns a todo fazer antropológico em sociedades urbanas nas quais o próprio pesquisador está inserido, e, diante disso, enfatiza três pontos. Primeiro, a impossibilidade da objetividade e da correta orientação das simpatias e vieses que todos possuímos. Segundo, a complexidade das situações nas quais os interlocutores do pesquisador apresentam diariamente demandas referentes às suas condições de vida e às deficiências nas ações do Estado, ou que têm dificuldades de inserção na esfera pública, ou ainda que disputam o controle de identidade étnica e de uma memória cultural. Terceiro, a necessidade

10 Lugones, 2004; 2013a; 2013b; 2014.

11 Enne, 2002a; 2002b; 2014; Enne e Gomes, 2013; 2014.

de tratarmos os sujeitos (com quem lidamos na sua historicidade e em sua multiplicidade) inseridos que estão em redes com outros (os “outros dos outros”) – mais ainda quando esses sujeitos são “institucionalizados”.

Paula Lacerda realizou uma pesquisa sobre o “caso dos meninos emasculados” – um conjunto de crimes ocorridos nos limites do município de Altamira, no Pará, entre 1989 e 1992, nos quais 27 meninos foram violentados, sendo que, em alguns casos, essa violência consistiu em sequestro seguido de mutilação sexual (quatro foram mortos).¹² A violência contra crianças, a motivação sexual e a polarização entre *pobres* (quase todos os familiares das vítimas eram de origem humilde e pouco escolarizados) e *poderosos* acabou fazendo com que o caso extrapolasse os limites do município e chegasse à grande mídia.

O projeto inicial da pesquisa tinha como foco o processo judicial (conhecer as opiniões de juízes, promotores, delegados e escrivães), e não as entrevistas com os familiares de vítimas. O que se pretendia era obter o posicionamento dos agentes da administração pública a respeito dos trâmites processuais e sua morosidade. Um acaso, no entanto, colocou a pesquisadora em contato direto com os familiares das vítimas. O trabalho de campo em Altamira e no Judiciário de Belém, a pesquisa em arquivos (da justiça estadual e federal, da polícia local e do ativismo) e as entrevistas com juízes, promotores, advogados e delegados foram importantes, mas as entrevistas com os familiares das vítimas e seus apoiadores assumiram um papel central na investigação, da mesma forma que a sua solidariedade com a causa. A autora sustenta que “a adesão à causa daqueles que pesquisamos não tem nada de evidente, tampouco pode ser compreendida como consequência direta do ‘caso’ pesquisado, mas é justamente fruto de múltiplos fatores, como a relação que nos permitimos (e permitimos aos demais) estabelecer”.

Silvia Aguião e Leticia Ferreira pesquisaram em águas ainda mais turvas, por assim dizer, nas quais as fronteiras entre “Estado” e “sociedade civil (e a “academia”) não só não eram claras como eram, elas próprias, objeto de disputas.

Atuando como pesquisadora em um convênio de cooperação técnica entre a Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) e a secretaria de Assistência Social e Direitos Humanos do Governo do Estado (SEASDH-RJ) para apoiar ações do programa “Rio Sem Homofobia”, Aguião se viu lidando com o que

12 Lacerda, 2012^a; 2012b; 2013a; 2013b; 2014.

define como uma tríade: as relações entre “movimento social”, “governo” e “academia”.¹³ Encontrando continuidade lógica entre a configuração de forças encontrada em seu campo de pesquisas e as considerações de Simmel (1950) acerca da tríade, ela lembra a impossibilidade de um contraste absoluto entre os elementos que compõem tal possibilidade interativa formal, bem como as alianças permanentes ou temporárias que se formam entre as partes.

Leticia Ferreira, ao pesquisar a categoria “desaparecido” e a gestão pública do “desaparecimento de pessoas”, se viu diante de dificuldades semelhantes às de Aguião. A pesquisadora lidou com servidores públicos, funcionários de organizações não governamentais (ONGs), e membros de associações civis reunidos em uma rede de instituições voltada para o enfrentamento do desaparecimento de pessoas no Brasil contemporâneo.¹⁴

Durante um ano – entre outubro de 2008 e dezembro de 2009 –, a autora acompanhou a rotina dos policiais do Setor de Descoberta de Paradeiros (SDP) da antiga Delegacia de Homicídios (DH) do Rio de Janeiro Centro/Capital. A uma longa e cansativa negociação e à “autorização” enfim obtida seguiu-se (o que também está longe de ser extraordinário) um certo estupor com a rotina de trabalho. Ler, transcrever, analisar documentos recebidos e produzidos; arquivá-los diariamente – as repartições burocráticas se constituem a partir de tais rotinas administrativas, e foi preciso imergir nelas. A feliz coincidência (afinal, o acaso existe, com graus variáveis, em toda pesquisa e, em alguns momentos, ele também se apresenta de forma positiva) de que um antropólogo cioso de sua categoria estivesse à frente da Rede Nacional de Identificação e Localização de Crianças e Adolescentes Desaparecidos (ReDesap) permitiu que a autora também participasse sistematicamente de eventos promovidos pela ReDesap, nela se engajando.

A autora reflete sobre essa dupla heterodoxia, por assim dizer, do trabalho do antropólogo, que a levou a imergir no universo dos grupos fundamentais à definição (e ao modo de gestão) da categoria de “desaparecimento”: 1) ela se mimetizou em “burocrata”, de forma a imergir no cotidiano policial; 2) atuou como um híbrido entre a academia e o “poder público”; 3) ela se tornou uma pesquisadora engajada na “causa” dos desaparecidos e seus familiares. Conclui lembrando o quanto “o trabalho de campo” que realizou é distinto do modelo imaginário de encontro entre o etnógrafo solitário e uma aldeia “nativa”.

13 Aguião, 2014.

14 Ferreira 2009; 2011; 2013a; 2013b; 2013c.

Já Maria Macedo Barroso e Renata Curcio Valente fizeram pesquisas que trataram do tema da “cooperação técnica internacional para o desenvolvimento”, um tópico que se expandiu na medida da intensificação da globalização e da multiplicação de atores nesse nível, sejam Estados nacionais, ONGs, organismos multilaterais etc. Barroso estudou na Noruega a cooperação com os índios promovida com recursos noruegueses, enquanto Valente se debruçou sobre a Agência Alemã de Cooperação Técnica, a então GTZ (hoje GIZ), frequentando suas repartições em Brasília entre 2003 e 2005¹⁵. A escolha da GTZ se deveu também ao envolvimento desta agência no “Projeto Integrado de Proteção às Populações e Terras Indígenas da Amazônia Legal”, usualmente conhecido por PPTAL.

Dentre outros pontos, Barroso levanta a hipótese de que os antropólogos são, eles mesmos, afetados por uma crença (quase mágica, provoca) de que, de fato, podemos nos transformar, ainda que temporariamente, em “um deles”, entendendo plenamente as crenças e experimentando os pontos de vista dos outros que se estuda¹⁶. Essa ilusão do “todo” que os antropólogos seriam capazes de ver continuaria a ser a motivação profunda do processo de conhecimento antropológico, por mais que as pesquisas se confrontem a toda hora com o caráter parcial e subjetivo do conhecimento produzido.

Maria Barroso usa a inspiradora imagem de uma “navegação na neblina” para se referir à “capacidade de suportar períodos em que as questões trazidas pelo pesquisador deixam de fazer sentido e não são respondidas pelo que estamos vendo nem pelo que as pessoas estão nos dizendo”. Nesses momentos o pesquisador, “à diferença de todos os ‘nativos’, tem que continuar a agir como se fosse simplesmente ‘um deles’ e como se não estivesse, à diferença ‘deles’, diante da tarefa de construir um discurso paralelo voltado a dar um sentido— o discurso antropológico.”

Valente contou com um ambiente de pesquisa inicialmente pouco auspicioso, em especial no escritório da GTZ no Brasil.¹⁷ A pesquisa sistemática, atenta e cuidadosa nos arquivos e documentos aparece aqui, mais uma vez, como uma necessidade para as etnografias das práticas de poder nos Estados nacionais

15 *Deutsche Gesellschaft für Technische Zusammenarbeit (GTZ)* – Agência Alemã para a Cooperação Técnica; *Deutsche Gesellschaft für Internationale Zusammenarbeit (GIZ)* – Agência Alemã para a Cooperação Internacional.

16 Barroso-Hoffmann, 2005; 2009; 2011.

17 Valente, 2010.

contemporâneos. Também a “autorização” para o acesso a um dos mais importantes arquivos para a pesquisa, o da Agência Brasileira de Cooperação (ABC), ligada ao Ministério das Relações Exteriores (MRE), foi extremamente trabalhosa. Lembra a autora que, no mundo prático da pesquisa, uma das formas de superar tais dificuldades é o estabelecimento de boas relações com os funcionários responsáveis pelos acervos, com as secretárias e com estagiários, criando um clima de confiança e respeito mútuo, fundamental para avançar e acessar informações. No cotidiano da pesquisa, “Nos arquivos, a relação com os atendentes é outra, e a formalidade dos regulamentos não se sustenta por muito tempo”. A partir de um episódio durante a pesquisa no escritório da GTZ, Valente mostramos a necessidade de reflexão permanente e de avaliação das relações entre pesquisador e as diversas hierarquias vigentes no espaço social de cada de pesquisa.

Castilho (“marqueteiros”) e Bronz (“consultores ambientais”) lidaram com *consultores*, categoria que se tornou tão disseminada quanto heterogênea no mundo contemporâneo. Nos dois casos, as formas de acesso e construção dos objetos de pesquisa também se deram de forma não ortodoxa.

Após realizar uma série de entrevistas e entregar seu projeto de doutorado com todas as garantias institucionais a cada um dos especialistas com quem entrara em contato e, mesmo assim, não conseguir acesso às atividades deles, Castilho optou por oferecer sua força de trabalho como “moeda de troca” (para usar a instigante categoria adotada por Barroso neste livro) a uma consultoria em marketing, tendo sido, assim, aceito pelos seus membros.¹⁸

Na condição de integrante temporário da Consultoria “xyz”, estive à frente de uma campanha para deputado estadual (representando, inclusive, a consultoria nas atividades de campanha), tendo participado de todas as demais campanhas que estavam sendo feitas entre março e agosto de 1998. Pôde, assim, adentrar o universo desses profissionais e, sobretudo, perceber que existe uma importante discussão interna acerca dos limites éticos da atividade.

Deborah Bronz foi, ela mesma, também uma prestadora de serviços em licenciamento ambiental, atuando há mais de dez anos dessa forma, tendo se tornado uma consultora sênior e “especialista em licenciamento” (e, por conta da pesquisa de mestrado convertida em livro, “especialista” em comunidades de pescadores). Nesse sentido, difere de Castilho, pois o que, para ele, era uma estratégia de acesso ao espaço da pesquisa, no caso de Bronz trata-se de uma

18 Castilho, 2002; 2005; 2012; 2014.

atividade profissional exercida por longo tempo. Coloca-nos, portanto, diretamente em confronto com as possibilidades de fazer pesquisa a partir do exercício profissional, com todas as conotações de cunho ético-políticas envolvidos.¹⁹

Deborah Bronz produziu uma etnografia dos empreendedores e consultores envolvidos nos procedimentos de licenciamento ambiental – trata-se de funcionários e assessores de grandes empresas envolvidas em distintas áreas de negócios associadas grandes empreendimentos no País, nos setores petrolífero, siderúrgico, portuário, hidroelétrico e de mineração. Como bem sinaliza a autora, é de fato impossível observar tais práticas empresariais sem estar “dentro” dessas situações. Bronz chama atenção, ainda, como alguns grupos vinculados a movimentos sociais procuraram se apropriar da tese para tratar de assuntos específicos e localizados explicitando alguns elementos dos efeitos de publicização das pesquisas, parte do contexto mais geral de todos os trabalhos apresentados neste livro, em maior ou menor medida.

Margarida da Silva mostra-nos como o exercício profissional motiva pesquisas e coloca problemas em larga medida homólogos aos que Deborah Bronz apresenta ao leitor. Silva nos mostra como a crise recente de Portugal (inserida no contexto da crise capitalista mundial que estourou no final de 2008, e que teve efeitos especialmente impactantes sobre os Estados Unidos e a Europa) e as acusações de que o Estado “gasta muito” levaram ao questionamento da atuação governamental na prestação de serviços nas áreas da saúde, da previdência social e dos apoios sociais (de que são exemplo o Rendimento Social de Inserção – apoio pecuniário – e a habitação social). Sendo Silva, ela própria, uma técnica da Habitação Social em Portugal, optou por imergir em seu próprio universo profissional e no de seus colegas, realçando a complexidade de sua função e seu potencial reflexivo, capaz de contribuir para o aperfeiçoamento dos serviços públicos. As dificuldades de se pesquisar onde se trabalha vêm sendo, assim, negociadas em larga medida em função da imersão no universo de um grupo de servidores de carreiras de Estado que têm suas funções ameaçadas. A pesquisa – em andamento – poderá nos dizer mais acerca das práticas de poder atualizadas por tal grupo, lançando mais luzes sobre as “elites” administrativas.

19 Bronz, 2009; 2011.

Ao chegarmos ao fim desta introdução, convidamos o leitor a se deter nos diferentes capítulos que compõem esta coletânea e, simultaneamente, sugerimos alguns fios analíticos para uma reflexão transversal. São aspectos de determinados enfoques que já se mostraram profícuos em trabalhos anteriores dos autores deste livro. Se os citamos em notas ao longo dessa introdução, foi para que o leitor que se sinta instigado a saber mais, possa consultar esses trabalhos e experimentar a partir deles. Parece-nos que podem ser úteis diante das variadas formas pelas quais os antropólogos no cenário contemporâneo lidam, queiram ou não, com o fenômeno estatal.

De uma perspectiva conceitual, como sistematizamos anteriormente, há uma teoria sobre o Estado *em ação* nas entrelinhas dos diferentes textos: poderes estatais existem em redes e produzem efeitos que desafiam as fronteiras clássicas que distinguem Estado, sociedade e mercado; eles são, ao mesmo tempo, instituições sociológicas e artefatos ideológicos; encarnam-se em pessoas que, sob certa mirada, constituem-se em tipos sociais (são “burocratas”, “políticos profissionais”, “marqueteiros”, entre outros), mas cuja condição de sujeitos morais dá vida às instituições em que se inserem e é fundamental à sua compreensão. Desse ponto de vista, o Estado nunca está “pronto” e finalizado. Se as políticas públicas são um “local” excelente para se partir ao estudo dos fenômenos estatais, as práticas de poder cotidianas em que são postas em prática, e muitas vezes apagadas no curso do tempo, são ângulos de análise privilegiados.²⁰ Se consideramos o Estado como feixes de processos em permanente (trans)formação, é no estudo dessas práticas (mas não só) que a Antropologia pode aportar contribuições significativas.²¹ Privilegiamos pensar o desafio de etnografar práticas de poder porque, mediante seu estudo, podemos apreender como se *faz Estado*, dando também ênfase à dimensão performativa e à ação simbólica na produção de efeitos (e afetos) de poder, e como nós, antropólogos, participamos desse fazer.²²

20 Ver Shore e Wright, 1997; 2011; Souza Lima e Castro, 2008.

21 Cf. Mitchell, 1999; Steinmetz, 1999; Sharma e Gupta, 2006.

22 Abélès, 1990; Balandier, 1982; Geertz, 1991; Peirano, 2002; e 2002a são algumas referências básicas nessa direção. Em Blázquez, 2012; 2012a; 2012b; e em Peirano, 2004, estão alguns exemplos etnográficos de análises que nos auxiliam nesse sentido.

Tal teoria de Estado emerge da consideração de prioridades conceituais afins na Antropologia, na Sociologia, na Ciência Política e na Filosofia Política em diálogo com os diferentes campos de investigação aqui abordados.²³ Trata-se, pois, de um esforço conceitual que expressa a relação entre teoria e etnografia que qualifica certa antropologia e, sobretudo, a natureza coletiva e colaborativa da produção do conhecimento antropológico, nem sempre evidenciada na história disciplinar.

Tendo isso em mente, as reflexões metodológicas ganham complexidade proporcional à densidade desses mundos de elites políticas, administrativas, universitárias e corporativas. Ao longo dessas páginas, pode-se acompanhar a delicada negociação que marca os diferentes contextos de poder em que os pesquisadores se inserem. Em especial, cabe destacar a construção do posicionamento de cada um entre seus interlocutores de pesquisa com o objetivo de etnografar os mundos sociais investigados. Se há impedimentos de acesso a superar e assimetrias de poder a reverter, mesmo que momentaneamente, ganham relevância, sobretudo, as trocas e as relações que são consideradas legítimas nos diferentes contextos. A participação dos investigadores nas situações etnográficas em que pesquisam requer ponderações além da dimensão chamada metodológica, ou seja, um conjunto de procedimentos instrumentais considerados mais interessantes para produção de fatos etnográficos.²⁴

Urge considerar e descrever as condições e efeitos ético-político-morais que cada um, a cada situação, vê-se obrigado a, ou escolhe, avaliar e delimitar. Tais limites, sem dúvida, dependem de valores compartilhados na comunidade antropológica, mas também implicam a personalidade total do pesquisador num sentido, a nosso ver, distinto daquele que os antropólogos imputavam à chamada observação participante, ou o mergulho na vida nativa que marcou o fazer antropológico do início do século xx. Mudaram e mudam intensamente as condições objetivas em que as pesquisas etnográficas são hoje realizadas; mudaram

- 23 Seria matéria para outro texto considerar a relação das análises antropológicas sobre as práticas de poder e, mais estritamente, sobre Estado, com a literatura das Ciências Sociais, da História e da Filosofia. Pensamos, porém, que a inequívoca importância de Max Weber (e suas diversas apropriações) deve ser mencionada. Para momento mais contemporâneo, Teixeira e Souza Lima (2010) destacam a importância dos textos de Pierre Bourdieu e de Michel Foucault também nesse campo de investigações no Brasil.
- 24 Para a noção de situação etnográfica e sua direta relação com o cenário contemporâneo em que muitas pesquisas são feitas, ver Oliveira (2004).

e mudam os valores e formação dos próprios pesquisadores. O que está em jogo – e que as investigações aqui apresentadas nos ajudam a pensar – é a necessidade não apenas de uma vigilância epistemológica (no sentido preconizado por Bourdieu, Chamboredon e Passeron, 2001, a partir de Gastón Bachelard), mas também de uma “política epistemológica” que embarque necessariamente as subjetividades em jogo na situação etnográfica na qual o pesquisador se vê imerso, que desvele tensões e efeitos de poder como constitutivos de cada investigação. Sem que se explicitem tais elementos, corremos o risco da contrafação, ou de, enquanto autores, sermos ventríloquos reprodutores quer de teóricos em voga no momento, das ideias de orientadores acadêmicos dotados de receitas definidas do que se pode (ou deve) ou não “encontrar”, quer das ideias de agentes sociais (numa espécie de populismo analítico), de juízes e outros atores em processos periciais, e mesmo das diretrizes de agências de fomento. Até onde cada um estará disposto a ir ou, dito de outra forma, que relações cada um se permitirá construir em sua situação etnográfica, eis a questão.

Referências

- ABÉLÈS, Marc. *Anthropologie de l'état*. Paris: Armand Colin, 1990.
- AGUIÃO, Silvia. 2014. *Fazer-se no "Estado": uma etnografia sobre o processo de constituição dos "LGBT" como sujeitos de direitos no Brasil contemporâneo*. Campinas, 2014. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas. Campinas, 2014.
- BALANDIER, Georges. *O poder em cena*. Brasília: Editora UnB, 1982.
- BARROSO-HOFFMANN, Maria. Do "Brasil sem índios" aos "índios sem Brasil": algumas questões em torno da cooperação internacional junto aos povos indígenas no Brasil. *Anthropológicas*, v. 16, n. 2, p. 153-186, 2005.
- _____. *Fronteiras étnicas, fronteiras de Estado e imaginação da nação: um estudo sobre a cooperação internacional norueguesa junto aos povos indígenas*. Rio de Janeiro: E-papers, 2009.
- _____. A produção social do desenvolvimento e os povos indígenas: observações a partir do caso norueguês. *Mana*, v. 17, p. 519-547, 2011.
- BLÁZQUEZ, Gustavo. *Los actos escolares*. El discurso nacionalizante en la vida escolar. Buenos Aires: Miño y Dávila/IDES, 2012.
- _____. Fazer cultura. Fazer(-se) Estado: *vernissages* e performatividade de Estado em Córdoba. *Mana*, v.18, n.1, p.37-61, abr. 2012a.
- _____. Celebraciones escolares y poéticas patrióticas: la dimensión performativa del Estado-Nación. *Revista de Antropología*, v. 55, n. 2, p. 703-746, 2002b.
- BOURDIEU, Pierre; CHAMBOREDON, J.-C.; PASSERON, J.-C. *A profissão de sociólogo*. Preliminares epistemológicas. Petrópolis: Vozes, 2001.
- BOWMAN, Dina. Studying Up, Down, Sideways and Through: Situated Research and Policy Networks. In: LOCKIE, S. et al. (ed.). *The Future of Sociology: Proceedings of The Annual Conference Of The Australian Sociological Association*. Camberra: Australian National University, 2009. Disponível em: <http://www.tasa.org.au/conferences/conferencepapers09/papers/Bowman,%20Dina.pdf>. Acesso em: 09 jul. 2014.
- BRETTELL, Caroline B. (ed.). *When They Read What We Write*. The politics of Ethnography. Westport/Londres: Bergin & Garvey, 1993.
- BRIGGS, Charles L. *Learning How to Ask*. A Sociolinguistic Appraisal of the Role of the Interview in Social Science Research. Cambridge/Nova York/Melbourne: Cambridge University Press, 1986.
- BRONZ, Deborah. *Pescadores do petróleo*. Políticas ambientais e conflitos territoriais na bacia de Campos, RJ. Rio de Janeiro: E-paper, 2009.

- _____. Empreendimentos e empreendedores: formas de gestão, classificações e conflitos a partir do licenciamento ambiental, Brasil, século XXI. Rio de Janeiro, 2011. Tese (Doutorado em Antropologia Social) – Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Museu Nacional, Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2011.
- CARDOSO, Ruth (org.). *A aventura antropológica*. Teoria e pesquisa. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.
- CASAGRANDE, Joseph B. (org.). *In the Company of Men*. Twenty Portraits of Anthropological Informants. Nova York/Evanston/Londres: Harper Torchbooks, 1964.
- CASSELL, Joan (ed.). *Children in the Field*. Filadélfia: Temple University Press, 1987.
- CASTILHO, Sergio Ricardo Rodrigues. Meios de comunicação a distância e controle político no período varguista. In: SOUZA LIMA, Antonio Carlos de (org.). *Gestar e gerir: estudos para uma antropologia da administração pública no Brasil*. Rio de Janeiro: Nuap/Relume-Dumará, 2002. p. 111-124.
- _____. Memórias da política e do marketing no Brasil: as eleições para prefeito de Belo Horizonte em 1954. *Teoria & Sociedade*, v. 13, n.1, p. 110-131, 2005.
- _____. Memória e território na Cidade de Deus, Rio de Janeiro: reflexões iniciais a partir de uma política de governo em economia solidária. *Revista Vitas*, v. 2, p. 3, 2012.
- _____. “Marketing político”: a construção social do “mercado eleitoral” no Brasil (1954-2000). Rio de Janeiro: 7Letras, 2014.
- CESARA, Manda. *Reflections of a woman anthropologist: no hiding place*. London/New York: Academic Press Inc., 1982.
- CLIFFORD, James; MARCUS, George E. (ed.). *Writing Culture*. The Poetics and Politics of Ethnography. Berkeley/Los Angeles: University of California Press, 1986.
- CRAPANZANO, Vincent. *Tuhami*. Portrait of a Moroccan. Chicago/Londres: The University of Chicago Press, 1980.
- DRESCH, Paul; JAMES, Wendy; PARKIN, David (ed.). *Anthropologists in a Wider World. Essays on Field Research*. Nova York/Oxford: Berghahn Books, 2000.
- ELLEN, Roy. F. (ed.) *Ethnographic Research*. A Guide to General Conduct. Londres: Academic Press, 1984.
- ENNE, Ana Lucia Silva. Lugar, meu amigo, é minha Baixada: memória, identidade e representação social. Rio de Janeiro, 2002. Tese (Doutorado em Antropologia Social) – Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Museu Nacional, Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2002a.
- _____. SOM/Popular: uma experiência política na Baixada Fluminense. In: SOUZA LIMA, Antonio Carlos de (org.). *Gestar e gerir: estudos para uma antropologia da administração pública no Brasil*. Rio de Janeiro: Nuap/Relume-Dumará, 2002b. p. 259-270.

- _____. (org.). *O direito à representação: discussões sobre mídia, adolescentes e políticas públicas*. Rio de Janeiro: E-papers, 2014.
- _____; GOMES, M. É tudo nosso: disputas culturais em torno da construção da legitimidade discursiva como capital social e espacial das periferias do Rio de Janeiro. In: PASSOS, P.; DANTAS, A.; MELLO, M.. (org.). *Política cultural com as periferias: práticas e indagações de uma problemática contemporânea*. Rio de Janeiro: IFRJ, 2013. p. 45-60.
- ESTERCI, Neide; GOLDENBERG, M.; FRY, P. (org.). *Fazendo Antropologia no Brasil*. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.
- EVANS-PRITCHARD, Edward E. Apêndice IV. Algumas reminiscências e reflexões sobre o trabalho de campo”. In: _____. *Bruxaria, oráculos e magia entre os azande*. Rio de Janeiro: Zahar, 1978. p. 298-316.
- FERREIRA, Leticia Carvalho de Mesquita. *Dos autos da cova rasa: a identificação de corpos não identificados no Instituto Médico Legal do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: E-papers, 2009.
- _____. Uma etnografia para muitas ausências: o desaparecimento de pessoas como ocorrência policial e problema social. Rio de Janeiro, 2011. Tese (Doutorado em Antropologia Social) – Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Museu Nacional, Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2011.
- _____. “Apenas preencher papel”: reflexões sobre registros policiais de desaparecimento de pessoa e outros documentos. *Mana*, v. 19, p. 39-68, 2013a.
- _____. O desaparecimento de pessoas no Brasil contemporâneo: a ausência como matéria-prima de um problema social. In: VIANNA, Adriana. (org.). *O fazer e o desfazer dos direitos: experiências etnográficas sobre política, administração e moralidades*. Rio de Janeiro: E-Papers, 2013b. p. 36-67.
- _____. De problema de família a problema social: notas etnográficas sobre o desaparecimento de pessoas no Brasil contemporâneo. *Anuário Antropológico*, v. 2012/1, p. 191-216, 2013c.
- FOOTE-WHYTE, William . *Sociedade de esquina*. Rio de Janeiro: Zahar, 2005.
- GEERTZ, Clifford. *Negara*. O Estado-teatro no século XIX. Lisboa: Difel, 1991.
- GOLDE, Peggy (ed.). *Women in the Field*. Anthropological Experiences. 2. Ed. Rev. e ampl. Berkley/Londres: University of California Press, 1986[1970].
- GREENHOUSE, Carol J. et al. (ed.). *Ethnography in Unstable Places. Everyday Lives in Contexts of Dramatic Political Change*. Londres: Duke University Press, 2002.
- GRYNSZPAN, Mario. *Ciência, política e trajetórias sociais: uma sociologia histórica da teoria das elites*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1999.
- GUIMARÃES, Alba Zaluar. (org.). *Desvendando máscaras sociais*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1976.

- GUSTERSON, Hugh. Studying up revisited. *Political and Legal Anthropology Review*, v. 20, p. 114-119, 1997.
- HERTZ, Rosanna; IMBER, Jonathan. B. Fieldwork in Elite Settings. Introduction. *Journal of Contemporary Ethnography*, v. 22, n. 1, p. 3-6, 1993.
- KULICK, Don; WILSON, Margaret (ed.). *Taboo. Sex, Identity and Erotic Subjectivity in Anthropological Fieldwork*. Londres/Nova York: Routledge, 1995.
- LACERDA, P. O caso dos meninos emasculados de Altamira: polícia, justiça e movimentos sociais. Rio de Janeiro, 2012. Tese (Doutorado em Antropologia Social) – Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Museu Nacional, Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2012a.
- _____. Mobilização social, política e administração pública no “caso dos meninos emasculados de Altamira”. *Amazônica: Revista de Antropologia* (online), v. 1, p. 300-323, 2012b.
- _____. Movimentos sociais na Amazônia: articulações possíveis entre gênero, religião e Estado. *Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi*, v. 8, p. 153-168, 2013a.
- _____. Polícia e movimento social em Altamira, Pará: o “caso dos meninos emasculados”. In: VIANNA, Adriana. (org.). *O fazer e o desfazer dos direitos: experiências etnográficas sobre política, administração e moralidades*. Rio de Janeiro: E-papers, 2013b. p. 147-184.
- _____. (org.). *Mobilização social na Amazônia: a “luta” por justiça e por educação*. Rio de Janeiro: E-papers, 2014.
- LAWLESS, Robert; SUTLIVE Jr., Vinson; ZAMORA, Mario. (ed.) *Fieldwork. The Human Experience*. Nova York: Gordon and Breach Science, 1983.
- LUGONES, Maria Gabriela. Uma “visita” aos expedientes: os processos judiciais referentes aos menores, Córdoba, Argentina, na metade do século xx. Rio de Janeiro, 2004. Tese (Doutorado em Antropologia Social) – Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Museu Nacional, Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2004.
- _____. *Obrando en autos, obrando en vidas*. Formas y fórmulas de protección judicial en los tribunales Prevencionales de Menores de Córdoba, Argentina, a comienzos del siglo XXI. Rio de Janeiro: E-papers, 2012a.
- _____. Poderes tutelares: actuaciones administrativas de Protección Estatal de la Secretaría de Niñez, Adolescencia y Familia (Senaf) de la provincia de Córdoba (2010-2011). Informe Final de Beca Postdoctoral SECYT – UNC, 2012b (Mimeo).
- _____. Em torno da tutela. Uma aproximação com a literatura acadêmica argentina referente a “menores” In: SOUZA LIMA, Antonio Carlos de (org.). *Tutela: formação de Estado e tradições de gestão no Brasil*. Rio de Janeiro: E-papers, 2014.
- MALINOWSKI, Bronislaw. *Argonautas do Pacífico Ocidental: um relato do empreendimento e da aventura dos nativos nos arquipélagos da Nova Guiné melanésia*. São Paulo: Abril Cultural, 1978.

- MARCUS, George E. (ed.). *Elites, Ethnographic Issues*. Albuquerque: A School of American Research Book/University of New Mexico Press, 1983.
- _____. Ethnography in/of the World System: The Emergence of Multi-Sited Ethnography. *Annual Review of Anthropology*, v. 24, p. 95-117, 1995.
- _____. *Ethnography: Through Thick and Thin*. Princeton: Princeton University Press, 1998.
- _____; FISCHER, Michael J. *Anthropology As Cultural Critique*. An Experimental Moment in the Human Sciences. Chicago/Londres: The University of Chicago Press, 1986.
- MINTZ, Sidney W. Encontrando Taso, me descobrindo. *Dados*, v. 27, n. 1, p. 45-58, 1984.
- MITCHELL, Timothy. Society, Economy and the State Effect. In: STEINMETZ, George (ed.). *State/Culture*. State-formation after the Cultural Turn". Nova York: Cornell University Press, 1999. p. 76-97.
- NADER, Laura. Up the Anthropologist – Perspectives Gained from Studying Up. In: HYME, Dell (ed.) *Reinventing Anthropology*. Nova York: Random House, 1972. p. 284-311.
- OLIVEIRA, João Pacheco de. Pluralizando tradições etnográficas: sobre um certo mal-estar na antropologia. In: LANGDON, Esther Jean; GARNELO, Luiza (org.). *Saúde dos povos indígenas: reflexões sobre uma antropologia participativa*. Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria, 2004. p. 9-32.
- PEIRANO, Mariza G. S. Rituais como estratégia analítica e abordagem etnográfica. In: _____. (org.). *O dito e o feito: ensaios de antropologia dos rituais*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará/Núcleo de Antropologia da Política da UFRJ, 2002. p. 7-14.
- _____. A análise antropológica de rituais" In: _____. (org.). *O dito e o feito: ensaios de antropologia dos rituais*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará/Núcleo de Antropologia da Política da UFRJ, 2002a. p. 17-40.
- _____. De que serve um documento? In: PALMEIRA, Moacir; BARREIRA, César (org.). *Política no Brasil*. Visões de antropólogos. Rio de Janeiro: Relume-Dumará/Núcleo de Antropologia da Política da UFRJ, 2004. p. 13-37.
- PINA-CABRAL, João de; LIMA, Antónia Pedroso de (ed.). *Elites: Choice Leadership and Succession*. Oxford: Berg, 2000.
- RABINOW, Paul. *Reflections on Fieldwork in Morocco*. Berkeley/Los Angeles/Londres: University of California Press, 1977.
- RIBEIRO, Gustavo Lins; TRAJANO FILHO, Wilson. (org.) *O campo da antropologia no Brasil*. Rio de Janeiro: ABA/Contra Capa, 2004.
- RYNKIEWICH, Michael D. The Underdevelopment of Anthropological Ethics. In: _____.; SPRADLEY, James (ed.). *Ethics and Anthropology*. Dilemmas in Fieldwork. Nova York: John Wiley & Sons, 1976. p. 47-60.
- SANJEK, Roger (ed.). *Field Notes*. The Makings of Anthropology. Ithaca/Londres: Cornell University Press, 1990.

- SHARMA, Aradhana; GUPTA, Akhil (ed.). *The Anthropology of the State: A Reader*. Oxford: Blackwell, 2006.
- SHORE, Chris; WRIGHT, Susan. (ed.). *Anthropology of Policy*. Critical Perspectives on Governance and Power. Londres/Nova York: Routledge, 1997.
- _____; _____. Conceptualizing Policy: Technologies of Governance and the Politics of Visibility. In: _____. PERÒ, Davide (ed.). *Policy Worlds: Anthropology and the Analysis of Contemporary Power*. Nova York/Oxford: Berghahn Books, 2011. p. 1-25.
- _____; NUGENT, Stephen. (ed.). *Elite Cultures: Anthropological Perspectives* Londres: Routledge, 2002.
- SOUZA LIMA, Antonio Carlos de. *Um grande cerco de paz: poder tutelar, indianidade e formação do Estado no Brasil*. Petrópolis: Vozes, 1995.
- _____. *Gestar e gerir: estudos para uma antropologia da administração pública no Brasil*. Rio de Janeiro: Nuap/Relume-Dumará, 2002.
- _____. Apresentação. Dossiê Fazendo Estado. O estudo antropológico das ações governamentais como arte dos processos de formação estatal. *Revista de Antropologia*, v. 55, n. 2, p. 559-564, 2012a.
- _____. O exercício da tutela sobre os povos indígenas: considerações para o entendimento das políticas indigenistas no Brasil contemporâneo. *Revista de Antropologia*, v. 55, n. 2, p. 71-83, 2012b.
- _____. (org.). *Tutela: formação de Estado e tradições de gestão no Brasil*. Rio de Janeiro: E-papers, 2014
- SOUZA LIMA, Antonio Carlos de; CASTRO, João Paulo Macedo e. Política(s) Pública(s). In: PINHO, Osmundo; SANSONE, Livio (ed.). *Raça: perspectivas antropológicas*. Brasília/Salvador: ABA; EDUFBA, 2008. p. 141-193.
- STEINMETZ, George. (ed.). *State/Culture: State Formation after the Cultural Turn*. Cornell: Cornell University Press, 1999. p. 1-50.
- STOCKING Jr., George. (ed.). *Observers Observed: Essays on Ethnographic Fieldwork*. Madison: The University of Wisconsin Press, 1983.
- TEIXEIRA, Carla Costa. *A honra da política. decoro parlamentar e cassação de mandato no Congresso Nacional (1949-1994)*. Rio de Janeiro: Nuap/Relume-Dumará, 1998.
- _____. Fundação Nacional de Saúde. A política brasileira de saúde indígena vista através de um museu. *Etnográfica*, Lisboa, v. 12, p. 323-351, 2008.
- _____. A produção política da repulsa e os manejos da diversidade na saúde indígena brasileira. *Revista de Antropologia*, v. 55, n. 2, p. 1-37, 2012.
- TEIXEIRA, Carla C.; BARREIRA, Irllys F.; HEREDIA, Beatriz M. A. (org.). *Como se fazem eleições no Brasil*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 2002.
- _____; CHAVES, Christine A. (org.). *Espaços e tempos da política*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 2004.

- _____; SOUZA LIMA, Antonio Carlos de. Antropologia da administração e da governança no Brasil: área temática ou ponto de dispersão? In: MARTINS, Carlos Benedito ; DUARTE, Luiz Fernando Dias (org.). *Horizontes das Ciências Sociais no Brasil*. Antropologia. São Paulo: Anpocs, 2010. p. 51-96.
- VALENTE, Renata Curcio. *A GTZ no Brasil: uma etnografia da cooperação alemã para o desenvolvimento*. Rio de Janeiro: E-Papers, 2010.
- VELHO, Gilberto (org.) *O desafio da cidade: novas perspectivas da Antropologia brasileira*. Rio de Janeiro: Campus, 1980.
- _____; KUSCHNIR, Karina (org.) *Pesquisas urbanas: desafios do trabalho antropológico*. Rio de Janeiro: Zahar, 2003.
- VIANNA, Adriana de Resende Barreto. *O mal que se adivinha: polícia e minoridade no Rio de Janeiro, 1910-1920*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1999.
- _____. Limites da minoridade: tutela, família e autoridade em julgamento. Rio de Janeiro, 2002. Tese (Doutorado em Antropologia Social) –Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Museu Nacional, Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2002a.
- _____. Quem deve guardar as crianças? Dimensões tutelares da gestão contemporânea da infância. In: SOUZA LIMA, Antonio Carlos de. (org.). *Gestar e gerir: estudos para uma antropologia da administração pública no Brasil*. Rio de Janeiro: Nuap/Relume-Dumará, 2002. p. 271-311.
- _____. Direitos, moralidades e desigualdades: considerações a partir de processos de guarda de crianças. In: LIMA, Roberto Kant de (org.) *Antropologia e direitos humanos*. Niterói: Eduff, 2005. p. 13-68.
- _____. (org.). *O fazer e o desfazer dos direitos*. Experiências etnográficas sobre política, administração e moralidades. Rio de Janeiro: E-Papers, 2013.
- _____. A produção de destinos: ação tutelar, escolhas e viabilidades na gestão da infância. In: SOUZA LIMA, Antonio Carlos de (org.). *Tutela: formação de Estado e tradições de gestão no Brasil*. Rio de Janeiro, E-papers, 2014.
- WEBER, Max. *Ciência e Política. Duas vocações*. São Paulo: Ed. Cultrix, 1999.
- WRIGHT, Susan; REINHOLD, Sue. “Studying Through”: A Strategy for Studying Political Transformation. Or Sex, Lies and British Politics. In: SHORE, Chris; WRIGHT, Susan; PERÒ, Davide (ed.). *Policy Worlds: Anthropology and the Analysis of Contemporary Power*. Nova York/Oxford: Berghahn Books, 2011. p. 86-104.

Pesquisando instâncias estatais: reflexões sobre o segredo e a mentira

Carla Costa Teixeira

Desde o clássico artigo de Laura Nader (1972), muitas pesquisas antropológicas têm sido feitas entre diferentes tipos de elites e instâncias institucionais em sociedades complexas, bem como vários trabalhos sobre os desafios metodológicos deste novo campo de pesquisa vieram a público.

Em artigo publicado cerca de 20 anos depois, George Marcus (1995) mapeou o surgimento de uma nova tendência metodológica para lidar com o que ele denominou “objetos de estudo mais complexos”: a “muti-sited ethnography” ou etnografia multissituada. Nesta oportunidade, Marcus destacou os estudos de mídia, de ciência e tecnologia, de migração e os relativos ao desenvolvimento. Embora se refira a alguns trabalhos que abordam instâncias estatais (Gupta e Ferguson, 1992), não se detém na sistematização deste conjunto de pesquisas. Pode-se entender tal lacuna por sua filiação aos estudos culturais, por um avanço não tão marcante das investigações antropológicas no cerne das burocracias mais ou menos políticas de estado ou, o que é mais provável, por ambos: sua trajetória pessoal e o estado da arte de uma antropologia do estado naquele momento.

Em artigo elaborado com Antonio Carlos de Souza Lima (Teixeira e Souza Lima, 2010), mapeamos as tendências dos estudos da vida política e das políticas públicas desenvolvidas nos últimos 10 anos pelos antropólogos brasileiros, suas linhas fortes (temas/etnografias e redes de pesquisa) e suas relutâncias (em especial o raro desdobramento das densas etnografias em condensação teórico-conceitual e diálogo com outros campos disciplinares).

Contudo, não tivemos condições de realizar, no referido artigo, reflexões sobre os desafios metodológicos que estes estudos enfrentaram e enfrentam, e que, ao nosso ver, é fundamental. Desde então, participei de algumas iniciativas nesta temática organizadas por Souza Lima em eventos como a Reunião Brasileira de Antropologia e a Reunião de Antropologia do Mercosul, e aproveitei esta oportunidade para sistematizar reflexões suscitadas por este diálogo em minha experiência de pesquisa em instâncias estatais.

Tomarei como ponto de partida as elaborações desenvolvidas para os estudos de sociedades complexas, burocracias e elites independente de serem

socialmente consideradas políticas ou estatais, construindo com elas um diálogo em torno de 2 eixos: 1) a menor acessibilidade do etnógrafo a esse universo de pesquisa e suas estratégias alternativas; e 2) o tipo de conhecimento local que é construído nesses universos e, especificamente, o lugar do segredo e da mentira na vida política.

Sobre barreiras etnográficas

Todos, ou quase todos, que fazem pesquisa em instituições prestigiosas depararam-se com dificuldades objetivas de acesso: portas fechadas, interpelação de seguranças, espaços restritos, normas estritas sobre quando, onde e como circular nestes espaços, e com quem se está autorizado a conversar e por quanto tempo. Parecem todos, e em geral o são, muito ocupados, com pouca disponibilidade para responder às nossas solicitações de entrevistas e, quando o fazem, suas agendas reservam janelas muito breves para nos atenderem. E o pior, com frequência saímos com a sensação de que a entrevista não foi densa, as respostas foram muito lacônicas, com informações já públicas, e que nossas perguntas não conseguiram romper essa barreira.

Ainda, aqueles que pesquisam políticas públicas de saúde, de gênero, de direitos humanos ou as diversas políticas voltadas para os indígenas, para ficarmos entre as áreas mais pesquisadas por antropólogos, logo descobrem que a observação participante nos escritórios onde oficialmente os burocratas trabalham, a depender do problema a ser investigado, rende muito pouco. Parece que nada acontece nesses locais, o que gera uma sensação de deslocamento desconfortável na qual o pesquisador sente-se como se sempre estivesse no lugar errado, perdendo o que há de mais importante em curso que estaria ocorrendo em outro lugar... Assim, a temporalidade de pesquisa em instâncias estatais requer que se tenha consciência permanente da produtividade etnográfica do que é frequentemente denominado nos momentos de desânimo e cansaço como “perda de tempo”. A questão que parece se colocar de forma mais candente quando se mergulha nesses universos é: o que se apreende sobre o mundo institucional quando nenhum evento crítico ou drama social acontece? Afinal, se este é o ritmo do dia a dia que qualifica, com raras exceções, o ofício da burocracia, é preciso compreendê-lo e mapeá-lo, pois expressa um valor central desse mundo: a rotina. Numa disciplina que se fundou cruzando oceanos e investigando mundos desconhecidos, com frequência apreciar a rotina, ouvir o não dito, atribuir sentido às repetições e lacunas é um aprendizado doloroso que requer do

pesquisador perseverança e criatividade na inserção nos espaços em que lhe é permitido permanecer.

Estas dificuldades são narradas por vários pesquisadores do mundo “up”, e algumas estratégias alternativas são propostas e estratégias consagradas são adaptadas, frequentemente ganhando novas denominações, com base nessas experiências. Dentre elas, somente para mencionar algumas, temos:

1. A já mencionada “etnografia multissituada”, de George Marcus (1995), em que o etnógrafo deve desenvolver alternativas que o possibilitem rastrear, ou melhor, construir um universo/problema de pesquisa que existe e atua disperso espacialmente, por exemplo, seguindo as pessoas e as coisas envolvidas nesse universo; rastreando as metáforas nos modos de pensar por meio de suas expressões discursivas cotidianas; acompanhando as partes envolvidas em um conflito ou disputa em esferas da vida cotidiana, instituições legais, mídia, internet e instâncias estatais; levantando histórias de vida e biografias para mapear as múltiplas localizações de um universo.
2. O “engajamento polimorfo”, proposto por Hugh Gusterson (2008) em seu estudo em laboratórios de armas nucleares no Estados Unidos, ou seja, buscar conviver e estar em contato com os informantes em diferentes locais de sociabilidade, além, é claro, dos próprios laboratórios em que lhe foi permitido adentrar – uma atualização da atitude de caçador em campo já proposta por Malinowski nos *Argonautas do Pacífico Ocidental* (1984).
3. A “etnografia de interface”, proposta por Sherry Ortner (2010), em suas pesquisas nos estúdios de Hollywood, cujo fechamento à entrada de estranhos para realizar observação participante e o zelo pelo segredo desse mundo (que combina glamour e volumosos recursos) fez com que optasse por participar de eventos em que os sujeitos de seu universo de pesquisa apresentavam-se ao público – uma reelaboração da etnografia de eventos já consagrada na atualização dos estudos de rituais modernos.
4. A reelaboração da etnografia como “escuta participante”, nos termos de Martin Gerard Forsey (2010) em seus estudos de processos de escolha de escolas por pais e professores, em que a imaginação etnográfica e sua intenção na observação participante são traduzidas para o desenvolvimento de estratégias de entrevista em que processos institucionais, trajetórias de vidas, “como assim?” (mais do que razões últimas e por quês?) são mobilizados no intuito de por as narrativas, simultaneamente, no contexto local em que estão sendo produzidas e inseri-las na totalidade maior não visível na situação de interação face a face. Forsey ecoa o que Roberto Cardoso

de Oliveira (1988) já havia destacado: a pesquisa de campo envolve muito ouvir e escutar, além do ver e observar.

Como já havia adiantado, tais alternativas estratégicas para lidar com as dificuldades de acesso ao mundo das elites e das instituições parecem, mais do que novidades metodológicas, tornar mais visíveis desafios etnográficos já vividos nos estudos clássicos, propiciando, assim, maior acuidade reflexiva a partir das singularidades postas por esses universos de pesquisa.

Antes de prosseguir na compreensão do alcance dessas novas estratégias etnográficas, elencarei algumas situações de pesquisa que apontam para especificidades dos estudos de estâncias estatais no que concerne ao reconhecimento da autoridade do antropólogo, ao interesse dos sujeitos desses universos em serem pesquisados e a seu poder de barrar a pesquisa.

A primeira situação ocorreu em visita ao gabinete de um deputado federal no início dos anos 1990, quando fazia minha pesquisa para o doutorado. Fui surpreendida por sua simpática disponibilidade para ser entrevistado, e que foi por ele expressa nos seguintes termos: “não precisa marcar, pode vir a qualquer hora que eu lhe atendo...”. Não preciso dizer que ele nunca me recebeu.

A segunda deu-se quando buscava entrevistar o então candidato à Câmara Federal Ricardo Fiúza, na primeira eleição que concorreu após ter vivido o processo de cassação de mandato por quebra de decoro parlamentar em decorrência da “CPI do Orçamento” (1993–1994). Tinha enviado uma carta me apresentando com todos os ícones de prestígio acadêmico (papel timbrado da universidade, carimbo, assinatura subscrita com título de doutora e função institucional), e seu escritório respondeu afirmativamente ao meu interesse de ser recebida por ele. Chegando à Recife, consegui agendar a entrevista e, logo que me sentei à frente da mesa de trabalho em que Fiúza despachava os assuntos de campanha com seus assessores, ele indagou: “Você leu Weber?” Na sequência de uma resposta afirmativa, em meio a minha perplexidade, a entrevista prosseguiu.

Podemos encarar estes episódios como uma relação de poder inexistente em pesquisas em pequenas comunidades, ou podemos aceitar o desafio de refletir sobre a especificidade dessa relação de poder e do nosso posicionamento nela. O segundo caminho me parece, sem dúvida, muito mais profícuo, pois basta lembrarmos o quanto a delicadeza da entrada do pesquisador em campo tem sido elaborada por etnógrafos desde início do século xx; Ela é um claro indicador da posição frágil em que qualquer etnógrafo se encontra quando começa a investigar formações sociais e busca construir laços de confiança e aceitação perante seus interlocutores, sejam membros de elites ou não.

Desta perspectiva, voltando às experiências com elites políticas, novos sentidos se apresentam. Pode-se antecipar, por exemplo, que o deputado que elegantemente me dispensou avaliou que dispor de seu tempo para me dar uma entrevista não seria de nenhum interesse para ele. Naquela ocasião, cerca de vinte anos atrás, eu era uma jovem antropóloga, e não percebi o que estava em jogo, ou seja, que eu precisaria ser capaz de enredá-lo na pesquisa. Fazia-se necessário torná-lo interessado na investigação, fosse direta ou indiretamente por meio de assessores ou de outro parlamentar, sob o argumento de que a pesquisa teria a contribuir para a compreensão da vida parlamentar (valeria a pena ser realizada), ou que ele poderia ter algum retorno simbólico por participar na pesquisa. Eu não fiz nenhuma coisa nem outra... Ao contrário, minha reação emocional foi de repúdio à sua atitude. Já com relação ao candidato Ricardo Fiúza, passados cerca de dez anos, avalio que, quando me indagou sobre Weber, quis checar minhas credenciais para estabelecer um diálogo com ele, pois se considerava não apenas um sujeito político, mas também um especialista em política que, naquele momento de disputa eleitoral, não teria tempo a perder com principiantes. Compartilhar o conhecimento sobre o fundador da sociologia compreensiva, e sagaz pesquisador da política moderna, foi acionado como marcador da competência mínima necessária e, claro, como definidor de sua própria autoridade. Embora não tenha levado a sério a pretensão de autoridade de Fiúza, esta falha etnográfica não teve maiores consequências, pois havia lido muito Weber e, assim, passei no teste e prossegui com a pesquisa.

Durante muito tempo, contei estas histórias de maneira jocosa e irrefletida, no estilo “a gente enfrenta cada uma para pesquisar esses políticos...”, claramente compartilhando um senso comum que desqualifica os políticos em nossa sociedade. Não me esforcei para compreender naquelas ocasiões o ponto de vista nativo, a lógica daquela interpelação, numa reação que os antropólogos não costumam ter quando estudam comunidades ou outros contextos “subalternos”. Como indagou Pedro Nascimento, quando refletiu sobre as dificuldades que enfrentou ao pesquisar um hospital: haveria muita diferença entre as recusas dos poderosos a serem pesquisados e as desculpas do tipo “vou ter que sair agora e não vai dar para a gente conversar” daquele seu quase amigo que você conheceu na comunidade? caso sim, sem dúvida a diferença não reside no fato de que uns pesquisados detêm mais poder do que outros, mas, sobretudo, está no tipo de poder e na forma em que nos posicionamos em ambas as recusas: reconhecemos a legitimidade das barreiras impostas pelas comunidades ou movimentos sociais, e a negamos aos socialmente bem posicionados – para qualificarmos melhor o que vínhamos chamando de elites –, especialmente se detêm poder institucional.

Tudo indica, portanto, que essas situações não podem ser reduzidas à discussão sobre maior ou menor acessibilidade ao campo de pesquisa que parece orientar a maioria das reflexões metodológicas sobre etnografias de instituições, burocracias, instâncias estatais e elites. Exigem, sobretudo, reflexão sobre o fazer etnográfico que considere as possibilidades e limites da compreensão do “ponto de vista nativo” quando esta compreensão implica se colocar no lugar de outrem com quem não temos afinidades, ou pior, repudiamos moralmente. Pensadas sob este ângulo, as barreiras etnográficas nesses estudos deixam de ser unilaterais e se transformam em um tipo de interação social – na melhor tradição das ciências sociais, ou seja, uma relação de mútua influência. Não apenas os interlocutores que detêm poder nos rejeitam ao colocarem dificuldades às investigações, mas nós etnógrafos também os repudiamos ao desconsiderarmos antecipadamente suas estratégias restritivas. Qualificando melhor a máxima de que somos todos nativos, se assim o somos, tais considerações sugerem que existem nativos e nativos: em relação a alguns, desenvolvemos empatia e *anthropological blues*; já com outros, nem sequer nos sentimos obrigados ou desafiados a compreendê-los. É como se lhes atribuíssemos sanção positiva se assim o fizéssemos, numa confusão entre positividade sociológica e moral. Levando às últimas consequências, é como se a antropologia só pudesse produzir conhecimento e atribuir significado à diversidade social, cultural, econômica ou política com a qual a comunidade de etnógrafos nutrisse proximidade de valores. Ou ainda, numa variante de percurso metodológico, a diferença que reprovamos só poderia ser investigada à distância, via observação sem envolvimento pessoal, estudo de documentos, da imprensa etc. Vista sob este prisma, a difícil acessibilidade aos universos institucionais estatais (e outros) se revela bem mais complexa do que as impossibilidades apresentadas anteriormente pareciam sugerir, sendo, portanto, úteis, mas insuficientes, as estratégias propostas para burlá-la.

De conhecimentos locais modernos a segredos e mentiras

Gostaria aqui de levantar uma hipótese lógica: consideremos que as barreiras de acessibilidade narradas anteriormente desaparecessem, e que pudéssemos circular livremente nesses espaços e conversar com todos: a observação participante seria uma estratégia suficiente para as questões suscitadas pelos universos “up”?

Difícilmente a resposta a esta indagação seria positiva, ou seja, o problema de acesso ao campo e aos “nativos” não esgota os desafios metodológicos com que temos que lidar. A própria formação social em que estes estudos são

realizados, com sua circulação estendida, sua descentralização espacial, suas redes ampliadas de pessoas, coisas e símbolos, suas relações de poder capilarizadas, suas formas de produção material da vida tensionaram as formas de abordar, conceituar e construir os problemas a serem investigados antropológicamente que marcaram os estudos intensivos em pequenas comunidades que caracterizaram a disciplina dos anos 1900 – e não apenas suas estratégias de investigação.

É disto que estamos falando também quando nós etnógrafos propomos “engajamento polimorfo”, “etnografia multissituada”, “escuta engajada”, “etnografia de interface” e “etnografia de documentos”, apenas mencionada de modo transversal anteriormente. Se a característica da etnografia é produzir conhecimento em contexto, há que considerar que os conhecimentos locais com os quais estamos lidando têm uma localização e condições de produção que não pertencem apenas ao mundo da vida cotidiana ou aos imponderáveis da vida real a que se referia Malinowski. Os arranjos socioespaciais são distintos, não há um ambiente social totalizante em que se possa passar longo tempo convivendo com esses interlocutores a fim de capturar o ponto de vista nativo, mesmo se posto no plural. Assim, há que lembrar que a ambição etnográfica não é fazer pesquisa participante nem descrever mundos cotidianos, mas compreender contextos dinâmicos de experiências vividas e, por tal procedimento, construir conhecimentos locais que desafiem formas naturalizadas de conceber o mundo, mesmo quando, como colocaram Gupta e Ferguson (1992), os espaços não mais coincidam com localidades circunscritas.

Desta perspectiva, é impossível etnografar instâncias estatais (políticas e administrativas) sem considerar os volumosos e variados registros escritos, ou seja, “documentos”, que produzem: atas, relatórios, memorandos, memórias técnicas, portarias, decretos, projetos de lei etc. Afinal, concordando com Annelise Riles (2006), documentos são artefatos de práticas de conhecimento moderno que, por sua vez, definem a própria prática etnográfica – produtora, por excelência, de práticas singulares de criar documentos: as etnografias. Compreender as condições de produção de cada um desses artefatos (simultaneamente objeto etnográfico, orientação metodológica e categoria de análise) e o tipo de conhecimento que comportam e pretendem é um dos desafios postos pela e para a etnografia contemporânea. Tratar-se-ia de inserir as reflexões weberianas sobre a relevância dos documentos nas burocracias modernas no horizonte dos conhecimentos locais almejados pelo fazer etnográfico em busca de desnaturalizar visões de mundo e, por tal procedimento, propor novos contextos de significados iluminadores do universo empírico em foco. Nesse processo, o enquadramento analítico dos documentos, no intuito de não reduzi-los à referência que

fazem ao mundo exterior, buscaria conjugar: elementos retóricos e estéticos, indicadores de conflitos silenciados ou expressos em ambiguidades, de objetivos explícitos e usos inesperados, de pretensões universalistas e seus contextos particulares, de engenharia institucional e disputas políticas subjacentes.

Tal desafio torna-se, contudo, singular quando os dilemas ético-metodológicos apresentados anteriormente, no horizonte amplo da relação de desconfiança mútua entre pesquisados “poderosos” e pesquisadores, são ancorados em universos nos quais o mentir ou omitir fatos é parte do jogo a ser jogado, como é o caso da vida política – podendo ser, inclusive, esperado ou defensável que, eticamente, em certas circunstâncias, o político omita ou minta. Refiro-me aqui à ética da responsabilidade discutida por Weber, e manejada por muitos atualmente, na qual o político seria chamado a trair seus princípios em nome das consequências negativas que teriam para a coletividade caso fossem levados às últimas consequências. Dentre esses princípios, encontramos o “dever de verdade” (Weber, 1999:112). Assim, referindo-se ao contexto alemão após a Primeira Guerra Mundial, Weber afirma que “O político entenderá que essa maneira de agir (o dever absoluto da verdade), a julgar pelos resultados, longe de lançar luz sobre a verdade, irá obscurecê-la, pelos abusos e pelo desencadeamento de paixões que provocará”. E, continuando, conclui: “Para dizer a verdade, se existe um problema [de] que a ética absoluta não se ocupa, esse é o problema das consequências” (p. 113).

Ecoando em embates contemporâneos, tais ponderações nos levam a indagar, então, quando a mentira e o segredo não são legítimos nesse campo e, principalmente, como perdem legitimidade. Há que se considerar, portanto, os segredos, omissões e mentiras em contextos particulares, sendo fundamental indagar sobre quando essas categorias são usadas na política cotidiana em instâncias estatais, e quando se transformam em escândalo.

Como bem já havia percebido Simmel (1964: 312) em seu magnífico ensaio sobre o segredo e a mentira: “As estruturas sociais variam profundamente de acordo com a medida de mentira que nelas operam”. E mais, a mentira fala muito sobre quem mente. Assim, não se pode pensar a mentira sem considerar o mundo a que ela pertence, pois ela não é pura negatividade. Mentir para o inimigo na guerra é esperado e aprovado, somente um tolo não o faria. Mentir no exercício da advocacia é um dever profissional que se baseia no compromisso maior e anterior com os interesses do cliente (“mentira técnica”). Mentir ou se recusar a falar para proteger a confidencialidade das fontes é central à ética do jornalismo. Mentir ou omitir informações é esperado também dos funcionários políticos pelos governantes que os colocaram em suas posições, em nome

do alcance das metas de governo (políticas públicas e seus gestores políticos). O significado social da mentira requer, portanto, como explorou J. A. Barnes em *A Pack of Lies* (1994), que se pergunte: quem mentiu, para quem, como, quando, com relação ao presente ou ao passado, com que intenções e onde? Pois somente na consideração das interações concretas referenciadas no domínio maior e no contexto de disputa em que se inserem é que uma ação é metamorfoseada em mentir. Mentiroso é sempre o outro, é sempre uma categoria de acusação.

O caso dos políticos, contudo, traz um ingrediente novo, pois se antecipa que todo político não tem compromisso com a verdade, suspeita-se de que mentem o tempo todo. A questão é: quando a mentira esperada torna-se um escândalo, ou melhor, quando ela se revela como tal? Aqui, é preciso considerar o processo pelo qual, na vida política, algo vira informação na corte de reputação constituída pelos meios de comunicação, pois é quando a mentira vira notícia que ela se constitui ao ser revelada como tal. Os estudiosos da comunicação têm apontado que o que todos sabem não é informação, ou seja: no nosso caso, a afirmação de que todos os políticos mentem não traz nenhuma informação. É preciso particularizar, singularizar esta máxima, pois é o que rompe o mundo cotidiano de sentidos e antecipações compartilhadas que se transforma em informação. Ou seja, se a mentira é parte do *ethos* político, nem toda mentira é permitida aos políticos, estes mentirosos por excelência.

Eu arriscaria que a mentira mais grave é aquela proferida (em especial para os pares, mas não somente) em situações que transbordam o domínio político, ou que, por deslocamento de contexto, tornam-se públicas – o que vem a transformar as mentirinhas cotidianas das promessas, bravatas e barganhas em informação que reforça, atualiza e reifica o descrédito na coletividade.

Neste momento, todos se mobilizam para “separar o joio do trigo”, expressão tão usada no Congresso Nacional brasileiro. Mas é preciso investigar com mais acuidade esse processo e, feliz ou infelizmente, o que não faltam são casos em que a mentira é o pivô da cassação de mandatos parlamentares: deputado Sérgio Naya, senador Luiz Estevão e, mais recentemente, senador Demóstenes Torres, todos foram cassados. Afinal, já bem nos lembrava Goffman (1999), toda instituição tende ao fechamento e, eu completaria, as fronteiras entre segredos e mentiras são tênues e contextuais e ambos falam muito sobre os sujeitos que os manejam e fabricam, tanto em termos individuais quanto em termos de tipos sociais.

Sem dúvida esta é uma agenda de pesquisa relevante a ser perseguida por todos que aceitaram o desafio de investigar *de perto e por dentro* o mundo dos detentores de poder nas sociedades contemporâneas.

Referências

- BARNES, J. A. *A Pack of Lies: Towards Sociology of Lying*. Cambridge: Cambridge University Press, 1996.
- FORSEY, Martin G. Ethnography as Participant Listening. *Ethnography*, v. 11, n. 4, dez. 2010.
- GOFFMAN, Erving. As características das instituições totais. Introdução. In: _____. *Manicômios, prisões e conventos*. São Paulo: Perspectiva, 1999.
- GUPTA, Akhil; FERGUSON, James. Beyond "Culture": Space, Identity, and the Politics of Difference. *Cultural Anthropology*, n. 7, 1992.
- GUSTERSON, Hugh. Studying Up Revisited. *POLAR: Political and Legal Anthropology Review*, v. 20, n. 1, 2008.
- MALINOWSKI, Bronislaw. *Argonautas do Pacífico Ocidental*. São Paulo: Abril Cultural, 1984. Coleção Os pensadores.
- MARCUS, George. Ethnography in/of the World System: The Emergence of Multi-sited Ethnography. *Annual Review of Anthropology*, 1995.
- NADER, Laura. Up the Anthropologist – Perspectives Gained from Studying Up. In: DELL, H. Hymes (ed.). *Reinventing Anthropology*. Nova York: Pantheon Books, 1972.
- OLIVEIRA, Roberto Cardoso de. *O trabalho do antropólogo*. Brasília/São Paulo: Paralelo 15/Unesp, 1998.
- ORTNER, Sherry. Access: Reflections on Studying Up in Hollywood. *Ethnography*, v. 11, n. 2, jun. 2010.
- RILES, Annelise (ed.). *Documents. Artifacts of Modern Knowledge*. Ann Arbor: The University of Michigan Press, 2006.
- SIMMEL, Georg. The Secret and Secret Society. In: _____. *The Sociology of Georg Simmel*. Nova York: The Free Press, 1964.
- TEIXEIRA, Carla; Souza Lima, Antonio Carlos. A antropologia da administração e da governança no Brasil: área temática ou ponto de dispersão?. In: MARTINS, Carlos Benedito; DUARTE, Luiz Fernando D. (org.). *Horizontes das Ciências Sociais no Brasil: Antropologia*. São Paulo: Anpocs, 2010.
- WEBER, Max. *Ciência e política*. Duas vocações. São Paulo: Cultrix, 1999.

Etnografando documentos: uma antropóloga em meio a processos judiciais

Adriana Vianna

O convite para o seminário que deu origem a este livro me fez retornar com outro olhar a meu material de pesquisa de muitos anos atrás, quando me debrucei sobre processos de definição da guarda de *menores* pela Justiça da Infância e Juventude que tramitaram no começo da década de 1990.¹ Os processos tinham, então, já cerca de dez anos, e meu interesse estava em parte balizado pelo fato de corresponderem ao início da implantação da nova legislação relativa à infância, o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA). Interessava-me ver o trânsito, manutenção ou transformação de categorias, concepções e práticas de gestão no momento emblemático de substituição da antiga legislação “menorista” pelo novo corpo legal, afinado à doutrina do melhor interesse e, em especial, à concepção já definida – na Constituição Federal de 1988 e na Convenção Internacional sobre os Direitos da Criança, de 1989 – da criança e do adolescente como “sujeitos especiais de direito”.

Preocupava-me, então, com a produção de destinos, relações e, por que não?, de pessoas que emergiriam desse encontro entre vários agentes, agências e formas de classificação: leis, documentos judiciais variados, histórias de vida capturadas, narradas e avaliadas sob condições específicas. Minhas “elites”,

- 1 Embora o termo “menores” não seja utilizado mais na legislação e tenha sido alvo de duras críticas, sobretudo desde o começo dos anos 1980, minha opção por usá-lo, como discuto longamente na tese, foi para enfatizar a relação de *menoridade* como cerne da reflexão. Como explico naquele trabalho: “Antes de mais nada, o uso do termo *menoridade* permite um maior afastamento com categorias muito naturalizadas, como infância ou crianças, imediatamente associadas a um dado período de vida. Além disso, *menoridade* imediatamente evoca uma relação – com a *maioridade*, seu contraponto – com um tipo específico de regulação social, vindo do universo jurídico. [...] quando uso *menor*, estou procurando enfatizar a posição destes indivíduos em termos legais ou de autoridade. Esse ponto é importante para destacar aquilo que considero um dos pressupostos centrais desta tese: a *menoridade* é, antes de mais nada, uma relação de autoridade e, mais especificamente, de dominação” (Vianna, 2002:6)

portanto, eram, antes de qualquer coisa, elites dotadas de capital sem par: a autoridade de descrever/prescrever a legitimidade de certas relações em detrimento de outras, de definir, em nome desses recém-proclamados “sujeitos de direito”, a quem pertencia o poder e a obrigação de “guardá-lo” em sua casa, em sua rede de parentesco, em seus afetos considerados saudáveis e adequados.

O processo de pesquisa e escrita levou-me, entre muitos desvãos e alterações, como de praxe, a refletir também sobre a natureza específica da etnografia que ia construindo, e que tinha em seu centro um conjunto de mais de cem processos com sua natureza e sua forma narrativa peculiares. Como angustia-da doutoranda de Antropologia, não raras vezes me perguntava sobre o quão “etnográfica” de fato era minha aventura antropológica, cedendo aos clichês e jargões batidos da disciplina. Em parte por isso, e em parte porque a atenção às práticas de gestão que se desenrolavam por meio dos processos foi ocupando cada vez mais o centro do trabalho, vi-me obrigada a elaborar algumas reflexões sobre o que aqueles documentos pareciam, em sua forma própria, produzir como um mundo social. Como costuma acontecer em inúmeras pesquisas de cunho etnográfico, portanto, via-me estranhando meu material – e a mim mesma na relação com ele –, e obrigava-me a descrever de modo mais produtivo seus percalços, recorrências e, até mesmo, idiossincrasias.

Em momentos posteriores, incluindo o do seminário aqui tratado, fui provocada a falar e a refletir novamente sobre vicissitudes das etnografias feitas com e a partir de documentos, como muitos antropólogos vêm fazendo há tempos e muito antes que eu o fizesse.² A experiência de orientação de trabalhos que lidavam parcial ou integralmente com material documental, por sua vez, mostrou-me que a perplexidade da então doutoranda não tinha se extinguido do mundo acadêmico antropológico, renascendo, com peculiaridades, nas “novas gerações”. Para minha sincera surpresa, considerações sobre o tema da

- 2 Para citar apenas alguns que têm impacto direto sobre este trabalho, ver Souza Lima (1995) e Carrara (1998). Os trabalhos de Ramos (2006), de Cunha (2002) e, em especial, de Lugones (2012) trazem reflexões sobre o tema que também me foram caras em diferentes momentos. É importante mencionar também o seminário “Quando o campo é o arquivo”, organizado pelo Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (Cpdoc), em 2004, e que deu origem à publicação do número 36, volume 2, da revista *Estudos Históricos*, com o título “Antropologia e arquivos”. Entre os trabalhos que orientei, registro desdobramentos e sofisticações marcantes dessas questões de pesquisa em Ferreira (2009; 2011); Lacerda 2012 e Lowenkron 2012.

etnografia documental, redigidas sem maiores pretensões em algum ponto desse tempo posterior à tese, bem como reflexões nela desenhadas, foram se mostrando pelo menos parcialmente úteis para alguns desses pesquisadores. Aproveitando, assim, a oportunidade de retomar a discussão e de publicá-la, decidi que poderia ser interessante apresentar, sob a forma de prólogo, breves considerações sobre a estranheza que ainda parece acometer a nós, antropólogos, ao tecermos etnografias a partir de material documental. Não se trata, aviso logo, de qualquer tentativa de vaticinar uma posição ou de estabelecer um lugar de autoridade discursiva, mas sim uma espécie de inventário de imagens mais ou menos explícitas que parecem rodear e assombrar o campo de significados do trabalho etnográfico.

Passado esse prólogo, revisito o material de processos de guarda de crianças e adolescentes do modo como o explorei à época, salvo inserções e alterações inevitáveis ao processo de reescrita. Afinal, como procurarei indicar, documentos formam um *corpus* vivo, que se altera e que perfaz novos mundos a cada leitura. Assim vivi os processos que pesquisei há tantos anos e assim vivo, agora, o material que eu mesma confeccionei. Já não o olho como antes e ele, é claro, também já não se oferece ao meu olhar do mesmo modo.

Desassossegos da etnografia de/com documentos

Algo do relativo estranhamento que diz respeito à junção dos termos “etnografias” e “documentos” reside, a meu ver, parcialmente nas ficções um tanto míticas que são continuamente reinventadas a respeito do “trabalho de campo” – inclusive em algumas de suas vertentes mais reflexivas e modernas, com ênfase às vezes excessiva na subjetividade do pesquisador em seu encontro com os “interlocutores” – e parcialmente na perplexidade metodológica em relação à documentação escrita.

As limitações que podem sobressair em cada um dos casos, como a parcialidade do encontro direto com interlocutores em algumas cenas e situações, ou os silêncios evidentes que se destacam nos documentos, desafiam-nos de modo simultaneamente semelhante e distinto. Semelhante porque destacam as lacunas, a sensação contínua de falta, de estarmos submetidos tanto a regimes de fala – conversas, entrevistas, depoimentos – quanto de silêncio. Coisas que não apenas não nos são ditas, seja por pessoas de carne e osso ou por pessoas de papel, mas que sequer suspeitamos ou sobre as quais podemos nos interrogar, por não termos indícios ou provocações que minimamente nos aticem a

curiosidade e a capacidade de ficarmos incomodados. Distintos, porém, porque conferimos propriedades sociais muito diversas à loquacidade-silêncio de cada um desses domínios ou formas.

Nas “aldeias-arquivo”, como chamou certa vez Sergio Carrara (1998) o universo etnográfico feito de documentos acumulados sobre o qual ele e tantos de nós já nos debruçamos, não é raro atribuímos o peso do silêncio – e a desconfiança em relação à loquacidade – ao fato de lidarmos com documentos, como se houvesse uma promessa mágica (escondida em algum ponto) de completarmos as lacunas a que esse interlocutor singular nos condenou. Temos os depoimentos nos autos de um processo, mas o que as pessoas disseram efetivamente? Temos os registros burocráticos de sua queixa, justificativa ou pedido, mas como se deu a interação com o funcionário do outro lado do balcão? Temos a cor da pele que ficou registrada nos formulários, mas como se deram os jogos relacionais entre entrevistador e entrevistado que podem ter contribuído de maneira significativa para essa resposta?

Nesse sentido, quero propor aqui que, se em qualquer pesquisa etnográfica vigora certo ato de fé ou, no mínimo, um voto de confiança em relação aos relatos produzidos, no caso das pesquisas centradas em documentos, os incômodos movimentados para que essa confiança se estabeleça e se consolide são de natureza distinta. Envolvem, antes de tudo, a elaboração sobre a verdade própria do escrito e do documentado que nos capacite ultrapassar a falta primordial da etnografia fetichizada no encontro cara a cara, das horas partilhadas no mesmo espaço e tempo entre pesquisadores e pesquisados.

E, para além disso, implicam levar a sério a condição peculiar de “aldeamento” em que as vidas documentadas se encontram: em gavetas, em arquivos, em pastas numeradas. Podem essas ser pilhas sujas de coisas que ninguém quer olhar; podem ser papéis interditos a olhos não autorizados; podem ser parte de fragmentos da vida de alguém: a “ilusão biográfica” de um réu, de uma testemunha, de uma criança cujo destino precisa ser decidido até data tal, impreterivelmente. Ou que suscita maiores averiguações em até 30 dias. E mais 30, e talvez um pouco mais. Vidas cheias de espaços temporais que registram as idas a uma unidade administrativa para “regularizar uma situação de fato”. Ou talvez o retorno à delegacia para dizer que “a relação está harmoniosa e quer retirar a queixa” contra o companheiro. Ou simplesmente carimbos e protocolos que consagram o adiamento de audiências no processo sobre o assassinato de seu filho, irmão ou marido.

Vidas que não apenas nos chegam fragmentadas, mas que, na realidade dessas aldeias-arquivo específicas, assim se apresentam, como “pedaços que

interessam” à narrativa que por trás deles se costura: o processo criminal, a decisão judicial sobre a guarda de uma criança, o vigor de um inquérito policial que pode reconhecer naquele ato narrado um crime efetivo. Seu retalhamento e seu alinhavo a outros fragmentos – depoimentos, carimbos, protocolos – compõem as condições etnográficas que nos interessam e que nos são possíveis. É no desenho sinuoso da produção de suas faltas e parcialidades que devemos procurar sua riqueza específica, sua força como constructo e como agente social, como marcas que nos indicam os mundos de onde emergem, mas também os novos mundos que fazem existir.

O trabalho de registro, descrição e escolha de suas marcas significativas passa, desse modo, pela consideração não apenas do que nos é mostrado nos sedimentos documentais, mas daquilo que parece conduzir nosso olhar, como um interlocutor que insiste que prestemos atenção na bruxaria ou no gado, tumultuando e alterando nosso roteiro inicial de pesquisa. Esse chamar a atenção surge, por exemplo, nos argumentos que se reiteram ao longo de diferentes peças documentais de um processo, ganhando relativa autonomia e a força de verdade pela repetição, ao mesmo tempo em que outros são esquecidos, apagados. Mas também podem ser cenas e descrições destacadas, como as que narram atos de carinho e cuidado com uma criança; a aquisição de bens que revelam o desvelo já existente ou ambicionado, reservado à criança que está por vir; a reprodução, em jargões próprios, das motivações e justificativas para não cuidar ou não cuidar mais ou não cuidar apenas por um tempo enquanto a vida não melhora.

Defendo, assim, que levar a sério os documentos como peças etnográficas implica tomá-los como construtores da realidade tanto por aquilo que produzem na situação da qual fazem parte – como fabricam um “processo” como sequência de atos no tempo, ocorrendo em condições específicas e com múltiplos e desiguais atores e autores – quanto por aquilo que conscientemente sedimentam. Quando digo conscientemente não suponho intenções pré-fabricadas, mas tão somente a presença constante dos constrangimentos que lhe são inerentes como documento: algo que selará um destino, sob a forma de sentença final; que ficará arquivado, podendo ser consultado, mediante condições específicas, por diferentes atores em diferentes momentos; que exige daqueles que produzem, alinham e acumulam seus fragmentos o compromisso com o efeito de coerência que deve ser sentido em seu conjunto. Sua obrigação presumida de ser algo que deve permanecer e durar, dada, antes de mais nada, por seu caráter de “documento”, percorre, desse modo, todo seu processo de confecção e seus múltiplos e variados tempos.

Considerar quem são os atores centrais para sua confecção nos leva, como em qualquer etnografia, não à fantasia de personagens isolados e individualizados, mas ao rastreamento de conexões, interações, condições desiguais de fala. As gramáticas por eles mobilizadas revelam limites discursivos dados por sua posição e atribuição em cenas específicas, mas também suas margens de agência, escolha e expertise. Crer e descrever da ficção que esses personagens documentados nos apresentam é parte, portanto, do nosso trabalho de dialogar com eles, torná-los “nossos” e, ao mesmo tempo, sermos por eles conduzidos, seduzidos e, quem sabe, enganados. Na etnografia documental contamos, refletimos e delineamos, portanto, algo desse encontro arisco, tenso e cheio de afetos que empreendemos com essas vidas feitas papel, arquivo e administração. Nossas precauções, como em qualquer etnografia, envolvem levar a sério o que nos é mostrado, o modo como essa exibição se ordena, a multiplicidade de vozes e mãos presentes na sua confecção, sua dimensão material, seu lugar em cadeias de outros documentos e ações, suas lacunas e silêncios. É um pouco dessas atenções que procurarei explorar a seguir, a partir dos processos judiciais em torno da guarda de crianças.

Dos fragmentos que fazem destinos: lidando com processos de guarda

Quando iniciei a pesquisa com os processos judiciais de guarda de crianças, esses se encontravam temporariamente localizados no Arquivo Nacional do Rio de Janeiro. Sua consulta, porém, dependia da autorização da Justiça da *Infância e Juventude*, à qual burocraticamente “pertenciam”. Conto isso porque é importante lembrar que minhas condições de acesso a esse material envolveram um compromisso formal de preservação dos nomes que constam nos autos, em especial das crianças e adolescentes que são o centro de cada processo. Essa informação aparentemente banal, uma vez que se supõe que o sigilo sobre as identidades dos chamados “informantes” seja a regra – com exceções, como toda regra –, não me parece tão banal assim nesse caso. Se mais não for, pelo fato de que aqui não estão em jogo os cuidados éticos do pesquisador ou suas negociações com seus interlocutores, mas sim o compromisso desse mesmo pesquisador com a instituição que simultaneamente produz o processo, confere-lhe validade e o guarda. Afinal, mesmo que haja um arquivo responsável por seu depósito físico, a “autoridade” crucial sobre os usos que podem ser feitos desse processo repousa no próprio Judiciário.

E de que falam tais processos senão de complexos jogos sociais de produzir autoridades? Tendo por centro um *menor*, ou seja, um indivíduo legalmente compreendido como sendo, nos termos atuais, sujeito especial de direitos, o que os processos criam e cristalizam são múltiplos jogos de produção, deslocamento ou destituição de autoridades. Sua pergunta chave é “quem deve guardar uma criança?”. E a resposta vem por meio da escolha de um *responsável* legal devidamente localizado em uma *casa*. Longe de ser apenas um espaço físico, a *casa* deve ser pensada também como espaço moral, já que materializa a relação de responsabilidade do guardião sobre a criança ou adolescente e como espaço burocrático, uma vez que pode ser alvo de potenciais visitas de assistentes sociais. O endereço que obrigatoriamente precisa constar dos processos representa, desse modo, a prova da correção dessa escolha judicial, servindo também para afastar uma das mais graves fantasmagorias em torno de tais crianças e adolescentes: a de que não tenham um lugar fixo e que comecem a vagar pelas ruas.

As múltiplas categorias obrigatórias dos processos formam um intrincado léxico do que “deve constar”, do que pertence à ordem da exibição burocrática mais fundamental: a descrição física das casas, o registro sob a forma de depoimentos das demandas e contestações apresentadas em audiências, o número de visitas feitas por assistentes sociais, os vistos e assinaturas breves dos curadores de menores. De modo semelhante, é relevante o registro de certas singularidades, quando ocorrem: a intervenção de psicólogas em situações para as quais as técnicas de acordo das assistentes sociais revelam-se insuficientes, a seleção de anexos considerados importantes: bilhetes, fotografias, laudos médicos. Entre aquilo que é obrigatório em um processo, do ponto de vista da sua confecção burocraticamente correta, e esse conjunto de variações e detalhes está a possibilidade da combinação entre a regra universal e os casos singulares. Ambas, regras e singularidades, são o sentido de uma arquitetura documental como a que é formada pelo cotidiano dos processos: é preciso exibir a correção frente ao genérico da lei e frente à multiplicidade de indivíduos, redes e dramas que chegam e são vividos nas salas da Justiça.

Na mágica conversão desses dramas em textos, em autos, reside a dimensão propriamente administrativa da Justiça da *Infância*, ao conformar uma infinidade de situações em um conjunto controlável e aparentemente coerente de conflitos, mediações e decisões. E de guardá-los. E de me permitir vê-los, com o ritualizado compromisso de que não citaria nomes. Cabe aqui dizer que não só não citei os nomes, como decidi suprimir os números processuais, algo que jamais me foi pedido, pensando que não fazia sentido um anonimato tão parcial, visto que as identidades burocráticas de todos estavam logo ali, em algumas

seqüências numéricas. Se conto isso agora não é para cometer uma daquelas anedotas de campo, também tão vulgares, que sustentam a tradicional divisão entre o texto nobre da monografia e os “diários secretos” de campo, mas porque a mesma dimensão teatralizada em que me vi colocada é a que percebo nos processos como um todo. A construção da sentença como algo coerente também carrega esse mesmo componente, essa ambição de adequar-se à lei e às personagens que vão sendo fixadas em frases emblemáticas e em traços selecionados para serem depositados nos autos.

Dito isto, creio ser importante descrever um pouco da composição dos processos de guarda. Estes têm início com uma petição por parte dos que estão requisitando a guarda do menor, seguindo em ordem cronológica até a sentença final. Os processos se compõem como uma investigação, ou como várias investigações agregadas, cujo primeiro passo consiste em verificar a situação legal original em torno do *menor* que está motivando esse tipo de pedido. Em alguns casos, a responsabilidade legal sobre o *menor* está definida pelo que então se denominava *pátrio poder* – atualmente *poder familiar* – de um ou ambos os pais. Nesses casos, ou o próprio detentor do *pátrio poder* endossa, desde o princípio, a petição de guarda, sendo de qualquer forma chamado a uma entrevista no Juizado para esclarecer essa concordância, ou – caso um dos pais ou ambos estejam ausentes – são expedidos comunicados, no *Diário Oficial*, solicitando seu comparecimento ao Juizado. Caso este(s) não se pronuncie(m), a guarda pode ser passada à revelia, o que implica obviamente a cassação do *pátrio poder*.³

- 3 A expressão *pátrio poder* foi substituída por *poder familiar* pela lei 12.010/2009. No momento da pesquisa, a perda ou a suspensão do *pátrio poder* estava definida no ECA entre os artigos 155 e 162 da seguinte forma: “Art. 155: O procedimento para perda ou suspensão do *pátrio poder* terá início por provocação do Ministério Público ou de quem tenha legítimo interesse. Art. 156: A petição inicial indicará: I – a autoridade judiciária a que for dirigida; II – o nome, o estado civil, a profissão e a residência do requerente e do requerido, dispensada a qualificação em se tratando de pedido formulado por representante do Ministério Público; III – a exposição sumária do fato e o pedido; IV – as provas que serão produzidas, oferecendo, desde logo, o rol de testemunhas e documentos. Art. 157: Havendo motivo grave, poderá a autoridade judiciária, ouvido o Ministério Público, decretar a suspensão do *pátrio poder*, liminar ou incidentalmente, até o julgamento definitivo da causa, ficando a criança ou adolescente confiado a pessoa idônea, mediante termo de responsabilidade. Art. 158: O requerido será citado para, no prazo de dez dias, oferecer resposta escrita, indicando as provas a serem produzidas e oferecendo desde logo o rol de testemunhas e documentos. § único: Deverão ser esgotados

O processo pode se compor, desse modo, de várias audiências, dependendo do grau de concordância ou discordância entre os envolvidos. Crianças e adolescentes podem também ser chamados a depor, o que, entretanto, não é muito comum. Além dos depoimentos, uma peça-chave dos processos são os *estudos sociais*, realizados por assistentes sociais no local de moradia do *menor* ou daqueles que pretendem ser seus guardiães. Desses *estudos sociais* constam itens, tais como: *situação civil-familiar* (dos requisitantes), *situação socioeconômica*, *situação habitacional* e *visita domiciliar*. Em alguns deles, as falas de crianças e adolescentes são registradas, mas, na sua maior parte, o que prevalece é o discurso indireto de assistentes, inclusive quanto a essas falas (“fulano disse-nos que...”). Os relatórios de assistentes sociais podem ser tomados como a alma dos processos civis, posto que é sobretudo neles que tanto juízes quanto promotores se baseiam, seja para solicitar audiências que acreditem ser necessárias, seja para construir sua versão/decisão sobre qual o *melhor interesse* da criança, de acordo com a doutrina preconizada pelo ECA.⁴ Ao contrário do que ocorre em processos criminais, as sentenças civis tendem a ser muito sumárias, sem maior detalhamento sobre a decisão tomada pelo juiz.

O pronunciamento dos promotores que assumem o posto de curadores de menores – ou seja, aqueles que são designados pelo Ministério Público como responsáveis pela defesa dos interesses desses menores – também costuma ser

todos os meios para a citação pessoal. [...] Art. 161: Não sendo contestado o pedido, a autoridade judiciária dará vista dos autos ao Ministério Público, por cinco dias, salvo quando este for o requerente, decidindo em igual prazo. § 1º: Havendo necessidade, a autoridade judiciária poderá determinar a realização de estudo social ou perícia por equipe interprofissional, bem como a oitiva de testemunhas. §2º: Se o pedido importar em modificação da guarda, será obrigatória, desde que possível e razoável, a oitiva da criança ou adolescente. Art. 162: Apresentada a resposta, a autoridade judicial dará vista dos autos ao Ministério Público, por cinco dias, salvo quando este for o requerente, designando, desde logo, audiência de instrução e julgamento” (Brasil, 1990, n. p.).

- 4 As atribuições de assistentes sociais, e de demais membros da equipe interprofissional, que deve acompanhar o trabalho judicial realizado pela Justiça da Infância e Juventude também está delineado no ECA. De acordo com o “Art. 151: Compete à equipe interprofissional, dentre outras atribuições que lhe foram reservadas pela legislação local, fornecer subsídios por escrito, mediante laudos, ou verbalmente, na audiência, e bem assim desenvolver trabalhos de aconselhamento, orientação, encaminhamento, prevenção e outros, tudo sob a imediata subordinação à autoridade judiciária, assegurada a livre manifestação do ponto de vista técnico” (Brasil, 1990, n.p.).

muito sucinto. Agindo em parte como fiscalizadores do processo como um todo, os promotores/curadores solicitam informações que consideram estar faltando ao processo, ou indicam a necessidade de novas audiências com os envolvidos, quando julgam necessário.

Um tipo singular de processo de guarda envolve não a passagem entre particulares da responsabilidade legal sobre um menor, mas a assunção dessa responsabilidade em relação a algum *menor* que se encontra em instituições. Também nesses casos pode haver ou não registro de pais biológicos conhecidos e estes, por sua vez, podem manter ou não contato com o menor que estava internado. O período inicial de guarda, nesses casos, é acompanhado de visitas de assistentes sociais para monitorar o que normalmente é visto por esses profissionais como sendo um período de *adaptação*.

Outra possibilidade para a situação da guarda é quando esta ocupa um papel intermediário em processos de adoção. Também aqui mais de uma situação é possível. Em alguns casos, a adoção é um objetivo definido desde o início, e a guarda funciona como um dispositivo legal semelhante ao que ocorre com processos envolvendo *menores* que se encontravam em instituições de internação, ou seja, permite que seja feito um acompanhamento do período normalmente tratado como de *adaptação*. Singularmente, quando o desejo de adoção é explicitado desde o princípio do processo, há um esforço bem maior em acompanhar esse período, perceptível no volume de visitas de assistentes sociais. Essa maior preocupação está relacionada, sem dúvida, ao próprio estatuto mais definitivo da adoção em relação à guarda. Enquanto a primeira supõe o cancelamento do vínculo biológico original, a segunda apresenta-se como mecanismo mais flexível, na medida em que a transferência tanto da responsabilidade quanto da autoridade sobre o menor não implica cancelamento da maternidade ou paternidade.

Uma segunda possibilidade, porém, é a do desejo de adoção manifestar-se legalmente após um período de guarda. Nesse caso, em vez de a guarda ser uma espécie de estágio intermediário da adoção, o que se tem é a produção de dois processos diferentes, mas interligados. Ou seja, inicialmente têm-se os trâmites que viabilizam e consolidam a guarda e, após um intervalo bastante variado de tempo, inicia-se um novo processo para adoção definitiva do *menor* que já se encontrava sob a guarda de um indivíduo ou casal. Nesse tipo de situação, nova modalidade de discordância entre pais e guardiães pode se estabelecer, com os primeiros já tendo concordado com os termos da guarda, mas se negando a aceitar a adoção, exatamente por essa representar a ruptura legal definitiva entre pais biológicos e filhos.

O que os processos de guarda permitem perceber, portanto, é parte da dinâmica que relaciona a administração com diferentes atores sociais que ocupam, ao mesmo tempo, o papel de demandantes e objetos de regulação, bem como o poder que essas experiências de negociação têm para redefinir representações e relações sociais. Tentando compreender melhor sua força como constructo social, procurei tomar os processos a partir do que chamei de suas positivities, ou seja, daquilo que os modela ativamente, que lhes dá sentido como documentos administrativos, que gestam e gerem relações.⁵ Tais positivities, que são obviamente uma construção analítica minha, levam em conta tanto os limites produtivos a que esses documentos específicos estão constrangidos – a forma processual descrita antes; a obrigação de coerência relativa e de desfecho judicial e administrativo; a presença de diferentes atores institucionais etc. – quanto a circulação de gramáticas morais compartilhadas de modo desigual por administradores e administrados. Nesse entrecruzamento, fazem-se unidades domésticas, de preferência sob o ícone da *família* em todas as suas variáveis moralmente aceitáveis, e fixam-se relações temporariamente instáveis. A decisão judicial resulta, afinal, numa relação de autoridade sancionada, com a consagração de *responsáveis* legais para um menor e em um destino conhecido, uma *casa* onde deverá viver e ser “guardado”. As positivities aqui desenhadas – processos como bens administrativos, como experiências de negociação em vários níveis e como redefinidores de limites domésticos – buscam traduzir algo dessas dinâmicas, considerando os processos como simultaneamente artefatos e artífices de realidades sociais.

Processos como bens administrativos

A primeira das positivities a que me referi, ou seja, a dos processos como bens administrativos em circulação, deve ser pensada, antes de tudo, em relação à distância entre o falado e o escrito, especialmente se considerarmos o escrito como mecanismo de controle burocrático e construção ou afirmação de autoridade. Nesse sentido, o conjunto de relatos de que os processos são feitos precisa ser tomado como resultado da conversão das falas em depoimentos escritos e desses,

5 Sobre as relações entre administração e dominação e, em especial, sobre as dimensões de cuidado e controle enfiadas no “gestar” e “gerir”, ver Souza Lima (2002).

em peças para produção de uma decisão administrativa e judicial. As condições de constrangimento das falas, dadas pela própria situação de estar perante um conjunto de especialistas com poder de avaliação e de decisão – assistentes sociais, curadores, juízes – pleiteando algo ou rebatendo questionamentos e cobranças de comportamento, as transformam em peças discursivas singulares.

Desse modo, a escolha sobre como narrar a relação com a criança, cuja guarda está sendo decidida, ou com qualquer outra pessoa relacionada a ela, carrega sempre o peso de produzir uma versão de si mesmo que possa ser tomada como positiva perante os especialistas com quem a interlocução assimétrica está sendo estabelecida. Mesmo em situações aparentemente menos conflitivas – quando há acordo na cessão da guarda de uma criança –, está presente o esforço em limitar uma eventual representação negativa daquele que cede, sobretudo se estão presentes imagens do abandono ou do descaso com a criança de cuja guarda se abre mão. Assim, as “biografias” cristalizadas na escrita do processo têm por função tanto construir representações – reputações, pode-se dizer – sobre e para todos os envolvidos quanto intervir nos próprios rumos do processo e da decisão judicial que o encerra.⁶

O poder de “tornar explícito o implícito” que a escrita traz (Goody, 1987:127) interfere diretamente na natureza das falas que vão sendo depositadas ao longo dos autos. A descrição das relações estabelecidas entre os envolvidos compreende, dessa forma, certo cálculo da repercussão que tais descrições podem ter. O que é interessante destacar, porém, é que esse cálculo não parece pertencer apenas aos demandantes ou demandados, mas também aos especialistas. Estes, como responsáveis pela condução e desfecho do processo, estão duplamente constrangidos ao registrar suas falas ou ao conduzir e intervir sobre as falas alheias: por um lado, precisam mostrar-se afinados com a linguagem que seu saber especializado exige e, por outro, devem tornar simultaneamente visíveis e invisíveis – ou audíveis e inaudíveis – certos relatos produzidos pelos depoentes. Ou, melhor dizendo,

6 Como lembra Bourdieu (1996:81–82), “todo agente social aspira, na medida de seus meios, a este poder de nomear e constituir o mundo nomeando-o: mexericos, calúnias, maledicências, insultos, elogios, acusações, críticas, polêmicas, louvações são apenas a moeda cotidiana de atos solenes e coletivos de nomeação, celebrações ou condenações de que se incumbem as autoridades universalmente reconhecidas”. O que procurarei discutir por meio dos casos selecionados é a relação entre o poder de nomeação dos diferentes agentes presentes no processo e a própria peculiaridade desses atos discursivos quando transformados em depoimentos e decisões judiciais.

como se encontram ao mesmo tempo na posição de investigadores das relações que lhes são trazidas – ou das que podem se consolidar após a decisão final – e na posição de produtores de uma “solução” administrativa para a criança cuja guarda está sendo decidida, precisam compor os depoimentos, relatórios, pareceres e demais peças narrativas do processo, de modo a viabilizar tal solução, sem correrem o risco de danificar sua imagem profissional.

Creio que o elemento mais expressivo dessa duplicidade é o discurso indireto dos assistentes sociais, presente, sobretudo, nos *estudos sociais* produzidos por tais profissionais. A invisibilidade das perguntas, a seleção do que deve constar dos relatórios em diferentes momentos do processo, a comparação entre as possibilidades oferecidas pelos pleiteantes à guarda, a escolha de cenas a serem narradas com destaque, entre outros, constroem o julgamento sob a aparência de descrever realidades, e conduzem à “solução” debaixo da capa da neutralidade técnica do discurso especializado. Assim, a escolha do que deixar registrado ou do que silenciar ao longo do processo precisa ser compreendida a partir desse horizonte primordial de constrangimento: a busca de uma solução administrativa, de uma *casa* onde situar alguém durante a sua *menoridade*.

Por outro lado, como foi dito, tal solução não pode ser produzida e, em certo sentido, naturalizada como consequência das condições antes relatadas pelos profissionais sem o apego à forma do discurso especializado, o que vale tanto para os relatórios dos assistentes sociais quanto para os pareceres e decisões de curadores e juízes. Desse modo, pode-se dizer que não apenas a produção de silêncios – tudo o que não fica relatado e registrado como observação ou fala – é decisiva para que os processos se construam como atos administrativos, mas também a formatação padronizada do que fica registrado é igualmente importante. Como destaca Bourdieu, a retórica de impessoalidade e neutralidade é condição essencial para que decisões judiciais singulares possam ser tomadas como universalizantes e, nesse sentido, como efeito de um processo de constante racionalização (Bourdieu, 1986:6). Nesse sentido, cabe notar que um dos elementos que permitem a apreensão social dos processos de guarda como decisões ao mesmo tempo específicas – trata-se sempre da guarda de uma criança singular – e universais – no sentido de obedecerem a princípios racionais e regulares – é a observância de certas regras discursivas que são sempre também regras administrativas.

Sob esse aspecto, o número de visitas a serem feitas à criança ou aos seus guardiães; a sistematização dos dados que se consideram relevantes para a decisão final; o recurso a psicólogos quando certos impasses se estabelecem, os inúmeros registros dando ciência do andamento do processo que os curadores emitem e outros dados têm por efeito converter os dramas singulares que chegam ou são levados ao

Juizado em atos da burocracia, capazes, portanto, de certa padronização e dotados de suposta neutralidade racional.⁷ Assim, as falas convertidas em depoimentos e as experiências de interação traduzidas por assistentes sociais em relatórios não devem ser entendidas como deformação de supostas “condições reais” de sua produção, mas como o único modo pelo qual encontram a operacionalidade e a legitimidade para se transformarem naquilo que é sua finalidade primordial: serem bens administrativos, peças narrativas que circulam pelas instâncias burocráticas cumprindo a função de padronizar problemas e produzir soluções.

A autoridade narrativa dos diferentes agentes especializados que transformam a polifonia das falas em peças padronizadas e unívocas é, assim, não apenas tributária da autoridade de posição de que dispõem, mas uma exigência a ser cumprida para que tal polifonia não crie a inviabilidade da administração dos “problemas” a serem resolvidos. Desse modo, é importante chamar a atenção para a delicada fronteira em que tais agentes e suas narrativas se movem: ao mesmo tempo em que é preciso relatar cada caso em sua singularidade, justificando inclusive a relevância de saberes especializados em investigações mais capilares, como o dos assistentes sociais, é igualmente necessário submeter todos eles a uma lógica comum, dada pela correção legal dos procedimentos adotados e pela investigação tecnicamente padronizada. A eficácia administrativa de tais processos reside, desse modo, no equilíbrio tenso entre o singular e o padronizado, e na capacidade de produzir prognósticos em torno da decisão tomada – ou seja, garantir que a relação de guarda sacramentada ao final do processo possa revelar-se eficaz na “criação” daquele *menor*.

Processos como experiências de negociação em vários níveis

A segunda positividade que propus para pensar as narrativas dos processos de guarda pode ser tomada como estreitamente ligada ao que chamei anteriormente de sua eficácia administrativa. Para que um processo resulte em uma solução – a colocação de uma criança ou jovem sob a guarda legalmente sancionada de

7 Embora exista recurso a psicólogos em alguns dos processos vistos, somente a partir de 1999, ou seja, posterior ao período em que os processos aqui tratados se localizam, foi constituído o Núcleo de Psicologia da Justiça da Infância e Juventude, com a contratação de quatro profissionais. A utilização dos serviços desses profissionais até então era feita de forma mais esporádica, apenas nos casos considerados especialmente difíceis por algum motivo.

alguém –, é necessário que diversas negociações se realizem. Se, como já destaquei, o processo implica a avaliação formalizada de todos os envolvidos por meio de diversos discursos técnicos, é inevitável que tal avaliação compreenda também certa dimensão de negociação, a começar pelas representações produzidas ao longo dos depoimentos. A conversão da fala em depoimento, ou da visita de assistentes sociais em relatórios, pode ser entendida igualmente como produto de diferentes negociações feitas entre os que são objeto do processo, em primeiro lugar, e destes com especialistas ao longo do processo, culminando com o seu desfecho, ou seja, com a definição legal da guarda.

As diferentes dimensões de negociação dos processos não podem ser resumidas, dessa forma, nem aos acordos ou litígios entre postulantes à guarda, nem desses com os especialistas do Juizado. Antes de qualquer coisa, estão sendo atualizadas elaborações e reflexões acerca do que seriam as obrigações sociais de “guardar” uma criança. Assim, os relatos sobre as relações prévias entre todos, sobre o comportamento dos pais biológicos e dos possíveis concorrentes à guarda, em relação ao que se pode oferecer à criança cuja guarda se está tentando obter, são o resultado de negociações no plano mais geral das representações sociais, sendo o processo como um todo parte de um grande esforço em remontar as histórias pessoais como histórias afinadas com o que seriam as representações mais decisivas do que significa criar uma criança.⁸

Cabe aqui destacar mais uma vez a diferença entre o que pode ficar no plano da fala e o que se sedimenta como relato escrito, configurando, nesse sentido, a própria memória indelével do processo. Como em qualquer processo judicial, nos processos de guarda estão presentes infinitas possibilidades e critérios de avaliação que não ficam explicitados nos autos. Assim, ao trabalhar com seus registros escritos, o que posso recuperar não são esses jogos múltiplos de classificação informal dos envolvidos, mas as falas consideradas por diferentes agentes como relevantes de serem registradas. Acusações, argumentos valorizadores de suas condutas, bens materiais ou simbólicos alardeados como parte das obrigações e benefícios daqueles que cedem ou que solicitam a guarda de

8 As discussões sobre as obrigações sociais encontram no trabalho de Marcel Mauss (1974) uma referência fundamental. Ao construir sua teoria sobre a dádiva, Mauss chama a atenção para a complexidade e a força social dessas relações ou, dizendo de outro modo, para o poder de coerção das representações que permeiam (e constroem) as relações de reciprocidade entre os homens. A discussão mais detalhada das obrigações nos processos pode ser vista em Vianna, 2006.

uma criança, comportamentos ou discursos tomados pelos especialistas como mais significativos que outros – e, por isso, devendo ser destacados em seus relatórios e pareceres – compõem o saldo cristalizado das diferentes negociações empreendidas ao longo do processo.

Por outro lado, o embate de representações que se cristaliza ao longo do processo não deve ser tomado de forma simplista, na qual categorias relativamente fechadas ou regulares de acusação se contrapõem a categorias igualmente fechadas de valorização. Como já chamei a atenção, a contextualização ou o conjunto de argumentos e de condições relatadas em torno a um caso de *abandono*, por exemplo, podem permitir que esse caso seja matizado de formas diferentes, inclusive no sentido de afinar-se com as representações mais relevantes sobre os cuidados em torno de uma criança. A mãe que constrói o relato das suas motivações para *abandonar* como algo, no fundo, relacionado à preservação da criança – frente à miséria ou à violência – encontra nas negociações empreendidas ao longo do processo um espaço de articulação diferenciado daquela que não consegue romper com a representação do *abandono* como um ato, em certa medida, egoísta ou negligente. Do mesmo modo, a construção do ato negociado de passar a guarda de um filho para outra pessoa também pode ser construído nos relatos e depoimentos como ato de dádiva, e não de fracasso individual ou irresponsabilidade.

O que procuro destacar, ao indicar que os processos comportam negociações em diferentes níveis, portanto, é que a situação judicial precisa ser compreendida, por um lado, como uma situação relativamente aberta, no sentido em que se constrói como embate de justificativas e relatos variados; por outro, como algo que comporta composições e confrontos de representações sociais mais complexas e variadas que as condensadas nos textos legais. Considerando que tais negociações explicitam compromissos ou obrigações, podemos tomar o trabalho de formalização que o processo judicial promove como a construção de outro patamar para tais compromissos. Ou seja, se em casos de solicitação ou disputa de guarda está em jogo a produção de representações favoráveis ao que se supõe socialmente que sejam as obrigações de um guardião, o fato de essas representações serem transformadas em registros escritos de natureza peculiar, como o variado conjunto dos autos processuais, as transforma em algo diverso das obrigações vividas fora desse contexto. Se não são situações sociais completamente em aberto (e qual seria, podemos nos perguntar), guardam algo de oportunidade, contenda e oferta argumentativa. Por mais que fique claro o esforço feito pelos profissionais de tipificar e alinhar as múltiplas narrativas a um estoque limitado de classificações – casos de abandono, violência, negligência etc.

–, os “atores narrados” procuram confrontar tais tipificações usando as armas da singularização de seus casos, suas vidas, suas crianças, seus motivos. Contam dos porquês, insistem no relato de emoções que figuram como atestados de sua condição primordial de boa mãe, que “abandonou para salvar”, que cede a guarda para dar melhores oportunidades à filha, ou que não cede nos termos que o outro quer porque sabe/sonha/ambiciona ter como criá-la melhor e só precisa de uma ajuda, de um tempo, de que aquilo que diz fique registrado nos autos.

Há, portanto, nos registros, uma espécie de contenda prévia, aparentemente invisível, que só nos chega a partir do efeito dado pelo registro administrativo. Se algo ficou registrado é porque, em processos de múltiplas exhibições e observações, falas e escutas, resultou ser importante o bastante para ali estar. Se não nos é possível capturar plenamente os termos dessa contenda, isso não desfaz a possibilidade de entendê-las como contextuais em duplo sentido, ou seja, produzidas em certas circunstâncias (nas visitas domiciliares, nas audiências etc.) e tornadas textos. A fala sobre a relação com a criança, com o pleiteante à guarda, com as dificuldades da vida é depoimento que reconta não apenas o vivido, mas o imaginado, o perdido, o desejado. É processo que torna objetivado aquilo que em algum momento foi experimentado, contorcendo-o em malhas de obrigações discursivas e buscando adequá-lo ao horizonte de expectativas do “outro” e da cena em que se está. É preciso ser a boa mãe, mesmo ou, sobretudo, quando se passa a guarda do filho para outro. É preciso ser o pleiteante desinteressado, mesmo quando a criança lhe chegou aos braços em ato quase mágico, dada no meio da rua.

Nesse sentido, creio ser possível tornar o específico dos registros feitos ao longo do processo algo que guarda propriedades de semelhança, mas também de diferença com o que é percebido nas relações prévias à ida ao Juizado. Se um dos elementos fundamentais nos depoimentos prestados, ou nos argumentos apresentados durante a visita de assistentes sociais às *casas*, é a montagem de uma história das relações – entre guardiães e pais biológicos, entre guardiães e sua parentela, de todos com a criança etc. –, pode-se tomar a própria experiência reflexiva e argumentativa desses depoimentos e relatos como transformadora de situações prévias.⁹

9 Diferentes autores têm focalizado, ao longo de suas experiências de pesquisa, o quanto o ato de relatar uma experiência vivida parece produzir sobre os entrevistados novas possibilidades de reflexão e elaboração dessas mesmas experiências. O balanço de vida feito nesses momentos, considerando relações familiares, de trabalho, escolhas feitas, frustrações,

Torna-se importante lembrar que as experiências judiciais – e os processos sendo seu produto burocrático – configuram-se como situações colocadas entre as ilusões da universalização absoluta dos códigos legais e da singularidade ou informalidade absoluta das negociações privadas ou domésticas. Se as experiências judiciais comportam margens muito mais amplas de valoração dos comportamentos e, conseqüentemente, de negociação entre os envolvidos, flexibilizando e complexificando o que aparece padronizado nos códigos legais, de outro modo, elas também formalizam obrigações que antes poderiam ser percebidas e vividas de forma menos explícita. O próprio princípio doutrinário da busca do *melhor interesse* da criança, implementado com o Estatuto da Criança e do Adolescente, acaba por legitimar esse ponto intermediário e singular das experiências judiciais, na medida em que a observância das regras legais supõe a particularização – dentro de certos limites – de cada caso avaliado judicialmente. Desse modo, pensando ainda na dimensão de negociação que as experiências judiciais comportam em comparação com a aparente rigidez dos códigos legais, é possível perceber no espectro variável dos *melhores interesses* a oportunidade de conversão legalmente respaldada de certos conflitos em acordos formalmente reconhecidos pelas partes em confronto.

decisões errôneas ou acertadas etc. efetivamente permite certo processo de reelaboração da identidade pessoal e, inseparável disto, de reflexão sobre o que seriam as expectativas com relação ao comportamento das pessoas com quem momentos e situações foram partilhados. Nesse sentido, podemos pensar que os depoimentos – para entrevistadores, mas também para investigadores dos mais variados tipos – produzem experiências de reflexão sobre si, sobre o outro e sobre o conjunto de valores sociais que os sujeitos supõem que orientam as suas ações e as do mundo ao seu redor. Faria (1993:1) resume essa questão em uma frase emblemática ao dizer que “o depoimento [...] permite que a pessoa que fala se transfigure em testemunha”. Uma discussão mais geral sobre a remontagem das trajetórias pessoais e, conseqüentemente, sobre a identidade social, pode ser encontrada, entre outros títulos, no trabalho de Goffman (1988). Já Pollak (1986) e Das (1999), por sua vez, também apontam questões acerca dos difíceis relatos em torno de experiências críticas, e alguns dos depoimentos recolhidos no trabalho organizado por Bourdieu (1997) trazem essa marca da remontagem de longas trajetórias de vida, em que parte das frustrações vividas no momento presente são tomadas como fruto de processos sociais mais amplos (isso fica especialmente claro na entrevista feita por Abdelmalek Sayad com um imigrante argelino na França, na qual ele, ao comentar a distância entre seu projeto de família e os rumos que os filhos tomaram, os isenta e a si próprio de culpa, declarando que a culpa é da emigração/imigração que os jogou nessa situação contraditória).

É importante, então, enfocar um plano específico de negociação que os processos compreendem: o da busca da conciliação, o da transformação de elementos de litígio em acordos sancionados por meio de uma instância de autoridade socialmente superior às partes. Nesse caso, a formalização de obrigações que a experiência judicial constrói tem papel decisivo, na medida em que não apenas faz com que regras sejam explicitadas e comportamentos cobrados por agentes em posição social distinta (e superior, em termos de autoridade) à dos envolvidos, mas porque possibilita o estabelecimento de um contrato formal – o processo, a sentença – onde antes havia, sobretudo, acordos e desacordos não formalizados. Voltando, portanto, ao que haveria de específico na análise de processos judiciais, creio ser importante pensar que os registros escritos que deles fazem parte são também o produto cristalizado desses esforços em construir acordos, o que implica, inclusive, o ocultamento do próprio papel de mediação que os especialistas desempenham. Embora em alguns momentos esse papel seja colocado de forma mais evidente, como em passagens nas quais assistentes sociais explicitam conselhos que deram ou correções ao comportamento de alguns dos envolvidos, em geral o que se pode perceber são práticas para tornar menos visível essa mediação.

Se, em outro momento, destaquei a importância dos discursos indiretos (“disse-nos que...”; “perguntado, falou que...”) na construção da eficácia administrativa dos processos, gostaria de sublinhar agora outro elemento importante no modelo narrativo dos relatórios de assistentes sociais: os intervalos de tempo e os silêncios que acompanham esses intervalos. Como os processos se compõem de diferentes audiências e de *visitas* de assistentes sociais entre essas audiências, o que neles fica registrado são os momentos mais emblemáticos para a obtenção da solução, para que se chegue à sentença. Entre esses momentos, porém, não só há evidências de que outras negociações entre os envolvidos podem transcorrer, como a ação mediadora dos assistentes pode continuar a ser exercida. Mães que inicialmente resistem a ceder a guarda dos filhos ou a transformar a guarda já concedida em adoção surgem em novas audiências declarando terem mudado de ideia, estarem agora esclarecidas sobre o que cada uma dessas figuras legais implica, estarem pensando melhor etc.¹⁰ Se é claro que o fato de os processos

10 A dimensão “aconselhadora” dos técnicos ou figuras de autoridade – como juízes – é destacada em diferentes trabalhos etnográficos, como os de L. Sigaud (1979) acerca de demandas de trabalhadores rurais, de A. Cardarelli (1996) sobre os conselhos tutelares,

envolverem em geral pessoas que se conhecem previamente ou que mantêm relações relativamente regulares entre si é decisivo para tais mudanças de rumo, transformando os registros escritos e as próprias situações judiciais formais em apenas um nível de negociação, que não exclui outros operando fora das audiências, também parece claro que a ação dos especialistas não se reduz nem às situações estritamente formais, nem ao que dessas situações fica registrado.

Nesses termos, a busca pelo acordo encontra nos especialistas a mediação fundamental, ao mesmo tempo em que há, da parte destes, o esforço em tornar relativamente opaca tal mediação, sedimentando nos autos apenas as decisões expressas diretamente pelos envolvidos. Os silêncios do processo, desse modo, são também significativos para pensar os limites da explicitação do papel mediador desempenhado pelos especialistas e a fronteira em que se movem, entre conduzir/costurar acordos e fazer com que estes pareçam ser fruto quase que exclusivamente do desejo das partes. Tal ação mediadora, por fim, pode ser entendida como parte de uma experiência de redefinição de limites familiares ou domésticos, como busco destacar a seguir.

Os processos como redefinidores de limites domésticos

A terceira positividade para a qual o trabalho com os processos aponta, a da redefinição de limites familiares ou domésticos, termo que prefiro utilizar, exige uma discussão prévia sobre como estou concebendo essas unidades. O princípio fundamental com o qual pretendo lidar é o da unidade familiar ou doméstica como algo dinâmico, ou seja, não tomado nem como previamente definido – pelos laços “de sangue” ou da maternidade/paternidade biológica –, nem como algo fixo sobre o qual venham a incidir mudanças ou a se inscrever rupturas. Em vez disso, procuro tomar tais unidades sobretudo como valores, no sentido de entendê-las, em primeiro lugar, como um conjunto de relações descritas pelos próprios agentes – os que chegam ao Juizado, mas também os especialistas que classificam tais relações em seus discursos técnicos – e, em

ou de J. Comerford (2003) sobre litígios em torno dos limites entre propriedades de diferentes famílias rurais, indicando que esta não é uma questão circunscrita a um tipo específico de conflito, mas que aponta para uma compreensão mais ampla do que seja o papel das unidades administrativas frente à resolução de tensões e impasses.

segundo lugar, como um enunciado qualificativo com capacidade de positivar certas relações (ser “uma família”, ser a “verdadeira família”, ser “a mãe de fato” etc.). Assim, os processos não apenas expressam o formato das relações que estão sendo questionadas ou remodeladas legalmente ao longo da construção de seus autos, como também podem ser compreendidos como experiências de embate moral e simbólico, a partir do que seria o conjunto de valores capaz de definir uma *família* ou, dizendo de outro modo, da própria *família* como um valor social.¹¹

A ida ao Juizado e a formalização de uma relação – por meio da definição da guarda – não podem ser pensadas como experiências externas à construção de tais *famílias* ou unidades domésticas, mas como parte vital dessa construção. Se, como destaquei no tópico anterior, há uma transformação no *status* e no reconhecimento social dos acordos domésticos informais quando são ratificados pelo Juizado, é possível ir além da ideia da formalização e pensar a experiência de negociação dos processos como constituinte de relações familiares ou domésticas. Desse modo, o que os autos sacralizam é parte da dinâmica social que envolve diferentes agentes sociais – inclusive os especialistas – no sentido de reconfigurar as relações em torno de uma criança cuja guarda está sendo decidida. Tomar a criança – ou o *menor* – como o ego de tais processos não significa, portanto, subscrever a genealogia das relações em torno dele como uma genealogia biológica, mas sim mapear a configuração social na qual ele se encontra, ou a configuração social que se ilumina a partir dele. Tal configuração, por sua vez, tem nas representações acerca do parentesco um dado social e simbólico fundamental, formando o universo de referência de todas as outras representações produzidas (como ser ou não ser “boa mãe”; ser a “verdadeira mãe”; ser “realmente parente”; ser “como alguém da família” etc.).

Se a relação de parentesco biológico é sempre o ponto de partida invocado de alguma forma nos processos – seja pela própria definição legal do *pátrio poder* como sendo originalmente dos pais biológicos, seja pela referência simbólica –, fazendo com que todas as soluções administrativas encontradas possam recair na figura legal da *família substituta*, isso não deve ocasionar o fato de as perguntas formuladas aos processos se prenderem a esse ponto de partida, isto é, não

11 Relembro aqui as críticas já antigas, mas ainda pertinentes, de autores como Schneider (1968; 1984) e Yanagisako (1979) à imaginação biológica que continuaria atravessando tanto os estudos sobre parentesco quanto os sobre família.

deve fazer com que se busque nos processos o registro da ausência da “família verdadeira” ou da substituição do “parentesco efetivo”, mas sim que se procure perceber a capacidade dos processos em produzir *famílias*. A polissemia de termos, como *família*, *casa* e de todo o universo semântico a eles relacionado aponta, no caso dos processos analisados, tanto para uma questão conceitual – a de não reeditar a imaginação biológica do parentesco – quanto para uma questão específica da investigação empírica que estou propondo: perceber de que modo tal polissemia permite construir critérios de julgamento e soluções administrativas.

Dessa forma, o recurso ao universo simbólico do parentesco para referendar a produção de novas unidades domésticas em torno do “ego” do processo – a criança sob guarda –, mais do que subscrever o parentesco biológico ou a *família nuclear*, está construindo opções alternativas a eles que, por diferentes razões, podem ser concebidas como administrativamente mais eficazes. A *família* produzida ou reformulada a partir da experiência do processo judicial precisa ser compreendida, desse modo, como indicativo da inseparabilidade entre as *unidades domésticas* – prévias, ratificadas ou transformadas pelo processo – e a administração estatal, ou, para utilizar a linguagem mais recorrente nos estudos sobre parentesco, como interligando dimensões domésticas e político-jurídicas.¹²

O ponto-chave dessa inter-relação, por sua vez, encontra-se no fato de que as *famílias* ou unidades domésticas legalmente sancionadas correspondem a *casas*, ou seja, correspondem a locais nos quais as crianças serão fixadas e por meio dos quais serão formadas, geridas, *criadas*. O que o processo constrói como viabilidade administrativa, portanto, é a demarcação de um local – o que

12 Marcelin (1996:126), concordando e desenvolvendo etnograficamente críticas apontadas por Schneider (1968; 1984) e Yanagisako (1979; 1977) aos estudos sobre família e parentesco, chama a atenção para o quanto esses estudos “inscrevem-se num circuito de comunicação onde os termos são previamente fixados”, levando a que não se consiga romper com postulados universalistas de família. Yanagisako (1979:194), especialmente, destaca que a fixidez das definições de família teria ainda por efeito operar com a cristalização da separação entre o domínio doméstico e o político-jurídico. Como exemplo dessa cristalização, a autora cita, entre outros, os trabalhos de Evans-Pritchard (1951; 1978) sobre os nuer, por este separar as relações entre sexos ou entre adultos e crianças como pertencentes ao doméstico, sendo exploradas em volume apartado do que congrega as análises sobre a estrutura social mais ampla desse mesmo grupo.

representa, fundamentalmente, um conjunto de relações às quais essas crianças passarão a ser identificadas. A construção narrativa dos processos evidencia essa preocupação, na medida em que as investigações sobre as possibilidades de guarda de uma criança direcionam-se não apenas para o escrutínio das relações de parentesco, mas também de moradia. Como foi descrito antes, um dos itens obrigatórios dos *estudos sociais* componentes dos relatórios feitos por assistentes sociais é o que pretende dar conta da *situação habitacional*, descrevendo a qualidade das condições materiais da moradia a ser oferecida, bem como das relações componentes da *casa* (quantas pessoas moram nela, que pessoas seriam essas, sua disponibilidade em aceitar a criança etc.). Nessas descrições, a dimensão simbólica do parentesco citado ou recriado é destacada pela atenção ao que seria o cotidiano da *casa*: o envolvimento nas tarefas domésticas, as condições de saúde e educação a serem oferecidas, se teria um quarto separado ou com quantas e quais pessoas este seria dividido, a presença de brinquedos etc. Nesse sentido, a materialidade da *casa* e suas relações podem ser pensadas como a tradução do projeto administrativo de que o processo trata: como garantir que um *menor* fique bem “guardado”.

Por outro lado, do mesmo modo que as *famílias* têm fronteiras variadas, raramente cabendo nos limites estritos do modelo da *família nuclear*, mas mobilizando redes variadas de interação e solidariedade, também as *casas* dificilmente podem ser retratadas como ilhas isoladas.¹³ Se as *casas* materializam relações, estas frequentemente ultrapassam os limites do local consagrado para que a criança seja “guardada”, inclusive na investigação movida por assistentes sociais. Constam nos processos, por meio de depoimentos e de relatórios, indagações (e as respectivas respostas) sobre a rede familiar mais extensa, sobre a proximidade física entre parentes, ou mesmo sobre a coabitação prévia de requisitantes e cedentes de guarda, como em casos que envolvem relações patronais domésticas. O cuidado em deixar registrados tais dados informa da sua operacionalidade no processo, ou seja, da sua capacidade em responder a pergunta que fundamenta toda essa operação judicial: com quem deve ficar a criança? A resposta que parece surgir dessa construção narrativa não aponta necessariamente para o que poderia ser caracterizado como o modelo ainda hoje ideologicamente

13 Os trabalhos de Bott (1976) sobre as redes sociais e de Fonseca (1995) sobre circulação de crianças são referências fundamentais para problematizar a questão da extensão e composição das redes familiares.

hegemônico de família, a *família nuclear* em torno de um *casal*, mas sim para uma rede mais variada de relações que possa assegurar a manutenção – material e simbólica – daquela criança.

Aquilo que os processos podem oferecer como riqueza de análise remete ao confronto, por um lado, entre valores e classificações sobre que tipo de *família* seria mais adequado para situar ou manter uma criança, expresso pelas investigações feitas por assistentes sociais e pela própria decisão final do juiz e, por outro lado, à variedade e plasticidade das opções de *casas* que se apresentam. Se o que fica sedimentado no processo precisa ser considerado como tendo um peso social diferente das relações e acordos que transcorrem em outro âmbito – fora da administração – é possível compreender, pela análise dos autos, algo sobre a dinâmica estabelecida entre as unidades domésticas e o aparato administrativo em torno das opções viáveis de guarda. Considerando, portanto, que o parentesco em si está sempre presente, nem que seja como modelo ideal e como relação de guarda juridicamente mais “natural”, o processo como um todo se constrói entre os limites dessa representação (“pais biológicos” ou “pais substitutos”) e a avaliação das opções concretas que podem ser mobilizadas para a guarda de uma criança.¹⁴ A redefinição de relações familiares ou domésticas que o processo constrói vai sendo delineada narrativamente entre esses dois limites, reforçando as representações em torno do parentesco e das melhores *famílias*, e também flexibilizando ou adequando tais representações até chegar ao que é sua finalidade primordial: encontrar *casas*.

14 Cardarello (1996) e Rizzini e Rizzini (1991) se voltam para a construção, sobretudo a partir dos anos 1980, de uma discussão sobre a inadequação da rua como local para a infância e, com isso, das possibilidades de recuperação, sob nova forma, da ideologia da “boa família” (a família “saúdável” para a criança). Cardarello, em especial, destaca como, no jargão de assistentes sociais, essas concepções se traduziram nas imagens de “família estruturada” ou “família organizada” (1996:28). Por outro lado, a mesma autora marca a importância, entre diferentes profissionais da Febem-RS, da categoria *vínculo* como critério importante na decisão de com que pessoas uma criança deveria ficar, ou mesmo para a discussão de dilemas, como separar ou não irmãos em casos de adoção. O *vínculo*, com sua base no discurso psi, pode invocar, desse modo, a força das representações de parentesco, mesmo que traduzidas, em alguns casos, mais como história de socialização do que como laço biológico em sentido estrito (p. 88–103).

Algumas notas de encerramento

Quando tive que escrever, obedecendo ao roteiro narrativo esperado em uma tese de doutorado, as minhas “conclusões”, não consegui iniciar senão por imagens que aparentemente nada tinham a ver com o material etnográfico central do trabalho. Em lugar de processos, discorri rapidamente sobre imagens colaterais que me assombravam, algumas incrustadas durante o processo de pesquisa em questão, outras simplesmente dispersas no cotidiano e reagrupadas sob o registro de uma mesma emoção incômoda. Eram, escrevi, sobretudo imagens de filas, em geral formadas quase que exclusivamente por mulheres. Filas no fórum do Rio de Janeiro às vésperas do recesso de fim de ano, para solicitar indulto de Natal para filhos, companheiros ou maridos. Filas na porta de um presídio pelo qual eu passava regularmente de ônibus a caminho de qualquer outro lugar. E, claro, os próprios rostos de homens, mulheres e crianças na Justiça da Infância e Adolescência nas vezes em que até lá tive que ir para cumprir minhas peregrinações burocráticas. A esses rostos ou silhuetas somavam-se fotografias, bilhetes, depoimentos sobre os quais me debrucei efetivamente.

Não quero retomar as discussões iniciais deste texto sobre etnografia documental e trabalho de campo, mas apenas assinalar que as projeções dessas imagens se completam a partir de certos feixes. Todas falam, de algum modo, da gestão de movimentações e, em especial, do poder de produzir fixações, de limitar e registrar errâncias, de conectar espaços e pessoas. Do lado de fora do presídio, filas de pessoas que poderiam circular, mas que ali estão, paradas, aguardando, atadas a seus múltiplos laços de afeto, de obrigação e de cuidado. Nos processos, por sua vez, desenham-se lugares e pessoas que podem receber outras pessoas, tomadas como incapazes de gerirem-se sozinhas em razão da idade. Em todos esses casos, estão presentes, explícita ou implicitamente, um sem número de certidões, de papéis e de carimbos que têm poder de atestar, comprovar ou indeferir. Perguntar-se sobre a desigualdade primordial que separa elites de qualquer tipo – inclusive o que poderia ser descrito como uma elite burocrática ou administrativa – do universo que a elas de algum modo se submete, mesmo que ocasional e situacionalmente apenas, é perguntar-se também sobre os documentos que são produzidos nesses encontros ou que os provocam.

Referências

- BOTT, Elizabeth. *Família e rede social*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1976.
- BOURDIEU, Pierre. La Force du droit – Éléments pour une sociologie du champs juridique. *Actes de la Recherche em Sciences Sociales*, n. 64, 1986.
- _____. *A economia das trocas linguísticas: o que falar quer dizer*. São Paulo: Papirus, 1996.
- _____. *et al. A miséria do mundo*. Petrópolis: Vozes, 1997.
- BRASIL. Ministério do Bem-Estar Social. *Lei federal n. 8.069/90*. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Brasília: Diário Oficial, 1990.
- CARRARA, Sérgio. *Crime e loucura: o aparecimento do manicômio judiciário na passagem do século*. Rio de Janeiro/São Paulo: Eduerj, Edusp, 1998.
- CARDARELLO, Andréa. *Implantando o estatuto: um estudo sobre a criação de um sistema próximo ao familiar para crianças institucionalizadas na Febem/rs*. Porto Alegre, 1996. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 1996.
- COMERFORD, John C. “Como uma família”: sociabilidade, territórios de parentesco e sindicalismo rural. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 2003.
- CUNHA, Olívia. *Intenção e gesto: pessoa, cor e a produção cotidiana da (in)diferença no Rio de Janeiro, 1927–1942*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2002.
- DAS, Veena. Fronteiras, violência e o trabalho do tempo: alguns temas wittgensteinianos. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 14, n. 40, São Paulo, junho de 1999.
- EVANS-PRITCHARD, Evan. *Kinship and Marriage among the Nuer*. Oxford: Clarendon, 1951.
- _____. *Os nuer*. São Paulo: Perspectiva, 1978.
- FARIA, Luís de Castro. *Antropologia: espetáculo e excelência*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro/UFRJ, 1993.
- FERREIRA, Leticia Carvalho de M. *Dos autos da cova rasa: a identificação de cadáveres não identificados no Instituto Médico Legal do Rio de Janeiro, 1942–1960*. Rio de Janeiro: Laced/E-papers, 2009.
- _____. Uma etnografia para muitas ausências: o desaparecimento de pessoas como ocorrência policial e problema social. Rio de Janeiro, 2011. Tese (Doutorado em Antropologia Social) – Programa de Pós-graduação em Antropologia Social, Museu Nacional, Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2011.
- FONSECA, Cláudia. *Caminhos da adoção*. São Paulo: Cortez, 1995.
- _____. Família e criança – leis e mediadores na sociedade de classes. In: DORA, Denise (org.). *Feminino masculino: igualdade e diferença na Justiça*. Porto Alegre: Sulina, 1997.

- GOFFMAN, Erving. *Estigma: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada*. Rio de Janeiro: Guanabara, 1988.
- GOODY, John R. *A lógica da escrita e a organização da sociedade*. Lisboa: Edições 70, 1987.
- LACERDA, Paula. *O caso dos meninos emasculados de Altamira: polícia, Justiça e movimento social*. Rio de Janeiro, 2012. Tese (Doutorado em Antropologia Social) – Programa de Pós-graduação em Antropologia Social, Museu Nacional, Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2012.
- LOWENKRON, Laura. *O monstro contemporâneo*. A construção social da pedofilia em múltiplos planos. Rio de Janeiro, 2012. Tese (Doutorado em Antropologia Social) – Programa de Pós-graduação em Antropologia Social, Museu Nacional, Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2012.
- LUGONES, Maria Gabriela. *Obrando em autos, obrando em vidas*. Formas e fórmulas de proteção judicial dos tribunais preventivos de menores de Córdoba, Argentina, nos começos do século XXI. Rio de Janeiro: E-papers/Laced, 2012.
- MARCELIN, Louis. *A invenção da família afro-americana: família, parentesco e domesticidade entre os negros do Recôncavo da Bahia, Brasil*. Rio de Janeiro, 1996. Tese (Doutorado em Antropologia Social) – Programa de Pós-graduação em Antropologia Social, Museu Nacional, Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 1996.
- MAUSS, Marcel. Ensaio sobre a dádiva: forma e razão da troca nas sociedades arcaicas. *Sociologia e Antropologia*, v. 1, 1974.
- POLLAK, Michael. "La Gestion de l'indicible". *Actes de la Recherche em Sciences Sociales*, n. 62/63, 1986.
- RAMOS, Jair de Souza. *O poder de domar do fraco: construção de autoridade e poder tutelar na política de Povoamento do Solo Nacional*. Niterói: Eduff, 2006.
- RIZZINI, Irene; RIZZINI, Irma. "Menores" institucionalizados e meninos de rua: os grandes temas de pesquisa na década de oitenta. In: _____. *O trabalho e a rua: crianças e adolescentes no Brasil urbano dos anos 80*. São Paulo: Cortez, 1991.
- SCHNEIDER, David. *American Kinship: A Critical Account*. Nva Jersey: Prentice-Hall, 1968.
- SIGAUD, Lygia. (1979), *Os clandestinos e os direitos: estudo sobre trabalhadores da cana-de-açúcar de Pernambuco*. São Paulo: Duas Cidades
- _____. *A Critique of the Study of Kinship*. Michigan, The University of Michigan Press, 1984.
- SOUZA LIMA, Antonio Carlos de. *Um Grande Cerco de Paz: Poder tutelar, indianidade e formação do Estado no Brasil*. Petrópolis: Vozes, 1995.
- _____. (org.). *Gestar e gerir: por uma antropologia da administração pública no Brasil*. Rio de Janeiro: NuAP/Relume Dumará, 2002.

VIANNA, Adriana (2002). Limites da Menoridade: Tutela, família e autoridade em julgamento. Tese de Doutorado. PPGAS/Museu Nacional/UFRJ.

_____. Direitos, moralidades e desigualdades: considerações a partir de processos de guarda de crianças. In: LIMA, Roberto Kant de (org.). *Antropologia e direitos humanos*. Niterói: Eduff, 2006.

YANAGISAKO, Sylvia. Women-centered Kin Networks in Urban Bilateral Kinship. *American Ethnologist*, n. 4, 1977.

_____. Family and Household: The Analysis of Domestic Groups. *Annual Review of Anthropology*, n. 8, 1979.

(In)credulidades compartidas: *expedientes* para observar administraciones estatales

Maria Gabriela Lugones

El secreto, por lo demás, no vale lo que valen los caminos que me condujeron a él. Esos caminos hay que andarlos.
El profesor le dijo con frialdad: Comunicaré su decisión al Consejo. ¿Usted piensa vivir entre los indios?
Murdock le contestó: No. Tal vez no vuelva a la pradera. Lo que me enseñaron sus hombres vale para cualquier lugar y para cualquier circunstancia.

El etnógrafo, Jorge Luis Borges

Traigo aquí la buena compañía de *El etnógrafo* de Borges no sólo por creer que para etnografiar es preciso observar, estudiar, relevar, percibir —contando además con el auxilio de la literatura—, sino también porque ésta es una convocatoria a compartir y visitar caminos recorridos en y a través de experiencias de pesquisa.

Voy a desandar algunos de esos trayectos, pero antes considero prudencial exponer que, ya en el título, empleo la voz *expediente* para valirme de sus diversos significados diccionarizados, a saber: documentación correspondiente a un asunto; procedimiento administrativo para juzgar el comportamiento de un funcionario, un empleado o un estudiante; historial o conjunto de datos sobre los servicios prestados, las calificaciones y las incidencias ocurridas en la carrera profesional o estudiantil de alguien; y, especialmente, el de medio o procedimiento para resolver una dificultad (Vox 2011). Asimismo, es relevante exponer que, en el uso corriente en Argentina, dicho término sirve como una suerte de santo y seña de la administración “pública”¹.

1 El entrecomillado se debe a que adopto el argumento de Souza Lima y Macedo e Castro (2008: 365–366) respecto de la inconveniencia e imprecisión de hablar de administración “pública” cuando resulta analítica y políticamente preciso emplear el calificativo

He de referirme, entonces, a *expedientes* efectuados como tramitaciones para conseguir realizar observaciones en ámbitos de la administración gubernamental, en tanto documentos presentados a tal fin en sucesivas situaciones de pesquisa relativas a la gestión estatal de minoridades en Córdoba, Argentina, y especialmente, en cuanto incidentes significativos en tales derroteros de investigación. El primero de éstos remite a un trabajo relacionado con mi formación en la Escuela de Historia de la Universidad Nacional de Córdoba (UNC), efectuado en el Archivo General de Tribunales de la Provincia de Córdoba y que resultó en la construcción de un corpus documental (Lugones 2004b; 2004c).

En aquella pesquisa, no abrí un *expediente* —en el *stricto sensu* burocrático— tendiente a realizar ese trabajo pero sí hubo “documentos” en juego: una beca de extensión universitaria legitimaba las tareas que procuraba efectuar; aunque para poder llevarlas a cabo fueron cruciales los vínculos de conocimiento con la entonces encargada del Archivo. No obstante esa relación, no se me hubiese ocurrido tentar una indagación con expediente relativos a “menores” sin un aval de la UNC. Pese a que a que conocía de larga data a la encargada y a que me interesaba estudiar la documentación susbtanciada en los primeros Juzgados de Menores cordobeses a mediados del siglo xx; no fue sino hasta obtener esa beca que me presenté ante la responsable del acervo a pedir autorización para acceder a los *expedientes* (autos).

Recapitulando, supongo que sin considerar siquiera esa posibilidad, fui “obediente” en un sentido weberiano (Weber 1982: 172). En otros términos, el contenido del mandato burocrático que establece que sólo debe presentarse a solicitar documentación en el Archivo de Tribunales quien pueda acreditar su condición de interesado administrativamente reconocido como tal fue lo que (auto)censuró la posibilidad de tentar revisar dichos documentos con anterioridad al otorgamiento de la beca que implicaba un apoyo institucional de la UNC. Estimo que accioné de ese modo porque aquel mandato se convirtió en máxima de conducta (en virtud, creo, de mi condición de sujeto “estatalizado”) y en momento alguno sopesé la valía —o no— del procedimiento instituido por esta administración judicial.

En la investigación subsiguiente (Lugones 2004a; 2005), un ensayo de etnografía documental donde recortara empíricamente los procesos más antiguos referidos a Prevención —es decir, a niños y adolescentes “sin conflicto con la

de “gubernamental” para las administraciones estudiadas tanto por los autores cuanto por la que suscribe.

ley” – el anterior aval institucional de la UNC y, fundamentalmente, las relaciones entabladas en este Archivo allanaron los caminos a mis indagaciones. Sin embargo, también presenté declaraciones escritas que daban fe de mi estatus de estudiante de una Maestría en Antropología Social (PPGAS/MN/UFRJ) y de mi condición de becaria de dos agencias estatales (CAPES y, más tarde, FAPERJ). Ya no se trataba, evidentemente, de un aval de una casa de estudios próxima a los administradores (muchos de ellos egresados o alumnos de la UNC) pero sí de una reconocida universidad federal brasileña y de becas estatales. Recapacitando hoy advierto que, pese a que no fuera explícitamente reclamado, produje –a través de “papeles oficiales, sellados y firmados”– lo que entendiera como *expedientes* necesarios y garantía de cumplimiento de mi tareas como investigadora.

Entregaba las certificaciones mencionadas a modo de fianza estatal, representada en ese momento por instituciones educativas y agencias de fomento a la investigación brasileras. A juzgar por lo que hiciera –puesto que tampoco me detuve a reflexionar sobre esto en aquella oportunidad– no me parecía suficiente la fianza moral la vinculación consolidada ya no sólo con la responsable sino también con otros empleados y funcionarios del archivo me brindaba, sino que “obedientemente” accioné otras instancias estatales como garantía de las obligaciones que contraría. A saber: sigilo con la información recogida; y cuidado con el material documental (que yo misma había rescatado de las ratas y la humedad que reinaban en el galpón donde se encontraba disperso antes de que mi trabajo lo convirtiera en parte del fondo documental del Centro de Documentación Histórica del Archivo General de Tribunales). Presentaba una especie de garante estatal para el caso de que incumpliera tales compromisos.

En otra trayectoria de investigación posterior, para efectuar observaciones al cotidiano de los tribunales Prevencionales del fuero de Menores cordobés (Lugones 2009; 2012), tramité otra combinación de *expedientes*. Unos, nuevamente de raigambre universitaria: en esta ocasión, el marco dado al trabajo de campo por un proyecto de investigación avalado por la Secretaria de Ciencia y Tecnología de la Facultad de Derecho (FD) de la Universidad Nacional de Córdoba. Tales credenciales contaron no sólo como un respaldo formal de la profesora de la FD que coordinaba la investigación y se tomaron en dichos tribunales como una garantía de mi confiabilidad pero calculo que hubieran sido insuficiente sin la fianza moral de otra abogada (funcionaria judicial, docente de esa misma Facultad y coordinadora del mencionado equipo) ante las titulares del Juzgado y de la Asesoría de Menores donde efectué las observaciones.

La pregunta para la que no tengo respuesta aún es si todo el trabajo preparatorio de aquel proyecto de investigación colectivo –y mi inclusión en él como

promotora e integrante “desde la antropología”, como decían mis compañeros de Derecho— fue efectivamente imprescindible. Puedo hipotetizar que lo que me posibilitó acompañar las rutinas de un Juzgado y una Asesoría de Menores Previsionales de la ciudad de Córdoba fue más bien una constelación de relaciones previas de interconocimiento que había (re)creado con determinados funcionarios y magistrados judiciales de Menores, y el crédito personal de la mencionada coordinadora del proyecto con la cual Su Señoría —así se nomina en el fuero a Jueces y Juezas— tenía una deuda de honor y con quien la Asesora de Menores mantenía una estrecha amistad. A la vez, por encontrarse Su Señoría en un momento particular de su vida profesional, tenía un vivo interés en que se conociese cómo (se) trabajaba en “su” Juzgado.

Con lo narrado, quiero llamar la atención sobre la relevancia de los empeños e intereses de aquellos que están en diálogo con nosotros en las diferentes investigaciones: los interlocutores “observados”. Tales deseos, que considero fundamentales en toda relación de pesquisa etnográfica,² se tornan aún más eficaces cuando se trata, como en las circunstancias a las que remito, de investigaciones con sujetos no sólo desacostumbrados a ser observados sino que están en posiciones de asimetría respecto de sus pretensos observadores. Lejos, muy lejos, estamos de situaciones de investigación que se ha convenido en rotular como “coloniales”, en las que el etnógrafo ocupaba posiciones, de distinto orden, extremadamente ventajosas respecto de los concebidos como “nativos”.

A raíz de las situaciones retratadas, conviene recordar una vez más a Weber cuando señala la importancia del hábito inconsciente o de los cálculos (afectivos, no siempre racionales) y con arreglo a fines que hacen que respetemos la autoridad burocrática, y que nos domine una arraigada creencia en su legitimidad —sea fingida o fruto de la necesidad (1982: 171)—. Por ello no hubiese concebido “entrar” al Palacio de Justicia sin las renovadas credenciales universitarias, apenas realizando los *expedientes* orales que podemos rotular como gestiones personales. Sin embargo, y tentando evitar una historia contrafactual —ni

- 2 Los deseos focalizados aquí están en tensión —siempre inestable— con los “deseos políticos del etnógrafo” señalados por Marcus (1998) y retomados por Claudia Fonseca (2005). La antropóloga indica lo preocupante de “cierta parcela de la etnografía” cuyo éxito radicaría en sus ostentosas afirmaciones de corrección política y compromiso moral —reconocidos como elementos ínsitos al análisis— que servirían de coartadas para descripciones “ralas”, esto es, ahistóricas, reduccionistas, y desconocedoras de las complejidades y ambigüedades de todo mundo social (2005: 130–131).

caer en las trampas de la “ilusión biográfica” de las que nos advirtiera Bourdieu (1997)— puedo también afirmar que, en las situaciones relatadas, hubiera sido insuficiente para ser admitida como observadora del cotidiano tribunalicio el “paraguas institucional” de distintos ámbitos universitarios y científicos. En esa dirección, creo fructífero reconsiderar las relaciones de (y en) las pesquisas según los términos colocados por Claudia Fonseca. La antropóloga, ponderando etnografías de las últimas tres décadas, destaca positivamente el que “pasaron a concebir al investigador y lo investigado como una relación de este mundo (y no en algún espacio místico de ‘campo’) y abrieron la complicidad entre sujeto y objeto a sus dimensiones políticas.” (Fonseca 2005: 132)

Ya trabajando como profesora de la Facultad de Filosofía y Humanidades (FFyH) de la UNC, y como becaria de post-doctorado de la Secretaría de Ciencia y Tecnología de la misma universidad (Lugones 2012b) procuré llevar adelante observaciones en otra instancia estatal. A partir de sucesivas oleadas de reformas legales e institucionales en la estela de la Convención Internacional de los Derechos del Niño, los Juzgados Previsionales cordobeses dejaron de estar encargados de la gestión de aquellos niños —cuyos derechos hubieran sido vulnerados— y sus mayores (i)responsables. De allí que, después de indagar en el ámbito del Poder Judicial, procurara acompañar gestiones administrativas de quienes entienden actualmente en tales situaciones, en la esfera de la Secretaría de Niñez, Adolescencia y Familia (SENAF) dependiente del Poder Ejecutivo de la provincia de Córdoba.

Se introduce allí una cuestión que creo imperiosa cuando etnografiamos acciones y agentes estatales: nuestra condición de creyentes y por tanto sostenedores de la teoría clásica de la división de Poderes, fundante de la cosmología republicana. Tan imbuidos solemos estar de esa creencia que tomamos como auto-evidente y no problematizamos lo que las propias experiencias de pesquisa enseñan y el conocimiento devenido de éstas muestran: que este principio debiera estar, al menos, puesto entre comillas (así como el calificativo de “público” para las actuaciones gubernamentales) ya que en lo observado no aparecen como compartimentos estancos, ni accionan como reza el catecismo constitucional como “Poderes independientes” entre sí. Este reconocimiento, evitaría quizás incurrir en aquello que Bourdieu (1993) advirtiera sobre que al pensar el “Estado” estamos siempre en riesgo de aplicar las categorías estatalmente producidas y garantizadas, puesto que sus divisiones y jerarquías están naturalizadas en las cosas y en los “espíritus”.

Las experiencias previas de indagación, contemporáneas a importantes reformulaciones normativas, y la coyuntura de esa hora: una fase de recambio de funcionarios en virtud de un traspaso de la titularidad de Poder Ejecutivo

provincial, redoblaron la pertinencia de estudiar formas específicas de ejercicio de la Protección estatal sobre niños, niñas y adolescentes en su cotidianidad. El continuo proceso de reconfiguraciones institucionales y su correlativa mudanza de planes y programas de Protección de la *Infancia* al que asistimos hacían que las aproximaciones basadas en evidencias documentales no permitieran dar acabada cuenta de la complejidad de estas actuaciones estatales.

En esa línea, cuando se examinan empíricamente tales ejercicios de poder más allá de lo cristalizado en planes, programas, declaraciones de los agentes involucrados, se impone desconfiar de la noción tan extendida –tanto entre los estudiosos de las políticas gubernamentales cuanto de sus agentes– respecto de que habría “formuladores” e “implementadores”. En innumerables gestiones y administraciones los supuestos “implementadores”, en su accionar cotidiano, reformulan en grado sumo los lineamientos de políticas pretendidamente definidas de una sola vez y en determinadas instancias superiores. Con esto adquiere mayor relevancia otro trazo característico del modo de gestión de los agentes de ámbitos gubernamentales relativos a la administración de la *Infancia*: la recurrente remisión a su propia experiencia de trabajo como *ultima ratio*, subestimando el impacto de transformaciones legislativas y políticas.

Cuando proyecté indagar etnográficamente en ese otro espacio de la administración estatal de minoridades, ya tenía un conjunto de agentes conocidos durante el trabajo de campo en el fuero de Menores cordobés, y había mantenido numerosos diálogos con empleados y funcionarios medios de esa instancia dependiente del Poder Ejecutivo mientras acompañaba las actuaciones en el Palacio de Justicia.³ Así, para “acreditarme” como investigadora, comencé pidiendo ante la Secretaría de Ciencia y Tecnología de la UNC una carta en la enmarcaban mi trabajo dentro de una beca post-doctoral, en vez de recurrir informalmente a mis antiguos conocidos y/o de iniciar “en tiempo y forma” un expediente.

- 3 Se trata de un mundo de “conocidos”, con zonas de intersección no sólo entre los tribunales y las oficinas dependientes del Poder Ejecutivo, sino también entre los ámbitos precitados y las aulas de la Facultad de Derecho de la UNC. No estaríamos exactamente en la localidad de Río Paranaíba mentada por Mariza Peirano, como una comunidad donde “*todo mundo conhece todo mundo*” (2206: 130); pero sí vale la afirmación de la autora acerca de que las categorías (como más adelante veremos respecto de lo que se entiende por “Estado” y “administrativos”) deben ser exploradas en sus significaciones dentro de las respectivas configuraciones sociales.

En lugar de capitalizar lo aprendido estudiando la administración estatal, anduve empuñando documentos. Sin iniciar formalmente un *expediente* (esto exige presentar los escritos por la Mesa de Entradas de la correspondiente instancia burocrática), entregué “en mano propia” a una funcionaria de la SENAF un dossier con la antedicha certificación de la SECYT-UNC y con una copia del proyecto de investigación. Aquella funcionaria, abogada de profesión, quedó verbalmente comprometida en realizar gestiones con el encargado del área de la SENAF que -según sus dichos- podía autorizar mis observaciones. Pasaron meses sin obtener tal permiso, pese a mis insistentes llamados telefónicos y visitas a las oficinas donde iba recibiendo sucesivas respuestas que eran, en rigor, “no respuestas”, ya que no se habilitaba ni se negaba mi solicitud de observar el cotidiano de las gestiones de Protección Integral de la SENAF.

Cada día más afligida por transcurso del tiempo, conseguí una carta de aval en el Decanato de la Facultad de Filosofía;⁴ y esta vez sí por Mesa de Entradas de la SENAF, inicié un *expediente* con esa declaración, junto a una nota donde solicitaba la autorización para el trabajo de campo. A la vez que gestionaba con las autoridades de la Facultad, pedía audiencias con las de la SENAF. Así fue que -con el *expediente* ya formalizado debidamente, además del dossier que entregara con anterioridad- insté una audiencia con la titular de la Secretaría. La funcionaria que me recibió, de menor rango, me indicó que para hacer realizar mi investigación era preciso hacer un convenio entre la SENAF y la FFyH. Este acuerdo debía estar enmarcado en otro mayor, el “convenio marco” entre la UNC y la Secretaría del Poder Ejecutivo en cuestión.

En resumidas cuentas, la primera funcionaria de la SENAF había recibido mi pedido y me indicó que no podía garantizar una autorización, puesto que quien debía concederla era el encargado del área de gestión específica donde proponía efectuar las observaciones. Lo que se comprometió a hacer esa funcionaria era, según sus manifestaciones, una especie de dictamen, pero la decisión correspondía al titular del ámbito a ser observado. La segunda funcionaria en recibirme, prescribió una serie de diligencias tendientes a la firma de un convenio interinstitucional que ciertamente era de lenta y difícil consecución en el plazo previsto para

- 4 Presumía que esas gestiones en esta unidad académica de la UNC serían demoradas, dado que en los ámbitos universitarios opera también una “burocratización” peculiar. Sin embargo, aposté a obtener esa declaración decanal de respaldo al proyecto de pesquisas en la consideración táctica de que las relaciones de parentesco que unían a tres de las responsables jerárquicas de esas instancias estatales (SENAF y FFyH) podrían “destrabar la maquinaria”.

esa pesquisa (un año calendario).⁵ Cabe explicitar que ninguna de las dos funcionarias me conocía personalmente ni tenía –hasta donde sé– referencias mías; y que tampoco activé relaciones personales para que “intercedieran”. Continuaron pasando los días, semanas y meses en diligenciamientos infructuosos, tales como las incesantes consultas a los empleados que trabajaban bajo la dirección de la primera funcionaria, y el seguimiento en Mesa de Entradas del *expediente*.

En agosto de 2011, se producen las ya mencionadas elecciones para gobernador de la provincia (y su consiguiente sustitución de funcionarios) que propició la asunción de las nuevas autoridades en la SENAF a fin del mismo año. En medio de los vaivenes de todo tipo que cada recambio de gobernantes impone, decidí modificar radicalmente de estrategia y dirigirme directamente al funcionario responsable del área donde procuraba realizar las observaciones. Conseguí, después de varias tentativas, entrevistar al nuevo encargado, reseñarle el plan de trabajo de la investigación así como exponer los trabados *expedientes* de la autorización. Para mi azoro, me comunicó en la primera entrevista que nunca había llegado a su despacho el dossier, ni tampoco el *expediente* iniciado con todos los formalismos por la Mesa de Entradas, y resolvió que autorizaba las observaciones.

En virtud de las (in)credulidades compartidas en torno de los *expedientes* a materializar cuando se trata de observar a administraciones (no tan) públicas, redoblé esfuerzos hasta conseguir que funcionarias “letradas” elaboraran un documento de autorización para realizar observaciones, debidamente firmado y sellado. Esta certificación no me fue luego requerida por ninguno de los otros funcionarios quienes, en distintas dependencias de la SENAF, me recibían apenas con el aviso de que me enviaba a hablar con ellos María, o Ana, o Juana (empleadas que se desempeñaban en el área de Casa de Gobierno donde tenía su despacho el titular de la Secretaría).⁶ Conservo, ya concluida la investigación, esa declaración oficial como un recordatorio del poder (relativo) de los fetiches.

- 5 No obstante ello, realicé nuevos trámites en el ámbito del Decanato de la FFyH de los que sólo consignaré aquí la opinión del letrado al que me remitieron. Este abogado concluyó su asesoramiento indicándome que era imposible “técnicamente” hacer un convenio por una investigación puntual: en síntesis, parecía que estábamos ante un “punto muerto”, ahora administrativa y legalmente hablando.
- 6 Nótese, siguiendo la inspiración weberiana, que si bien el cuadro administrativo pueda aparecer como “servidor público”, esto no remite a las situaciones de hecho donde se(les) atribuye en todos los casos imaginables un mínimo poder decisivo de mando, y en consecuencia, de dominación.

La sorpresa referida era, por cierto, injustificada, ya que habiendo acompañado por años las rutinas judiciales ya debía saber cómo “duermen los expedientes” a menos que se los “mueva” vía gestiones personales. Este “mando medio” (para emplear su auto-calificación) planteó –ya desde ese primer encuentro– un proyecto de su interés y también la conveniencia de que contribuyera con su iniciativa, expresando que mi aporte “desde la academia” podría ser fundamental. Asimismo, me indicó como primera interlocutora a otra funcionaria de su “confianza” que, después supe, era una persona con titulación de posgrado en el extranjero.

El funcionario estaba accionando un imperativo moral de “compromiso con la efectivización de los Derechos del Niño” que, conjugado con las tantas veces dramáticas situaciones de niños y niñas de nuestra región, parece tornar irrefutable el imperativo consagrado en el campo conjunto de investigadores y activistas sobre que las ciencias sociales deben trascender los análisis meramente descriptivos y aportar en la resolución de los “problemas sociales” (Lugones 2011). Y también encontramos allí lo que anteriormente destacara respecto de la eficacia (para la materialización de determinadas pesquisas, como ésta) de que confluyan nuestras pretensiones de indagación con los deseos de los pretensos “observados”, en esta situación representados por el potencial aporte que podría hacer “alguien de la academia” en el proyecto de gestión que tenía en mente.

Por otra parte, las manifestaciones de este funcionario del Poder Ejecutivo provincial imponen traer a colación la evidencia de que tanto empleados y funcionarios de las administraciones –judiciales o no– cuanto los profesores de las universidades públicas, nos desempeñamos como agentes estatales, inclusive con mayor estabilidad en los cargos –debido a los regímenes laborales del empleo “público” vigentes en nuestros países– que los “funcionarios políticos de turno”. Considero por tanto preciso admitir que, como docentes y/o investigadores de los sistemas nacionales de Ciencia y Tecnología, en mayor o menor medida estaríamos, en cada clase y en cada investigación, también extendiendo la presencia del Estado en nuestras sociedades y contribuyendo a la formación estatal continua que Elias (2006) señalara tan acertadamente.

La intuición, que ameritaría un trabajo de indagación sistemática, es que la apropiación en nuestra región de la expresión “academia”, ampliamente usada para designar *grosso modo* nuestras instituciones universitarias y/o de investigación estatales, contrabandea nociones que responden a realidades de otras latitudes. En ellas y sólo para señalar una distancia abismal, prestigiosas universidades e institutos de pesquisa a los que se engloba bajo la tal rúbrica son privados, y no han surgido –como en los países sudamericanos– de la empresa

colonial continuada luego por los Estados nacionales de manutención de ámbitos de educación superior.

El hecho de que ejercemos nuestras profesiones como agentes estatales, suele estar invisibilizado (sea por los que “de fuera”, sea por los de “dentro de los muros de las universidades”) cuando nos conciben como la “academia”) y también auto-negado cada vez que nos nombramos como “de la academia” ignorando nuestra calidad de investigadores y/o docentes universitarios dependientes de instituciones estatales. Sin un reconocimiento pleno de ello, podríamos aún sin quererlo estar potenciando lo que Taussig (1995) ha propuesto con la figura del fetichismo de Estado, “esa peculiarmente sagrada y erótica atracción, casi fascinación combinada con disgusto, que el Estado provoca en sus súbditos.” (1995: 144). Seguir pensando al Estado, sus Poderes –Ejecutivo, Legislativo y Judicial– y sus administradores como exterioridades, como si estuviéramos en una posición de exterioridad respecto no sólo de lo que el citado autor cifra en el “aura de la E mayúscula”, la constitución cultural del Estado Moderno y el poder político de esa “ficción” (Taussig 1995: 145–146), sino también negando la rudimentaria constatación de que trabajamos como empleados estatales, obtura a mi parecer nuestra percepción de cuestiones neurálgicas.⁷

En vinculación con lo antedicho, podrían aportar elementos aprehender en universos sociales particulares (por ejemplo, el de los administradores cordobeses de la Protección *Integral* de Niños actual) las percepciones diferenciales relativas a “ser del estado” o no. En la pesquisa de referencia, se destacaron como cruciales en ese dilema las disímiles procedencias disciplinarias e institucionales de los administradores de la SENAF. Eran notorias las divergencias entre las representaciones de los “profesionales” (psicólogos, trabajadores sociales) y los empleados “administrativos” en relación a considerarse o no como agentes estatales. Los primeros se reportaban de modo más frecuente a sus competencias “técnicas”, desconsiderando sus acciones en tanto actuaciones estatales y

- 7 Dejo apenas como anotación la cuestión de entender (o no) a determinado segmento como elite en tanto grupo selecto y relativamente minoritario en el marco de determinada configuración social y, fundamentalmente, cómo resolverla en cada situación empírica de pesquisa. Apunto hacia la cuestión de si los agentes estatales, en tanto especialistas de la Protección *Integral* por ejemplo, constituyen o no elites gubernamentales en procesos continuos de formación. Otra discusión pendiente es la de si los investigadores nos construimos (o no) como elite, al convertirnos (a través no solamente de la propia investigación) y ser reconocidos como “especialistas”.

refiriéndose al “Estado” como una exterioridad. Los segundos, en cambio, se consideraban “empleados públicos” y en consecuencia, estatales. Ahora, en lo que respecta a las administradoras del fuero de Menores de la ciudad de Córdoba, lo frecuente era que, pese a desempeñarse como empleadas o funcionarias en el ámbito del Poder Judicial, identificaran sólo a los espacios y actores dependientes del Poder Ejecutivo como “el Estado”.

Quizás sólo una asunción plena de nuestra condición de sujetos y también de agentes estatales junto a una puesta en práctica de nuestras aprendizajes etnografiando en los mundos estatales pueden evitar que caigamos en ciertos “maleficios”. La ilusión de que gracias a la formación teórico-metodológica recibida y a las experiencias de indagaciones anteriores podría contornarlos resultó vana. Si bien comparto lo que Philip Abrams advirtiera acerca de que “cualquier intento de examinar de cerca el poder políticamente institucionalizado es, como mínimo, capaz de arrojar luz sobre el hecho de que un elemento integral de tal poder es su habilidad directa de retener información, evitar la observación y dictar los términos del conocimiento” (2000: 82) he expuesto aquí detalles –pese a la siempre incómoda auto-referencia– que brindar insumos para nuevas reflexiones en torno de las implicaciones epistémicas y políticas de investigaciones que, pretendiendo conocer y cuestionar fenómenos estatales, pueden también estar extendiendo su pregnancy y un accionar estatalizado.

A manera de observaciones finales, esbozaré dos mojones devenidos de los trayectos de investigación retrazados sucintamente en este texto.

Por un lado, la potencialidad de una microanalítica de nuestra condición común de sujetos de “Estado”. Creo que no estamos teniendo debidamente en cuenta la (omni)presente interpelación estatal, sin la cual no sólo no existiríamos en términos documentales. En esa dirección, intuyo que ayudaría ensayar una instrumentalización en investigaciones relativas a los ejercicios de poder estatalizado de la propuesta de Judith Butler en *Mecanismos psíquicos del poder* (2001). Desconocer u obscurecer nuestra condición de sujeción estatal a la vez objetiva y subjetiva acarrearía repetir errores como los expuestos aquí así como recrear lagunas en la producción de conocimiento fundada en etnografías en torno de administraciones estatales.

Por otro, los “entrampamientos” generados cuando no ponemos en juego de manera reflexiva los aprendizajes que adquirimos en “carne propia”. Las (in)credulidades nombradas ya en el título remiten a cómo, a la vez que (des)confiamos de los expedientes en tanto procedimientos basados sólo en documentos escritos como vías regias de tramitación en la administración estatal, también (des)confiamos de las gestión personales y orales. Esto nos lleva –creo– a experiencias

como las relatadas y sobre todo hace que tales (in)credulidades aparezcan como contradictorias y mutuamente excluyentes ya que de diversos modos pervive en nosotros el tipo ideal weberiano de la administración burocrática racional en lugar de los aprendizajes adquiridos no sólo en función de las indagaciones de cuño etnográfico sino del conjunto de nuestras experiencias vitales como sujetos estatales. Sin problematizar –y no cómo una falta o una disfunción– los fenómenos y tradiciones de administración estatal en los que para “hacer andar el expediente” es menester transitar calles sinuosas y de doble mano: presentando documentos, registrando autorizaciones, etc. y a la vez cosiendo relaciones y acuerdos interpersonales, activando fianzas morales, e intentando accionar a favor de nuestras políticas de pesquisa, los deseos e intereses de aquellos con los que queremos trabajar.

Por último, un llamamiento de Benjamin (1989 [1936]) sigue interpelándonos: cómo producir conocimientos “utilizables para la formación de exigencias revolucionarias”, ya no sólo para la política artística, como propuso el autor, sino también para etnografías relativas a administradores estatales, cuyas implicancias políticas y científicas son inextricables.–

Referencias bibliográficas

- ABRAMS, Phillip. 2000 [1977]. “Notas sobre la dificultad de estudiar al Estado”. *Virajes*, año 2, n°2, p. 79–98. [Manizales, Dpto. de Antropología y Sociología, Universidad de Caldas].
- BENJAMIN, Walter. 1989 [1936]. “La obra de arte en la época de su reproductibilidad técnica”. In: _____. *Discursos Interrumpidos I*. Buenos Aires: Taurus.
- BUTLER, J. 2001 [1997]. *Mecanismos psíquicos de poder. Teorías sobre la sujeción*. Madrid: Cátedra.
- BOURDIEU, Pierre. 1993. “Espíritus de Estado. Génesis y estructura del campo burocrático”. *Revista Sociedad*. Facultad Ciencias Sociales, Universidad de Buenos Aires.
- BOURDIEU, Pierre. 1997. “La ilusión biográfica”. In: _____. *Razones prácticas. Sobre la teoría de la acción*. Barcelona: Anagrama.
- ELIAS, Norbert. 2006 [1972]. “Processos de formação de Estados e construção de nações”. In: _____. *Escritos & Ensaios, 1. Estado, processo, opinião pública*. p. 153–165. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor.
- FONSECA, Claudia. 2005. “La clase social y su recusación etnográfica”. *Etnografías contemporáneas*, año 1, n. 1, p. 117–138.
- LUGONES, María G. 2004a “Uma ‘visita’ aos ‘expedientes’: os processos judiciais referentes aos menores, Córdoba, Argentina, na metade do século xx”. *Disertación de Maestría PPGAS MN UFRJ* Disponible en: <http://www.ppgasmuseu.etc.br/museu/pages/teses.html>

- LUGONES, María G. 2004b. "Fuentes en extinción. Estudio cualitativo de expedientes judiciales de los Tribunales de Menores. Córdoba, 1968–1978". In: *Revista de Ciencias Sociales MIRADAS ALTERNATIVAS. Análisis multidisciplinares del fenómeno jurídico*, n. 2, p. 37–44, ISSN 1852–0782.
- LUGONES, María G. 2004c. "La trayectoria de un corpus y su problematización". Publicación electrónica del Seminario "Quando o campo é o Arquivo: etnografias, histórias e outras memórias guardadas", del Centro de Pesquisas e Documentação de História Contemporânea do Brasil, Fundação Getúlio Vargas, Río de Janeiro, Brasil. Disponible en : <http://cpdoc.fgv.br/campo-arquivo2004/resumos>. Última consulta: 26/04/10.
- LUGONES, María G. 2005. "Para una etnografía de procesos judiciales referidos a 'menores'". Ponencia presentada en el 1º Congreso Latinoamericano de Antropología, Rosario, Argentina, 11 al 15 de Julio – Simposio: "Antropología y Niñez en América Latina" Publicación íntegra en CD Rom. Rosario: Facultad de Humanidades y Artes, Universidad Nacional de Rosario. ISBN 987–20286–9–9.
- LUGONES, María G. 2009 "Obrando en autos, obrando en vidas." *Formas e fórmulas de Proteção Judicial dos tribunais Preventivos de Menores de Córdoba, nos começos do século XXI*, Tesis doctoral PPGAS MN UFRJ. Disponible en: <<http://www.ppgasmuseu.etc.br/museu/pages/teses.html>>
- LUGONES, María G. 2011. "Nuevos impulsos de la reflexión antropológica: confluencias en torno de las políticas de infancia". Ponencia presentada en la IX Reunión de Antropología del Mercosur – Curitiba, Brasil. Disponible en: http://www.starlinetecnologia.com.br/ram/arquivos/ram_GTO3_Maria_G_Lugones.pdf
- LUGONES, María G. 2012a. *Obrando en autos, obrando en vidas. Formas y fórmulas de Protección Judicial en los tribunales Preventivos de Menores de Córdoba, Argentina, a comienzos del siglo XXI*. Río de Janeiro: Editora E-papers. ISBN 978–85–7650–356–9.
- LUGONES, María G. 2012b. "Poderes tutelares: actuaciones administrativas de Protección Estatal de la Secretaría de Niñez, Adolescencia y Familia (Senaf) de la provincia de Córdoba (2010–2011)". Informe Final de Beca Postdoctoral secYT - UNC (Mimeo).
- SOUZA LIMA, Antonio Carlos de; CASTRO, João Paulo Macedo e. "Política(s) Pública(s)" 2008. In: PINHO, Osmundo & SANSONE, Livio (Ed.). *Raça: Perspectivas Antropológicas*. Salvador: ABA; EUDFBA.
- PEIRANO, Mariza. 2006. "Sem lenço, sem documento: reflexões sobre cidadania no Brasil". In: _____. *A Teoria Viva: E Outros Ensaio*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor .
- TAUSSIG, Michael, 1995 [1992]. "Maleficium: el fetichismo del Estado". In: _____. *Un gigante en convulsiones. El mundo humano como sistema nervioso en emergencia permanente*. Barcelona: Gedisa.
- WEBER, Max, 1982 (1922) "Sociología del Estado". In: _____. *Economía y Sociedad*. México: Fondo de Cultura Económica.

“Nós”, os “outros” e os “outros dos outros”: dilemas e conflitos no mapeamento de sujeitos, redes e instituições

Ana Lucia Enne

Desde que Wiliam Foote Whyte lançou a pedra fundamental em seu já lendário *Street Corner Society*, muitos foram aqueles que atenderam ao chamado e resolveram debruçar-se, a partir de um viés das Ciências Sociais, sobre a sua própria sociedade, via trabalho etnográfico. Tais imersões no trabalho de campo geram, frequentemente, dilemas éticos e metodológicos, implicando escolhas e posicionamentos dos sujeitos envolvidos no processo de produção do conhecimento, tanto daqueles que se colocam como pesquisadores quanto daqueles que são percebidos como os pesquisados, que têm (acerca do mundo e de outros sujeitos, incluindo o pesquisador) também suas construções, referências e dilemas. Trata-se de um complexo jogo de identidade e alteridade – entre “nós”, os “outros” e os “outros dos outros”, que frequentemente somos “nós” pesquisadores também – cujo mapeamento não se faz sem conflitos ou angústias. Assim, o pesquisador se vê constantemente desafiado por limites e dilemas no seu fazer etnográfico, como pretendemos, de forma breve, discutir neste artigo.

De forma genérica, podemos considerar que existem dilemas comuns a todo fazer antropológico em sociedades urbanas, nas quais o próprio pesquisador se encontra. Parte deles diz respeito à postura do etnógrafo em relação ao seu objeto, em especial quando a pesquisa envolve contextos em que há demanda por ação e posicionamento políticos. Da mesma forma, ao reconhecer que o objeto da pesquisa é também sujeito, o antropólogo muitas vezes se vê envolvido em jogos de construção de identidades e alteridade sobre os quais têm pouco controle. Neste artigo, pretendemos refletir sobre alguns desses dilemas, em especial aqueles que se referem a demandas por intervenções ou posicionamentos políticos e éticos, bem como aqueles que estão envolvidos no complexo jogo da elaboração de políticas públicas, caso entre os quais acredito que se insira nossa atividade de pesquisa.¹ Além disso, pretendemos discutir também algumas dificuldades no mapeamento de objetos de pesquisa organizados em rede ou via instituições, o que implica também alguns dilemas para o pesquisador.

1 Trata-se do projeto em fase de finalização, com apoio do edital Jovem Cientista do Nosso Estado da Faperj, intitulado “Das casas de cultura às ONGs na Baixada Fluminense: reflexões sobre cultura, política, juventude e práticas de comunicação”.

Os dilemas

Grande parte dos dilemas enfrentados pelo pesquisador em imersões etnográficas em sua própria sociedade encontra-se atravessada, ainda hoje, pela questão fundante objetividade *versus* subjetividade, sempre presente nos debates das Ciências Sociais. A preocupação em lidar com o objeto a partir dos cânones científicos (objetividade, isenção, imparcialidade) esbarra frequentemente nos elementos aqui apresentados: simpatia, empatia, pertencimento, engajamento, ativismo político, necessidade de dialogar com outros discursos etc.

Roberto Kant de Lima (1985), quando coloca os antropólogos como objeto de reflexão, parte do princípio de que a neutralidade não pode ser exigência do conhecimento antropológico, porque este tem um “caráter interessado”. Da mesma forma, este debate aparece em artigo de Charles Kurzman (1991), no qual o autor procura demonstrar a relação existente entre os valores e os interesses, tanto do pesquisador quanto do objeto, na produção do conhecimento.

Apesar se dedicar às intensas reflexões sobre trabalhos com grupos urbanos, incluindo a questão dos valores e da participação política do pesquisador, H. Becker acredita que o dilema colocado pela questão da busca da objetividade seja um dilema inexistente. Segundo o autor,

Esse dilema, que a muitos parece tão doloroso, na realidade não existe, pois um de seus tentáculos é imaginário. Para que ele exista, é necessário que alguém suponha, como alguns aparentemente o fazem, que na verdade é possível fazer uma pesquisa que não seja contaminada por simpatias pessoais e políticas. (Becker, 1977: 122)

O autor propõe, então, frente a esta impossibilidade, que a preocupação deixe de ser “ter ou não valores”, e passe a ser: o que fazer com esses valores? Que partido devemos tomar? Como devemos nos posicionar? Becker preocupa-se com os efeitos da simpatia sobre o resultado final do trabalho. Segundo ele,

Não podemos jamais evitar tomar partidos. Assim, ficamos com a pergunta sobre se tomar partido significa que foi introduzida alguma distorção tão grande em nosso trabalho que o tornou inútil. Ou, de maneira menos drástica, se foi introduzida alguma distorção que deva ser levada em consideração antes que os resultados de nosso trabalho possam ser usados. (P. 133)

Para o autor, o que poderá impedir que a simpatia se transforme em distorção é a utilização correta das técnicas de pesquisa e teorias e, principalmente,

[...] satisfazer as demandas de nossa ciência deixando sempre claros os limites do que estudamos, marcando as fronteiras além das quais nossas descobertas não podem ser usadas sem problemas. Não apenas a retratação convencional na qual avisamos que somente estudamos uma prisão em Nova York ou na Califórnia e as descobertas podem não se aplicar aos outros 49 estados [...]. Refiro-me a uma retratação mais sociológica, na qual dizemos, por exemplo, que estudamos a prisão através dos olhos dos internos e não dos guardas ou de outras facções envolvidas. (P. 135)

Muitas vezes, o pesquisador se depara com situações e contextos de demandas políticas, culturais, econômicas e sociais com as quais seus objetos de pesquisa precisam lidar diariamente. Neste sentido, o posicionar-se em termos éticos e metodológicos se transforma em questão fundamental: palavras como mediação, ativismo, solidariedade, dentre outras, precisam ser tematizadas e discutidas; e devemos reconhecer que esta inserção implica limites, tensões, contradições com as quais precisamos lidar constantemente.

Muitos antropólogos que trabalham com grupos urbanos se deparam, com frequência, com objetos que apresentam demandas múltiplas em termos de intervenção e implementação de políticas públicas. São grupos cujos problemas se referem a suas condições de vida e à omissão do Estado, ou que têm dificuldades de inserção na esfera pública, ou ainda que estão disputando o controle por uma identidade étnica e uma memória cultural... enfim, grupos com demandas diversas, com as quais o pesquisador se vê em contato, quer ele queira ou não.

Tal situação, muitas vezes, traz um desconforto e uma angústia para o investigador social, que algumas vezes se sente inoperante e impotente frente às demandas apresentadas. A sensação de “estar usando” o grupo estudado para produzir um conhecimento e não gerar, em contrapartida, benefícios imediatos para a comunidade ou soluções para as necessidades demonstradas, é um dos dilemas que acomete o pesquisador que, não sendo oriundo do grupo estudado, estabelece com este uma relação de empatia e de compromisso.

Para Becker, o sociólogo (e aqui poderíamos fazer uma ponte com o antropólogo) deveria se empenhar por fazer “boa sociologia”, entendida da seguinte maneira:

Boa sociologia é o trabalho sociológico que produz descrições significativas de organizações e acontecimentos, explicações válidas de como eles surgem e persistem, e propostas realísticas para sua melhoria ou extinção. A sociologia baseada nos melhores dados disponíveis deveria proporcionar análises com probabilidade de serem verdadeiras, tanto no sentido linguístico de não serem falsificáveis, quanto no sentido ontológico de serem “verdadeiras para o mundo”. (P. 161)

Les Back e John Solomos também procuraram discutir os limites da participação do pesquisador e da intervenção política em relação ao objeto estudado. Trabalhando com pesquisas sobre racismo na *Inglaterra*, os dois autores não só rascunharam o intenso debate que, nas últimas décadas do século xx, travou-se na *Inglaterra* a respeito de uma antropologia de ativismo político ou não, como descreveram um caso de intervenção feito por eles, procurando mostrar suas consequências. Assim, de um lado estariam os que criticariam o envolvimento político dos pesquisadores com seu objeto; de outro, os defensores deste engajamento. A proposta dos autores, no entanto, embora vise uma intervenção política, não está comportada dentro de um “*insiderism*”², mas na busca de credenciais corretas para permitir esta intervenção. Assim, busca-se “fazer pesquisa para escrever política”, no sentido de que o produto final de seu trabalho de pesquisa deve ser um elemento de intervenção, propondo ações por parte dos grupos que estão interagindo com o objeto estudado.

Estas posições acabam por apontar para um ponto central: como pensar a relação com o “outro” tentando perceber as suas demandas e estabelecendo com ele uma relação maior de parceria do que de autoridade? Acreditamos que este seja um ponto fundamental na busca de alternativas para tentar escapar dos dilemas aqui apresentados (embora, em muitos casos, não haja como não se defrontar com eles), ou mesmo para tentar minimizá-los, ou seja, é essencial refletirmos sobre a maneira pela qual o antropólogo vai definir sua relação de interação com o objeto e com os grupos que com ele interagem. Pensar a relação com o outro e com os outros deste outro se torna, portanto, fundamental para a pesquisa de campo.

Alguns pontos aparecem, agora, em destaque: a necessidade de não tratar o objeto como uma unidade, uma única voz cujas demandas podem ser pensadas em uníssono ou a partir da referência do próprio pesquisador; e, principalmente, a necessidade de perceber que estamos diante de sujeito concretos, que historicamente também constroem suas visões de mundo sobre o outro, o que inclui o pesquisador como um outro. Mais ainda, é preciso atentar para as redes que compõem as relações que envolvem os sujeitos pesquisados para entendermos como se constroem e desmontam as fronteiras em termos de identidade e alteridade, sempre levando em conta que estamos diante de contextos em permanente

- 2 Podemos compreender o “*insiderism*” como uma participação radical do pesquisador, que passa a militar, a assumir posições e a falar a partir “de dentro” do grupo estudado, seja por uma relação de pertencimento, de identificação ou de compromisso político.

transformação, escorregadios e não estáticos. Dessa forma, a maneira como o pesquisador percebe seu objeto tem que levar em conta as redes que se formam a partir e em torno desses sujeitos, e como essa realidade é continuamente tecida e reelaborada, evitando assim realizar leituras essencialistas e reducionistas do objeto pesquisado. Da mesma forma, é preciso ter um olhar atento quando lidamos com objetos institucionalizados, cujas práticas muitas vezes envolvem negociações, interesses e posicionamentos que deslizam, sendo tributárias de situações sociais envolventes. Neste sentido, aumentam ainda mais os dilemas e problemas que enfrenta o pesquisador no que tange à sua participação e envolvimento, lembrando que também os sujeitos pesquisados fazem escolhas em relação a seus “outros”, incluindo aí o sujeito que pesquisa.

Mais uma vez, recorreremos às análises de Becker para introduzir esta discussão. No texto “Problemas na publicação dos estudos de campo” (1977:137), o autor aponta para muitos dos dilemas que enfrentam os que realizam etnografia em sua própria sociedade. O autor aborda alguns pontos que podem eliminar os conflitos causados pela publicação dos dados, entre eles os acordos prévios, e indica dois tipos de problemas que a publicação pode causar, afetando a relação do grupo estudado com outros grupos e também entre os próprios membros do grupo. Portanto, os dados podem causar interferências internas e externas.

Conclusão

O artigo aqui apresentado teve por finalidade apresentar alguns dos dilemas mais recorrentes da antropologia urbana, entendendo que eles são comuns aos antropólogos de forma geral, mas especialmente para aqueles que realizam estudos em contextos urbanos com grupos em situações de demanda política e social, exigindo do pesquisador algum tipo de posicionamento ético e político.

Não temos qualquer pretensão de apontar soluções para tais “hidras” do processo de conhecimento, inclusive por ainda nos sentirmos aprisionados por grande parte delas. Acreditamos que a antropologia urbana ainda tem muito o que discutir para enfrentar as questões que se estabelecem no complexo jogo de negociações entre o pesquisador, o outro e os outros deste outro, todos em permanente interação e produção de discursos e estratégias políticas multifacetados.

Achamos que esta reflexão pode contribuir para incrementar a discussão acerca do trabalho de campo e do processo de produção do conhecimento antropológico, inclusive pela ausência de uma reflexão sistemática nesta área. Dividimos com outros a crença de que as experiências, se compartilhadas, podem ser de um

excelente caráter didático e reflexivo. Neste sentido, encontros para discutir etnografia se apresentam como um espaço raro e importante de partilha e troca de experiências, dilemas e reflexões. E embora não tenham pretensão de esgotar a discussão nem de apresentar soluções definitivas para os dilemas, têm como mérito maior explicitar honestamente tais conflitos e suas implicações, passo fundamental não para sua solução, mas para sua complexificação cada vez mais necessária.

Referências

- BACK, Les; SOLOMOS, John. Doing Research, Writing Politics: The Dilemmas of Political Intervention in Research on Racism. *Economy and Society*, Londres, Routledge, v. 22, n. 2, maio 1993.
- BECKER, Howard. *Uma teoria da ação coletiva*. Rio de Janeiro: Zahar, 1977.
- CLIFFORD, James. On Ethnographic Authority. In: _____. *The Predicament of Culture*. Cambridge/Londres: Harvard University Press, 1988.
- _____; MARCUS, George (ed.). *Writing Culture. The poetics and Politics of Ethnography*. Berkeley: University of California Press, 1986.
- DAVIS, Dona L. Unintended Consequences: The Myth of “the Return” in Anthropological Fieldwork. In: BRETELL, Caroline (ed.). *When They Read What We Write. The Politics of Ethnography*. Westport/Londres: Bergin & Garvey, 1993.
- FOOTE WHYTE, William. *Street Corner Society: The Social Structure of an Italian Slum*. Chicago: The University of Chicago Press, 1973.
- KURZMAN, Charles. Convincing Sociologists: Values and Interests in the Sociology of Knowledge. In: BURAWOY, Michael et al. *Ethnography Unbound. Power and Resistance in the Modern Metropolis*. Berkeley: The University of California Press, 1991.
- LAWLESS, Robert et al. (ed.). *Fieldwork. The Human Experience*. Nova York/Londres/Paris: Gordon and Breach Science Publishers, 1983.
- LIMA, Roberto Kant de. *A antropologia da Academia: quando os índios somos nós*. Petrópolis/Niterói: Vozes/Ceuff, 1985.
- SANJEK, Roger. *Fieldnotes. The Making of Anthropology*. Ithaca/Londres: Cornell University Press, 1990.
- SPERBER, Dan. Etnografia interpretativa e antropologia teórica. In: _____. *O saber dos antropólogos*. Lisboa: Edições 70, 1982.
- STRATHERN, Marilyn. The Limits of Auto-anthropology. In: JACKSON, Anthony (ed.). *Anthropology at Home*. Londres/ Nova York: Tavistock Publications, 1987.
- VELHO, Gilberto. *Individualismo e cultura*. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

Pesquisando em contextos de violência e de luta política: sofrimento, adesão e solidariedade

Paula Lacerda

Entre 2008 e 2012, realizei pesquisa de doutorado sobre o “caso dos meninos emasculados”, na cidade de Altamira, interior do Pará.¹ O “caso”² em questão, segundo o coletivo político formado pelos familiares das vítimas, consiste em um conjunto de crimes nos quais 27 meninos foram violentados, sendo que, em alguns casos, essa violência consistiu em sequestro, seguido de mutilação sexual. Apesar da gravidade das lesões, alguns meninos conseguiram correr em busca de socorro, mas outros verteram sangue até morrer. De alguns meninos, restaram apenas as suas ossadas, ou melhor, a possibilidade de que as ossadas apresentadas pela polícia sejam de fato suas. De outros, não restaram corpos, nem ossadas, nem mesmo informações sobre o que lhes teria acontecido: são as vítimas desaparecidas. Todos os crimes ocorreram nos limites da cidade de Altamira, que era oficialmente “o maior município do mundo” e popularmente conhecida como a “capital da Transamazônica”, ainda hoje cenário de projetos politicamente referidos como sendo de “desenvolvimento”.³

- 1 A tese, intitulada “O caso dos meninos emasculados de Altamira”: polícia, justiça e movimento social” foi defendida em março de 2012, sob a orientação de Adriana Vianna. Ver Lacerda (2012). No ano seguinte, foi vencedora do Prêmio Gilberto Velho de Tese da UFRJ.
- 2 Ao longo do texto, utilizarei aspas duplas para sinalizar expressões utilizadas pelos sujeitos junto aos quais pesquisei que, em sua maioria, revelam a forma como as mortes, a causa política e as vítimas foram percebidas e representadas, seja por familiares, seja pela polícia ou pela justiça. Especificamente no que se refere ao conceito de “caso” como um artefato socio-político, conferir Boltanski e Clavérie (2007). O uso de aspas duplas na expressão “Estado”, da mesma maneira, serve também para enfatizar o caráter êmico da expressão e, neste caso, evidencia a dimensão ficcional do termo que, antes de expressar unicamente uma entidade abstrata (Abrams, 1988), é composta por indivíduos ocupantes de posições da burocracia da administração pública (Cf. Souza Lima, 2002; Teixeira e Souza Lima, 2010).
- 3 De acordo com Ferguson (1994), a nominação de projetos como sendo de “desenvolvimento” visa tornar invisível o processo político que os fomenta.

Por intermédio do trabalho dos familiares das vítimas e de seus apoiadores,⁴ os crimes foram significados como uma violência excepcional, diferente dos demais casos que ocorriam na cidade, no estado e no Brasil. A tese “O caso dos meninos emasculados de Altamira: polícia, justiça e movimento social” analisou a configuração da mobilização social estruturada a partir de sentimentos como a “dor” e o “sofrimento”, bem como seu impacto sobre estruturas da administração pública. O material de pesquisa que embasou tais reflexões consistiu em trabalho de campo em Altamira e no judiciário de Belém, pesquisa em arquivos (das justiças estadual e federal, da polícia local e do ativismo) e entrevistas com 32 pessoas como juízes, promotores, advogados, delegados, familiares de vítimas, seus apoiadores, entre outras.

Contudo, o projeto inicial de pesquisa tinha como foco o processo judicial, instaurado em 1992 e julgado apenas onze anos depois. Não fazia parte dos meus planos iniciais entrevistar os familiares de vítimas. Planejava conhecer as opiniões de juízes, promotores, delegados e escrivães acerca de um “caso” que envolvia crimes, infância e desigualdade social. Ouvindo pessoas com tais inserções, pretendia acessar um relato sobre o poder, sobre a administração pública e sobre os efeitos das decisões por parte daqueles que atuavam desde “dentro”. A morosidade do julgamento, agravada por uma série de “equivocos” materializados nos autos, afetara a vida das vítimas sobreviventes e de seus familiares, que sentiam-se “injustiçados”.

Não pretendia buscar uma explicação técnica sobre o andamento moroso de um processo, mas o posicionamento dos agentes da administração pública a respeito de tais trâmites. Em termos teórico-metodológicos, estava informada pela literatura sobre “Estado” e entusiasmada com a perspectiva apresentada por Laura Nader em “Up the Anthropologist – Perspectives Gained from Studying Up”, publicada em 1972. Talvez, ao final da pesquisa, conseguisse tecer reflexões sobre como se posicionam, ainda que anos depois, os funcionários da

4 Como se verá ao longo do texto, lideranças do Movimento de Mulheres Trabalhadoras de Altamira do Campo e da Cidade e religiosos católicos, ligados à Prelazia do Xingu, foram os principais apoiadores da mobilização dos familiares. A atuação da Igreja Católica, especialmente da vertente inspirada pela Teologia da Libertação, é uma parte importante da forte mobilização existente em algumas regiões da Amazônia. É sobre esses religiosos que me referirei, ao longo do texto, como apoiadores da mobilização dos familiares das vítimas. Para uma discussão sobre Igreja, gênero e movimentos sociais, ver Lacerda (2013).

administração pública que integram parte de uma estrutura responsabilizada por produzir “injustiças” e reproduzir hierarquias de poder presentes em uma sociedade tão desigual quanto pode ser a brasileira, ou, mais ainda, a do interior do Brasil.

No entanto, caminhos da pesquisa me colocaram em contato direto com os familiares das vítimas. A partir de um primeiro contato com a mãe de uma das vítimas, dona Rosa Pessoa, decidi investir em novas questões de pesquisa, abandonando indagações que antes me pareciam centrais. Com isso, tendo sido convidada por dona Rosa para conhecer Altamira e aceita pelos demais familiares como alguém que pesquisaria, ao longo de quatro anos, o “caso dos meninos”, não construí como parte de meus anseios empreender uma análise “neutra” sobre o “caso” que pesquisaria. Se os familiares das vítimas julgavam a pesquisa como algo importante do ponto de vista político (e foi precisamente neste sentido que confiaram a mim suas melhores e piores lembranças), eu busquei privilegiar suas histórias e suas percepções com relação a todas as outras com as quais tinha entrado em contato. Embora tenha trabalhado com uma pluralidade de versões – por considerar justamente que a proliferação dos discursos é constitutiva do “caso” –, não destinei igual peso a cada uma delas. Foi a partir das percepções dos familiares das vítimas que procurei olhar para as instâncias da administração pública com as quais eles lidaram por mais de 20 anos. Deste modo, entendo que meu trabalho possa ser lido menos como uma abordagem sobre a administração pública e suas formas de gerir a desigualdade e a diferença e mais como uma análise do processo pelo qual os “diferentes” passam a acessar pessoas e instituições que lhes pareciam inacessíveis, insensíveis e omissas.

Neste artigo, buscarei apresentar reflexões sobre os percursos da pesquisa e sobre o quanto eles foram decisivos para uma mudança de plano de análise. Realizada em contexto nos quais a assimetria de poder não é, em princípio, desfavorável ao antropólogo, a pesquisa de campo nestas situações incorpora reflexões acerca do compromisso do antropólogo e da relação de afetividade que se estabelece entre as partes. Estes dois conjuntos de temas, precisamente, serão objeto de reflexão no texto que segue. Nesta perspectiva, meu objetivo aqui é refletir sobre meios políticos de fabricação da participação, da adesão e da solidariedade, e sobre as consequências dessa confluência de interesses para a pesquisa antropológica.

Para tanto, o texto está organizado em torno de dois itens, além das perspectivas finais. No primeiro deles, analiso a mobilização social como resposta política e, ao mesmo tempo, emotiva aos crimes praticados, à perda de seus meninos e ao que significaram como resposta insuficiente da polícia e da justiça.

No segundo item, analiso as polaridades estabelecidas entre vítimas (os meninos e seus familiares) e algozes, os “poderosos locais” e as “autoridades”. Compreendo que esta polaridade é constitutiva da tecedura de uma relação baseada na aliança e na confiança que foi capaz de conduzir à solidariedade e à adesão. Nas perspectivas finais, buscarei refletir sobre algumas consequências do estar e do sentir-se enredada nas “lutas” dos sujeitos junto aos quais pesquisamos. Em todo o texto, perpassam as discussões sobre pesquisar em contextos de violência e de luta política associadas a injustiças estruturais e a assimetrias de poder.

Vinte e sete meninos, nove familiares e muitas “lutas”

Em novembro de 1989, *Pedro*⁵, então com 10 anos, foi abordado por um homem que o convidou a colher mangas em uma região afastada, distante das áreas mais movimentadas de Altamira. Ao entrarem na floresta, o menino foi sedado por uma substância de cheiro forte e desmaiou. Algumas horas depois, *Pedro* acordou, percebeu-se ensanguentado e, embora fraco, conseguiu correr e pedir ajuda. Foi visto por um leiteiro, que o socorreu. Ao encontrar seus pais, eles imediatamente o levaram à delegacia e, de lá, foram encaminhados, na própria viatura, até um dos poucos hospitais da cidade. A roupa ensanguentada deixava entrever que ele tinha sofrido alguma lesão na região da genitália. Em vista das precárias condições do hospital, *Pedro* foi transferido, de helicóptero, para a capital do estado, onde foi atendido pelo médico urologista e professor universitário doutor Lourival Barbalho. *Pedro* e sua família passaram um bom tempo em Belém em razão do tratamento médico.

Dez meses depois desse crime, *João*, de nove anos, foi abordado por um sujeito que o levou para a mata, sob a promessa de pegar uma pipa presa a uma árvore. Da mesma maneira que *Pedro*, *João* foi sedado e acordou com muita sede, fortes dores e completamente ensanguentado. *João* havia sido amarrado a uma árvore. Mesmo sentindo-se fraco, o menino conseguiu se desamarrar da

- 5 Os nomes das vítimas sobreviventes são fictícios e aparecem em itálico. Apesar de os casos fazerem parte de um processo judicial que nunca correu em segredo de justiça, assumi o compromisso com os familiares das vítimas de preservar a identidade dos sobreviventes. Os demais nomes, inclusive das vítimas que não sobreviveram, são reais. Neste caso, a opção foi por dar visibilidade à “luta” dos ativistas que promovem esforços consideráveis para que os crimes não caiam no “esquecimento”.

árvore e correr. A vítima entrou na primeira casa que avistou, onde foi acolhido por uma senhora que o levou ao hospital. Segundo o laudo de exame de corpo de delito realizado quinze meses depois da violência, a vítima deu entrada no hospital dizendo ter sido violentada sexualmente e espancada, além de ter tido o órgão sexual totalmente cortado. Na época do crime, *João* foi transferido para Belém, onde foi atendido pelo mesmo médico que cuidou de *Pedro*. Seus familiares também permaneceram em Belém por alguns meses.

Os crimes contra *João e Pedro*, ocorridos em menos de um ano, aterrorizavam boa parte da população de Altamira. Se tivessem sido alvo de investigação policial e, posteriormente, judicial, poderiam ter sido tipificados como tentativas de homicídio, sequestro e lesão corporal, segundo o vocabulário técnico-penal, agravados pelo uso de meio insidioso ou cruel. Inicialmente, a forma como tais crimes foram referidos no contexto de Altamira foi “castração de meninos”, o que evidencia o modo pelo qual a violência afetou a sensibilidade das pessoas. Infligia-se a *meninos* o mesmo procedimento aplicado nos animais. As vítimas eram largadas na mata à própria sorte, deixadas ali para morrer. A demora nas investigações policiais, a continuidade dos crimes e, conseqüentemente, a ausência de explicações sobre eles acentuavam a sensação de terror da população. Quem seria capaz de cometer tais atrocidades? Por que tomar meninos como vítimas? Qual o significado da extirpação do órgão sexual? Por que a polícia nada fazia?

Não havendo explicações sobre os crimes e, sobretudo, não havendo explicações que dessem conta de todos os seus elementos, parecia verossímil a versão de que os crimes tivessem sido praticados no contexto de um ritual de “magia negra”. Esta possibilidade de explicação circulava por meio de rumores, o que quer dizer que era tão difundida quanto imprecisa.⁶ “Ouvia-se falar”

6 A partir de Veena Das (1998; 1996), é possível mapear uma relativamente ampla bibliografia sobre o “rumor”, seja em termos de seu efeito de mobilizar levantes (Rudé, 1959; Thompson, 1971), seja como instrumento de comunicação de massas (Guha, 1983). Incorporando as contribuições de tais perspectivas, como também de Austin (1975), Das (1998) ressalta os aspectos enunciativo e performativo do rumor, sem deixar, contudo, que o termo seja resumido às propriedades comunicacionais. Para a autora, o rumor está associado à impossibilidade de tornar o mundo algo plenamente reconhecível a partir das experiências em que os sujeitos tornam-se vítimas. É a partir deste ponto de vista que considero o rumor particularmente interessante para compreender o “sentir-se parte” do “caso” que venho analisando.

que os criminosos eram praticantes de “magia negra”, e que os órgãos sexuais eram ofertados em rituais em troca de poder e virilidade. Este aspecto pode ser percebido na fala de uma das mães entrevistadas, para quem “toda a Altamira sabia” que o médico Anísio, um dos acusados, possuía em sua casa o *Livro de São Cipriano*, que seria um livro de “bruxaria”, de “magia negra”. Como vemos, a informação-rumor provém de terceiros, é impessoal, jamais é oferecida em primeira mão e, neste caso, precisa ser amplamente conhecida para que possa ser legítima.

Os rumores reproduzem-se de modo mais acelerado a partir do primeiro caso que resultou em morte, o de Judirley, um menino de 13 anos que vivia com o pai, indígena da etnia chipaia. Em janeiro de 1992, quando Judirley foi encontrado morto e sem o órgão sexual, já eram conhecidos os crimes contra os sobreviventes *João e Pedro*. Após este que representava o terceiro crime de “emasculação”, proliferaram rumores de que Amailton, um jovem filho de importante comerciante local, teria chegado em casa com a camisa suja de sangue no mesmo dia em que o menino desapareceu. Por meio de rumores também circulava a informação de que Amailton seria homossexual e que, frequentemente, assediava rapazes em seu veículo, especialmente os soldados que serviam no batalhão do Exército.

Talvez, também pela proliferação desses rumores, os religiosos e as lideranças do Movimento de Mulheres tomaram a decisão de organizar uma manifestação após esse crime. O aspecto que me parece decisivo, entretanto, para a organização de uma manifestação precisamente após o assassinato de Judirley é o caráter mais público de um crime que resulta em morte do que em um crime brutal que não resultou em morte e as vítimas podem, elas mesmas ou seus familiares, tomar a frente da “causa”, optando por tornar pública a violência e construir sua denúncia. Mesmo sem revelar os nomes e informações a respeito das violências contra os meninos sobreviventes, a manifestação organizada após a morte de Judirley referiu-se a um “conjunto de crimes”. O elemento em comum, da mutilação sexual, sem dúvida potencializa a interpretação de que os crimes estavam, de alguma maneira, conectados. Além disso, o “perfil das vítimas” foi avaliado como sendo semelhante. As vítimas seriam todas “meninos pobres”, um recorte que é ao mesmo tempo de gênero, etário e de classe social.

Os crimes contra meninos em Altamira, a partir de mobilizações como essas, foram significados pelos ativistas envolvidos no “caso” como algo muito sério ao qual as autoridades e a população não estavam dando a devida atenção. Na visão destes sujeitos, aqueles crimes eram um “problema de todos”, não apenas das famílias envolvidas. As crianças eram vítimas de criminosos concretos,

protegidos pelo seu poder político e econômico, mas o “Estado”, que não supria os mínimos sociais previstos nos recém-aprovados instrumentos legais como a Constituição Federal e o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), era também responsável. A vulnerabilidade dos meninos e de suas famílias era o que os levava a aceitar promessas de comidas, brincadeiras, trabalhos. Precisando “ajudar em casa”, os meninos passavam boa parte de seu tempo nas ruas e, assim, tornavam-se vítimas em potencial. A desassistência das famílias impunha uma vida insuficiente aos meninos, e isso resultava em uma morte indigna.

Na visão dos religiosos e das lideranças do Movimento de Mulheres que acompanhavam os casos, a situação de carência das famílias representava um grande obstáculo para que eles próprios pudessem exigir investigações sérias e acompanhar o trabalho das “autoridades”. Após os crimes contra seus meninos, os familiares das vítimas tornaram-se conhecidos pelos religiosos, e estes os incluíram nas medidas sócio-assistenciais que promoviam, como a distribuição de cestas básicas e de enxoval, pesagem das crianças pequenas etc. Por parte do poder público, o que os familiares das vítimas receberam em termos assistenciais foi acompanhamento psicossocial descontinuado, tratamento médico insuficiente e inclusão em programas sociais (de habitação e de geração de renda) que foram abandonados.

A qualidade do serviço prestado por setores da administração pública – e aí incluem-se especialmente a polícia, o judiciário, a assistência social e a saúde – esteve modulada pelas características socioeconômicas dos familiares das vítimas. Neste sentido, receberam os piores atendimentos os pais e as mães com mais filhos, com menos relações e que não apresentavam certos “bens de cuidado” (Vianna, 2002), dos quais os mais paradigmáticos, no contexto de minha pesquisa, são certidões de nascimento e fotografias. Não ter um endereço conhecido (casas sem número em ruas sem nome localizadas em “invasões” ou “baixões”), não ter um matrimônio legalmente reconhecido e, sobretudo, ter permitido, consentido ou viabilizado que seus filhos trabalhassem nas ruas são elementos construídos, durante a interação, como indícios do fracasso de uma carreira pessoal e parental.

Quase todos os familiares das vítimas são de origem humilde e pouco escolarizados. Alguns são de fora de Altamira, e chegaram na cidade atraídos pela promessa de terras, emprego e melhores condições de vida, tal como anunciadas pela propaganda oficial do governo a respeito da região. À época do crime contra seus meninos, as famílias moravam em residências precárias, em geral à beira de igarapés e em terrenos não legalizados. Os homens trabalhavam como “braçais”, na lavoura ou na estiva; as mulheres, como lavadeiras ou domésticas.

Dos quatro corpos encontrados em meio à mata, apenas um foi periciado antes do sepultamento. A respeito de várias mortes, sequer houve certidão de óbito. Sobre os desaparecimentos, como foi dito, a polícia negou-se a procurar as vítimas, o que poderia ter resultado no encontro dos corpos ou mesmo na interrupção de um crime que ainda estivesse em curso.

O único *Inquérito Policial* concluído se deu a partir da morte e mutilação sexual de Jaenes da Silva Pessoa, o filho de dona Rosa. De fato, a família de Jaenes diverge consideravelmente das demais em termos de seu perfil social. Sua mãe, Rosa Pessoa, era professora contratada do município e do estado, ensinava na Zona Rural e, depois, passou para a área urbana, tendo dado aula de catecismo e participado dos movimentos sindicais desde muito cedo; seu pai, o lavrador Juarez Gomes Pessoa, possuía algumas cabeças de gado e usufruía da terra de seus parentes em relação à morada, ao pasto e ao roçado. Seu Juarez é da família dos Gomes, que possuem terras, comércios e bastante influência na política local, desde que chegaram a Altamira, saídos do Ceará nos anos 1970 e com capital suficiente para investir. Quando, no dia 1º de outubro de 1992, Jaenes saiu para tocar o gado de seu pai e não apareceu no horário em que costumava retornar para casa para tomar banho e almoçar, seu pai compareceu à delegacia acompanhado por Arnaldo Gomes, um parente advogado. Ainda assim, buscas não foram realizadas. Segundo o delegado, a única viatura da polícia estava ocupada fazendo a segurança das urnas da eleição que ocorreria dias depois. A juíza, ao ser procurada, endossou a decisão do delegado.

Após três dias, o corpo do menino foi encontrado perto de onde tocava o gado, com as vestes limpas, sem os globos oculares, com os pulsos cortados, a orelha machucada e o órgão sexual extirpado. Ao velório da vítima, realizado em data que coincidiu com as movimentadas eleições municipais, compareceram políticos em exercício, candidatos, comerciantes, fazendeiros e até o vice-governador do estado do Pará. Este último teria dito ao pai da vítima que falaria pessoalmente com o governador para que uma comissão fosse formada e enviada para investigar os crimes em Altamira. De fato, menos de duas semanas depois do crime, uma equipe da Polícia Civil de Belém chegou a Altamira, e o primeiro inquérito policial foi aberto. O trabalho desta equipe resultou no indiciamento do jovem Amailton Gomes Madeira e na abertura do único processo judicial sobre o caso, ao qual foram acrescentados, posteriormente, crimes contra outras quatro vítimas. O sobrenome Gomes, em comum entre Amailton e Seu Juarez, não é uma coincidência, eles são primos de segundo grau.

No velório de Jaenes, dona Rosa teria prometido, sob o caixão do filho, que percorreria os quatro cantos do mundo até encontrar “as pessoas que fizeram

aquilo com ele”. Após o crime, contudo, dona Rosa sentiu uma “fraqueza muito grande” que a impedia de cuidar dos outros três filhos, da casa, do marido. Segundo suas lembranças, passava os dias no igarapé pensando no filho morto, não tendo “cabeça” para fazer qualquer outra coisa. Quando, um mês depois do assassinato de seu filho, ela tomou conhecimento de que o mesmo teria ocorrido a Klebson Ferreira Caldas, um menino de 12 anos, dona Rosa resolveu “fazer alguma coisa”. Procurou os religiosos e Antonia Melo, que estava, então, à frente do Movimento de Mulheres, e iniciou a sua “luta por justiça”.⁷

Para os religiosos e para as lideranças do Movimento de Mulheres que se tornaram os principais apoiadores da “luta” dos familiares, o sentimento de solidariedade era o que motivava sua disponibilidade para ajudá-los. Esta “ajuda”, contudo, transformou-se em um estímulo para que os próprios familiares se organizassem e pudessem, juntos, reunir forças para combater os “poderosos” que, segundo rumores, seriam os responsáveis pelos crimes contra meninos em Altamira. Deste modo, o apoio que os familiares receberam conduziu-se em um sentido bastante preciso: os protestos sistemáticos e não violentos eram o meio legítimo de “fazer justiça”. Por meio deles, pressionavam-se delegados, juízes e promotores para que as investigações fossem conduzidas como a lei prévia. Os protestos – em formato de passeatas, caminhadas e vigílias –, em lugares movimentados de Altamira e plenos de significado, como a praça da Brasília,⁸ a delegacia, o fórum e a rodovia Transamazônica, divulgavam a “causa” e, com isso, os familiares das vítimas acreditavam estar fazendo aliados em uma “luta” legítima, porém penosa.

Os familiares das vítimas, neste sentido, sempre puderam contar com a solidariedade e com a adesão de uma parcela expressiva da população de Altamira, a despeito do medo que inicialmente impedia que apoiadores em potencial pudessem acompanhar uma manifestação nem que fosse pelas janelas. Com a

- 7 O termo “luta”, como bem explorado por Comerford (1999), é parte da gramática que dimensiona o empenho das pessoas na mobilização, embora, como mostra o autor, a categoria também tenha seu uso atrelado às situações da vida cotidiana. No sentido explorado por Weber (1974), “luta” é a ação social que se orienta pelo propósito de impor a própria vontade contra a resistência proveniente de outras partes (p. 31).
- 8 O bairro Brasília é um dos mais movimentados de Altamira. Além de próximo ao Centro, o bairro abriga órgãos públicos ligados à Assistência Social e à Previdência Social e, também, uma das maiores escolas públicas de nível médio, dotada de infraestrutura suficiente para ser utilizada em eventos de médio ou grande porte.

organização das ações políticas dos familiares das vítimas, o “caso” tornou-se conhecido no Brasil e no exterior. Recursos financeiros eram doados. A população de Altamira acompanhava os protestos, participava de rifas e almoços para gerar recursos para o coletivo político recém-formado, manifestando, assim, sua adesão à causa.

A “luta” dos familiares, ao ser significada como um apelo de justiça por parte daqueles que perderam seus filhos de maneira tão brutal, assim construiu sua legitimidade. Eram “mães” que estavam na “luta” por seus filhos, à espera de um tratamento digno por parte das “autoridades” que, até então, se mostravam omissas (e, neste sentido, também cúmplices) das bárbaras violências cometidas contra crianças inocentes.⁹ Como não apoiar essa causa? A desigualdade (de acesso à justiça, de condição socioeconômica) capaz de situar familiares das vítimas e algozes em polos opostos constrói também uma leitura possível da mobilização como uma “luta” entre vítimas oprimidas e algozes opressores. Neste cenário, o que a neutralidade comunicaria? Qual seria o seu valor?

As “mães” e os “poderosos locais”

Em 2008, durante o primeiro ano de doutorado, realizei minha primeira viagem ao estado do Pará. Tinha o objetivo, conforme já mencionado, de acessar o processo judicial e tentar contato com pessoas que tivessem atuado nele, direta ou indiretamente. Por volta da segunda semana da viagem, já tendo acumulado algum conhecimento sobre o “caso” por meio dos autos e das notícias da imprensa que pesquisava, fui até a sede do Centro de Defesa da Criança e do

- 9 Embora a categoria preferencialmente utilizada pelos integrantes do Comitê em Defesa da Vida da Criança Altamirense seja “familiares”, de modo a contemplar uma irmã de vítima e dois pais que participam formalmente, algumas vezes o termo “mãe” aparece na fala dos integrantes. Mais do que revelar um equívoco ou uma contradição, o uso deste termo me parece ser criteriosamente utilizado tendo-se em vista o formato bastante conhecido e socialmente legítimo de protestos encaminhados por “mães” que “lutam” por seus filhos. Para uma excelente análise sobre a “transformação” de apoiadores de uma causa em “mães”, ver Vianna e Farias (2011). Nas próximas páginas, o termo “mãe”, quando significar não uma relação de parentesco, mas a identidade política de mulheres que entram na “luta” por seus filhos, aparecerá entre aspas, seguindo o uso já convencionado ao longo do texto e expresso na nota três.

Adolescente (Cedeca), para tentar uma entrevista com a sua coordenadora, Celina Hamoy, que havia prestado assistência jurídica aos familiares das vítimas, chegando a atuar como assistente de acusação em fase anterior ao julgamento. Para minha surpresa, dona Rosa Pessoa, que eu conhecia pelas notícias da internet e da mídia impressa, estava na sala com Celina. Até aquele momento, eu não pensava em acessar o relato dos familiares sobre o caso. Ainda assim, foi com muita satisfação que conheci dona Rosa e direcionei algumas perguntas para ela, quase que de improviso.

Ao final de nosso encontro, combinamos de nos rever na Conferência Estadual de Direitos Humanos, que ocorria nas proximidades de onde eu estava hospedada. Era este o motivo da presença de dona Rosa na capital do Pará. Ao longo dos dois dias que passamos juntas na conferência, ouvi pela primeira vez dona Rosa falar do “caso dos meninos”. O longo tempo decorrido entre o início dos crimes e o julgamento do processo, as várias incorreções cometidas pela polícia e pela justiça – que tornariam ainda mais moroso o andamento do “caso” –, e a insuficiência da resposta das “autoridades” quando se trata de reparar o irreparável da morte de um filho ou irmão em condições extremamente brutais foram tematizados por dona Rosa em sua fala pública, perante uma plateia de cerca de duzentas pessoas. O que eu, com muito espanto, havia observado no processo, estava sendo objeto de denúncia na voz da mãe de uma vítima.

Boltanski (1984), em seu trabalho “La Denonciation” (“A denúncia”), analisou cartas remetidas à redação do jornal francês *Le Monde* que narravam situações avaliadas como aviltantes e desrespeitosas. O autor reflete sobre suas propriedades sociológicas, ou seja, sobre aquilo que parece ser decisivo no julgamento da pertinência do que é descrito ou denunciado, que vai resultar na publicação (ou não) do texto nas páginas do jornal. Neste sentido, para o autor, as denúncias provavelmente avaliadas como adequadas têm um estilo: elas versam sobre um problema que afeta uma coletividade e costumam ser direcionadas a um grupo específico, que pode ser tanto o causador do malefício quanto o responsável pela fiscalização ou punição destes. A fala de dona Rosa, no evento de direitos humanos, foi bem aceita pela plateia já acostumada a compreender o “Estado” como violador de direitos.

Contudo, em termos de estilos narrativos, dona Rosa utilizou a denúncia, tal como trabalhada sociologicamente por Boltanski, e o estilo da queixa. Partindo da definição de Gregori (1993:185), para quem a queixa “é a narrativa em que a pessoa que é objeto de algum infortúnio constrói discursivamente a sua posição enquanto vítima”, compreendi o quanto afirmar para si a identidade de vítima é uma forma potente de produzir a escuta. Pesquisas recentes, como as de Sarti

(2009; 2011), Coelho (2009) e Jimeno (2010), vêm salientando o papel central da identidade de vítima na política contemporânea. Para dona Rosa, o “Estado” era “omisso” por não ter interrompido o ciclo brutal de violências, o que a transformava em vítima e valorizava suas ações de resistência, ou seja, sua “luta”.

O “Estado”, inclusive, renovava seu ciclo de violações ao ter permitido que as pessoas que ele mesmo tinha afirmado serem as criminosas se mantivessem em liberdade durante os onze anos que se estenderam desde a abertura do processo até a realização do julgamento. Deste modo, as crianças de Altamira eram vítimas, mas seus familiares também, por terem padecido nas mãos desse “Estado” e dessas “autoridades” inacessíveis e insensíveis. Em sua fala, dona Rosa utilizou uma palavra crucial para compreender sua forma de reivindicar direitos e de se posicionar politicamente: o *sofrimento*.¹⁰ Ela, bem como as outras “mães” há décadas sofriam não apenas com a perda de seus meninos, mas com o “descaso do Estado”, o que transformava aquelas mortes em acontecimentos desimportantes, produzindo, assim, a precariedade daquelas vidas (Butler, 2004).

Ao final deste encontro, dona Rosa fez o convite para que eu fosse a Altamira conhecer o coletivo político formado pelos familiares em 1993, um ano depois de ter sido aberto o processo judicial. Despedimo-nos com a promessa de que nos veríamos em breve. Meses depois, eu fui para Altamira pela primeira vez, e conheci uma cidade bastante movimentada por diversas manifestações, nas quais a “causa da criança e do adolescente” não parecia ser tão efervescente quanto nos anos 1990, quando os crimes ocorreram e normativas legais contribuíam para a proliferação de debates sobre o tema.”

- 10 Existe um amplo conjunto de pesquisas, também recentes, que vêm salientando a relação entre emoções e política, das quais desponta, justamente, a centralidade do sofrimento enquanto condição indissociável do sujeito que reivindica seus direitos violados. A este respeito, vale conferir os trabalhos realizados a partir do Brasil de Victora e Ruas-Netto (2011), Vianna e Farias (2011) e Durão & Coelho (2012), além dos já citados a respeito da categoria “vítima”. No exterior, merecem destaque os artigos reunidos nas coletâneas de Goodwin, Jasper e Polletta (2001) e Flam e King (2005). Por fim, destaco que estes artigos, de maneira geral, encontram inspiração na noção de “sofrimento social” apresentada por Kleinman, Das e Lock (2005). Para estes autores, o sofrimento social pode ser compreendido como o resultado de forças devastadoras sobre a experiência humana, capazes de alterar essa experiência.
- 11 Nos anos 1990, com a recente aprovação do texto da Constituição Federal e a elaboração do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), os debates em torno da “proteção integral” à criança ocupavam importante espaço de visibilidade na sociedade brasileira.

Cheguei em Altamira na manhã do dia 18 de maio, o Dia Nacional de Combate ao Abuso e à Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes. Havia previamente combinado com dona Rosa que nos encontraríamos na manifestação que sairia do fórum da cidade e iria até a praça da Brasília. Logo nos primeiros minutos, encontrei dona Rosa, e fui apresentada a dona Carolina, Esther e dona Zuilda. Espontaneamente, elas falaram quem eram seus meninos, mas eu já conhecia as histórias de Maurício, que desaparecera no período de festas e nunca mais fora encontrado; de Klebson, que havia sido morto, mutilado e seu corpo fora encontrado eviscerado; de Tito, que nunca mais fora visto depois de ter saído para colher mangas. Apesar de haver inquéritos policiais a respeito destes “casos”¹² e a despeito da mobilização das mães de Maurício e de Tito e da irmã de Klebson, nenhum desses meninos figurou como vítima no processo. Eu sabia que, na visão de seus familiares, o que ocorrera com estas vítimas estava, ainda, à espera de um encaminhamento do “Estado”, como corpos insepultos que estão ainda expostos, de acordo com a metáfora proposta por Butler (2000).

Em nosso encontro na manifestação, nenhuma daquelas mulheres demonstrou pesar, mas indignação. Esther era a que mais falava, com notável revolta, do que considerou como “omissão das autoridades”. A recente prisão de Anísio, que estava foragido havia alguns anos, dava ensejo a afirmações do tipo “não era ele que estava foragido da justiça, era a justiça que se foragia dele!”. Ouvindo Esther, eu lembrava a petição que havia sido anexada ao processo entre 2008 e 2009. No documento, que tinha por objetivo “requerer certidão da data em que ocorreram as emasculações objeto do referido processo”,

Nesse contexto, foi produzida uma série de pesquisas acadêmicas de diversas áreas, bem como proliferaram diagnósticos sobre a situação da infância em todo o País. A situação da criança na Amazônia, pelo menos na visão de alguns atores, foi construída como de especial vulnerabilidade, como revelam as análises de Jatene (1993a; 1993b) e de Diniz (1994).

- 12 Em sua análise sobre casos de desaparecimento no Brasil contemporâneo, Leticia Ferreira (2011) afirma que, como “caso atípico”, isto é, sem correspondência no Código Penal, os desaparecimentos não geram inquérito, mas um procedimento interno denominado “sindicância”. Contudo, em Altamira, os desaparecimentos de Maurício, Tito e de outras duas vítimas efetivamente geraram inquéritos policiais nos quais, inclusive, foram ouvidas testemunhas e suspeitos. Entendo que a abertura de inquéritos, nesses casos, se explique pela intensa e crescente mobilização protagonizada pelos familiares das vítimas.

constavam as assinaturas de dr. Anísio e de seu advogado, ambas reconhecidas no cartório de Porto Franco (MA), cidade onde, sete meses depois, ele seria preso em operação do Grupo Especial de Prevenção e Repressão às Organizações Criminosas (Geproc) do Maranhão, que chegou ao aeroporto da cidade com bastante estardalhaço.

Muito diferente da discursividade dessas mulheres na manifestação foram as narrativas que surgiram quando estávamos a sós, em suas casas e com tempo disponível. Nessas ocasiões, suas trajetórias eram cruzadas pelo episódio que consideram como o pior de suas vidas, que foi a perda de seus meninos em condições brutais ou desconhecidas. O relato delas, bem como de outros familiares, foi marcado por descrições da aparência física e do temperamento de seus meninos. Falaram também sobre o que eles gostavam de fazer, de vestir, de comer e sobre como haviam passado seu último dia. Atualmente, tendo passado mais de vinte anos desde que as crianças foram vitimadas, não são muitos os espaços em que o falar sobre seus filhos ou irmão seja não somente possível como valorizado. Neste contexto, entendo que nossas entrevistas foram uma ocasião importante para os familiares falarem sobre seus filhos e, assim, sentirem-se mais próximos deles. Ademais, o “falar sobre o caso” é também compreendido como um ato político da maior importância. Mesmo que os familiares sofram novamente ao rememorar o que consideram o pior momento de suas vidas, as implicações políticas e afetivas fazem com que eles não recusem os espaços de fala que lhes são, ainda hoje, oferecidos.

Nas entrevistas, os familiares das vítimas constroem seu papel de vítimas porque injustiçados, assim como seus meninos. Contrapõem-se a si mesmos em relação aos criminosos, referidos como “poderosos locais”. De um lado, eles e seus meninos: pessoas sem recursos, sem instrução, sem influência política, porém com muita disposição e coragem para enfrentar quem quer que fosse para que a “justiça” fosse feita; de outro lado, os “poderosos locais” e boa parte das “autoridades”: ricos, bem relacionados, com recursos para manipular pessoas e leis a seu favor, porém covardes, porque cometeram violências brutais contra meninos indefesos e inocentes.

Durante essa primeira estadia em Altamira, houve uma reunião do coletivo político dos familiares, e foi essa a ocasião em que eu pude conhecer todos eles, considerando que a maioria não esteve presente na manifestação pelo 18 de maio. Após apresentar os objetivos da pesquisa, solicitei que aqueles que aceitassem conversar comigo preenchessem seus endereços numa folha de caderno. Todos o fizeram. Após a reunião, contudo, dona Rosa disse que eu não poderia ir à casa dos integrantes do comitê em qualquer taxi, com qualquer motorista,

por questões de segurança. Combinamos que sua filha me levaria de moto. Entrevistando os familiares em suas casas, notei que elas eram afastadas do Centro da cidade e, na maioria das vezes, não tinham portões, grades, fechaduras e localizavam-se em ruas sem iluminação.

Ainda assim, os familiares narravam os perigos aos quais haviam se submetido no passado e a continuidade deles no presente, ainda que em menores proporções. Por exemplo, dona Carolina contou que, na época em que era bastante conhecida na cidade por “aparecer na televisão falando sobre o caso”, um mesmo carro preto passava em frente a sua casa várias vezes ao dia, como que para intimidá-la. Recentemente, após anos desde essa época mais intensa de repercussão e mobilização, preocupou-se com um carro grande e com os vidros escuros que passava vagarosamente na frente de casa, enquanto seus netos brincavam na calçada. “O que um carro daquele [grande e novo, um carro de “rico”] fazia aqui na minha rua, que nem asfaltada não é?”, perguntava.

A oposição entre “ricos” e “pobres” embasa a construção de uma teoria nativa sobre o “poder”, que quase sempre aparece associada ao “mal”. Neste sentido, o sofrimento dos familiares dos meninos, no limite, se deve à desigualdade de recursos que os “ricos” podem acionar para viverem conforme suas próprias regras, privando os “pobres” de direitos básicos como o direito à vida. De fato, a categoria “ricos” é utilizada pelos familiares das vítimas como uma categoria acusatória. Em suas falas, percebe-se que “rico” é menos aquele que possui uma situação econômica privilegiada e mais aquele que utiliza seus recursos de modo inapropriado, como forma de conduzir situações segundo interesses escusos.

Quando essa desigualdade de recursos se verifica no campo do judiciário, a busca por “justiça” afigura-se como uma verdadeira “luta”, contra os “poderosos”, contra a “omissão das autoridades”, em suma: contra as grandes estruturas de poder vigentes em nosso País. O sistema judiciário, aos olhos dos familiares, não demonstrava a “cegueira” que por princípio o definiria, mas reproduzia privilégios e potencializava a influência dos “poderosos”. Se os criminosos não estavam atrás das grades, as crianças não brincavam sozinhas nas ruas, e seus familiares ficavam em constante estado de apreensão. Isso era “justo”?

Os familiares das vítimas acreditam que os cinco acusados levados a julgamento representam apenas a “ponta do iceberg” do grupo mais amplo de criminosos. Aos seus olhos, os dois médicos, o filho do importante comerciante local e uma mulher, suposta líder de seita, são pessoas “poderosas” econômica e politicamente falando, mas, ainda assim, menos poderosas do que os que sequer chegaram a ser investigados. Quando, em 2012, Rosane Collor, ex-primeira

dama, concedeu uma entrevista ao *Fantástico*, programa da TV Globo, afirmando que seu atual marido realizava “rituais de magia negra” no porão da residência oficial, a percepção dos familiares das vítimas a respeito da feição tentacular da rede que comandaria os crimes contra meninos em Altamira recrudescceu e incorporou esta informação, tomada como uma “confirmação” ou uma “comprovação” daquilo que já sabiam.¹³

A partir da experiência de pesquisa junto aos familiares das vítimas, sinto-me segura em afirmar que eu jamais fui vista com desconfiança por eles. Por mais que possa parecer plenamente possível que alguém pudesse se aproximar deles e do “caso” com objetivos que não a colaboração, o apoio e a solidariedade, a experiência concreta dos familiares mostra que há mais pessoas dispostas a ajudar do que a prejudicar.¹⁴ O problema, segundo suas perspectivas, é que os que tem seus interesses afinados com os “poderosos”, apesar de poucos, são extremamente influentes, e não medem esforços para conseguir o que desejam. Aos seus olhos, eu não tinha nenhuma dessas características. Desta maneira, entendo que a minha proximidade com a “causa” dos familiares foi produto da minha própria sensibilidade, das minhas opções éticas e morais e, ao mesmo tempo, foi produzida ao longo da relação próxima e afetiva estabelecida com eles. Portanto, considero que a adesão à causa daqueles que pesquisamos não tem nada de evidente, tampouco pode ser compreendida como consequência direta do “caso” pesquisado, mas é justamente fruto de múltiplos fatores, como a relação que nos permitimos (e permitimos aos demais) estabelecer. Independente das questões que ressaltem de nossas pesquisas, proponho compreender a adesão como uma escolha que, por sua vez, engendra condições. Na páginas que seguem, a título de conclusão, buscarei discutir alguns aspectos das condições engendradas pela escolha em aderir à causa daqueles que pesquisamos.

13 A entrevista de Rosane Collor pode ser lida em: <http://g1.globo.com/fantastico/noticia/2012/07/rosane-collor-revela-que-ex-presidente-fazia-rituais-de-magia-negra-na-casa-da-dinda.html>. Acesso em: Maio 2014.

14 Note-se que, neste universo, a neutralidade não é uma experiência conhecida, o que a torna impensável. De acordo com Antonia Martins, uma das apoiadoras do comitê, o “caso dos meninos emasculados foi um caso que reuniu gregos e troianos em apoio e solidariedade às famílias das vítimas e às vítimas... só mesmo aqueles que não queriam que as investigações fossem feitas não participavam”.

Perspectivas finais

Ao longo do texto, busquei recuperar os passos da pesquisa que considerei como decisivos para uma mudança da minha perspectiva de análise que teve a intenção de produzir uma reflexão sobre as percepções daqueles que veem a si mesmos como “fracos” em relação aos “poderosos” e às “autoridades”, categorias que englobam tanto agentes do Estado quanto figuras locais, como madeireiros, posseiros, latifundiários e comerciantes. Essa polaridade, aparentemente rígida, assume contornos mais contextuais quando vista à luz das ações políticas organizadas pelos familiares das vítimas: a “luta por justiça”. É ao longo destes mais de vinte anos de “luta” que os familiares demonstram a “força” necessária para persistirem em um caminho que eles próprios consideram como “longo”, “íngrato” e “sofrido”. O caminho da militância é comparado à coroa de espinhos que foi colocada em Jesus durante seu martírio: um instrumento de tortura, um objeto que se leva junto ao corpo e que está ali precisamente para produzir sofrimento, mas que, por isso mesmo, é signo da injustiça. Neste sentido, a humildade está representada ali, bem como a capacidade de resistir pacificamente.¹⁵

A história da “luta por justiça” dos familiares em Altamira representa, para mim e para eles, uma história de injustiça e de resistência. A convergência entre nossas percepções e nossas versões, conforme venho argumentando, não é produto singular de qualquer homologia ontológica, muito menos de metamorfose entre pesquisador e familiares de vítimas. Tampouco seria certo explicar esta convergência por uma suposta falta de distanciamento e de objetividade na pesquisa. Meu privilégio à versão dos familiares das vítimas, tal como eu

- 15 Nos últimos anos, a noção de “resiliência” vem sendo utilizada em discussões antropológicas, particularmente nas investigações realizadas em contextos de trauma e sofrimento (ver Scheper-Hughes, 2008; Vianna e Farias, 2011 e Birman (no prelo)). O uso do conceito está afinado à definição oferecida e pesquisada pela Psicologia, encorpada a partir dos anos 1980. De acordo com Rutter (1985:607), a “resiliência”, preferencial ao termo “invulnerabilidade”, até então utilizado, seria caracterizada “por um conjunto de ações com um objetivo definido e algum tipo de estratégia de como alcançar o objetivo escolhido que parece envolver vários elementos mutuamente relacionados”. No original: *by some sort of action with a definite aim in mind and some sort of strategy of how to achieve the chosen objective which seems to involve several related elements*. Em artigo mais recente, o autor define resiliência como a relativa resistência ao risco psicossocial decorrente de experiências potencialmente traumáticas (Rutter, 1999, p. 119).

o interpreto, é produto da convergência de sensibilidades e de percepções do mundo, e também de afetos. No meu caso, incorporar as versões do “caso” provenientes da Justiça e da polícia, por exemplo, não significou nem contradizer as informações que os familiares interlocutores me ofereciam, nem destinar o mesmo peso a cada uma delas.

Se a questão da ética é um ponto importante e delicado para muitas pesquisas¹⁶ quando o tema da investigação consiste em *experiências traumáticas*, *experiências-limite* ou *desumanizantes*, não me parece haver regra acima de qualquer questionamento. As questões atravessadas por dilemas éticos vão desde a dúvida, com a qual muitos se deparam no momento em que vão publicar pela primeira vez algum texto sobre suas pesquisas, sobre o uso de nome real ou fictício daqueles que nos contaram experiências de violência e alcançam até questionamentos sobre os critérios de seleção daquilo que será analisado: o que o autor privilegia em suas análises teria também centralidade para seus interlocutores?

As reflexões de Tello (2013:227), conduzidas a partir de investigações sobre violência, conflitos sociopolíticos e direitos humanos na Argentina, exemplificam a singularidade de cada contexto, de cada entrevista, de cada interlocutor. Ademais, existe um componente muito importante das pesquisas que, de maneira geral, é pouco trabalhado: o caráter dinâmico dos acordos ao longo do tempo. Para a autora, os contratos éticos durante o trabalho de campo podem ser modificados, alterando, assim, as expectativas dos interlocutores e da comunidade. Tanto mudam as pessoas quanto mudam os contextos sociais nos quais suas falas foram proferidas. Assim, são possíveis situações nas quais um interlocutor que tenha relatado experiências de vitimização reestruture sua vida de maneira que aqueles relatos, oferecidos espontaneamente e autorizados a constarem em uma publicação, passem a não ser mais bem vistos. É possível também que o processo político altere o valor social daqueles interlocutores e de seus relatos.

Os trabalhos bastante conhecidos de Pollak (1989 e 1982¹⁷) sobre as memórias dos sobreviventes dos campos de concentração nos demonstram que, para que os relatos possam ser compartilhados, é preciso que haja um contexto social

16 A centralidade desses debates pode ser observada por meio da produção de coletâneas sobre o tema pela Associação Brasileira de Antropologia (ABA). Ver Sarti e Duarte (2013) e Victora *et al.* (2004).

17 Em parceria com Botz e Glass-Larsson.

possível, isto é, receptivo. Esta seria uma das explicações para a proliferação de relatos dos sobreviventes durante os anos 1970 e 1980, ou seja, quase 30 anos depois de vivida a experiência nos campos de concentração. Outra explicação seria o medo de seus interlocutores de que suas memórias desaparecessem com a sua morte. Estas reflexões dimensionam um pouco dos efeitos complexos que seriam decorrentes caso o contexto sociopolítico caminhasse no sentido reverso de uma receptividade, ou seja, o contrário do que Pollak nos descreve. Todavia, é importante destacar que muitos sujeitos atribuem às suas narrativas justamente o peso político de contribuírem para que a violência extrema (praticada durante o período da ditadura, dos regimes nazistas e, contemporaneamente, nas favelas cariocas e nos interiores do Brasil) seja conhecida e, assim, ocupam o espaço das memórias coletivas.

Dialogando com autores como Taylor (1992), Frazer (2004) e Honneth (2003), e refletindo a partir de relações interétnicas, Roberto Cardoso de Oliveira (2005:18) sustenta a perspectiva de que o reconhecimento identitário não é uma questão apenas política, mas, sobretudo na contemporaneidade, trata-se de um imperativo moral. Reconhecer a identidade de vítima de alguém que diz ter os direitos violados, neste sentido, é requisito básico para que possa haver escuta e diálogo entre as partes. No meu caso, não precisei primeiro ouvir os familiares das vítimas para que, então, concordasse com sua própria visão de que eles e também seus meninos tenham sido vítimas dos criminosos, vítimas da desassistência do “Estado”, vítimas da morosidade da justiça, que prolonga o tempo da impunidade e do sofrimento. Portanto, acompanho os autores no argumento de que só pode haver escuta, diálogo e relação quando há reconhecimento da identidade de quem nos fala.

Mesmo tendo sido “pega pela causa” dos familiares antes mesmo de encontrá-los, nossa convivência ao longo dos anos da pesquisa de doutorado (que se prolonga até os dias atuais) aumentou ainda mais o afeto. A ideia de “pega pela causa” e o encorajamento para que os autores não ignorem seu lugar na experiência humana, isto é, não neguem o quanto foram “afetados” pelas relações e pelos afetos durante a pesquisa, vem de Favret-Saada (2005). Conforme afirma a autora, em sua pesquisa sobre feitiçaria no interior da França, fazia pouco sentido “observar” quando o convite dos interlocutores era para que ela aceitasse entrar naquele sistema como parceira e ali investisse os problemas de sua existência (2005: 157). A observação por si mesma pressupõe um modo de pesquisa diferente da participação. Talvez não seja de interesse dos interlocutores uma *descrição* feita por alguém que, ao buscar *observar*, deixou de sentir e de experimentar aquele cotidiano.

Diferente da situação de pesquisa da autora, em que era possível submeter-se à feitiçaria (ainda que nunca como alguém que fora socializado naquele contexto), os pesquisadores que se põe a ouvir experiências atravessadas pela violência dificilmente têm a possibilidade de compartilhar o sistema moral do sofrimento, o que não quer dizer, contudo, que a empatia não possa existir.¹⁸

Por fim, gostaria de salientar que as relações de proximidade, identificação, adesão e afeto (trans)formam tanto aquilo que efetivamente fazemos em nossas pesquisa quanto o que deixamos de fazer, de perguntar, de incluir, de explorar. Na vida cotidiana e até mesmo no curso do trabalho de campo, não nos causa espanto que as pessoas se apresentem ambíguas e contraditórias. Mas, em muitos casos, escrever sobre estas contradições, colocar no papel algo que poderia ser lido com maus olhos por amigos ou inimigos do interlocutor que nos confiou seus relatos pode nos causar desconforto. E em geral, a opção é pela exclusão. Embora esteja consciente que acompanho muitos pesquisadores nessa solução, reconheço que ela não é necessariamente melhor do que outras.

Cito, a título de exemplo, a etnografia de Kulick (2008) como um trabalho que não silencia sobre atitudes potencialmente comprometedoras por parte de suas interlocutoras, as travestis de Salvador. Em seu livro, o autor não omite os diferentes tipos de golpes e violências praticados pelas travestis com as quais pesquisou, o que teria sido objeto de acordo com as interlocutoras. Negociando com as travestis que seu trabalho consistia em tentar descrever a *complexidade* da identidade travesti por meio de suas práticas, elas consentiram que as ilegalidades fossem descritas, obviamente, sem a identificação das pessoas. Excluir práticas frequentes, neste caso, seria mutilar uma realidade. Destaco, contudo, que o autor afirma ter estabelecido uma relação de afeto e amizade com suas interlocutoras. Nesse caso, o afeto, que poderia tê-lo impedido de oferecer certas informações em sua pesquisa, como no meu caso, foi justamente o que o autorizou a fazê-lo. O acordo com as interlocutoras que resultou na decisão de não omitir certos elementos não pode ser compreendido fora da rede de confiança e de afeto que foi estabelecida entre autor e interlocutoras, que são partes de uma mesma relação.

18 Ressalto que a identidade de filha de uma “companheira” assassinada durante a ditadura argentina, conforme a própria pesquisadora discute, a transformava em uma espécie de “intelectual orgânica” aos olhos de seus próprios interlocutores. Nesse sentido, creio que, pelo menos na visão deles, a experiência do sofrimento era compartilhada.

Referências

- ABRAMS, Philip. Notes on the Difficulty of Studying the State (1977). *Journal of Historical Sociology*, v. 1, n. 1, p. 58–89, 1988.
- AUSTIN, John. *How to Do Things with Words*. Cambridge, MA: Harvard University Press, 1975.
- BIRMAN, Patrícia. Ocupações: territórios em disputa, gêneros e a construção de espaços comuns. No prelo.
- BOLTANSKI, Luc. La Denonciation. *Actes de La Recherche en Sciences Sociales*, v. 51, p. 3–40, 1984.
- _____.; CLAVERIE, Elizabeth. *Affaires, Scandals et Grandes Causes*. Paris: Stock, 2007.
- BUTLER, Judith. *Antigona's Claim: Kinship between Life and Death*. Nova York: Columbia University Press, 2000.
- _____. *Precarious Life: The Powers of Mourning and Violence*. Londres/Nova York: Verso, 2004.
- COELHO, Maria Cláudia. Lágrimas com farinha: percepções femininas da violência em Belém do Pará. In.: SENTO-SÉ, T. (org.). *Segurança pública: outros olhares, novas possibilidades*. Brasília: SPM, 2009. p. 119–135.
- COMERFORD, John. *Fazendo a luta: sociabilidade, fala e rituais na construção de organizações camponesas*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1999.
- DAS, Veena. *Critical Events: An Anthropological Perspective on Contemporary India*. Nova Déli: Oxford University Press, 1996.
- _____. Wittgenstein and Anthropology. *Annual Review of Anthropology*, v.27, p. 171–95, 1998.
- DINIZ, Ana. *Correndo atrás da vida*. Belém: Cejup, 1994.
- DURÃO, Susana; COELHO, Maria Claudia. Moral e emoção nos movimentos culturais: estudo da “tecnologia social” do Grupo Cultural AfroReggae. *Revista de Antropologia*, São Paulo, v. 55, n. 2, p. 899–935, 2012.
- FAVRET-SAADA, Jeanne. “Ser afetado”. *Cadernos de Campo*, n. 13, p. 155–161, 2005.
- FERGUSON, James. The Anti-Politics Machine: “Development” and Bureaucratic Power in Lesotho. *The Ecologist*, v. 24, n. 5, p. 176–181, set.–out. 1994.
- FERREIRA, Leticia. *Uma etnografia para muitas ausências: o desaparecimento de pessoas como ocorrência policial e problema social*. Rio de Janeiro, 2011. Tese (Doutorado em Antropologia Social) – Programa de Pós-graduação em Antropologia Social, Museu Nacional, Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2011.
- FLAM, Helena; KING, Debra. *Emotions and Social Movements*. Londres/Nova York: Routledge, 2005.
- FRAZER, Nancy. Justice sociale, redistribution et reconnaissance. *Revue du MAUSS*, v. 23, p. 151–164, 2004.

- GOODWIN, Jeff; JASPER, James; POLLETTA, Francesca. *Passionate Politics: Emotions and Social Movements*. Chicago: University of Chicago Press, 2001.
- GREGORI, Maria Filomena. *Cenas e queixas: um estudo sobre mulheres, relações violentas e prática feminista*. São Paulo: Paz e Terra/Anpocs, 1993.
- GUHA Ranajit. *Elementary Aspects of Peasant Insurgency in Colonial India*. Nova Déli: Oxford University Press, 1983.
- HONNETH, Axel. *Luta pelo reconhecimento: a gramática moral dos conflitos sociais*. São Paulo: Editora 34, 2003.
- JATENE, Simão. *A meia-vida da criança na Amazônia*. Belém: Unamaz, UFPA, 1993a.
- _____. *Crianças no Pará: a explosão da pobreza*. Belém: Unamaz/UFPA, 1993b.
- JIMENO, Myrian. Emoções e política: a vítima e a construção de comunidades emocionais. *Mana – Estudos de Antropologia Social*, v, 16, n. 1, p. 99–121, 2010.
- KLEINMAN, Arthur; DAS, Veena; LOCK, Margaret (org.). *Social Suffering*. Berkeley: University of California Press, 1997.
- KULICK, Don. *Travesti: prostituição, sexo, gênero e cultura no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2008.
- LACERDA, Paula. *O caso dos meninos emascarados de Altamira: polícia, justiça e movimentos sociais*. Rio de Janeiro, 2012. Tese (Doutorado em Antropologia Social) – Programa de Pós-graduação em Antropologia Social, Museu Nacional, Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2012.
- _____. Movimentos sociais na Amazônia: articulações possíveis entre gênero, religião e Estado. *Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Ciências Humanas*, v.8, n.1, p.745–760, Jan.-abr. 2013.
- NADER, Laura. *Up the Anthropologist – Perspectives Gained from Studying Up*. In.: HYMES, Dell (ed.). *Reinventing Anthropology*. Nova York: Random House, 1972.
- OLIVEIRA, Roberto Cardoso. Identidade étnica, reconhecimento e o mundo moral. *Revista Antropológica*, ano 9, v. 16, n. 2, p. 9–40, 2005.
- POLLAK, Michael. Memória, esquecimento e silêncio. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, p. 3–15, 1989.
- _____; BOTZ, Gerhard; GLAS-LARSSON, Margareta. Survivre dans un camp de concentration. *Actes de la recherche en sciences sociales*, v. 14, p. 3–28, fev. 1982.
- RUDÉ, George. *The Crowd in the French Revolution*. Oxford: Clarendon, 1959.
- RUTTER, Michael. Resilience in the Face of Adversity: Protective Factors and Resistance to Psychiatric Disorder. *British Journal of Psychiatry*, v.147, p. 598–611, 1985.
- _____. Resilience Concepts and Findings: Implications for Family Therapy. *Journal of Family Therapy*, v. 21, p. 119–144, 1999.
- SARTI, Cynthia. Corpo, violência e saúde: a produção da vítima. *Sexualidad, Salud y Sociedad – Revista Latinoamericana*, n. 1, p. 89–103, 2009.

- _____. A vítima como figura contemporânea. *Caderno CRH – UFBA*, v. 24, p. 51- 61, 2011.
- SARTI, Cynthia; DUARTE, Luiz Fernando Dias (org.). *Antropologia e ética: desafios para a regulamentação*. Brasília: ABA, 2013.
- SCHEPER-HUGHES, Nancy. A Talent for Life: Reflections on Human Vulnerability and Resilience. *Ethnos*, v. 73, n. 1, p. 25–56, mar. 2008.
- SONTAG, Susan. *Diante da dor dos outros*. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.
- SOUZA LIMA, Antonio Carlos. Sobre gestar e gerir a desigualdade: pontos de investigação e diálogo. In: _____. (org.). *Gestar e gerir: estudos para uma antropologia da administração pública no Brasil*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará/Nuap/UFRJ, 2002. p. 11–22.
- TAYLOR, Charles. *Multiculturalism and “The Politics of Recognition”*. Nova Jersey: Princeton University Press, 1992.
- TEIXEIRA, Carla Costa; SOUZA LIMA, Antonio Carlos de. A antropologia da administração e da governança no Brasil: área temática ou ponto de dispersão? In.: DUARTE, Luiz Fernando Dias; martins, Carlos Benedito (org.). *Horizontes das Ciências Sociais no Brasil: antropologia*. São Paulo: Anpocs, 2010. p. 51–95.
- TELLO, Mariana. Ética y antropología de la violencia. In.: SARTI, Cynthia; DUARTE, Luiz Fernando Dias (org.). *Antropologia e ética: desafios para a regulamentação*. Brasília: ABA, 2013. p. 172–229.
- THOMPSON, Edward. The Moral Economy of the English Crowd in the Eighteenth Century. *Past Present*, v. 50, p. 76–126, 1971.
- VICTORA, Ceres Gomes; RUAS-NETO, Antonio Leite. Querem matar os “últimos charrua”: sofrimento social e a “luta” dos indígenas que vivem nas cidades. *Revista Anthropológicas*, ano 15, v. 22, n. 1, p. 37–59, 2011.
- _____. et al. (org.). *Antropologia e ética: o debate atual no Brasil*. Niterói: Eduff, 2004.
- VIANNA, Adriana. *Limites da menoridade: tutela, família e autoridade em julgamento*. Rio de Janeiro, 2002. Tese (Doutorado em Antropologia Social) – Programa de Pós-graduação em Antropologia Social, Museu Nacional, Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2002.
- _____.; FARIAS, Juliana. A guerra das mães: dor e política em situações de violência institucional. *Cadernos Pagu*, v. 37, p. 79–116, jul.-dez. 2011.
- WEBER, Max. *Economía y sociedad: esbozo de sociología comprensiva*. México, D.F.: Fondo de la Cultura Económica, 1974.

Produzindo o campo, produzindo para o campo: um comentário a respeito de relações estabelecidas entre “movimento social”, “gestão governamental” e “academia”

Silvia Aguião

Este artigo destaca uma situação etnográfica relacionada à minha participação e envolvimento com uma determinada instância administrativa governamental tomada como espaço de pesquisa e local em que também atuei como “assessor” ou “consultora”. No que segue, exponho brevemente as questões e o terreno conceitual sobre o qual a pesquisa foi alicerçada, descrevo de maneira resumida o contexto de desenvolvimento do trabalho e, por fim, procuro tecer alguns comentários indicando pontos e reflexões, ainda iniciais, desdobrados a partir dessa experiência.

Durante o meu doutoramento em Ciências Sociais, realizei uma pesquisa na qual debrucei-me sobre alguns dos processos sociais e políticos que vêm tornando possível o reconhecimento da população designada, no momento, “LGBT” ou “lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais”, como sujeitos de direitos no plano governamental brasileiro (Aguião, 2014). A investigação foi desenvolvida a partir de uma determinada perspectiva e concepção de Estado que o prevê não como uma dada unidade coesa, mas justamente busca investir na análise de processos de criação e recriação de morfologias do Estado-governo.¹ Ou seja, “recuperar a dimensão de representação no sentido performático e figurativo da administração pública” (Souza Lima, 2002), indagar como certos “direitos” corporificam certas “identidades” – e vice-versa – e quais as formas de administração acionadas para determinados segmentos em detrimento de outras. Assim, adotei a perspectiva de não encarar “o Estado” como dado, mas a

- 1 Essa perspectiva está ancorada na proposta de Elias (2006), que trata o caráter inacabado e contínuo dos processos sociais e, necessariamente, dos processos de formação de Estado. Isso implica uma aproximação dinâmica do sistema Estado-governo, de seus processos e regimes de produção e funcionamento, que permita olhar para “relações de poder mutantes entre diferentes grupos sociais” (p. 164).

cada passo da pesquisa procurar o sentindo imiscuído em práticas e enunciados nos quais o Estado apareça encarnado, posto que o Estado pode significar e estar significado em múltiplos lugares, objetos e/ou pessoas.²

Seguindo essa perspectiva, a investigação enfatizou as *relações* entre os elementos que compõem o campo político circunscrito pelas questões da pesquisa, buscando perceber como o “Estado” se movimenta e se produz, as formas pelas quais a burocracia se organiza, e como categorias são negociadas em diferentes contextos no interior de um processo dinâmico. Tratou-se, enfim, de tomar como espaço de pesquisa a interseção entre os próprios elementos que transitam pelo campo que vem legitimando a coletividade *LGBT* no Brasil. Assim, a abordagem metodológica foi pensada de forma a envolver diferentes entradas de análise. A proposta foi a de abarcar algumas das formas, e expressões, das políticas de visibilidade inerentes a determinados mecanismos de afirmação de uma coletividade e as estratégias de argumentação circuladas por diferentes sujeitos envolvidos na trama processual de forjar uma população determinada. Dentre as diferentes estratégias metodológicas adotadas, este comentário aborda uma entrada específica do trabalho de campo focada na observação etnográfica e no meu envolvimento em parte do processo de implantação do programa Rio Sem Homofobia pelo governo do estado do Rio de Janeiro.³

- 2 Sigo as proposições de Abrams (1988). Sua conceituação instrumental sugere que pensemos em um “Estado-sistema” caracterizado por suas práticas e sua estrutura institucional, que podem ser traduzidas como a administração. De acordo com Abrams, o Estado reificado ganha progressivamente uma identidade abstrata desvincilhada da prática: “Estou propondo que abandonemos o Estado enquanto um objeto material de estudo, concreto ou abstrato, e que ao mesmo tempo tomemos de modo extremamente sério a idéia de Estado. As relações internas e externas das instituições políticas e governamentais (o Estado sistema) podem ser efetivamente estudadas sem que se postule a realidade do Estado” (p. 75, Tradução da autora). Seguir essa abordagem significa compreender o Estado, com letra maiúscula, como o efeito de uma imaginação compartilhada e nenhuma aproximação teórica pode desconsiderar a eficácia dessa imaginação.
- 3 O programa Rio Sem Homofobia começou a ser gestado em 2007 pelo governo do estado do Rio de Janeiro. O programa prevê a implementação de políticas públicas que visam “combater a discriminação e a violência contra *LGBT* (lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais) e promover a cidadania desta população em todo território fluminense, respeitando as especificidades desses grupos populacionais” (Rio de Janeiro, s.n.t.). Para mais detalhes sobre o percurso dessa política, ver Aguião (2014).

Em dezembro de 2010, um convênio de cooperação técnica foi firmado entre a Universidade do Estado do Rio de Janeiro (Uerj) e a secretaria de Assistência Social e Direitos Humanos do Governo do Estado (SEASDH-RJ) para apoiar algumas ações do programa “Rio Sem Homofobia” e, especialmente, a implantação do *Centro de Referência ao Combate à Homofobia e Promoção da Cidadania LGBT* (CRLGBT).⁴ Essa assessoria da universidade era feita por um grupo de professores e pesquisadores da Uerj ao qual eu estava vinculada e, desde então, passei a conjugar uma atividade profissional que chamávamos por vezes de “assessoria” e, por outras, de “consultoria”, com a atividade da minha pesquisa particular. A observação e a participação nas ações desse convênio iniciaram com o acompanhamento do processo de formulação do edital e seleção da equipe de profissionais que comporiam a equipe de atendimento dos centros de referência LGBT. Também ajudei a compor a programação do seminário de formação da equipe selecionada, bem como estive presente em alguns encontros de supervisão (que envolveram advogados, assistentes sociais e psicólogos, em sua maioria). Além disso, participei de parte das discussões e atividades relacionadas à produção de um sistema informatizado e de um protocolo de fluxo e rotina de atendimento para todos os centros de referência LGBT a serem estabelecidos no estado do Rio de Janeiro. Por fim, trabalhei para a organização de pesquisas (além da minha própria) que visavam alimentar e serem alimentadas pelo trabalho realizado nos centros de referência, e que tinham como objetivo final subsidiar outras ações relacionadas ao programa Rio Sem Homofobia.

Várias questões curiosas e desafiadoras surgiram no interior das relações forjadas por meio do convênio para a implantação dos centros de referência. O estabelecimento da parceria entre a Uerj e a secretaria do governo do estado acabou por explicitar também três categorias reificadas nas quais os sujeitos iam sendo constantemente posicionados: “a universidade”, “a gestão pública” e “o movimento social”. À “universidade” caberia o saber acadêmico, mais reflexivo, e também o saber técnico concernente a áreas de formação específicas dos profissionais que atuavam nos centros, tido como mais instrumental e operativo. Já à “gestão pública ou ao gestor público” caberia o saber político-administrativo, de cunho mais pragmático e resolutivo. A nenhum dos dois caberia aquilo que seria considerado, não menos estereotipadamente, como característico do

4 Posteriormente os equipamentos tiveram seus nomes alterados, e atualmente são chamados centros de cidadania LGBT.

“movimento social”: a mobilização apaixonada, a impulsividade e a improvisação livre diante dos imprevistos que por ventura se apresentem no dia a dia de uma instituição. Refiro-me a reificações no sentido de que certas características inerentes seriam atribuídas a essas esferas, como se o pertencimento a esses espaços pudesse determinar formas de agir e pensar que, por sua vez, retroalimentam a produção desse tipo de ficções institucionais estanques.

A própria composição dos quadros profissionais e administrativos dos centros refletiu esse mosaico de posicionamentos prefixados. Parte das pessoas que trabalhavam no dia a dia do CRLGBT (incluindo todos os funcionários com cargos de gerência e de coordenação, portanto uma posição hierarquicamente superior na estrutura) foi indicada para o trabalho a partir de relações pessoais e de redes de militância no movimento LGBT. A outra parte dos contratados chegou até o serviço a partir de um processo de seleção pública conduzido pela Uerj, todos estes últimos com algum tipo de experiência acadêmica mais ou menos aprofundada mas sem necessária passagem por organizações LGBT ou outros movimentos sociais. Essa forma de condução da seleção de profissionais criou uma configuração interna particular. Os profissionais contratados para o atendimento dos usuários – psicólogos, advogados e assistentes sociais – figuravam como aqueles investidos do saber “técnico”, sendo essa uma categoriaêmica para tratar o saber oriundo da sua formação acadêmico-científica. Já os profissionais encarregados da gerência e da coordenação das atividades dos centros seriam aqueles que, a despeito de também possuírem formação acadêmica em alguns casos, teriam a legitimidade de sua atuação garantida em termos do saber oriundo da sua experiência e prática prévias na militância política do movimento social.

Dessa relação entre atores posicionados entre a universidade, o governo e o movimento social surgiram como pontos interessantes discussões que envolviam a maneira como a definição e a classificação por cor/raça, identidade de gênero, sexo e orientação sexual deveriam aparecer nos documentos oficiais de funcionamento do serviço; ou sobre como a “população” a ser atendida pelo centro de referência poderia ser identificada ou definida, como o próprio atendimento deveria ser qualificado, ou como demandas diversas poderiam ser encaminhadas aos aparelhos de proteção social básica do estado.

Em resumo, o acompanhamento dos processos de montagem dos serviços a serem prestados pelos CRLGBT manteve como questionamentos mais gerais: qual seria o papel e a função de um centro de referência? Como seria definida a sua “população-alvo”? E quais seriam as demandas a serem enquadradas sob o guarda-chuva da violência relacionada à orientação sexual e/ou identidade de gênero? Todo esse debate sempre esteve permeado por disputas a respeito de quem teria a maior autoridade ou legitimidade para conduzir de maneira mais eficaz as respostas para essas questões.

Não me deterei nos desdobramentos desses embates internos; minha intenção com esta brevíssima descrição é apenas tornar perceptível o modo como o trabalho de campo que eu realizava envolvia o imbricamento de posicionamentos, nos quais os significados de “campo” se misturam e intercalam. Essa oscilação de sentido representa uma dupla dimensão colocada entre participar da produção de um *campo político* (no sentido proposto por Pierre Bourdieu) ao mesmo tempo em que se produzia o *campo* (tal qual tratado pelo jargão antropológico) tomado como um objeto de pesquisa, ou seja: “produzir o campo e produzir para o campo” refere-se a colaborar para a implantação de uma política pública de governo que resulta imediatamente na produção justamente do *campo* que se toma como objeto de estudo.

Destaco quatro pontos, que considero provocadores de certo desconforto crítico, correlatos a esse tipo de sobreposicionamento ou a essa dupla inscrição que assumi ao longo da investigação. Creio que um primeiro desafio a ser apontado é o de como criticar o próprio trabalho, ou como conjugar reflexivamente as atividades de assessoria (ou consultoria) e os desenlaces de pesquisa. No meu caso, para uma pesquisa que abordava justamente os processos de constituição de uma população específica no âmbito do governo brasileiro, como lidar com a mão da pesquisadora nesse mesmo processo? Ou ainda, qual o peso e a medida a dedicar ao trabalho reflexivo final para essa dimensão da pesquisa, sem resvalar em descrições excessivamente egocentradas sobre os processos e dilemas do pesquisador em campo? Relacionada a essa primeira questão, um segundo ponto que ganha relevância versa sobre o desconforto ou o desafio relacionado ao uso dos dados de pesquisa, ou sobre como negociar a utilização do material oriundo de uma “consultoria” ou “assessoria” como fonte para a pesquisa. Considerando o compromisso ético do pesquisador com os seus interlocutores, o que pode ser considerado material de campo e o que não pode? Onde e como estabelecer uma fronteira?

A terceira questão que destaco refere-se a tempos conflitantes ou divergentes. A dimensão de produção de dados e pesquisas sobre determinadas populações vem sendo cada vez mais enfatizada e desejada para a construção de políticas públicas e para a reivindicação de direitos; isto aparece em editais e licitações especiais, planos, programas e outros documentos governamentais.⁵ As universidades vêm sendo chamadas para ocupar esse espaço, pois considera-se

5 Exemplos disso podem ser encontrados nas três edições do Programa Nacional de Direitos Humanos (PNDH), no programa federal Brasil Sem Homofobia e em muitas outras diretrizes governamentais.

que as políticas precisam da reflexão acadêmica. Ter o “carimbo” da universidade é extremamente valorizado; no entanto, o tempo da pesquisa é muito diferente dos tempos das políticas, principalmente na dimensão da gestão política do dia a dia de uma instituição ou serviço. Quando um serviço precisa fixar, por exemplo, identidades em um formulário para dar prosseguimento a qualquer encaminhamento burocrático que seja, o tempo demandado para reflexões acadêmicas sobre o tema – sempre muito reticentes em enunciar questões antes de compreendê-las mais profundamente – já não é tão bem-vindo assim.⁶

Para abordar o quarto ponto aqui destacado, retorno aos posicionamentos que o antropólogo/pesquisador pode assumir voluntária e/ou involuntariamente no *campo* de pesquisa e, particularmente, ao lugar reservado para a Universidade – ou “Academia” – em determinados processos políticos. Para ilustrar a argumentação, recorro a uma anedota etnográfica ocorrida em 2011, na II Conferência Estadual LGBT do Rio de Janeiro, mas que começou a se configurar em uma das pré-conferências municipais que a antecederam.⁷ As conferências estaduais, além de discutir propostas locais, têm como um dos seus objetivos a eleição dos delegados que irão representar o estado na conferência nacional, realizada em Brasília. A metodologia desses eventos supõe que as pessoas se inscrevam em uma das duas categorias previstas de participantes: *delegados*, que têm voz e voto em plenária e podem ser eleitos como representantes para a

- 6 Os *tempos* das “intempéries políticas” ou do “desenlace dos obstáculos burocráticos” são expressões articuladas pela antropóloga Barbara Musumeci Soares em reflexão sobre o período em que atuou na gestão pública. Decisões pragmáticas e objetivas não deixam espaço para a “hesitação crítica”, ficando muitas vezes “o risco da simplificação e da generalização reificadora”. Nesses momentos uma reflexão crítica aguçada, vício do ofício antropológico, têm mais chance de causar paralisia do que contribuições praticamente positivas: “nas funções executivas, me vi no papel de administrar conflitos reais, de dar respostas práticas ao sofrimento encarnado em pessoas concretas e de usar instrumentalmente as noções e conceitos com o objetivo claro de transformar comportamentos. Nessas circunstâncias, não havia espaço para elucubrações analíticas e sutilezas teóricas. As escolhas, práticas ou conceituais, tinham de ser levadas às últimas consequências, sem a sombra da hesitação crítica que alimenta e fortalece o exercício reflexivo” (2002: 36).
- 7 Diversas pré-conferências foram realizadas em diferentes regiões do Rio de Janeiro como etapas preparatórias para o evento estadual. A Pré-conferência LGBT da Capital do Rio de Janeiro foi realizada em 18 de setembro de 2011, e a II Conferência Estadual LGBT do Rio de Janeiro foi realizada um mês depois.

etapa nacional; ou *observadores*, que podem até ter voz, mas nunca voto durante a reunião. Os *delegados*, por sua vez, são subdivididos em *poder público* ou *sociedade civil*, conforme a sua inserção institucional. Na plenária final do evento, por meio de chapas compostas pelos credenciados como *delegados*, são eleitos por votação aqueles que representarão o estado na conferência nacional.

Até então, em todas as conferências das quais eu já havia participado, o meu crachá sempre foi de *observadora*. Mas naquele evento não foi assim. Durante a pré-conferência realizada na capital, cumprindo uma das etapas que antecederam a reunião estadual, minha posição no campo foi alterada. Nesse nível do processo das conferências, todos os presentes estão aptos a se reunirem em chapas para disputar uma vaga como delegação.

Naquela pré-conferência, o número de vagas disponíveis para delegados era grande, e foi montada uma chapa única que reuniu “poder público” e “sociedade civil e, portanto, não haveria qualquer disputa. Todos os dispostos nas chapas seriam automaticamente eleitos *delegados*, bastando para tanto que a plenária referendasse a chapa montada.

Eu e outras pessoas ligadas à Uerj participávamos da conferência e contribuíamos em diferentes grupos de trabalho, mas não estávamos particularmente interessados em nos credenciarmos como *delegados* para a próxima etapa – a conferência estadual, pois estávamos certos de que poderíamos estar presentes e contribuir da mesma forma continuando no nosso papel de *observadores*. No entanto, no momento de composição das chapas, fomos persuadidos a nos credenciarmos como “poder público”, uma vez que todos tínhamos vínculo, na condição de professores ou estudantes, com universidades públicas. Além disso, estávamos colaborando para a implantação de uma política pública no governo do estado.

Nós, da Universidade, discutimos um pouco sobre se aquele era o nosso lugar, “o poder público”. Não era assim que nos enxergávamos a princípio. Se tivéssemos que escolher lados, provavelmente o primeiro impulso seria colocarmos ao lado da “sociedade civil”. Mas acabamos por admitir que os argumentos eram convincentes, mesmo que esse não fosse o lugar mais confortável para o pesquisador, era o que éramos instados a assumir naquele contexto. Entendemos que os gestores do governo, que seriam os demais integrantes da chapa, compreendiam que o apoio da Universidade era importante e, afinal, estávamos de fato envolvidos em um trabalho de parceria estreita com o governo do estado para implantação de parte do programa Rio Sem Homofobia.

Sendo assim, dois meses depois, ao chegar à II Conferência Estadual LGBT do Rio de Janeiro, eu e os outros pesquisadores ligados à Universidade recebemos o

crachá de “poder público”. Não nos preocupamos com isso durante a conferência, até que percebemos que havia chegado o momento de formação das chapas para a eleição de delegados para a etapa nacional da reunião e que essa discussão começara a aparecer pelos corredores.

A essa altura já sabíamos que, além da nossa situação, havia um entendimento geral naquela conferência de que as universidades ali presentes (Uerj e Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ), por serem órgãos públicos, e outras entidades, como a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) ou conselhos regionais e federais de psicologia ou serviço social estavam sendo entendidos como “poder público” e, portanto, pessoas vinculadas a estas instituições haviam recebido esse respectivo crachá. Em outros eventos, os pesquisadores ou professores de universidades públicas receberam o crachá de *observadores* ou *convidados*.⁸

O fato é que se formaram duas chapas de “poder público”: uma composta por pessoas inseridas na instância de governo com a qual a Uerj trabalhava em parceria (entendidas como “as da situação”) e outra de pessoas não ligadas ao governo do estado e com alguns posicionamentos bastante críticos das ações levadas a cabo por essa gestão (entendidas como “as de oposição”). Então, as duas chapas nos abordaram com um convite para composição e ficamos, nós, os “pesquisadores da Academia”, numa “saia justíssima”. Localizados nessa situação como “poder público”, éramos pressionados a nos posicionar de um lado ou de outro. Não queríamos compor nenhuma das duas chapas, mas o que significava politicamente uma recusa ou uma aceitação para qualquer um dos lados naquela situação, ou mesmo o que significava ficar “em cima do muro” e não tomar nenhum dos lados?

Essa situação particular diz sobre muitas coisas e pode ser lida por meio de diferentes atravessamentos. Uma delas pode ser pensada em torno da representação e da delegação.⁹ O que significava nessa situação a universidade representar o “poder público”? Por que isso nos causava estranheza? Como essa delegação nos comprometia?

Essa situação fala sobre o traçado artificial de determinadas fronteiras ou da justaposição de domínios tidos como idealmente distintos – inclusive e muitas

8 Em outras situações como no Conselho Estadual LGBT do Rio de Janeiro, os pesquisadores que na conferência estavam definidos como “poder público” ocupavam a vaga de “sociedade civil”, assim como os representantes da OAB.

9 Penso na “delegação” no termos propostos por Bourdieu (2004).

vezes, por nós mesmos, “os acadêmicos”. E, nessa cena, a nossa resistência diante do crachá de “poder público” é sintomática disso, uma vez que a distinção entre “nós” e “eles” torna-se borrada. Mas a situação fala também sobre certo processo de conversão ou “colonização” a que estão sujeitos os pesquisadores, coagidos a se engajarem e a se comprometerem política e moralmente com os seus objetos de estudo. A ação de “comprometer-se” envolvida nessa situação aponta para os dois sentidos que podem ser atribuídos à palavra: “obrigar por compromisso” ou “responsabilizar” e “expor (alguém ou a si próprio) a situação constrangedora ou perigosa” ou “empenhar, arriscar (palavra, honra, patrimônio etc.)” (Dicionário Caldas Aulette, n.p.). A situação nos forçou a sair da trincheira de qualquer fantasia remanescente de neutralidade que eventualmente ainda pudesse existir. Nos obrigou a assumir os riscos de um determinado posicionamento no campo político, riscos esses já colocados desde muito antes dessa situação.

Outra leitura que pode ser extraída particularmente desse caso, uma conferência que trabalha para a constituição de “novos” sujeitos para a cena política brasileira, nos diz a respeito das disputas que envolvem esses “sujeitos em processo”. A Universidade/Academia aparece como um ator de peso nessa cena não apenas por conta dos significados que produz e/ou (re)afirma por meio de pesquisas, mas por ser ator ativo no fazer das políticas e nas “respostas do Estado”. A situação explicita a inclusão desses atores também no que muitas vezes é considerado um campo de disputas internas dos seus objetos de estudo. Outro ângulo a ser considerado, diretamente relacionado a esse, é a “Academia” ou o “saber acadêmico-científico” como um marcador social da diferença; como qualquer outro marcador, pode atribuir qualidades positivas ou negativas aos sujeitos que constitui, a depender de relações e contextos contingentes.

A terceira questão pertinente a ser considerada, é que a “Universidade/Academia” é parte dos processos que compõem a nossa imaginação de Estado. Não apenas porque, nesse caso, faz parte de uma instituição pública, mas porque os seus modos de funcionamento, a legitimidade atribuída a sua “produção científica”, passa também por construir os modelos ideais a partir dos quais produzimos essa imaginação.¹⁰

10 Timothy Mitchell (2006) chama a atenção para o modo como o Estado, como substância dotada de coerência e unidade, conforma uma poderosa abstração, com efeito de aparato externo à sociedade. Para o autor, o Estado moderno aparece como um aparelho destacado do resto do mundo social e, nesse sentido, questiona onde estariam as fronteiras entre

Divisões entre universidade/academia, ativismo/movimento social e governo/Estado falam sobre disputas de território e espaço no campo político, sobre competições por financiamentos, sobre a produção e o deslocamento de hierarquias, entre outras coisas. O que importa não é definir o que essas categorias significam exatamente, mas compreender como elas são mutuamente produzidas e de que maneira são manejadas em cada contexto. O meu próprio posicionamento e papel no *campo*, intencionalmente ou não, mostrou-me como essas esferas, entendidas como categorias de reflexão, são facilmente desmontáveis ou idealizadas. Pode-se atribuir tais deslocamentos, por sua vez, tanto às estratégias desenvolvidas no interior da arena política para colocar o pesquisador em determinada posição quanto a táticas assumidas pelo próprio pesquisador no sentido de aceitar a posição em que é colocado ou buscar definir-se como pertencente a um ou outro lugar.

A relação entre movimento social, governo e academia, como acompanhada ao longo da pesquisa, ecoa o conceito de “tríade” elaborado por George Simmel (1950). Ainda que não se enquadre exatamente na tipologia traçada pelo autor, podemos fazer essa aproximação à medida que a interação entre essas esferas carrega os traços similares de uma relação imanente/persistente entre os seus elementos. As configurações operadas entre a tríade excluem a possibilidade de um absoluto contraste, ainda que ocasionalmente uma parte seja contrastada à outra e que arranjos de conflito, conciliação ou mediação estejam sempre sendo forjados entre os elementos socialmente engajados na relação.

Souza Lima e Castro (2008) apostam na superação da separação entre mundos de “ONGs” e “universidades”, “militantes” e “pesquisadores” que foram construídos como separados, em grande parte como um aspecto do efeito de Estado presente em nossa percepção da vida social, sobretudo quando lidamos com e de dentro da administração pública:

estado, sociedade e economia, e se estas de fato não existiriam apenas como um efeito de processos de representação, regulação, práticas e técnicas burocráticas que criam a ilusão do Estado como uma entidade abstrata e apartada. A esse processo, o autor chama “efeito de estado”: “Devemos analisar o Estado enquanto um efeito de estrutura. Isso significa dizer que devemos examiná-lo não como uma estrutura real, mas como o efeito poderoso e aparentemente metafísico de práticas que fazem com que tais estruturas pareçam existir” (p. 180). No original: “*We must analyse the state as such a structural effect. That is to say we should examine it not as an actual structure, but as the powerful, apparently metaphysical effect of practices that make such structures appear to exist*”.

Ao invés de um conjunto de estereótipos sobre o seu fazer profissional, a atitude do antropólogo em trabalhos “aplicados” deve ser a de um humilde “profissional do estranhamento”, atento à permanente reinvenção de assimetrias, que exercerá uma atitude dialógica, seja no interior da administração pública, seja debatendo com uma comunidade [...]. cremos que aí está o plano inicial para a ponte entre mundos separados e para um assenhoreamento de nosso papel quando atuamos “fazendo Estado”, seja como produtores de conhecimento e/ou ideologias, seja no exercício executivo de processos de intervenção: criar os mecanismos para mudar da mera sensação de estar “implicado” numa situação para a consciência de que, de um modo ou de outro, nunca estamos fora do campo da produção para o “aplicado”. (P. 378)

Pensando novamente no modelo da tríade desenvolvido por George Simmel, é a própria relação que sustenta o equilíbrio entre os elementos engajados na interação, ainda que esse seja um equilíbrio instável.

Referências

- ABRAMS, Philip. Notes on the Difficulty of Studying the State (1977). *Journal of Historical Sociology*, v.1, n.1, p. 58–89, 1988.
- AGUIÃO, Silvia. *Fazer-se no “Estado”*: uma etnografia sobre o processo de constituição dos “LGBT” como sujeitos de direitos no Brasil contemporâneo. Campinas, 2014. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas. Campinas, 2014.
- BOURDIEU, Pierre. A delegação e o fetichismo político. In: _____. *Coisas ditas*. São Paulo: Brasiliense, 2004. p. 188–206.
- DICIONÁRIO CALDAS AULETTE. Comprometer. In: _____. Rio de Janeiro: Lexicon, s.d.; n.p. Disponível em: <http://aulete.uol.com.br/comprometer>. Acesso em: abr. 2014.
- ELIAS, Norbert. Processos de formação do Estado e construção de nações. In: _____. *Escritos e ensaios: estado, processo, civilização*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2006. p. 153–165.
- MITCHELL, Timothy. Society, Economy and the State Effect. In: SHARMA, Aradhana; GUPTA, Akhil (org.). *The Anthropology of the State: A Reader*. Malden, Mass.: Blackwell Publishing, 2006. p: 169–186.
- RIO DE JANEIRO. Governo do Estado. *Sobre o RSH – O programa*, s.n.t. Disponível em: <http://www.riosemhomofobia.rj.gov.br/secao/sobre/o-programa>. Acesso em: abr. 2014.
- SIMMEL, Georg. The Triad. In: WOLFF, Kurt H. (ed.). *The Sociology of Georg Simmel*. Nova York/Londres: The Free Press/Collier MacMillan Publishers, 1950. p. 145–169.
- SOARES, Barbara Musumeci. A antropologia no Executivo: limites e perspectivas. In: CORRÊA, Mariza (org.). *Gênero e cidadania. Coleção Encontros*. Campinas: Unicamp, 2002. P. 31–45.
- SOUZA LIMA, Antonio Carlos de (org.). *Gestar e gerir: estudos para uma antropologia da administração pública no Brasil*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2002.
- _____; CASTRO, João P. M. (2008) “Políticas Públicas” In: SANSONE, Livio; PINHO, Osmundo (ed.). *Raça: Novas Perspectivas Antropológicas*. Brasília; Salvador: ABA; EDUFBA.

O etnógrafo, o burocrata e o “desaparecimento de pessoas” no Brasil: notas sobre pesquisar e participar da formulação de uma causa

Letícia Carvalho de Mesquita Ferreira

Imagine yourself set down, as Malinowski
might have said, in an office.

Michael Herzfeld

Na introdução de *Argonautas do Pacífico Ocidental* (1978), Malinowski não apenas apresenta tema, método e objetivo do que se tornou uma das pesquisas mais fundamentais para a antropologia, como também estabelece algumas das bases do que posteriormente se convencionou chamar de autoridade etnográfica (Clifford, 1998). Firmando uma estratégia narrativa dialógica, mas ao mesmo tempo enfatizando sua solidão enquanto etnógrafo, em certa passagem do texto Malinowski propõe: “Imagine-se o leitor, sozinho, rodeado apenas de seu equipamento, numa praia tropical próxima a uma aldeia nativa, vendo a lancha ou o barco que o trouxe afastar-se no mar até desaparecer de vista.” (Malinowski, 1978:19). Esse convite à imaginação do leitor é crucial para a produção da autoridade etnográfica à medida que conecta, sem quaisquer mediações, a credibilidade do que o livro apresenta à experiência singular, individual e, em certa medida, inapreensível do trabalho de campo realizado por Malinowski.

Setenta anos depois da primeira publicação de *Argonautas*, o antropólogo Michael Herzfeld publicou *The Social Production of Indifference* (1992), em que se dedica a explorar as raízes simbólicas da burocracia ocidental. De modo provocativo, em determinado momento da obra, Herzfeld aproxima duas modalidades de autoridade: a autoridade etnográfica e a autoridade burocrática. Faz isso, com efeito, parafraseando a passagem supracitada de *Argonautas*, e sugerindo: “Imagine-se o leitor sentado, como Malinowski teria dito, em uma repartição.” (1992:170; tradução livre). Com essa curta frase, o autor não apenas aproxima duas modalidades de autoridade, como também insinua semelhanças entre os personagens que emergem, respectivamente, do exercício de cada uma delas: o etnógrafo e o burocrata.

Guardadas as devidas proporções, o presente texto também faz um convite a seu leitor. Com ambições muito mais modestas do que as dos autores mencionados, porém, o convite aqui é não para que o leitor imagine-se ocupando os lugares de autoridade do etnógrafo e/ou do burocrata, e sim para que reflita a respeito das implicações da aproximação entre esses personagens em uma situação concreta de pesquisa.¹ O propósito central do texto é o de discutir, em companhia do leitor, questões de ordem metodológica e ético-política implicadas em uma experiência particular de trabalho de campo entre burocratas: a pesquisa que realizei com servidores públicos, funcionários de organizações não governamentais (ONGs) e membros de associações civis reunidos em uma rede de instituições voltada para o enfrentamento do desaparecimento de pessoas no Brasil contemporâneo, fenômeno também designado desaparecimento civil.²

Entre dezembro de 2009 e novembro de 2010, participei sistematicamente de eventos promovidos pela Rede Nacional de Identificação e Localização de Crianças e Adolescentes Desaparecidos (REDESAP), criada e coordenada desde 2002 pela Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República (SDH/PR). A rede é uma instância de debates e formulação de propostas para o combate e prevenção de casos de desaparecimento de pessoas, e reúne 47 instituições, entre ONGs e órgãos de administração pública municipal, estadual e federal. Inicialmente parte do público de um de seus encontros nacionais, e movida, sobretudo, pelo interesse de etnografar aquele e outros eventos da rede, paulatinamente tornei-me membro de seu comitê gestor e coordenadora de um curso de capacitação sobre desaparecimento por ela promovido. Como parte do público,

- 1 Trata-se da pesquisa que deu origem à minha tese de doutorado (Ferreira, 2011) e a artigos posteriores (2013a, 2013b).
- 2 Oliveira (2007) cunha a expressão desaparecimento civil para distinguir casos contemporâneos de desaparecimento de pessoas dos chamados “desaparecimentos políticos”, tipificados pelo direito internacional como “desaparecimentos forçados de pessoa”. Definido no âmbito do Tribunal Penal Internacional em abril de 1998, e regulado pelo chamado Estatuto de Roma, por *desaparecimento forçado de pessoas* entende-se “a prisão, detenção ou sequestro de pessoas por um estado ou por organização política, ou com a autorização, apoio ou aquiescência destes, seguidos da negativa de informar sobre a privação de liberdade ou dar informação sobre a sorte ou o paradeiro dessas pessoas, com a intenção de deixá-las fora do amparo da lei por um período prolongado. Esse conceito foi mantido, no estatuto definitivo, como crime contra a humanidade” (Jardim, 2011:14).

membro do comitê gestor e, em seguida, coordenadora da capacitação, integrei o empreendimento mais amplo em que a rede está engajada: a formulação e a divulgação do *desaparecimento* como uma causa pública. Para os membros da rede, a divulgação da causa é umas das estratégias mais eficazes de que podemos dispor para prevenir e combater o desaparecimento de pessoas no Brasil.

O movimento de crescente participação e multiplicação de papéis por mim desempenhados na REDESAP não desfez meu interesse primordial de etnografar seus eventos. Ao contrário, permitiu-me estender o trabalho de campo já iniciado para todas as reuniões e encontros promovidos pela rede no ano de 2010, propiciando acesso não só a encontros regionais e nacionais abertos ao público, como também a reuniões menores e mais restritas. Contudo, se minha crescente participação na rede impulsionou a abertura de novos espaços de pesquisa, por outro lado também engendrou dificuldades, limites e desconfortos imprevistos. É principalmente desses limites e desconfortos que trato no presente texto.

Refletindo a partir do trabalho de campo com os membros da rede, espero contribuir para discussões comparativas de duas ordens: 1) comparações com outras pesquisas etnográficas com elites, redes e dispositivos de poder – como, por exemplo, as apresentadas nos demais capítulos deste livro; e 2) comparações entre os percursos, limites e possibilidades implicadas em tais pesquisas e a imaginação estabelecida entre muitos antropólogos quanto ao que é a pesquisa etnográfica. Para tanto, busco explicitar as implicações da aproximação, constitutiva da situação de pesquisa particular a que me refiro, entre aqueles personagens que emergem do exercício de modalidades de autoridade bastante específicas: o etnógrafo e o burocrata.

O texto está dividido em quatro partes. Nas duas primeiras, explico as condições de produção do trabalho de campo que realizei na REDESAP, recompondo a trajetória da pesquisa e as principais questões em torno do desaparecimento de pessoas que o trabalho de campo me apresentou. Destaco, ainda, a ênfase, por parte de meus interlocutores, em diferentes momentos e com diferentes sentidos e graus de importância, no fato de eu ser pesquisadora, e não servidora pública. Na terceira parte, discuto as distâncias entre o trabalho de campo que realizei e os modelos genéricos e imaginações coletivas em torno, por um lado, do que é fazer pesquisa etnográfica e, por outro, da própria figura do etnógrafo. Trato também de algumas convenções, vigentes na antropologia, em torno da figura do burocrata e das burocracias como objeto de pesquisa. Na quarta e última parte do texto, por fim, defendo uma aproximação possível entre as figuras do etnógrafo e do burocrata, partindo de um episódio de meu trabalho de campo. Para tanto, falo de um mal-estar específico que, de meu

ponto de vista, envolveu minha presença na REDESAP e, ainda, de uma saída a ele apresentada pela própria situação de pesquisa que essa presença forjou.

Etnografia e burocracia: condições de produção da pesquisa

O desaparecimento de pessoas é objeto de campanhas de conscientização, projetos de prevenção e programas governamentais e não governamentais oferecidos em diferentes cidades e estados brasileiros. Ademais, é matéria recorrente de noticiários e reportagens amplamente divulgadas por meios de comunicação de massa, tema de alguns artigos, teses e pesquisas acadêmicos (cf. Oliveira, 2007; Oliveira, 2008; Araújo, 2008), e, ainda, alvo de investigações, investimentos e iniciativas levadas a cabo em diferentes níveis da administração pública, como a Comissão Parlamentar de Inquérito que ficou conhecida como “CPI das Crianças e Adolescentes Desaparecidos”, instaurada na Câmara dos Deputados em 2009.

Não obstante, o desaparecimento é também um tipo de ocorrência policial registrado e gerido rotineiramente em delegacias. Nessas repartições, é tratado como fato de menor importância, e submetido a recorrentes comparações com outras ocorrências mais prestigiosas. (cf. Oliveira, 2007) Para policiais, desaparecimentos não são *problemas de polícia* propriamente ditos, como, por exemplo, homicídios, sequestros, roubos e furtos. Diferente dessas ocorrências, que demandam operações de rua e investigações em equipe, diante de desaparecimentos caberia à polícia apenas produzir documentos e atender a familiares – tarefas corriqueiras em delegacias, mas, ao mesmo tempo, encaradas pelos próprios policiais como destoantes do que entendem ser *trabalho de polícia*. Em suma, ainda que se dediquem a investigar casos de desaparecimento e atender pessoas neles envolvidas, não é sem muito questionar suas atribuições e responsabilidades diante desse fenômeno que policiais o fazem.³

Entre março de 2008 e novembro de 2010, dediquei-me a compreender essa contradição entre a denúncia pública do desaparecimento de pessoas como questão grave e urgente e, por outro lado, sua gestão cotidiana como uma ocorrência policial de menor importância. Realizei, para tanto, o que pode ser classificado como uma etnografia multissituada (Marcus, 1995), que teve início em um

3 Para a descrição desses questionamentos e análise de seus sentidos e efeitos, ver Ferreira (2013a).

setor da Polícia Civil do Rio de Janeiro e, em seguida, foi estendida para eventos e reuniões da REDESAP. O propósito mais geral que me guiou na pesquisa foi o de compreender como o fenômeno do desaparecimento é definido e gerido no Brasil contemporâneo. Mais especificamente, interessava-me compreender de que forma o desaparecimento ganha o estatuto de causa, demandando engajamento por parte de múltiplos agentes sociais e investimento de recursos por parte de órgãos de administração pública. Conforme argumenta Souza Lima (2002), a definição e o uso de categorias jurídico-normativas, políticas públicas e problemas sociais implicam mais que aplicação de regras e normas predeterminadas a realidades supostamente dadas ao conhecimento. Categorias, políticas e problemas conectam-se aos mundos sociais que buscam circunscrever por meio de processos, mobilizações e disputas complexas e intrincadas que podem ser apreendidas por meio de pesquisa etnográfica. Foi partindo dessa premissa que busquei compreender como a causa do desaparecimento é definida, denunciada e gerida no Brasil.

Quando esses propósitos compunham ainda um projeto de pesquisa bastante vago, tratei de buscar portas de entrada na ampla malha de burocracias que lida com o fenômeno do desaparecimento no Brasil contemporâneo. Importava-me pensar o “gestar e gerir” (Souza Lima, 2002) dessa causa atentando menos para diretrizes, regulamentos e normativas legais a ela voltadas, e mais para as práticas e representações constitutivas do cotidiano de sua administração, daí a busca por espaços burocráticos para realização de trabalho de campo. Foi então que eu soube da existência, na estrutura da Polícia Civil do Rio de Janeiro, de um setor especializado em casos de desaparecimento: o Setor de Descoberta de Paradeiros (SDP) da antiga Delegacia de Homicídios (DH) do Rio de Janeiro Centro/Capital.⁴

- 4 O SDP tem por atribuição investigar casos de desaparecimento registrados em um conjunto de delegacias comuns (da 1ª à 44ª delegacias de polícia – DPS) da capital do estado do Rio de Janeiro. As delegacias que realizam os primeiros registros desses casos têm quinze dias para levar a cabo investigações e dar-lhes desfecho. Extinto esse prazo, caso as investigações não tenham permitido solucioná-los, centraliza-se no SDP a competência e a responsabilidade por todos os casos de desaparecimento registrados por aquelas DPS (Rio de Janeiro, 1991). Tais investigações originam documentos que são arquivados, organizados e contabilizados no próprio SDP. Em setembro de 2008, o setor arquivava casos de 9.293 pessoas que desapareceram no Rio de Janeiro, algumas delas mais de uma vez, desde o ano de 1993.

Em março de 2008, estive pela primeira vez naquela repartição, e comecei a negociar a possibilidade de realizar ali meu trabalho de campo. Depois de muito esperar e enfim obter uma autorização subscrita e carimbada por um dos delegados da DH, entre outubro de 2008 e dezembro de 2009, frequentei regularmente o SDP, acompanhando a rotina dos policiais que ali trabalhavam. Acompanhar essa rotina incluiu ler, transcrever e analisar documentos por eles recebidos, produzidos e arquivados diariamente. Repartições burocráticas, afinal, compõem-se de funcionários que ocupam ativamente cargos públicos e de seus arquivos de documentos e expedientes (Weber, 1963). Fazer trabalho de campo em uma repartição policial, portanto, implicava atender não só para interações que ali tinham lugar, mas também para os papéis produzidos e colocados em circulação no decurso dessas interações.

Ao longo do trabalho de campo, tanto nas interações que observei quanto naquelas que mantive com policiais e com os papéis por eles manipulados, constatei que a categoria desaparecimento dá título a ocorrências policiais cujos enredos variam consideravelmente. Abarca desde casos de crianças e adolescentes que fogem de casa ou de abrigos e outras instituições públicas, adultos que optam por deixar suas rotinas, famílias e empregos, idosos que perdem os sentidos e se perdem na cidade, e vítimas de acidentes, intempéries e calamidades públicas cujos corpos não são encontrados, até pessoas assassinadas cujos cadáveres foram destruídos ou ocultados. Essa atordoante heterogeneidade de dramas e tramas registradas por policiais como casos de desaparecimento é organizada, simplificada e domesticada pelos agentes do SDP pelo recurso a um par de opostos acionado correntemente em conversas, documentos e telefonemas por eles atendidos no cotidiano. Trata-se da dupla *problemas de família versus problemas polícia*.

Esse par de opostos, da forma como é empregado pelos policiais, permite-lhes demarcar espaços sociais distintos, nos quais ocorreriam conflitos de naturezas distintas. Por um lado, o território dos *problemas de família* albergaria questões, dramas e conflitos cujas causas seriam “familiares”, dentre os quais estariam desaparecimentos de pessoa, ao passo que os *problemas de polícia* acolheriam apenas episódios de violência urbana e criminalidade. A demarcação da diferença entre esses tipos de *problema* serve fundamentalmente à definição de atribuições e responsabilidades: para os policiais, enquanto a investigação de *problemas de polícia* demanda sua atuação, lidar com *problemas de família* não é

algo reconhecido como parte de suas atribuições.⁵ Desaparecimentos de pessoa, assim como casos de violência doméstica, são invariavelmente classificados pelos agentes como *problemas de família*. Com isso, têm sua pertinência ao universo das delegacias e demais repartições policiais questionada a todo momento. Nas palavras da policial que chefiou o SDP durante minha pesquisa, “isso não é serviço nosso, mas a gente acaba fazendo”.

Como busquei sustentar na tese que resultou da pesquisa (Ferreira, 2011), indexando o vasto e variado conjunto de casos de que se encarregam como *problemas de família*, policiais dedicados exclusivamente a desaparecimentos de pessoa domesticam o caráter extraordinário desse tipo de ocorrência e da variedade de enredos que ela engloba. Com isso, não só negam qualquer gravidade e senso de urgência a esse fenômeno, mas, sobretudo, eximem-se de responsabilidades diante dele. Para usar a expressão cunhada por Herzfeld (1992), essa classificação informal produzida e reproduzida pelos policiais funciona como um mecanismo de exclusão categórica (*categorical exclusion*) por meio do qual desaparecimentos são colocados fora de seu rol de atribuições, num claro processo de produção de indiferença. Tal processo é justificado por meio do uso de categorias supostamente autoevidentes, entre as quais se destaca a *família*. *Família*, no SDP, designa toda unidade doméstica, arranjo familiar ou círculo de relações que seja comum à pessoa desaparecida e àqueles que por ela procuram. Essa *família* é encarada pelos policiais como uma unidade autocontida, que necessariamente tem *problemas* que devem ser geridos sem o recurso à polícia.

Ainda nos meus primeiros contatos com esse mecanismo de exclusão, enquanto apenas ensaiava apreender seus sentidos, fui surpreendida pela

- 5 A demarcação de uma fronteira entre um universo de crimes e criminalidade em que é adequado haver intervenção por parte de poderes públicos e aquilo que seria de ordem familiar, que demanda soluções privadas, aparece também na administração policial e judicial de casos de “violência doméstica” analisados por Muniz (1996), Soares (1999) e Enne, Vianna e Carrara (2002). Embora a questão fuja ao escopo deste texto, vale apontar que o trabalho de Soares, em especial, sugere que há muitas aproximações possíveis entre o SDP e as delegacias de atendimento à mulher (DEAMS) do Rio de Janeiro, cujos funcionários “consideram-se diminuídos em suas carreiras quando são deslocados de outras delegacias para o atendimento de mulheres, pois acreditam que esse é apenas um trabalho de ‘assistentes sociais’ ou ‘psicólogos’. Veem-se como meros burocratas e desconsideram a singularidade das histórias que lhes são contadas, diariamente, nos balcões” (1999:53).

policial-chefe do SDP com um convite. Eu completava meu terceiro mês de pesquisa, e ela estendeu a mim um convite que havia chegado ao setor naquela semana: o chamado aos agentes do SDP para participar do II Encontro Nacional da REDESAP, que aconteceria dias depois na cidade do Rio de Janeiro. O evento reuniria, como me informou a policial, não só policiais, mas também outros agentes que lidam com desaparecimentos de pessoa. Destacando que a rede contava também com ONGs, associações de familiares de pessoas desaparecidas e órgãos de assistência social, a policial afirmou que seria “bom para a pesquisa” que eu então desenvolvía que eu estivesse presente. Sugeri, ainda, que, se fosse necessário, eu poderia me inscrever “pelo setor, junto com os policiais”. De seu ponto de vista, acionar meu vínculo com o SDP garantiria minha participação no evento, ao passo que me inscrever como pesquisadora, papel encarado por ela como frágil naquele contexto, seria arriscado. “Eu te autorizo”, disse-me ela.

Começava ali, com aquele convite, meu trânsito do espaço exíguo do SDP, onde realizava trabalho de campo com policiais, em direção aos amplos gabinetes, salas de convenções e salões de reunião em que ocorrem eventos da REDESAP, onde realizei trabalho de campo com outros servidores públicos. Ao todo, participei de 17 eventos promovidos pela REDESAP entre dezembro de 2009 e novembro de 2010, ocupando diferentes posições e aumentando gradualmente minha participação. Começava ali, portanto, a trajetória de pesquisa e participação que me propus discutir neste trabalho. Como busco descrever, movendo-me da repartição policial para o espaço de debates propiciado pela REDESAP, pude tomar contato com a ampliação e o reforço do mecanismo de exclusão categórica acionado por policiais, promovidos por outros agentes e agências de administração pública que também lidam com o desaparecimento de pessoas no Brasil. Por outro lado, porém, com esse trânsito pude também experimentar novas possibilidades de atuação em face desse fenômeno. E, se como comento mais adiante, aquele mecanismo de exclusão desdobrou-se em um grande desconforto que acompanhou meu trabalho de campo, estas novas possibilidades de atuação foram capazes de minimizá-lo.

Ter ou não ter vínculo com a administração pública: eis a questão?

A afirmação da policial-chefe do SDP de que participar do II Encontro Nacional da REDESAP seria “bom para a pesquisa” que eu então desenvolvía faz sentido no marco mais amplo das representações em torno do desaparecimento de pessoas expressas, por ela e outros policiais, por meio do par de opostos *problemas de família* e *problemas de polícia*. Isto é, a sugestão da policial pode ser propriamente

compreendida se considerarmos o que está em jogo nessa dicotomia. O que a inspetora me dizia ao propor que eu fosse ao evento da REDESAP era que seria “bom para a pesquisa” que eu tomasse contato com os agentes que, de seu ponto de vista, realmente devem lidar com desaparecimentos de pessoa no Brasil: familiares de pessoas desaparecidas, além de assistentes sociais e servidores públicos que não policiais civis como ela e seus colegas de SDP. Afinal, como ela mesma já me havia dito, “isso não é serviço nosso, mas a gente acaba fazendo”. Desaparecimentos, para os agentes do SDP, são “serviço” de famílias de pessoas desaparecidas ou de ONGs, associações e órgãos de assistência social, e não de policiais.

Certamente sem compreender, naquele momento, esse quadro mais amplo de representações, segui a sugestão da policial e me inscrevi no encontro. Optei por solicitar a inscrição como pesquisadora, e não “pelo setor”, e, contrariando expectativas, minha participação foi rapidamente autorizada. Ao longo dos três dias por que se estendeu o evento, estabeleci frentes de diálogo com outros policiais que não os do SDP, mas também com os agentes sobre os quais a policial-chefe do setor havia chamado minha atenção: familiares de pessoas desaparecidas, em sua maioria reunidos em ONGs e associações, além de assistentes sociais e outros servidores públicos como, por exemplo, gestores de políticas públicas da SDH/PR. Abrir tais frentes de diálogo foi, de fato, “bom para a pesquisa”, embora em sentidos outros que não o atribuído a esses termos pela policial.

Digo isto porque já naquele evento comecei a tomar contato com o que de mais fundamental os encontros e reuniões da rede permitiram-me conhecer sobre a REDESAP: as disputas estabelecidas entre seus membros, fundamentais para a formulação da causa do desaparecimento de pessoas no Brasil. Em linhas gerais, membros da rede posicionam-se numa tríade bastante clara: numa ponta, os policiais, que enunciam, também nos eventos, sua visão dos casos que aportam em delegacias como *problemas de família*; em outra ponta, gestores de políticas públicas de várias áreas temáticas, que reforçam a classificação produzida por policiais, somando a ela diagnósticos e dados sobre conflitos familiares e sobre o que chamam de violência intrafamiliar; e, por fim, numa outra ponta, e com um papel muito específico, as mães de desaparecidos, que se apresentam como representantes autorizadas das *famílias* de pessoas desaparecidas. São as mães que promovem um movimento crucial para a denúncia pública do desaparecimento de pessoas: acionando os casos de seus filhos, essas mulheres conectam dramas particulares à causa mais geral do desaparecimento (cf. Boltanski, 1993). Ademais, pronunciam-se nos eventos da rede defendendo as *famílias* da posição em que policiais e gestores as situam, e buscam sustentar que

o desaparecimento é sim um *problema de polícia*, mas agregam ainda mais uma classificação: a de que alguns casos são, também, *problemas de assistência social*.⁶ Em suma, a tríade policiais-gestores-mães, estabelecida em encontros da REDESAP, promove a multiplicação de classificações do que seja o desaparecimento de pessoas (*problema de família*, *problema de polícia* e/ou *problema de assistência social*) principalmente por meio dos embates travados entre suas pontas.

Tais embates configuram um jogo de acusações mútuas de omissão, falha e falta de comprometimento entre membros da rede que se revelam centrais para que ela siga promovendo eventos, mobilizando recursos e reunindo agentes e agências que lidam, a partir de perspectivas particulares, com o desaparecimento de pessoas no Brasil. Isto porque as oposições entre policiais, gestores de políticas públicas e mães de pessoas desaparecidas que têm lugar na REDESAP são fundamentais para a contínua formulação e denúncia de que o desaparecimento é uma questão grave e urgente que assola o País, o que justifica, entre outras coisas, a própria existência da rede. Não obstante, se o jogo de acusações e os embates estabelecidos entre seus membros é tão fundamental para a rede e para a causa do desaparecimento, ao mesmo tempo é central que haja entre eles também pontos de convergência.

Já no II Encontro Nacional da REDESAP tomei contato com o principal desses pontos de convergência: o projeto ainda não implementado, e um tanto borgeano, de um Cadastro Nacional de Pessoas Desaparecidas, que deve consistir em uma base de dados completa, capaz de reunir registros de todos os casos de desaparecimento ocorridos em território brasileiro. A despeito de suas divergências e acusações mútuas, policiais, gestores de políticas públicas e mães de pessoas desaparecidas concordam que só um tal cadastro pode, por um lado, auxiliar nas investigações de casos particulares e, por outro, subsidiar a produção de estatísticas confiáveis que venham a alimentar a formulação de políticas públicas específicas para o enfrentamento do desaparecimento de pessoas.

Dentre as frentes de diálogo que abri a partir daquele evento, mostrou-se especialmente frutífero o canal de comunicação estabelecido com os gestores de

6 Na tese (Ferreira, 2011) e em Ferreira (2013b), sustento a hipótese de que é a própria controvérsia em torno dessas classificações (*problemas de família*, *de polícia* ou *de assistência social*) que constitui o desaparecimento como questão a ser combatida no Brasil. Argumento, nesse sentido, que é menos o fato atordoante de alguém sumir sem deixar vestígios, e mais os debates em torno da natureza, das causas e das responsabilidades acarretadas por esse sumiço, que faz do desaparecimento objeto de debate público (2011:187–233).

políticas públicas da SDH/PR. À frente do grupo estava o então coordenador da REDESAP, um gestor da secretaria que é, também, antropólogo. Estimulada por essa coincidência, relatei a ele que estava ali em função de minha pesquisa de doutorado, falei em linhas gerais sobre o trabalho de campo então em curso no SDP, e fiz perguntas sobre o projeto do Cadastro Nacional de Pessoas Desaparecidas. Também para o gestor/antropólogo, o cadastro era peça central para o enfrentamento do desaparecimento.

Para minha surpresa, quase seis meses depois do II Encontro Nacional da REDESAP e de nossas primeiras conversas, recebi um telefonema desse gestor/antropólogo. Enquanto coordenador da rede, ele estava organizando uma reunião do comitê gestor, e achava que minha presença poderia lhes ser útil, em função do conhecimento que eu viria acumulando com meu trabalho de campo no SDP.⁷ A reunião seria em torno do Cadastro Nacional de Pessoas Desaparecidas, que entrava em fase inicial de desenvolvimento tecnológico por parte de uma equipe da Secretaria Nacional de Segurança Pública (Senasp). O comitê gestor da REDESAP deveria se reunir com a equipe da Senasp para debater os termos do cadastro, e o convite do gestor/antropólogo era para que eu integrasse aquela reunião, tendo inclusive minha ida à Brasília custeada pela SDH/PR. Perguntei se não seria um problema para a secretaria arcar com meus bilhetes aéreos, e o gestor/antropólogo me disse que não. Diferente da perspectiva a mim apresentada meses antes pela policial-chefe do SDP, para ele minha condição de pesquisadora teria força suficiente para garantir e para justificar minha participação em um evento da rede.

Inesperadamente, porém, no dia anterior à reunião recebi a notícia de que minha passagem não fora emitida porque eu não tinha, nos termos de uma servidora da SDH/PR, “vínculo com a administração pública”. Tal vínculo significava, como ela posteriormente me explicou, ser servidor público. Naquele momento, portanto, ser pesquisadora revelou-se insuficiente para permitir o financiamento público à minha viagem, embora eu tivesse frisado que contava,

7 O comitê gestor da REDESAP era então composto por três delegados de Polícia Civil (dos estados da Bahia, de Mato Grosso do Sul e de Roraima), pelo gerente de um programa estadual de busca de crianças desaparecidas (do estado do Rio de Janeiro), uma conselheira tutelar (representando o Fórum Colegiado Nacional de Conselheiros Tutelares) e a presidente de uma associação de familiares de pessoas desaparecidas do estado de São Paulo, ela mesma mãe de uma jovem desaparecida, além do gestor/antropólogo e outra servidora da SDH/PR.

para realizar meu doutorado, com bolsa de estudos de uma agência de fomento à pesquisa vinculada ao Ministério da Ciência e Tecnologia.⁸ Independente disso, porém, ficou claro que, se ser pesquisadora poderia justificar minha participação no âmbito da rede, por outro lado, não ser servidora pública impunha limites a essa participação.

Diante da situação, optei por custear minha ida à Brasília, e assim integrei a reunião entre o comitê gestor da REDESAP e a equipe da Senasp. A partir dali, minhas relações com membros da rede, em especial os que integravam seu comitê gestor, se consolidaram, se intensificaram e, também, se transformaram. A despeito dessas transformações, em diferentes ocasiões e diante de variados interlocutores, os membros do comitê referiam-se a mim de duas únicas formas: ora como *nossa pesquisadora*, ora como mais um componente do comitê. A figura da *nossa pesquisadora* aparecia em situações em que referências à minha pesquisa pareciam úteis para referendar demandas do comitê gestor, principalmente diante da equipe da Senasp. Importava, nessas ocasiões, enfatizar que meu conhecimento sobre o desaparecimento de pessoas – e, por extensão, o conhecimento do comitê – baseava-se em pesquisa acadêmica, o que parecia me livrar automaticamente de vieses e de toda forma de parcialidade. Os demais membros do comitê, ao contrário, falariam sempre de posições particulares e movidos por interesses específicos, o que enfraqueceria suas demandas.

Já minha posição indiferenciada como mais um componente do comitê era evocada, em determinadas situações, para evidenciar o caráter participativo e inclusivo da REDESAP. Ouvi algumas vezes, em ocasiões em que fui apresentada a outros membros da rede ou a interlocutores do comitê gestor, que “a rede inclui policiais, ONGs, conselheiros tutelares, familiares de desaparecidos e até mesmo a universidade”, “universidade” esta aparentemente personificada por mim. As alusões alternadas a essas duas formas de definir minha presença na

8 Nos dois primeiros anos de meu doutorado, contei com bolsa do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). Nos dois últimos, recebi a Bolsa Aluno Nota 10, da Fundação Carlos Chagas Filho de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro (Faperj). Durante a realização da pesquisa propriamente dita, pude contar também com recursos do projeto “Políticas para a Diversidade e os Novos Sujeitos de Direitos: Estudos Antropológicos das Práticas, Gêneros Textuais e Organizações de Governo – DIVERSO”, realizado no Laboratório de Pesquisas em Etnicidade, Cultura e Desenvolvimento (Laced), Museu Nacional/UFRJ, em convênio com a Agência Brasileira de Inovação (Finep).

rede, a *nossa pesquisadora* e a participante indiferenciada do comitê gestor, gradualmente sobrepuseram-se a possíveis referências ao fato de eu ter ou não ter vínculo com a administração pública – isto é, ser ou não ser servidora pública.

Paulatinamente, esse ter ou não ter vínculo, acionado até então em pelo menos dois momentos cruciais de minha pesquisa, tornou-se tema cada vez mais raro, até que aparentemente foi apagado de minhas interações na REDESAP. A meu ver, esse apagamento indica, entre outras questões, que as distâncias e diferenças entre pesquisadores e servidores públicos, – ou, para começar a retomar as personagens presentes no título desse texto, o etnógrafo e o burocrata – não devem ser encaradas como dados substantivos, fixos e incontornáveis. Ao contrário, o que a trajetória de pesquisa que venho apresentando sugere é que as diferenças e distâncias entre essas personagens percorrem, elas mesmas, trajetórias: são acionadas ou apagadas, têm força ou revelam-se frágeis, sempre em contextos particulares, e sempre de forma dinâmica e, sobretudo, relacional. É imprescindível, portanto, explicitar as relações e os contextos específicos em que encontros ou evocações dessas figuras têm lugar.

Sobre “um certo mal-estar na Antropologia”

Entre julho de 2009, quando recebi o telefonema do gestor/antropólogo, e novembro de 2010, data do último encontro da REDESAP de que participei, integrei quase duas dezenas de eventos promovidos pela rede, entre reuniões do comitê, encontros regionais, encontros nacionais e cursos de capacitação. Diferente do II Encontro Nacional da rede e, em seguida, da mencionada reunião entre o comitê gestor e a equipe da Senasp que formularia o Cadastro Nacional de Pessoas Desaparecidas, nos demais eventos recebi financiamento da SDH/PR, principalmente para deslocamento.⁹ Desde aquele telefonema foram manifestos, tanto pelo gestor/antropólogo que me procurara quanto por mim, que minha

9 As passagens aéreas que utilizei para estar presente nas reuniões do comitê gestor foram compradas diretamente pela SDH/PR. No tocante aos cursos de capacitação que formulei e ministrei, ocorridos nas cidades de Brasília, Goiânia, Aracaju, Belém, São Paulo e Rio de Janeiro, esse financiamento se deu de forma menos direta. Junto com duas outras antropólogas, Paula Lacerda e Rita Santos, fui contratada para a função pela ONG que mantinha, à época, um convênio com a SDH/PR que previa, entre outros produtos, o “Programa de Capacitação de Atores Estratégicos no Âmbito da ReDESAP”.

participação na rede era ambivalente: por um lado, atendia aos meus interesses de pesquisa, tendo como finalidade última a produção de uma tese de doutorado a ser submetida ao julgamento de meus pares na academia, e não de meus interlocutores na ReDESAP; por outro lado, respondia também a interesses dos próprios membros da rede, notadamente os integrantes de seu comitê gestor, em contar com uma pesquisadora que tivesse conhecimento supostamente neutro sobre o desaparecimento de pessoas. Ademais, a presença de uma pesquisadora também era útil à medida que evidenciava o caráter participativo da ReDESAP, que contaria “até mesmo com a universidade”.

Minhas expectativas diante dessa ambivalência eram de que, invariavelmente, minha simples presença em eventos e reuniões causaria desconforto a meus interlocutores e, por consequência, também a mim. Eles se sentiriam observados em suas práticas e interações, posto que, de fato, observá-los estava entre minhas técnicas de pesquisa. Não foi isso o que aconteceu, porém. Aquela ambivalência de fato gerou desassossegos, mas não em termos de constrangimentos em função de uma possível posição de observadora a ser ocupada por mim. Antes, desdobrou-se em desconfortos de outras ordens, bastante específicos e distintos entre si: 1) o mal-estar decorrente do hiato entre as condições efetivas em que se deu minha pesquisa e as representações estabelecidas sobre o que é a pesquisa etnográfica; e 2) o mal-estar decorrente do meu engajamento, com os membros do comitê gestor da rede, na produção de classificações que podem replicar, reforçar e ampliar o já referido mecanismo de exclusão categórica acionado por policiais diante de desaparecimentos.

O primeiro desses desconfortos consiste precisamente naquilo que Pacheco de Oliveira (2009) denomina “um certo mal-estar na Antropologia”. O autor sustenta que, se há um mal-estar em torno de certos modos de fazer antropologia caracterizados como participativos ou, por vezes, “de excessiva militância” (p. 3), esse mal-estar não decorre, sem mediações, das posições, relações e enredamentos em que os antropólogos se colocam em situações concretas de pesquisa. Enredamentos, relações e posições são, e talvez sempre tenham sido, matéria-prima de todo fazer etnográfico, ainda que haja múltiplas formas de executar esse fazer. O mal-estar diante de pesquisas caracterizadas por graus consideráveis de participação, argumenta o autor, decorre primordialmente de uma distância pouco debatida – mas determinante de cíclicas “crises” da disciplina – entre as autorrepresentações que produzimos sobre a antropologia e as pesquisas e estudos que efetivamente realizamos quando fazemos antropologia.

Para refletir sobre essa autorrepresentação vale retomar alguns elementos do trecho de *Argonautas do Pacífico Ocidental* que citei no começo deste texto: o

etnógrafo solitário, a praia tropical distante, a aldeia nativa pronta a ser conhecida e o barco desaparecendo de vista e desfazendo, temporariamente, a conexão entre o etnógrafo e o mundo a que ele pertence. Descontextualizando e reunindo de modo genérico elementos como esses, a autorrepresentação da antropologia de que fala Pacheco de Oliveira guarda diferenças e distâncias intransponíveis com a pluralidade de modos, artefatos e produtos dos fazeres antropológicos que temos produzido atualmente. O ideal do etnógrafo solitário que se aproxima da aldeia nativa movido por interesses unívocos e unilaterais, e que estabelece com os nativos uma relação unidimensional que deve originar um texto monográfico, não só não se assemelha às variadas formas de fazer antropologia de que dispomos hoje, como também envolve a própria disciplina em um nebuloso modelo inoperável de produção de conhecimento. O mesmo vale, por outro lado, para a imaginação a ele correspondente em torno da aldeia nativa distante, quase alheia ao processo de pesquisa empreendido pelo etnógrafo.

Minha experiência de pesquisa na REDESAP se presta, ao lado de tantos outros trabalhos de campo realizados com elites, redes e dispositivos de poder, a exemplificar o hiato entre essas imaginações e os modos efetivos de fazer antropologia. Isto porque, entre outras razões, a posição de *nossa pesquisadora* que ocupei na rede foi claramente propiciada tanto por meus interesses de pesquisa quanto pelo interesse dos próprios membros da REDESAP em ter uma especialista em desaparecimento de pessoas em seu comitê gestor. Os interesses em jogo nas nossas relações, portanto, não eram unilaterais, e o movimento de aproximação não partiu apenas de mim em relação a eles. Ademais, minha presença na rede desdobrou-se em diferentes funções a mim atribuídas em distintos momentos e situações, funções essas que excedem o supostamente unidimensional vínculo pesquisador-pesquisado.

Se, nas primeiras reuniões do comitê gestor, eu era a pesquisadora a quem perguntas pontuais poderiam ser feitas, em eventos regionais e nacionais da rede me foi dada a palavra e demandado que eu fizesse palestras para todos os presentes, compartilhando meus conhecimentos sobre o tema que nos congregava. Não obstante, em um dado momento, me foi ainda feito o convite para montar uma equipe, produzir material didático e ministrar cursos sobre desaparecimento de pessoas nas capitais de seis estados brasileiros, coordenando o que foi designado “Programa de Capacitação de Atores Estratégicos no âmbito da REDESAP”. Sob o rótulo de *nossa pesquisadora*, portanto, desempenhei múltiplos papéis e funções. Tais papéis e funções resultaram não apenas em minha tese de doutorado, mas também em outros produtos, como, por exemplo, o material didático e o curso ministrado, além de documentos produzidos em eventos e reuniões da rede.

Documentos, aliás, foram não só um dos tipos de produto da pesquisa com a rede, como também um artefato etnográfico fundamental para meu trabalho de campo como um todo, tanto na REDESAP quanto, anteriormente, no Setor de Descoberta de Paradeiros (SDP) da antiga Delegacia de Homicídios (DH) do Rio de Janeiro Centro/Capital. Se o leitor se lembrar, uma autorização subscrita e carimbada por um dos delegados da DH foi essencial para que eu iniciasse meu trabalho de campo com policiais; ademais, a transcrição, a leitura e a análise de documentos produzidos, manipulados e arquivados pelos agentes do SDP foi parte constitutiva do mesmo trabalho de campo. Como lembra Riles (2009), práticas de documentação e a habilidade de criar e manter arquivos são emblemas máximos da burocracia moderna. Realizar trabalho de campo em espaços burocráticos demanda, nesse sentido, que encaremos documentos como artefatos etnográficos, constitutivos que são de regras, ideologias, subjetividades, e também das próprias organizações em que circulam ou são produzidos. (cf. Hull, 2012)

Ainda que não sejam poucos os antropólogos que realizam pesquisas em arquivos e órgãos de administração pública que lhes demandam atentar para documentos, de modo geral registros burocráticos são negligenciados enquanto artefatos etnográficos. Se, como argumenta Riles (2009), isso se deve em parte ao fato de que pesquisadores produzem e usam registros burocráticos tanto quanto seus eventuais “nativos”, haja vista os editais, formulários, relatórios e prestações de conta com que têm que lidar no cotidiano, eu gostaria de propor aqui uma segunda razão para tal negligência: o fato de documentos não se fazerem presentes na autorrepresentação da antropologia comentada anteriormente, destoando da imaginação coletiva em torno do fazer etnográfico. No quadro imaginário composto pelo etnógrafo solitário, pela aldeia nativa e pela longínqua praia tropical não há espaço para autorizações formais a serem assinadas e carimbadas por delegados de polícia, para registros de casos de desaparecimento de pessoa, ou, ainda, para atas de encontros e reuniões promovidas por redes de instituições. A meu ver, essa é uma das motivações principais para que antropólogos que encaram documentos como artefatos etnográficos justifiquem a opção por fazê-lo de modo frequente e, algumas vezes, excessivo.¹⁰

10 Em levantamento e análise da produção antropológica sobre documentos e burocracia, recentemente publicada na *Annual Review of Anthropology*, Matthew Hull (2012) revela que há uma passagem específica da obra de Max Weber que é recorrentemente citada por diferentes antropólogos, em diversas teses, artigos e livros, como justificativa para o

Dos elementos constitutivos de minha experiência de pesquisa, contudo, não são apenas os documentos, os múltiplos interesses em jogo, as várias posições que ocupei e os diversos produtos gerados por meu trabalho de campo que destoam do quadro pintado e emoldurado pela autorrepresentação da antropologia. Também meus interlocutores, em sua imensa maioria servidores públicos, parecem dissonantes em face da aldeia nativa que habita a praia tropical distante. Não é sem motivo, afinal, que, em duas de suas obras, Herzfeld (1992; 1997) insiste em defender que há consideráveis similaridades entre as sociedades tradicionalmente estudadas por antropólogos e aquelas administradas burocraticamente, numa espécie de chamado à inclusão de burocratas e burocracias no quadro imaginário que supostamente descreve o fazer etnográfico.

Herzfeld defende que burocracias público-estatais, se encaradas em seu plano de existência mais concreto, revelam-se sustentadas em mecanismos e dinâmicas sociais que implicam crenças, identidades, localismos, estereótipos e mitos. Nesse sentido, não são menos “simbólicas”, nem mais “racionais” do que quaisquer outros conjuntos de instituições, grupos, aldeias ou sociedades consideradas propriamente afins à pesquisa etnográfica. Sua idiossincrasia, porém, é que faz parte de sua poética um processo constante de apagamento dos próprios mecanismos em que se sustenta seu poder. A esse apagamento corresponde a naturalização de uma ideia de Estado (cf. Abrams, 1988) como entidade autônoma, puramente formal, objetiva e racional. No mesmo sentido, a esse apagamento corresponde também uma representação dos funcionários de Estado, aqueles que possuem o “vínculo com a administração pública” de que me falou a policial-chefe do SDP, bem como das repartições públicas, como figuras e espaços de pouco ou nenhum interesse etnográfico.

Realizado primordialmente em repartições e com servidores que ocupam cargos variados em diferentes órgãos de administração pública, o trabalho de campo que venho apresentando é nitidamente divergente do modelo imaginário de encontro entre etnógrafo solitário e aldeia nativa distante. Lidar com essa

recurso à análise de documentos. Trata-se, não por mera coincidência, de trecho aludido por mim no presente texto e citado, literalmente, em livro publicado anteriormente (Ferreira, 2009:23). Transcrevo aqui a passagem: “a administração de um cargo moderno se baseia em documentos escritos (os arquivos), preservados em sua forma original ou em esboço” (Weber, 1963:230).

divergência e superar o mal-estar por ela causado foi possível mediante dois procedimentos principais, que gostaria de registrar. O primeiro deles é a explicitação das condições de realização da pesquisa, em parte recompostas neste trabalho. Esclarecer relações, interesses e categorias acionadas durante o trabalho de campo é, mais do que mera praxe na antropologia, um compromisso ético que segue sempre em duas vias: em direção aos interlocutores diretos do pesquisador no curso da pesquisa, e, também, em direção a outros antropólogos que venham a conhecer, avaliar e dialogar com seus resultados.

O segundo desses procedimentos, não menos importante do que a explicitação das condições de produção da pesquisa, é a criação de espaços de diálogo não apenas com outras etnografias, por meio de leituras sistemáticas, mas também com outros antropólogos com pesquisas concluídas ou em curso. Colegas que já realizaram ou estejam realizando trabalho de campo não simplesmente encarnam, e sim adensam, complexificam e problematizam a figura idealizada do etnógrafo solitário, tornando trocas de experiências e debates coletivos expedientes fundamentais para enfrentarmos, senão muitos, ao menos “um certo mal-estar” difuso no campo da antropologia.

Notas finais (ou uma aproximação entre o etnógrafo e o burocrata)

Na condição de *nossa pesquisadora*, durante o trabalho de campo participei de muitos eventos e debates em torno da formulação do Cadastro Nacional de Pessoas Desaparecidas. O primeiro desses eventos, aliás, foi a reunião entre comitê gestor da REDESAP e equipe da Senasp para a qual fui convidada por telefone pelo gestor/antropólogo que então coordenava a rede. Conforme eu soube naquela ocasião, caberia exclusivamente à equipe da Senasp produzir o *software* que daria base ao tão desejado cadastro. Não obstante, aquela equipe e o comitê gestor da REDESAP deveriam definir juntos, paralelamente à produção do *software*, o que constaria no conteúdo do cadastro – isto é, que informações sobre cada caso de desaparecimento cadastrado deveriam ser registradas.

Nas conversas em torno desse conteúdo, um dos temas que mais demandou tempo, debate e energia por parte tanto do comitê quanto da equipe da Senasp foram as categorias que seriam usadas para classificar os casos cadastrados. Ao fim e ao cabo, os dois grupos acordaram em instituir seis *tipos* de desaparecimento para constar do cadastro: 1) desaparecimento enigmático de pessoa; 2) afastamento/abandono do convívio familiar; 3) evasão de local de custódia legal; 4) subtração por familiares; 5) sequestro; e 6) vítimas de calamidades,

intempéries e acidentes.¹¹ De acordo com os planos de seus idealizadores, assim que o cadastro entrar em funcionamento, todo caso deverá ser classificado a partir de um desses *tipos* já no ato de seu registro.

Ao longo das reuniões em que os *tipos* foram debatidos e definidos, pude notar com bastante clareza um esforço bem-sucedido por parte da equipe da Senasp e dos delegados de polícia que integravam o comitê gestor da REDESAP em separar, no próprio cadastro, um *tipo* específico de desaparecimento que desse conta dos únicos casos que, de seu ponto de vista, deveriam ficar a cargo da polícia: o chamado desaparecimento enigmático de pessoa. Os demais *tipos*, com exceção do sequestro, deveriam ser geridos exclusivamente por órgãos de assistência social e, em se tratando de desaparecimentos de crianças e adolescentes, também por conselhos tutelares – e não por delegacias e outras repartições policiais. A demanda mais fundamental de delegados e de servidores da Senasp diante do cadastro resumia-se na seguinte frase, proferida repetidas vezes por um dos membros do comitê gestor: “Nós temos que separar o verdadeiro desaparecimento, porque é só nesse que a polícia tem que entrar”.¹²

Nesse sentido, os *tipos* de desaparecimento definidos no cadastro pareciam servir menos à organização de casos, produção de estatísticas e definição de cursos de ação específicos a se tomar diante de cada desaparecimento, e mais à institucionalização e difusão para todo o País da dicotomia que vi, durante o trabalho de campo no SDP, sendo acionada por policiais civis do estado do Rio de Janeiro. O cadastro, afinal, distinguiria uma minoria de casos que demandam atuação policial de todos os outros aos quais é negado, já de saída,

- 11 Os seis *tipos* de desaparecimento instituídos pelo cadastro derivaram da experiência de um dos delegados de polícia do comitê gestor da REDESAP. O delegado fazia uso das mesmas categorias para classificar os casos investigados pela Polícia Civil de seu estado. Outra grade de *tipos* foi sugerida, mais recentemente, no relatório final da “CPI das Crianças e Adolescentes Desaparecidos” (Brasil, 2010).
- 12 Nas concepções dos servidores da Senasp e dos delegados de polícia que integravam o comitê gestor da REDESAP, o sequestro também deveria ser gerido por delegacias e outras repartições policiais – de preferência, as especializadas no crime de sequestro. Contudo, por não o encararem como um “verdadeiro desaparecimento”, em suas reuniões esses agentes acabavam, paradoxalmente, por igualar o sequestro aos *tipos* em que entendiam que a responsabilidade de gestão de casos deveria recair sobre instituições de assistência social. Desse modo, atribuíam o caráter de “verdadeiro desaparecimento” exclusivamente ao *tipo* desaparecimento enigmático de pessoa.

o estatuto de *problema de polícia*. Defendendo que a maior parte dos *tipos* de desaparecimento que ocorrem no Brasil fique a cargo de órgãos de assistência social, delegados e outros servidores da área de segurança pública transformaram o cadastro, em suma, em um meio legítimo para se desresponsabilizar diante do desaparecimento de pessoas, institucionalizando um mecanismo de exclusão categórica.

Acompanhar de perto esse processo e participar ativamente dele, na condição de *nossa pesquisadora*, foi a fonte do mal-estar mais gritante que senti no curso da pesquisa. Somando-se ao desconforto derivado da distância entre a pesquisa que eu realizava e a autorrepresentação da antropologia, comentado anteriormente, foi no mínimo um desafio lidar e compartilhar da produção de categorias fechadas e fronteiras rígidas não só entre *tipos* de desaparecimento, mas também entre supostas unidades de responsabilidade cujas obrigações seriam excludentes: a segurança pública e a assistência social. Isto porque, enquanto *nossa pesquisadora*, a despeito de “não ter vínculo com a administração pública”, eu me via alimentando um dos componentes mais terríveis do exercício de poder das burocracias público-estatais: o recurso a classificações e taxonomias incontornáveis, que podem engendrar processos violentos de não reconhecimento e exclusão.

O próprio desenrolar da pesquisa, contudo, me apresentou um caminho reflexivo para lidar com esse mal-estar, com o qual encerrarei este artigo. Em um dos últimos eventos da REDESAP de que participei, a mãe de uma criança desaparecida e presidente de uma associação de familiares de desaparecidos do estado do Rio de Janeiro ouviu uma palestra minha. Ao final da minha fala, ela se aproximou com um largo sorriso e me disse: “ouvindo você falar eu entendi. Realmente, o desaparecimento é isso, um fenômeno!”.

Na palestra que havia proferido, como em inúmeras outras ocasiões, muitas vezes fiz referência ao desaparecimento de pessoas como “o fenômeno do desaparecimento”, ou simplesmente “o fenômeno”. Não escolhi esse termo em função de critérios particulares, e sim por utilizá-lo correntemente para designar os mais variados fatos sociais tomados por cientistas sociais como objeto de estudo. Do ponto de vista daquela mãe, porém, havia algo de especial naquela palavra. Para ela, o termo parecia capaz não de excluir, desconsiderar ou não reconhecer, mas sim de sustentar e transmitir a força desestabilizadora, atordoante e enigmática do desaparecimento de pessoas. Causava, portanto, um efeito oposto ao engendrado pelos *tipos* que o Cadastro Nacional de Pessoas Desaparecidas definia: ao invés de separar e excluir, incluía e contemplava a complexidade daquele fenômeno.

Se palavras e enunciados têm efeitos performativos em certos contextos, como nos advertem, a partir de distintas matrizes disciplinares, Malinowski (1935), Austin (1962) e Bourdieu (2008), aquela mãe chamou a minha atenção para o duplo caráter desses efeitos. Enquanto parte de meus desconfortos no curso da pesquisa giraram em torno do poder enrijecedor e excludente de categorias empregadas por policiais, bem como de *tipos* de desaparecimento defendidos por membros da ReDESAP, a fala dela me alertou para a possibilidade oposta: o poder englobante e reconfortante, ainda que eventual e efêmero, de palavras e enunciados proferidos em determinados espaços autorizados. Reconhecer essa possibilidade conduziu-me a um exercício que me parece fundamental para todo antropólogo disposto a refletir não apenas sobre dados etnográficos, mas também sobre os fundamentos e as implicações éticas e políticas de suas pesquisas: o exercício de se perguntar não apenas pelo que separa pesquisadores de servidores públicos ou, em termos figurativos, o etnógrafo e o burocrata, mas também pelo que aproxima essas duas figuras, sobretudo em termos do poder que seus enunciados, discursos e textos podem exercer.

Referências

- ABRAMS, Philip. Notes on the Difficulty of Studying the State. *Journal of Historical Sociology*, v. 1, n. 1, p. 58–89, 1988.
- ARAÚJO, Fábio Alves. Falta alguém na minha casa. In: LIMA, Roberto Kant de. *Antropologia e direitos humanos 5*. Brasília: Booklink/ABA/Fundação Ford, 2008.
- AUSTIN, J. L. *How to Do Things with Words*. Oxford: Oxford University Press, 1962.
- BOLTANSKI, Luc. *La Souffrance à distance: morale humanitaire, médias et politique*. Paris: Gallimard, 1993.
- BOURDIEU, Pierre. *A economia das trocas linguísticas: o que falar quer dizer*. São Paulo: Edusp, 2008.
- BRASIL. Câmara dos Deputados. Comissão Parlamentar de Inquérito destinada a investigar as causas, as consequências e responsáveis pelo desaparecimento de crianças e adolescentes no Brasil, no período de 2005 a 2007. *Relatório final*. Brasília: s.n., 2010.
- CLIFFORD, James. Sobre a autoridade etnográfica. In: _____. *A experiência etnográfica: antropologia e literatura no século XX*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1998. p.17–62.
- ENNE, Ana Lúcia; VIANNA, Adriana R. B.; CARRARA, Sérgio. Entre o crime e a conciliação: a violência contra a mulher na justiça do Rio de Janeiro. *Acervo: Revista do Arquivo Nacional*, v. 15, n. 1, p. 39–58, 2002.

- ESPINHEIRA, Gey. *Desaparecimento e desaparecidos: um estudo de violência urbana*. Salvador: Cefij, 1999.
- FERREIRA, Leticia Carvalho de Mesquita. *Dos autos da cova rasa: a identificação de corpos não identificados no IML-RJ, 1942–1960*. Rio de Janeiro: Finep/E-Papers, 2009.
- _____. *Uma etnografia para muitas ausências: o desaparecimento de pessoas como ocorrência policial e problema social*. Rio de Janeiro, 2011. Tese (Doutorado em Antropologia Social) – Programa de Pós-graduação em Antropologia Social, Museu Nacional, Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2011.
- _____. “Apenas preencher papel”: reflexões sobre registros policiais de desaparecimento de pessoa e outros documentos. *Mana: Estudos de Antropologia Social*, v. 19, n. 1, p. 39–68, 2013a.
- _____. De problema de família a problema social: notas etnográficas sobre o desaparecimento de pessoas no Brasil contemporâneo. *Anuário Antropológico* v.2, n. 1 p.191–216, 2013b.
- HERZFELD, Michael. *The Social Production of Indifference: Exploring the Symbolic Roots of Western Bureaucracy*. Chicago: The University of Chicago Press, 1992.
- _____. *Cultural Intimacy: Social Poetics in the Nation-State*. Nova York/Londres: Routledge, 1997.
- HULL, Matthew. Documents and Bureaucracy. *Annual Review of Anthropology*, v. 41, p. 251–267, 2012.
- JARDIM, Tarciso Dal Maso. *Brasil condenado a legislar pela Corte Interamericana de Direitos Humanos: da obrigação de tipificar o crime de desaparecimento forçado de pessoas*. Brasília: Centro de Estudos da Consultoria do Senado, 2011. Textos para discussão, n. 83.
- MALINOWSKI, Bronislaw. *Coral GARDENS and Their Magic: A Study of the Methods of Tilling the Soil and of Agricultural Rites in the Trobriand Islands*. Londres: George Allen & Unwin Ltd., 1935.
- _____. *Argonautas do Pacífico Ocidental: um relato do empreendimento e da aventura dos nativos nos arquipélagos da Nova Guiné melanésia*. São Paulo: Abril Cultural, 1978.
- MARCUS, George E. Ethnography in/of the World System: The Emergence of Multi-Sited Ethnography. *Annual Review of Anthropology*, v. 24, p. 95–117, 1995.
- MUNIZ, Jacqueline. Os direitos dos outros e outros direitos: um estudo sobre a negociação de conflitos nas DEAMS/RJ. In: SOARES, Luiz Eduardo et al. *Violência e política no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Iser/Relume Dumará, 1996.
- OLIVEIRA, Dijaci David. *Desaparecidos civis: conflitos familiares, institucionais e de segurança pública*. Brasília, 2007. Tese (Doutorado em Sociologia) – Instituto de Ciências Sociais, Universidade de Brasília. Brasília, 2007.

- _____; GERALDES, Elen Cristina. *Cadê você?* Brasília: Movimento Nacional de Direitos Humanos, 1999.
- OLIVEIRA, João Pacheco de. Pluralizando tradições etnográficas: sobre um certo mal-estar na Antropologia. *Cadernos do Leme*, v. 1, n. 1, p.2–27, 2009.
- OLIVEIRA, Sandra Rodrigues de. *Onde está você agora além de aqui, dentro de mim?* O luto das mães de crianças desaparecidas. Dissertação (Mestrado em Psicologia). Departamento de Psicologia. Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2008.
- RIO DE JANEIRO. Secretaria de Estado de Segurança Pública. Resolução SEPC n. 513, de 16 de dezembro de 1991. Rio de Janeiro: Secretaria de Estado de Segurança Pública, 1991.
- RILES, Annelise. Introduction: A Response. In: _____. (ed.). *Documents: Artifacts of Modern Knowledge*. Ann Arbor: The University of Michigan Press, 2009.
- SOARES, Bárbara Musumeci. *Mulheres invisíveis: violência conjugal e novas políticas de segurança*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999.
- SOUZA LIMA, Antonio Carlos de. *Gestar e gerir: estudos para uma antropologia da administração pública no Brasil*. Rio de Janeiro: Relume Dumará/Nuap/UFRJ, 2002.
- WEBER, Max. Burocracia. In: _____. *Ensaio de sociologia*. Rio de Janeiro: Zahar, 1936.

Moedas de troca, sinceridade metodológica e produção etnográfica no trabalho com elites

Maria Macedo Barroso

Antes de iniciar as reflexões deste artigo sobre o trabalho antropológico com elites, acho importante fazer um esforço para precisar o termo “elite”, e esclarecer que estarei tratando de minha experiência com um universo (o da cooperação internacional para o desenvolvimento) marcado por uma atuação de elites de diversos tipos, atravessadas por clivagens nacionais, étnicas e de classe social, entre outras. A cooperação internacional é um objeto de pesquisa definido por grande fragmentação e diversidade, disperso entre escalas sociais, institucionais e geográficas distintas, tendo a unificá-lo o fato de seus agentes estarem envolvidos com a elaboração de discursos e práticas de intervenção transnacional sobre territórios e populações (e com as reações a eles). Para obter recursos e subsidiar estas intervenções, estes atores se submetem a um conjunto de regras político-administrativas que lhes impõem a utilização de uma gramática burocrática comum que torna aparentemente homogêneos projetos por vezes muito díspares. O uso eficaz dessa gramática é um dos marcadores que fixam a divisão entre aqueles que são consagrados como a elite dentro desse campo, e aqueles que ficam excluídos dela, dependendo da atuação de mediadores para ter acesso a seus recursos.

Um desafio para os antropólogos que pesquisam esse universo é justamente o de conseguir desvendar, por trás da linguagem homogeneizante imposta pela burocracia do desenvolvimento e por seus descritores consagrados (Latour e Woolgar 1997) – tais como relatórios de acompanhamento, termos de referência, diretrizes operacionais e manuais de prestação de contas, entre outros –, quais são os diferentes projetos políticos e visões de mundo que este universo abriga e que tipos de elite transitam dentro dele. Como boa parte da literatura antropológica voltada a analisar a indústria do desenvolvimento vem demonstrando, nem todos os atores que atuam dentro desse universo são meros produtores e disseminadores de ideologias desenvolvimentistas, mas nutrem também valores voltados à afirmação de grupos étnicos (Barroso Hoffmann, 2011), de interesses religiosos (Rickli, 2010), à definição de sujeitos de direitos (Hale, 2002; Boccara, 2010), à promoção de valores morais como a generosidade e o altruísmo (Nicaise, 2007; Fassin, 2012), à construção de agendas ambientais

(Offen, 2003; Chapin, 2004), além de contribuírem para o processo de formação de identidades nacionais e para algumas das principais divisões geopolíticas na cena contemporânea (Barroso Hoffmann, 2009). O universo da cooperação internacional pode ser percebido assim, para além dos esforços da literatura antropológica voltada a desmistificar as *benesses* trazidas pelo desenvolvimento, o caráter etnocêntrico de suas ações e a perspectiva evolucionista de suas propostas, que o definem essencialmente como um campo produtor de assimetrias e de afirmação de relações de poder (Hobbart, 1993; Escobar, 1995; Rist, 1999; Ribeiro, 2005), também como um espaço de produção de identidades apoiadas em diferentes valores e incorporados de maneiras variadas às gramáticas da cooperação.

Em vista disto, creio que devemos evitar o erro de imaginar que – por se tratar de um campo privilegiado de atuação de elites político-administrativas encarregadas de traçar estratégias de gestão de territórios e populações – essas elites são de um mesmo tipo, e que podemos recorrer a um mesmo tipo de estratégia para ter acesso a elas. Um importante recurso metodológico para mapear estas diferenças de visão e projetos políticos dentro do universo da cooperação, no meu caso, foi trabalhar com situações e eventos públicos que reuniam o maior número possível de atores envolvidos no recorte de pesquisa que escolhi – o da cooperação junto aos povos indígenas promovida com recursos noruegueses –, de forma a poder delinear o perfil de um conjunto que, independente do caso selecionado, é sempre mutável e sujeito a redefinições de acordo com conjunturas políticas locais, nacionais e internacionais. Acionei, assim, como estratégia privilegiada para o trabalho de campo, a observação de seminários, festivais, cursos e palestras promovidos com recursos da cooperação norueguesa, que me possibilitaram identificar quem eram os atores relevantes para a construção de argumentos em seu campo de atuação e quais eram estes argumentos.¹

- 1 Vale registrar que, quando iniciei minha pesquisa, no início da década de 2000, a história da cooperação norueguesa com os povos indígenas não estava contada em nenhuma fonte bibliográfica disponível na Noruega, tendo que ser recuperada por meio de documentos administrativos dispersos produzidos por instituições governamentais e não governamentais variadas, e em textos acadêmicos provenientes de diferentes disciplinas, notadamente das áreas de ciência política, sociologia, história, antropologia e dos estudos de desenvolvimento, campo que passou a se estruturar na Noruega a partir da década de 1960, acompanhando o envolvimento daquele país no universo da cooperação.

Uma vez localizados estes atores, pude passar à etapa seguinte da pesquisa, voltada a detalhar a trajetória de sua incorporação ao universo da cooperação internacional, algo que, em muitos casos, envolveu localizar processos de longa duração, bem anteriores aos marcos tidos como “fundadores” da cooperação para o desenvolvimento pela literatura especializada, localizados somente após a Segunda Guerra Mundial. Olhando da perspectiva dos processos de formação do Estado e construção da nação apontados por Norbert Elias (1972), este momento da pesquisa representou, portanto, o esforço de entender mecanismos de absorção de agentes sociais aos modelos administrativos propostos pela burocracia do desenvolvimento, que tiveram como principal característica dar unidade a um conjunto de atores, até então dispersos – tais como organizações filantrópicas, missões religiosas, grupos empresariais ligados a diferentes tipos de atividades econômicas e agentes sociais voltados à defesa de direitos humanos, entre outros –, dentro de um mesmo aparato voltado à gestão de territórios e populações. Se tomarmos as categorias propostas por Elias como fio condutor para a análise, poderíamos dizer que a formação dos aparatos nacionais e transnacionais de cooperação internacional após a Segunda Guerra Mundial constituíram mecanismos de força centrífuga, que serviram para adensar e centralizar estruturas de Estado, repaginando antigos laços coloniais ou integrando segmentos regionais desconectados até então em mecanismos e redes transnacionais comuns (1972).²

O recurso metodológico à observação de situações e eventos ligados ao universo da cooperação também se relacionou a minha situação particular dentro deste campo. Cabe destacar aqui que a maior parte dos trabalhos antropológicos

- 2 *Instituído em pleno cenário da descolonização e das disputas geopolíticas instauradas pela Guerra Fria, o aparato da cooperação internacional, que poderia ser enquadrado hoje no conceito de *soft power*, envolveu a participação das organizações multilaterais do sistema inaugurado pelos acordos de Bretton Woods (Banco Mundial e Fundo Monetário Internacional), as instituições do sistema das Nações Unidas, e as organizações de cooperação bilateral montadas pelos países “desenvolvidos”, que atuam com burocracia própria e por meio de um grande número de organizações não governamentais. Esse aparato fez parte, assim, do rearranjo geopolítico que se deu após o segundo conflito mundial, em que diversas regiões do mundo romperam antigos laços coloniais que funcionavam sob a égide do “exclusivo”, e estabeleceram relações com novos parceiros econômicos e políticos ou apenas substituíram sob a gramática do “desenvolvimento” as antigas relações coloniais de dominação.*

sobre este universo tem sido realizada por autores que fizeram parte dele e que, em geral, realizaram reflexões a partir de suas experiências profissionais.³ No meu caso, apesar de ter trabalhado em projetos com os povos indígenas no Brasil financiados com recursos de uma agência filantrópica norte-americana,⁴ e de ter sido a participação nestes projetos o que me possibilitou perceber o papel estratégico da cooperação internacional na dinâmica das questões indígenas no Brasil,⁵ recortei como objeto de pesquisa a cooperação internacional norueguesa com os povos indígenas, ou seja, não me propus fazer uma reflexão sobre minha própria experiência. Escolher este caminho significou partir de certa desvantagem em relação a autores que foram *insiders* dos regimes de cooperação que se propuseram analisar e que tiveram acesso a informações que pessoas de fora dificilmente conseguiriam obter. Não só eu não fizera parte de nenhum projeto promovido com recursos da cooperação norueguesa, como não me motivava academicamente ser mais uma pesquisadora a “denunciar” os efeitos em nível local dos projetos de desenvolvimento, as relações de assimetria por trás de sua implantação e seus “fracassos”, algo típico dos trabalhos antropológicos de *insiders* sobre o universo da cooperação.

Como alternativa a isto, me pareceram extremamente inspiradoras as colocações de Laura Nader (1972) sobre a necessidade de “estudar para cima” em antropologia, o que, no caso da cooperação, significava voltar as lentes para os

- 3 Mosse (2005) faz uma reflexão particularmente rica sobre esta situação de pesquisa e suas implicações teóricas, metodológicas e éticas para o antropólogo.
- 4 Refiro-me aos projetos “Política indigenista e políticas indígenas no Brasil – um mapeamento prospectivo”, de 1999, que me propiciou a participação na organização do seminário “Bases para uma nova política indigenista”, e “Trilhas de conhecimento. O ensino superior de indígenas no Brasil”, entre 2004 e 2009, realizados pelo Museu Nacional da UFRJ com recursos da Fundação Ford; o primeiro foi coordenado por João Pacheco de Oliveira e Antonio Carlos de Souza Lima, e o segundo, por este último e por mim.
- 5 No campo indigenista brasileiro, o termo “cooperação internacional” é usado como um termo guarda-chuva que abriga um conjunto extremamente amplo e variado de atores, que inclui bancos multilaterais de desenvolvimento, agências bilaterais de cooperação de diversos países, firmas privadas de consultoria, agências do sistema das Nações Unidas e uma miríade de organizações não governamentais, de proveniência sobretudo europeia e norte-americana, que inclui principalmente organizações ambientalistas, religiosas (missionárias), filantrópicas e de *advocacy*, estas últimas com forte atuação no campo do indigenismo desde a década de 1960, e dirigidas em grande parte por antropólogos.

espaços sociais em que se gestavam os projetos de desenvolvimento, isto é, para os países do campo doador, em vez de focar a pesquisa nos efeitos locais de projetos nos países receptores de recursos. Foi assim que decidi estudar a cooperação com os índios promovida com recursos noruegueses na Noruega, e não no Brasil, algo que, em razão da presença de inúmeros parceiros e projetos dos noruegueses no Brasil desde a década de 1980, parecia ser a alternativa mais óbvia de pesquisa, a julgar pelos cânones da antropologia sobre desenvolvimento e povos indígenas, praticados inclusive aqui (Lima, 2000; Salviani, 2002; Pimenta, 2002; Pareschi, 2002).

A opção por não realizar o estudo sobre a cooperação norueguesa no Brasil também esteve relacionada à série de dificuldades que eu teria que enfrentar ligadas ao fato de ser uma *insider* do campo indigenista brasileiro. Isto é, me parecia problemático ocupar uma posição dentro de um campo de disputas acadêmicas, políticas e simbólicas que incluía, entre outras coisas, a disputa pelos recursos da cooperação internacional destinados a ações com os povos indígenas.⁶ Nesse sentido, tal como na experiência etnográfica relatada por Favret-Saada em seu estudo sobre a feitiçaria no Bocage (1977), nenhuma de minhas falas neste campo de pesquisa seria tomada como uma fala desinteressada, e nenhum discurso seria lido a não ser dentro das regras do campo analisado, isto é, o campo do “mercado de projetos”, subsidiado em grande medida com recursos externos, e que passou a dominar a cena indigenista brasileira a partir da década de 1990 (Albert, 1995; Oliveira, 2001). Assim, eu sempre correria o risco de ser vista por meus “nativos”, isto é, pelas redes de brasileiros que atuavam com recursos noruegueses em projetos com os povos indígenas,⁷ como uma

6 Aqui cabe lembrar que o aumento estratégico do peso dos recursos da cooperação internacional no cenário indigenista brasileiro ocorreu a partir dos anos 1980, e relacionou-se a um conjunto amplo de fatores que não faz parte do escopo deste artigo analisar, mas que podemos relacionar ao fim do modelo tutelar de gestão da questão indígena pela Fundação Nacional do Índio (Funai), decretado pela Constituição de 1988, à promoção do multiculturalismo como estratégia de implantação de políticas neoliberais por parte de Estados nacionais e bancos multilaterais de desenvolvimento, e à absorção do ambientalismo como pauta do aparato da cooperação internacional a partir dos anos 1980. Para maior detalhamento desse quadro, ver Barroso Hoffmann (2005).

7 No caso norueguês, a cooperação com os povos indígenas no Brasil foi feita, sobretudo, por meio dos recursos do Programa Norueguês para os Povos Indígenas (PNPI),

concorrente em potencial, o que era uma situação ainda mais complicada, pelo fato de que a constituição dessas redes era feita, em grande medida, sob a lógica do segredo e da concorrência por recursos característica do “mercado de projetos” (Souza Lima, 2007); meu interesse por informações poderia ser interpretado como um tipo de “espionagem” ou tentativa de rompimento das regras do jogo institucional que a cooperação internacional e a disputa por recursos impunha.⁸

Descartei, por essas razões, a hipótese de realizar o trabalho de campo no Brasil, fazendo, neste sentido, uma opção diferente da de Favret-Saada, que aceitou ser vista como parte do sistema da feitiçaria para fazer sua pesquisa sobre a feitiçaria no Bocage. Entretanto, mesmo tomando a decisão de fazer o trabalho de campo na Noruega, voltei a me deparar com a questão levantada por Favret-Saada, e que me parece constitutiva das situações de campo em geral: ao fazer observação participante, independente de qual seja o campo escolhido, estamos nos sujeitando a ser “lidos” dentro de suas regras. Queiramos ou não, aquilo que dissermos será entendido dentro dos registros daquele campo. Ou seja, mesmo que eu não fizesse parte do campo da cooperação internacional norueguesa, para poder estudá-lo, usando o método da observação participante, precisaria transitar temporariamente dentro dele e ter minhas falas ouvidas e interpretadas à luz de suas categorias. A única forma que temos para nos comunicar em campo é usando a linguagem das pessoas que o compõem e nos tornando parte de um campo comunicativo comum, o que, aliás, é uma percepção que remonta aos primeiros praticantes das técnicas de observação participante em antropologia (Evans-Pritchard, 2005) e o que parece constituir, a meu ver, a “mágica” do etnógrafo.

Nesse sentido, acho que a relação dos antropólogos com o “extraordinário” (ou com o “sobrenatural”), analisada por Favret-Saada, pode ser entendida como a relação com o extraordinário produzido pela técnica da observação

financiado pela agência bilateral de cooperação da Noruega, a NORAD, e da organização não governamental Rainforest Foundation Norway, e pautou-se por ações de educação intercultural, de capacitação institucional e de demarcação de terras indígenas.

- 8 Destacaram-se, neste contexto, os recursos destinados ao Projeto *Integrado de Proteção às Populações e Terras Indígenas da Amazônia Legal* (PPTAL), da Funai, apoiado pelo Programa Piloto para a Proteção das Florestas Tropicais no Brasil (PPG7), financiado por países do G7 e pelo Banco Mundial, que respondeu pela demarcação de uma expressiva quantidade de terras indígenas na Amazônia brasileira a partir de meados dos anos 1990.

participante, que produz a “mágica” de passarmos a ser considerados quem não somos, aproximando em muito os antropólogos dos atores identificados aos personagens que representam, que ao mesmo tempo eles são – durante os espetáculos em que os representam – e não são. O “extraordinário” é sermos incluídos em um universo de comunicação no qual entramos por meios diferentes de todos os demais participantes, por meios “artificiais”, digamos assim, pela simples razão de estarmos dispostos a produzir um tipo específico de conhecimento – o conhecimento antropológico.⁹

Construir questões, perguntas e conversas sobre o tema da cooperação ou sobre os assuntos cotidianos que faziam parte da rotina profissional ou da vida pessoal das elites intelectuais de várias nacionalidades e formações que frequentavam o Centro de Estudos Sami, base de meu trabalho de campo sobre a cooperação com os povos indígenas na Noruega, era o que, ao mesmo tempo, me permitia observar essas elites e “ir me tornando uma delas”, no processo de “conversão” constitutivo do trabalho etnográfico. Para sermos bem-sucedidos no trabalho etnográfico, precisamos nos transformar, mesmo que transitoriamente, em “um deles”, ainda que sem deixarmos de ser percebidos como estrangeiros, como “de fora”. Nossas falas, tais como a de Favret-Saada, passam a ser registradas dentro do campo semântico do universo que estamos pesquisando, algo que traz uma dificuldade complementar: passamos a ser parte da comunidade que estudamos, com nossa presença tolerada em maior ou menor grau por seus membros, mas, ao mesmo tempo, como estamos ali por razões de pesquisa, e não pelas razões que todos os outros estão, não queremos nos comprometer com nenhum grupo ou posição específica, para não correr o risco de ter acesso a alguns membros e não a outros. Essa ilusão de que podemos perceber o “todo” – o sistema da feitiçaria no Bocage ou o universo da cooperação internacional norueguesa – que as partes do grupo não são capazes de perceber me parece ser o que impulsiona o processo de conhecimento antropológico, é o que nos

- 9 Proponho, assim, uma interpretação de Favret-Saada sobre sua experiência de trabalho de campo no Bocage diferente das análises que a tomam como uma reflexão sobre as relações dos antropólogos com as crenças nativas no “extraordinário” ou no “sobrenatural” e sobre como as crenças pessoais dos antropólogos são ou não afetadas por elas (Goldman, 2003; Escolar, 2010). A “mágica” pela qual sempre somos afetados em campo, me parece, é a crença de que, de fato, podemos nos transformar, ainda que temporariamente, em “um deles”, entendendo plenamente suas crenças e experimentando seus pontos de vista.

move, por mais que sejamos confrontados o tempo todo com o caráter parcial, provisório e subjetivo do conhecimento que construímos.

No caso do Centro de Estudos Sami, um espaço transnacional de pesquisas composto por elites acadêmicas, étnicas e políticas provenientes de várias partes do mundo, mantido com recursos do governo norueguês, fui sendo integrada paulatinamente às atividades e rotinas, passando por diversos ritos de passagem. Passei pelas etapas de ser apresentada aos pesquisadores, estudantes e pessoal administrativo, de ganhar uma sala no centro, de assistir aulas e viajar com seus alunos e professores, até começar a funcionar como parte de seu *staff*, seja como tradutora em eventos promovidos pelo centro, seja como sua representante em eventos externos. Pude perceber com clareza neste processo a complicada tarefa de construir moedas de troca que permitissem minha comunicação nessas diferentes situações, o que envolvia, além da língua propriamente dita (o inglês, o norueguês ou o espanhol), a capacidade de entender as questões discutidas e de formular uma posição sobre elas que não cortasse o diálogo com as pessoas que interagem comigo. Além disso, fui obrigada a lidar com o fato de que, muitas vezes, não sabemos bem o que pensamos sobre um assunto quando estamos em campo, ou por estarmos revendo nossa posição sobre ele, ou por não termos tido tempo o suficiente para nos informar a respeito, ou por sequer saber que ele existia. Quero dizer com isto que, estar em campo, muitas vezes, implica a capacidade de suportar períodos de “navegação na neblina”, em que as questões que trouxemos de casa deixam de fazer sentido e não são respondidas pelo que estamos vendo nem pelo que as pessoas nos estão dizendo. E isto mesmo em ambientes de elite acadêmica, em que não estamos diante de “nativos primitivos” e em que, supostamente, “falamos a mesma língua”. Como tem sido frequentemente observado pelos que fazem trabalho etnográfico, as situações de campo sempre exigem que façamos perguntas diferentes das que elaboramos “em casa” e, às vezes, é muito demorado descobrir quais. Como acentua Peirano (1992), esta parece ser justamente a riqueza da etnografia, e o motor das atualizações da teoria que ela nos obriga a fazer. Talvez o mais difícil, em meio a essa perda recorrente de rumo, objetivos e propósitos que marca a pesquisa etnográfica, seja o fato de que temos que manter a capacidade de conversar, de interagir e de fazer perguntas mesmo nestes momentos, ou seja, temos que continuar a agir como se fôssemos simplesmente “um deles”, e como se não estivéssemos, à diferença “deles”, diante da tarefa de construir um discurso paralelo voltado a dar um sentido (que não é o de nenhum “deles”) ao que estamos vendo e vivendo – o discurso antropológico. Nesse sentido, estamos nos propondo a construir um “todo” a partir do que as pessoas vivenciam

apenas como partes. Estamos, enfim, nos propondo dar coerência e unidade àquilo que ninguém está preocupado a ver como coerente ou como unitário nas interações quotidianas. É nosso olhar que se mantém “de fora”, apesar de “estarmos ali”, que buscará juntar aquilo tudo em um objeto só, em uma etnografia só, em um relato único.

Talvez seja por isso que não funcione tentar discutir com aqueles que estamos pesquisando as questões que estamos construindo visando dar unidade às partes, ou aquilo que eles vivem como partes. Simplesmente eles não estão colocados diante do mesmo desafio cognitivo que nós, embora estejamos partilhando um mesmo tempo, espaço e, aparentemente, um universo comunicativo comum. Como etnógrafos, entretanto, não temos como esquecer que passaremos por um “depois”, de escrever sobre aquilo, que eles não passarão. Creio que este é um dos limites mais claros à possibilidade de diálogo dentro do trabalho antropológico. A construção do relato etnográfico não se dá apenas no momento da escrita, ela também se dá em campo, pois ali já estamos atentos para esse “depois”, e já estamos tentando construir as questões que utilizaremos para compô-lo, mesmo que provisórias – é isso que cria uma disjunção impossível de ser transposta com aqueles com quem estamos dialogando, por mais que tentemos usar expedientes para resolver isso, como propor a autoria coletiva das etnografias, reconhecer a pluralidade de vozes embutidas na voz do antropólogo etc. (Clifford, 1998). Temos que selecionar já no campo o que olhar, o que registrar e o que perguntar. Isso não significa dizer que fazemos essas coisas segundo as mesmas regras que usamos no momento da escrita da narrativa final, ou sabendo exatamente por quê, ou de acordo com uma receita única. Muitas vezes fazemos isto de forma caótica, registrando qualquer coisa que nos passe pela frente em campo, tendo que nos curvar diversas vezes ao que o acaso nos mostra, e não ao que procuramos intencionalmente, chegando a becos sem saída ou a obstáculos intransponíveis mas, de qualquer jeito, sabendo que nos espera uma tarefa a cumprir que nos diferencia daqueles que estão convivendo conosco. Teremos que produzir um relato escrito sobre o que vivemos e o que vimos. Ele pode não ser completado em campo, mas já está em curso ao longo dele, e mesmo antes. A escrita etnográfica sob a forma da monografia final produzida não é algo assim, me parece, que aconteça apenas “depois”. Sem falar do fato de que, também, é muitas vezes já de volta, “em casa”, que completamos de memória dados de campo, detalhes de conversas etc., que não farão parte do relato final, que tem o formato típico dos dados “primários” registrados em campo. Quero dizer, com isso, que a narrativa final é feita parcialmente no campo, e que o registro de campo é feito parcialmente em casa. Acho importante

registrar essas misturas de etapas, bem menos ordenadas cronologicamente do que alguns relatos disciplinares parecem sugerir (Geertz , 2005).

Também quero registrar que, se é verdade que legitimamos nossos relatos etnográficos com nossas técnicas narrativas que persuadem os leitores de que “estivemos lá” e os convencem de que se também tivessem estado teriam visto o mesmo que nós (idem), só legitimamos nossa presença em campo e nossa autoridade para fazer pesquisa se convenceremos aqueles que serão parte de nossa pesquisa de que 1) temos o respaldo de autoridades que impedem que nossa presença seja recusada por eles (o cenário das antropologias coloniais); ou 2) somos portadores de um conhecimento que pode ser do interesse de quem vamos pesquisar (antropólogos em cenários pós-coloniais). Nesse segundo caso, cabe lembrar que isso vale tanto para situações em que trabalhamos com quem formula políticas públicas, com as lideranças de movimentos sociais e com quem reflete sobre ambas, todos estes segmentos que configuram elites administrativas, políticas e intelectuais com as quais nos defrontamos ao fazer pesquisa sobre cooperação internacional, um universo em que todos estes atores se cruzam, disputam espaços, recursos e constroem identidades e reputações.

No caso da cooperação internacional, trabalhar com elites significa também transformar em objeto de pesquisa nossos colegas antropólogos que ocupam diferentes posições nesse universo, seja em agências de desenvolvimento, em organizações não governamentais de variados perfis, ou ainda dentro da academia, produzindo reflexões sobre esse campo.¹⁰ Nossas falas, portanto, são lidas nesse caso à luz de uma dupla determinação, a do universo da cooperação entendido como um espaço de disputas por recursos materiais e simbólicos, e a do universo da antropologia, sujeito a essas mesmas disputas, mas também espaço de atuação de profissionais treinados nas regras de localização e análise dos atores envolvidos em campos de poder. Como desenvolver moedas de troca nesse cenário?

Minha opção, que certamente não é a única possível, foi pela “sinceridade metodológica”, isto é, decidi-me por enviar meu projeto de pesquisa na íntegra a

10 Não devemos esquecer, também, que uma pesquisa sobre a cooperação internacional sempre traz a promessa, para os que disputam seus recursos, de poder se tornar uma fonte de informações sobre o “caminho das pedras” para obtê-los, o que não deixa de constituir um outro tipo de moeda de troca para nossa entrada em campo, que devemos levar em consideração, avaliando os diversos problemas éticos que podem resultar de sua utilização.

todos os interlocutores do campo antropológico e indigenista com quem tomei contato. Ainda que, muitas vezes, ele não tenha sido lido, nem eu tenha obtido comentários a seu respeito, o efeito performático de enviá-lo com certeza existiu, abrindo-me portas e instaurando a dialogicidade possível em situações de pesquisa, que, como mencionei anteriormente, sempre produzem relações de desigualdade, e não permitem que nos livremos da violência simbólica “primária” de objetificar os “outros” pesquisados. Enviar o projeto era uma tentativa de colocar os “outros” simbolicamente no mesmo nível que eu, reconhecendo-lhes o poder de dialogar e de emitir juízos sobre o que eu propunha. Afinal, a maior parte de meus “objetos” eram pessoas com nível universitário que transitavam no mesmo campo intelectual que eu. Esse gesto me levou a exercitar, antes mesmo de entrar em campo, a habilidade de construir questões que não partissem de premissas implícitas, isto é, que não prescrevessem em vez de buscar compreender. No caso em questão, isto significou essencialmente um esforço de desconstrução das categorias com as quais o próprio universo da cooperação operava, e que se prestavam a instaurar as clivagens que ele instituiu na cena política contemporânea, tais como “Norte” e “Sul”, “doadores” e “donatários”, “desenvolvidos” e “subdesenvolvidos”, “Primeiro Mundo” e “Terceiro Mundo” etc. Explicitar que não pretendia trabalhar com estas categorias, mas que tencionava fazer o esforço de localizar “tradições de conhecimento” (Barth, 1993; Souza Lima, 2002) dentro do universo da cooperação que me permitissem entender o processo de sua construção, foi o caminho que encontrei para, ao mesmo tempo, vencer as defesas de atores que poderiam temer uma postura “acusatória” e “denunciadora” de uma pesquisadora que vinha do “Terceiro Mundo” estudar o “Primeiro”, e dar um sinal claro a respeito de minha intenção de romper com o senso comum, ordinário e acadêmico, sobre o universo da cooperação, em favor de uma visão mais complexa e aprofundada sobre ele.

Por outro lado, compartilho com alguns de meus colegas (Hogdson, 2002 e Vianna, 2005) a visão de que, como antropólogos inseridos em cenários pós-coloniais que envolvem disputas por construção identitária articuladas a demandas políticas, a principal moeda de troca de que dispomos para ser aceitos como pesquisadores é colocar nossa capacidade de mapear posições e atores em ação, sem temer apontar inconsistências, mecanismos de poder velados, processos não desvendados de subalternização, entre outros aspectos que nosso tipo de *expertise* permite revelar. Trata-se aqui de tornar a contribuição dos antropólogos relevante não apenas para o debate acadêmico, mas também para os debates políticos em curso fora da academia, ainda que não assumamos posição junto a um ou outro ator, mantendo nossa pretensão holística de analisar o “todo” sem partir

de posições apriorísticas. Nesse sentido, nosso olhar pode se tornar interessante tanto para as elites político-administrativas encarregadas de formular políticas públicas quanto para as elites políticas de movimentos sociais que assumem a tarefa de construir pautas de reivindicação, sem falar das elites acadêmicas com as quais somos formados e jamais deixamos de dialogar. De qualquer jeito, não temos controle sobre o uso que será feito de nosso trabalho ao torná-lo público.¹¹

Creio que em minha “sinceridade metodológica” com os atores da cooperação internacional na Noruega, apostei neste tipo de postura, que aponta não para a necessidade de sentirmos empatia pelos atores sobre os quais faremos pesquisa, ou de “escolhermos um lado”, mas para o esforço de refletirmos e de apresentarmos nossas reflexões em idiomas que, sem abrir mão do rigor acadêmico, nos garantam um lugar nas comunidades de diálogo que se formam para além dos muros da academia. Segundo a análise de Hodgson sobre essas questões no contexto da atuação dos antropólogos com os povos indígenas:

Alguns antropólogos [...] podem caracterizar sua posição como a de “interlocutores” mais do que como a de “colaboradores”, ou seja, de acadêmicos que compartilham suas ideias e trabalho com grupos indígenas em um contínuo, construtivo e, em alguns casos, tenso diálogo e debate, em um esforço de informar e modelar as políticas e práticas dirigidas a eles, sem se alinhar diretamente com um grupo ou facção do movimento. [...] Como escrevi alhures, com base em Ferguson e Gupta (1997), vejo “nossa tarefa política não como um compartilhamento de conhecimento com aqueles que não o têm, mas como a construção de conexões entre conhecimentos diferentes, construídos a partir de diferentes localizações, traçando assim linhas de possíveis alianças e propósitos comuns entre eles”. (Hodgson, 1999:214; tradução livre).

Como tal, nossos ‘interlocutores’ podem ser muitos e variados, incluindo não apenas ativistas indígenas, mas as representações políticas, instituições, organizações e pessoas com as quais nós e eles nos engajamos e interagimos. (2002:1045; tradução livre)

- 11 Não quero dizer, evidentemente, com isto que não tenhamos posições políticas como cidadãos, mas sim que nossa contribuição acadêmica para o campo da política é de uma natureza diferente de nossas eventuais posições como cidadãos. Trata-se de uma contribuição ligada à utilização dos instrumentos intelectuais acumulados pelo acervo da disciplina antropológica, que não produz um conhecimento idêntico ao produzido pelos canais formais da política, a exemplo da literatura sobre rituais que utilizei em minha pesquisa e que descreverei resumidamente adiante.

Afora o fato de que considero que nossos conhecimentos podem contribuir não apenas para a formação de possíveis alianças e localização de propósitos comuns, mas também para a explicitação de conflitos e interesses divergentes, creio que a posição de “interlocução” descrita por Hogdson é uma ótima trilha para ser seguida pelos antropólogos que trabalham com sociedades complexas.

Para fazer a pesquisa, recorri, como já mencionado, tanto a análises de eventos em que as elites se apresentam, em que mostram sua face pública, quanto a documentos escritos. No caso dos eventos, utilizei os instrumentos desenvolvidos pela antropologia nos estudos sobre eventos e rituais, notadamente a partir de quatro entradas. Na primeira, tomei os eventos que assisti como rituais de instituição que demarcavam fronteiras, consagravam visões e divisões do mundo, e incluíam ou excluía grupos, na tradição dos estudos de Pierre Bourdieu (2008) sobre rituais. Na segunda, tomei o universo da cooperação internacional como um grande *Naven* (Bateson, 2008), isto é, como um ritual de inversão da cena política contemporânea de proporções planetárias em que os atores internacionais “se dão a ver” segundo uma lógica na qual os ricos parecem ser quem “dá aos pobres”, e não quem os explora, e os pobres parecem ser os que recebem e os que “lucram” com a cooperação. Além disso, na linha dos trabalhos de Gluckman (2010), usei eventos singulares como portas de entrada para localizar um “todo” político composto por elementos localizados em diferentes escalas sociais e geográficas, algo que, no caso dele, relacionava-se ao conjunto das relações entre zulus e brancos que compunha a organização social da Zululândia moderna e, no meu, ao conjunto dos atores que compunham a cooperação norueguesa com os povos indígenas. Finalmente, recorri à análise de Mauss (1988) sobre o circuito ritual do kula descrito por Malinowski, de troca de dádivas no Pacífico Sul, para entender a lógica do universo da cooperação como um circuito de trocas que extrapolam o nível econômico e que obrigam à retribuição não imediata dos bens trocados, impondo, como contrapartida à circulação de bens materiais e recursos financeiros, a presença de obrigações morais e de relações de exclusividade entre os participantes, o que, em muitos casos, se prestava a reproduzir, sob novas roupagens, a lógica dos antigos exclusivos comerciais coloniais (Barroso Hoffmann 2009).

No caso da utilização de documentos escritos na pesquisa, recorri a todos os tipos de descritores consagrados pelo universo da cooperação, tais como relatórios, manuais e diretrizes operacionais disponibilizados, sobretudo, na internet, e que me permitiram compor a história da burocracia norueguesa encarregada da cooperação com os povos indígenas. Recorri também à produção acadêmica de diversas disciplinas para recuperar a trajetória dos principais

atores envolvidos com a cooperação norueguesa – os Sami,¹² os ambientalistas, os missionários, os antropólogos, as organizações humanitárias e os estudantes e sindicalistas comprometidos com “causas” no “Terceiro Mundo”. Essa literatura me possibilitou localizar as posições dos atores que não eram expressas nos locais públicos onde eles se “davam a ver” e que, na maioria das vezes, por serem escritas em norueguês, ficavam fora do alcance dos atores internacionais “parceiros” dos noruegueses. O uso de documentos escritos foi essencial ainda para que eu tivesse acesso a uma dimensão reflexiva produzida tanto pelos antropólogos noruegueses quanto por membros do povo sami envolvidos com o universo da cooperação com os povos indígenas, muito difícil de ser encontrada nos eventos “oficiais” promovidos com recursos da cooperação.

Por ter corrido o risco de levantar dúvidas sobre o caráter antropológico de meu trabalho por não ter recorrido apenas ao trabalho de campo, isto é, àquilo que publicamente confere identidade à disciplina e que “damos a ver” quando queremos nos diferenciar dos diversos outros profissionais que trabalham atualmente com o domínio da “cultura” (Oliveira 2004), acho importante colocar em defesa desse “ecletismo metodológico” alguns argumentos. Em primeiro lugar, creio que são os diálogos que estabelecemos, os tipos de texto e as questões com que trabalhamos, o que de fato confere identidade disciplinar a um trabalho. Neste sentido, concordo com Nader (1972) quando ela diz que a antropologia não pode ser identificada com um método – o da observação participante – quando estudamos elites, ainda mais, eu acrescentaria, quando se trata de elites que atuam pela via da produção de descritores, de documentação escrita. A antropologia de fato é um esforço, como afirma Nader, para entender situações em contexto e pontos de vista de atores dentro delas, não importa que recursos utilizemos para isso. Concordo com ela, portanto, quando defende a validade do uso de documentos de organizações que revelam a autoimagem que elas querem transmitir, que mostram sua estrutura e que exibem estatísticas e dados numéricos que produzem realidades ao serem divulgados, sendo todos estes dados úteis para descobrir o que é visto e constituído como “problema” por estas organizações. Obviamente, esse tipo de uso não deixa de ter o mesmo papel que a observação das falas e atitudes de atores em carne e osso têm, pois estamos pretendendo, a partir delas, inferir valores, posições e práticas dos atores. Não se trata, assim, de utilizar documentos

12 Minoria étnica localizada na região Ártica da Escandinávia e na península de Kola, na Rússia, que se assumiu como “povo indígena” a partir da década de 1970.

meramente para compor contextos e panos de fundo históricos, ou de recuperar a trajetória dos estudos da disciplina sobre os grupos e situações que estudamos, mas de acioná-los como canal de acesso à dinâmica dos atores em ação.

Espero ter contribuído com estas reflexões para explicitar alguns dos dilemas e possibilidades de fazer trabalho de campo com atores considerados “de elite”. Como espero ter deixado claro, alguns desses dilemas fazem parte do que enfrentamos em qualquer pesquisa etnográfica, com elites ou não. Quanto aos que pude localizar como especificamente relacionados a elas, creio que ainda há muito por explorar e propor, mas posso afirmar que a “sinceridade metodológica”, não por razões morais, mas por razões cognitivas, me parece ser bem profícua, por nos obrigar, como antropólogos, a aperfeiçoar uma habilidade que sempre fez parte de nossos instrumentos, a de manejar diferentes gramáticas em diferentes situações, visando produzir um tipo de conhecimento que, espero, faça sentido não apenas para nossos pares, mas também para os atores que circulam nos mundos sociais em que fazemos nossas pesquisas.

Referências

- ALBERT, Bruce. Territorialité, ethnopolitique et développement: À propos du mouvement indien en Amazonie brésilienne. *Cahiers des Amériques Latines*, v. 23, p. 177–210, 1995.
- BARTH, Balinese. *Balinese Worlds*. Chicago: The University of Chicago Press, 1993.
- BARROSO HOFFMANN, Maria. Do “Brasil sem índios” aos “índios sem Brasil”: algumas questões em torno da cooperação internacional junto aos povos indígenas no Brasil. *Anthropológicas*, v. 16, n. 2, p. 153–186, 2005.
- _____. *Fronteiras étnicas, fronteiras de Estado e imaginação da nação: um estudo sobre a cooperação internacional norueguesa junto aos povos indígenas*. Rio de Janeiro: Epapers, 2009.
- _____. A produção social do desenvolvimento e os povos indígenas: observações a partir do caso norueguês. *Mana*, v. 17, n. 3, p. 519–547, 2011.
- BATESON, Gregory. *Naven*. São Paulo: Edusp, 2008.
- BOCCARA, Guillaume. Cet obscur obejt du désir... multiculturel (I, II, III). *Nuevo Mundo, Mundos Nuevos*, 2010. Disponível em: <http://nuevomundonuevosmundos.org/59975/59984/59991>. Acesso em: 13 jan. 2013.
- BOURDIEU, Pierre. *A economia das trocas linguísticas*. São Paulo: Edusp, 2008.
- CHAPIN, Mac. A Challenge to Conservationists. *World Watch*, p. 17–31, nov.-dez. 2004.
- CLIFFORD, James. Sobre a autoridade etnográfica. In _____. *A experiência etnográfica: antropologia e literatura no século XX*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1998. p. 17–62.

- ELIAS, Norbert. Processes of State Formation and Nation Building. In: WORLD CONGRESS OF SOCIOLOGY, 7. Varna (Bulgária), set. 1970. *Transactions of the Seventh World Congress of Sociology*. Sofia: International Sociological Association, 1972. V. 3, p. 274–284.
- ESCOBAR, Arturo. *Encountering Development: the Making and Unmaking of the Third World*. Princeton: Princeton University Press, 1995
- ESCOLAR, Diego. “Calingasta *x-file*”: reflexões para uma antropologia de lo extraordinário. *Intersecciones en Antropología*, n. 11, p. 295–308, 2010.
- EVANS-PRITCHARD, E. E. *Bruxaria, oráculos e magia entre os azande*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005.
- FASSIN, Didier. *Humanitarian Reason. A Moral History of the Present*. Berkeley: University of California Press, 2012.
- FAVRET-SAADA, Jeanne. *Les Mots, la mort, les sorts*. Paris: Gallimard, 1977.
- GEERTZ, Clifford. Estar lá: a antropologia e o cenário da escrita. In: _____. *Obras e vidas. O antropólogo como autor*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2005. p.11–39.
- GLUCKMAN, Max. Análise de uma situação social na Zululândia moderna. In: FELDMAN-BIANCO, Bella. (org.). *Antropologia das sociedades contemporâneas*. São Paulo: Editora Unesp, 2010. p. 237–323.
- GOLDMAN, Marcio. Os tambores dos mortos e os tambores dos vivos. Etnografia, antropologia e política em Ilhéus, Bahia. *Revista de Antropologia*, v. 46, n. 2, p. 446–476, 2003.
- GUPTA, Akhil; FERGUSON, James. Discipline and Practice: “The Field” as Site, Method and Location in Anthropology. In: _____. (ed.). *Anthropological Locations: Boundaries and Grounds of a Field Science*. Berkeley: University of California Press, 1997. p. 1–46.
- HOBART, M. Introduction: The Growth of Ignorance? In: _____. (ed.). *An Anthropological Critique of Development: The Growth of Ignorance* Londres/ Nova York: Routledge, 1993. p.1–30.
- HOGSDON, Dorothy. Critical Interventions: Dilemmas of Accountability in Contemporary Ethnographic Research. *Identities: Global Studies in Culture and Power*, v. 6, n. 2–3, p. 201–224, 1999.
- _____. Introduction: Comparative Perspectives on the Indigenous Rights Movement in Africa and the Americas. *American Anthropologist*, v. 10, n. 4, p. 1.037–1.049, 2002.
- LATOUR, Bruno; WOOLGAR, Steve. *A vida de laboratório. A produção dos fatos científicos*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1997.
- LIMA, Ludmila M. M. “Se a Funai não faz, nós fazemos”: conflito e mudança no contexto de um projeto de cooperação. Brasília, 2000. Tese (Doutorado em Antropologia) – Universidade de Brasília. Brasília, 2000.
- MAUSS, Marcel. *Ensaio sobre a dádiva*. Lisboa: Edições 70, 1988.

- MOSSE, David. *Cultivating Development*. Londres/Nova York: Pluto Press, 2005.
- NADER, Laura. Up the Anthropologist: Perspectives Gained from Studying Up. In: HYMES, Dell. (ed.). *Reinventing Anthropology*. Nova York : Ramdom House, 1972. p.284–311.
- NICAISE, Natacha. A construção europeia e os países em desenvolvimento: políticas de comunicação, generosidade e identidade(s). Rio de Janeiro, 2007. Tese (Doutorado em Antropologia Social) – Programa de Pós-graduação em Antropologia Social, Museu Nacional, Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2007.
- OFFEN, Karl. The Territorial Turn: Making Black Territories in Pacif, Colombia. *Journal of Latin American Geography*, v. 2, n. 1, p. 43–73, 2003.
- OLIVEIRA, João Pacheco de. Políticas indígenas contemporâneas na Amazônia brasileira. In: D'INCAO M. L. (org.). *O Brasil não é mais aquele*. Mudanças sociais após a redemocratização. São Paulo: Cortez, 2001. p. 217–236.
- _____. Pluralizando tradições etnográficas: sobre um certo mal-estar na antropologia. In: LANGDON, Esther Jean; GARNELO, Luiza (org.). *Saúde dos povos indígenas*. Reflexões sobre antropologia participativa. Rio de Janeiro: Contra Capa/ABA, 2004. p. 9–32.
- PARESCI, Ana C. *Desenvolvimento sustentável e pequenos projetos: entre o projetismo, a ideologia e as dinâmicas sociais*. Brasília, 2002. Tese (Doutorado em Antropologia) – Universidade de Brasília. Brasília, 2002.
- PEIRANO, Mariza. *A favor da etnografia*. Brasília: UnB, 1992. Série Antropologia. Disponível em <<http://vsites.unb.br/ics/dan/Serie13oempdf.pdf>>. Acesso em 15 mar. 2011.
- PIMENTA, José Antonio Vieira. “Índio não é tudo igual”: A construção ashaninka da história e da política interétnica. Brasília, 2002. Tese (Doutorado em Antropologia) – Universidade de Brasília. Brasília, 2002.
- RICKLI, João. *Negotiating Otherness in the Dutch Protestant World: Missionary and Diaconal Encounters between the Protestant Church in the Netherlands and Brazilian Organizations*. Amsterdã, 2010. Tese (Doutorado em Antropologia Social e Cultural) – Faculty of Social Sciences, Vrije Univesiteit. Amsterdã, 2010.
- SALVIANI, Roberto. *As propostas para participação dos povos indígenas no Brasil em projetos geridos pelo Banco Mundial: um ensaio de análise crítica*. Rio de Janeiro, 2002. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2002.
- RIBEIRO, Gustavo Lins. Poder, redes e ideologia no campo do desenvolvimento. In: SILVA, Kellly e SIMÃO, Daniel. (orgs.). *Timor Leste por trás do palco. Cooperação internacional e a dialética da formação do Estado*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2005. p. 417–426.

- RIST, Gilbert. *The History of Development: from Western Origins to Global Faith*. London & New York: Zed Books, 1999.
- SOUZA LIMA, Antonio Carlos de. Indigenismo no Brasil: migração e reapropriações de um saber administrativo. In: DE L'ESTOILE, Benoît; NEIBURG, Federico; SIGAUD, Lygia (ed.). *Antropologia, impérios e Estados Nacionais*. Rio de Janeiro: Relume Dumará/Faperj, 2002. p. 159–186.
- _____. Notas (muito) breves sobre a cooperação técnica internacional para o desenvolvimento. In: SILVA, Kelly; SIMIÃO, Daniel. *Timor Leste por trás do palco*. Cooperação internacional e a dialética da formação do Estado. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2007. p. 417–426.
- VIANNA, Adriana de Resende B. Antropólogos e a produção de direitos. Alguns limites e impasses. In: CONGRESO LATINOAMERICANO DE ANTROPOLOGIA, 1. Rosário, Argentina, 2005. *Anais...* Rosário: s.n., 2005.

Sobre etnografar em condições de poder e assimetria: uma experiência sobre o campo da cooperação para o desenvolvimento a partir da GTZ

Renata Curcio Valente

Em uma das mais importantes referências para as pesquisas antropológicas sobre estruturas e dispositivos de poder nas sociedades complexas, “Up the anthropologist”, Laura Nader (1972: 284-311) propõe a “reinvenção da antropologia”, sugerindo que novas etnografias passem a desenvolver estudos voltados para a análise de elites, de classes dominantes, de instituições e grupos de poder, por meio de um processo que ela chamou de “estudar para cima” (ou *studying up*). Apresentando uma visão crítica da sociedade americana, ela argumentou que esta mudança em relação à forma de se pesquisar seria uma maneira de desvendar os mecanismos e dispositivos de poder que são acionados pelas instituições – bancos, seguradoras e pelas grandes corporações – sobre a vida do cidadão comum, e destacou a importância do compromisso do antropólogo para a democratização das relações sociais.

Nader argumenta que mudar o foco para estudar as classes superiores e “os colonizadores”, em vez dos colonizados, pode trazer importantes resultados para as pesquisas, mas envolve dificuldades e resistências entre os antropólogos, posto que implica a inversão da relação de poder entre pesquisador e pesquisado usualmente adotada pelos antropólogos em pesquisas com classes desfavorecidas e com os chamados “grupos minoritários”. Ao tratar com classes superiores, é comum ao antropólogo lidar diretamente com informantes que têm uma formação educacional equivalente à sua própria, além de terem prestígio social e vasta experiência profissional. Nestes casos, o antropólogo se vê muitas vezes diante de questionamentos, e mesmo de avaliações críticas sobre seu trabalho.

Outros argumentos também colaboram para a carência de estudos antropológicos sobre burocracias e estudos sobre elites. Para Hinshaw (1980: 509), o trabalho de campo realizado em salas fechadas, com ar condicionado e sem luz natural, caracterizado por um ambiente monótono, onde as pessoas se colocam atrás de suas mesas, ocupadas com papéis, telefones e computadores individuais, seria, para os antropólogos, um ofício desinteressante, atribuição possivelmente de outro profissional. De fato, o trabalho de campo não é feito

em praias paradisíacas ou em aldeias idílicas da Amazônia ou do Xingu, mas nos escritórios de agências públicas, um ambiente frio, impessoal, de poucas referências simbólicas e de escasso acesso a narrativas míticas. Nesses ambientes de trabalho, não raro, a entrada de um pesquisador ganha conotações de auditoria, prática mais comum do que a pesquisa acadêmica em meio às instituições burocráticas, o que leva a um clima de desconfiança e de resistência entre os informantes.

Assim, ao pesquisar sobre um campo marcado por estruturas de poder em disputa, por relações entre elites de Estados nacionais, é fundamental ao antropólogo direcionar o foco para questões relativas ao acesso à informação e à ética nas relações com informantes, uma vez que permite refletir sobre possíveis metodologias de pesquisa e, especialmente, sobre a importância da etnografia nestes contextos. Pensando em colaborar para este propósito, procurei compartilhar algumas das experiências vividas durante a elaboração da etnografia para a pesquisa de doutorado que realizei entre órgãos do Estado brasileiro e agências do Estado alemão, em Brasília entre 2003 e 2005.¹

A entrada em campo: elaborando o olhar sobre o objeto

O etnógrafo fala sempre de algum lugar, o que explica e dá sentido às suas escolhas e às formas de abordagem em seu processo de pesquisa. No meu caso, tive uma formação pouco linear no campo das Ciências Sociais e, particularmente, na Antropologia Social. Na verdade, minha “conversão” à Antropologia e ao ofício de etnógrafo se deu somente no doutorado (sendo minha formação em Economia, e o mestrado, em Relações Internacionais), como resultado de uma busca para dar sentido a um conjunto de questões que já vinha pesquisando anteriormente, sendo que o instrumental teórico e

- 1 Este artigo traz algumas das reflexões surgidas durante o desenvolvimento da pesquisa de doutorado na área de Antropologia Social, que teve como resultado a elaboração da tese intitulada “Acordos, projetos e programas: uma abordagem antropológica das práticas e dos saberes administrativos da GTZ no Brasil”, apresentada no Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social do Museu Nacional da Universidade Federal do Rio de Janeiro, em 2007, sob orientação do professor doutor Antonio Carlos de Souza Lima.

metodológico até então adquirido não se mostrava suficiente para responder às novas perguntas que me colocava.

Desde a graduação, durante a formação em Economia, interessei-me pelos fluxos econômicos em circulação entre Estados Nacionais e pelas mudanças na estrutura de poder internacional, tendo pesquisado o processo de fragmentação da economia norte-americana entre as décadas de 1980 e 1990, partindo do conceito de ciclos econômicos históricos. O tema das práticas de cooperação técnica para o desenvolvimento, mais especificamente, se tornou relevante posteriormente, a partir do estudo sobre políticas governamentais para meio ambiente no Brasil, realizado durante o mestrado em Relações Internacionais, na PUC. A pesquisa revelou que a atuação de agências estrangeiras em projetos executados foi fundamental para viabilizá-las financeira e politicamente, abrindo novos arranjos e articulações como alternativas às resistências à implementação de políticas ambientais. Nesse contexto, as instituições governamentais e não governamentais alemãs tiveram participação constante e ativa, como resultado de uma política clara do governo alemão. No que diz respeito à sua atuação no Brasil, as agências de cooperação alemã passaram a seguir as novas diretrizes do seu governo, que se orientavam mais diretamente às políticas ambientais e, de acordo com mapeamento institucional e conceitual realizado, essas agências estavam havia muito pouco tempo nesse campo no Brasil, impulsionadas pela realização, em 1992, da Conferência Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (CNUMAD), mais conhecida por Eco-92.

Entre as instituições e redes governamentais e não governamentais estrangeiras que estudei, as organizações de cooperação alemãs se destacavam no cenário dos programas de cooperação para a área ambiental no Brasil. Os estudos revelaram a importância da produção de discursos no plano de ação dessas instituições, evidente pela vasta produção de panfletos e publicações institucionais de propaganda e divulgação de suas atividades. Esses discursos operam como uma “tecnologia de poder” (Foucault, 1991: 73-86) que produz efeitos de sedução que mascaram e neutralizam a lógica de poder por meio de argumentos técnicos e de justificativas para suas práticas institucionais, caracterizadas por intervenções sobre populações e territórios no mundo.

O termo “cooperação internacional” induz a um contexto de paz e harmonia, no qual os Estados colaboram mutuamente. Ao optar-se por uma abordagem histórica da cooperação técnica internacional, é possível observar que, ainda que houvesse, já antes da Segunda Guerra Mundial, situações esporádicas de “ajuda ou assistência internacional”, como aquelas adotadas por

igrejas ou outras instituições religiosas, foi no decorrer da guerra que elas se definiram, como parte de processos de formação dos Estados Nacionais. Caracterizaram-se, assim, como sistemas de cooperação internacional, com instituições, normas e procedimentos elaborados com a finalidade de serem implementados como forma de governo e de administração de Estados Nacionais estrangeiros. Como extensão e complementaridade das práticas militares, particularmente da guerra como forma de resolução de acordos internacionais, a diplomacia refletiria outra forma de expressão dos interesses de poder dos Estados Nacionais, associados ao território e à sua expansão, nas relações com outros Estados em tempos de paz.² Foucault (1979) afirma que poder é a guerra continuada por outros meios, e argumenta que as estruturas de poder têm como ponto de ancoragem certa correlação de forças em um momento historicamente necessário na guerra e pela guerra. Para ele, sempre se escreveria a história da mesma guerra, mesmo quando se escrevesse a história da paz e de suas instituições. Esse argumento colabora para a desnaturalização do termo “cooperação internacional” como um conceito positivo, cujas práticas são desprovidas de interesses e de poder.

Para Foucault, o poder é uma força criativa, uma rede produtiva que atravessa o corpo social e que não só reprime, mas também induz ao prazer, constrói saberes, produz discursos, exclui e estabelece desigualdades. Em sua concepção, é fundamental orientar o foco de investigação para as formas de sujeição e para as conexões e usos dos sistemas locais dessa sujeição no âmbito dos dispositivos de saber. Ter a compreensão destes aspectos durante a realização da etnografia, a partir do instrumental teórico foucaultiano, foi fundamental para o desenvolvimento de minha pesquisa.

Uma das formas como estes dispositivos de poder são acionados pode ser constatada a partir da observação da eficácia dos discursos das instituições alemãs de cooperação internacional na área ambiental, que produziram efeitos também em mim. Meu interesse pelo assunto, entre outras coisas, também vinha do convencimento, objetivo implícito no discurso, sobre a existência de

- 2 De acordo com as definições do *Dicionário de Ciências Sociais* (Silva et al., 1987), um dos problemas principais em qualquer tentativa de definir diplomacia é a sua ligação com a guerra, ficando evidente que a relação entre assuntos que dizem respeito ao campo militar estão fortemente vinculados a negociações no campo da diplomacia. Para alguns, diplomacia representa a alternativa pacífica e negociada à guerra que, uma vez ocorrendo, expressa o fracasso da diplomacia.

algo “especial” naquelas instituições, algo que estaria relacionado a certa “cultura política” ligada ao cooperativismo e ao ambientalismo alemão, algo que, ao mesmo tempo que seduzia, estimulava o interesse por desconstruí-lo a partir de suas origens. Nesse sentido, entendi que deveria refletir sobre o campo da “cooperação internacional” a partir dos processos históricos de construção das práticas e dos conceitos que consolidaram as negociações e acordos estabelecidos entre instituições de Estados distintos. Inspirada pelas proposições apresentadas por Nader (1972), e mobilizada também pelas ideias de Michel Foucault sobre poder já mencionadas, tinha algumas perguntas que direcionavam minha curiosidade de pesquisa: como funcionavam os acordos de cooperação internacional? Como se dava a construção do campo institucional e conceitual da “cooperação para o desenvolvimento” enquanto uma política de Estados Nacionais? Em que consistia, na prática, o trabalho de uma agência de cooperação internacional?

A partir desse conjunto de questões, e com o propósito de desnaturalizar e desfazer predefinições sobre um conjunto de práticas e conhecimentos administrativos, definido por “cooperação técnica para o desenvolvimento”, procurei analisar como a política de cooperação técnica alemã operava como parte de uma política de Estado da Alemanha. Para isso, tomei por referência o trabalho desenvolvido pela Agência Alemã de Cooperação Técnica, *Deutsche Gesellschaft für Technische Zusammenarbeit*, mais conhecida no Brasil por GTZ,³ em função de alguns fatores que apontarei a seguir.

A política alemã de cooperação para o desenvolvimento apresenta uma configuração *sui generis*, distinta das de outros países da Europa pela sua complexidade e pela estrutura de instituições com que conta para executar esta política, articuladas em uma rede centralizada no Ministério Federal de Cooperação Econômica e Desenvolvimento (*Bundesministerium für wirtschaftliche Zusammenarbeit und Entwicklung* – BMZ). O BMZ formula as diretrizes políticas e repassa as atribuições de execução – da cooperação técnica, financeira, científica, de intercâmbio de peritos, entre outras – para as instituições vinculadas a ele. O próprio conceito da “política de cooperação para o desenvolvimento” foi ampliado de forma a incluir as organizações não governamentais no conjunto de instituições executoras – fundações políticas, instituições eclesiásticas e

3 Atualmente, a GTZ passou a chamar-se GIZ, Agência Alemã de Cooperação Internacional para o Desenvolvimento.

organizações da sociedade civil que o fazem com os recursos orçamentários do governo alemão.

Entre este conjunto de instituições da *burocracia alemã da cooperação* articuladas ao BMZ, a GTZ desempenha um papel central, e tem a atribuição de produção e reprodução de determinados saberes e práticas de Estado, por meio da intervenção em espaços nacionais estrangeiros. A ela foi atribuída a competência formal de executar o que se define por “política de cooperação técnica para o desenvolvimento” do governo alemão no mundo. A GTZ não é um órgão da administração pública direta, mas uma empresa de direito privado, de propriedade do governo federal, que presta serviços ao BMZ.⁴ Para entender esta ampla estrutura, a pesquisa em escritórios das instituições governamentais brasileiras, especialmente no Ministério de Relações Exteriores, além das instituições do governo alemão que atuam na área do desenvolvimento, permitiram o levantamento do processo histórico de consolidação das bases conceituais e institucionais da cooperação internacional enquanto uma prática da administração pública na Alemanha e no Brasil, para esclarecer a própria estruturação das relações diplomáticas entre os dois países, que completaram 50 anos em 2013.

A investigação deste panorama mais amplo de organizações alemãs “de cooperação”, no qual a GTZ se insere, revelou também a centralidade da atuação da GTZ no Brasil, presente em projetos no País desde a sua criação, em 1975, com um número expressivo de projetos com o governo brasileiro.

A GTZ vem atuando no Brasil desde os anos 1970 a partir do desenvolvimento de projetos técnicos na área de produção agrícola e de geração de renda, bem como nas áreas de planejamento e de fortalecimento institucional. Mais recentemente, sua orientação de ação passou a se concentrar na área de meio ambiente e de conservação da Floresta Amazônica. Foi a partir deste eixo que a GTZ viabilizou sua participação em um projeto com populações e terras indígenas, o Projeto Integrado de Proteção às Populações e Terras Indígenas da Amazônia (conhecido por PPTAL). Nesse projeto, participou de

4 Para se ter uma ideia, a maior parte dos recursos disponíveis no orçamento da GTZ, cerca de 80%, são provenientes de projetos e programas com clientes governamentais, principalmente do BMZ; o restante vem de contratos com instituições financeiras internacionais e companhias do setor privado. Foram observados dados de 2003 e 2005. Ver <http://www.gtz.de>.

forma quase “gerencial”, a partir de um escritório que tinha dentro da Fundação Nacional do Índio (Funai), promovendo a contratação de consultores, organizando cursos, oficinas e seminários, solicitando diagnósticos e estudos, além de produzir publicações.

A escolha da GTZ como a organização a partir da qual observei as práticas da cooperação técnica alemã no Brasil se deveu especialmente ao seu envolvimento no PPTAL, enquanto um campo privilegiado de observação de suas práticas associadas à política de cooperação internacional. A elaboração do PPTAL tornou-se um fato emblemático que colocou em pauta a discussão sobre cooperação internacional no início dos anos 1990. O projeto tratava da contratação de pessoal para levantamentos antropológicos e ambientais para a demarcação de terras indígenas na Amazônia e, mesmo sendo executado pela Funai, no entanto, contava com a participação direta de uma equipe de profissionais, “peritos e técnicos” da GTZ em sua administração. A pergunta que se colocava diante desse fato era sobre a necessidade de intervenção da agência alemã GTZ diretamente em um tema tão caro às elites administrativas e intelectuais locais como sendo assunto de “soberania nacional”. Ainda não se tinha clareza sobre como ocorreu sua negociação e sobre as formas como se dava essa intervenção diretamente na administração pública brasileira.

O PPTAL fazia parte de um amplo programa de cooperação multilateral para as políticas públicas brasileiras na área de meio ambiente, o Programa Piloto para Proteção das Florestas Tropicais do Brasil (PPG-7), em que os países mais ricos do mundo, pertencentes ao Grupo dos Sete (G7), participavam com recursos financeiros e técnicos. A Alemanha, no entanto, figurou como o maior contribuinte individual, chegando a participar com aproximadamente 47% dos recursos financeiros do programa (Brasil, s. d.). Analisei as dinâmicas de entrada e de articulação da cooperação técnica alemã na administração pública brasileira por meio desse projeto, procurando fugir da abordagem usual que analisa os seus resultados no nível local. Busquei, sobretudo, entender como um projeto que tinha por objetivo a demarcação de terras indígenas, um processo que sempre fora objeto de atuação exclusiva do Estado brasileiro, envolvia o governo alemão. Este envolvimento despertava críticas e fornecia argumentos para posições contrárias ao projeto em nome de uma suposta “defesa do interesse nacional”. Ainda assim, por meio da articulação de redes governamentais e não governamentais que se mobilizaram em torno do objetivo maior de demarcação de terras indígenas, ele foi elaborado como um projeto governamental de cooperação internacional, com recursos do governo brasileiro, do governo alemão e do Banco Mundial.

Paralelamente ao trabalho de observação participante nos escritórios e ao levantamento bibliográfico nos arquivos institucionais do governo brasileiro e alemão, procurei explorar as relações sociais deste grupo de funcionários que trabalham nas agências alemãs de desenvolvimento. A etnografia sobre esse grupo, uma elite burocrática estrangeira, e sobre suas práticas, poderia esclarecer aspectos internos ao próprio Estado.

Assim, questões relativas à caracterização do grupo de profissionais alemães que atuavam, como “técnicos do desenvolvimento”, nas regiões mais carentes do mundo, também entravam em pauta: quais seriam suas formações, o que os capacitou a trabalhar naquela função, quais eram suas trajetórias pessoais e como, de fato e na prática, exerciam suas estratégias de grupo.

É importante lembrar também que é por meio dos projetos que os chamados “peritos técnicos” são deslocados de seus países de origem para atuarem como coordenadores das equipes locais. Eles fazem parte de uma elite internacional, uma espécie de “nobreza de Estado”, com boa formação profissional, que representa um Estado estrangeiro. Esta relação hierarquizada, também sob o ponto de vista financeiro, gera um conjunto de problemas nas dinâmicas das equipes de trabalho e nas relações “diplomáticas” dentro das instituições do governo brasileiro em que são executados os projetos. O caso do PPTAL foi bastante ilustrativo no que se refere a estes aspectos, sendo considerado um projeto “especial” pela agência alemã.

Por estas razões e pelo fato de envolver informantes que fazem parte de uma elite qualificada profissionalmente, as situações de constrangimento e de intimidação são acionadas de distintas maneiras e por diferentes agentes, como dispositivos de poder. Cabe a nós, antropólogos, enfrentá-las buscando o instrumental da etnografia, metodologia clássica da Antropologia, com sabedoria e criatividade, cada um da sua maneira e de acordo com as situações encontradas em campo.

São as experiências vividas “em campo” que pretendo abordar a seguir, de maneira a dar maior visibilidade ao trabalho em burocracias e em instituições internacionais, ainda que o contexto seja pouco permeável a pesquisas, marcado por certa inflexibilidade devido ao excesso de normas e regulamentos.

Estudando o Estado: alguns comentários

Se estudar o Estado, por meio da análise das políticas públicas, representa um desafio em função da dificuldade de entrada e acesso à informação, as práticas relacionadas à cooperação internacional se definem como um terreno ainda mais

complexo e menos transparente, e, portanto, muito fértil para análise das relações de poder. Enfrentar os limites e os conflitos inerentes ao campo para estudar as práticas da cooperação alemã para o desenvolvimento foi possível, sobretudo, pelas oportunidades metodológicas que a etnografia apresentou, permitindo o levantamento de informações em campo. A importância da etnografia está, principalmente, no fato de que ela permite desvendar dispositivos de poder acionados em diferentes momentos, pelos distintos atores, contribuindo para revelar como o poder se exerce concretamente e em detalhe nas práticas institucionais, e as diferentes escalas e lugares que interligam e formam esse campo.

Minha pesquisa envolveu a análise de várias instâncias de poder e várias formas e dinâmicas de fluxos entre fronteiras nacionais, o que não permitiria a restrição a um local específico, uma “aldeia” definida, ou mesmo uma cidade. Assim, adotei uma estratégia de pesquisa multissituada, como Marcus (1995) definiu para estudos que envolvem uma rede de localidades conectadas (estudos multilocais), em que são múltiplos os pontos de observação (Hannerz, 2003). Nesse caso, o campo havia se deslocado para as “conexões entre níveis e formas de processos e ações sociais em diferentes lugares”, não estando, portanto, em nenhuma localidade específica.

Para o levantamento de dados sobre as práticas da cooperação, comecei pelo Rio de Janeiro e passei por Manaus, Belo Horizonte e São Paulo, em função da conexão de pessoas em redes e de suas indicações. Em Brasília, centro político e administrativo do País, onde estão situadas as agências, as embaixadas, os organismos da ONU, permaneci por mais tempo pesquisando. Mostrou-se o lugar privilegiado de observação das dinâmicas das práticas de poder e, particularmente, das relações diplomáticas e de cooperação internacional, onde são realizados os eventos e rituais do poder.

Cheguei a Brasília com uma carta de recomendação assinada e carimbada por meu orientador, no papel timbrado da universidade. Tinha um caderninho com alguns nomes para procurar, todos ligados à Funai. Não conhecia ninguém de outros ministérios ou das instituições alemãs; tinha somente alguns contatos de nomes e telefones, obtidos a partir de pesquisa nos sites disponíveis. No entanto, durante a pesquisa inicial que fiz na ONG Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional (Fase), uma antropóloga que me orientou na localização de documentos do acervo indicou uma amiga socióloga alemã que havia trabalhado na GTZ em Brasília e que estava, por acaso, no Rio. Ela havia sido uma das figuras importantes na GTZ no Programa do PPG-7, e me concedeu uma longa entrevista informando sobre o PPG-7, sobre a atuação da GTZ no mundo, sobre as diferentes formações das pessoas que trabalham na agência

alemã; enfim, fez um amplo mapa a partir do qual pude acessar a GTZ em Brasília com uma leitura muito mais clara do que se tivesse chegado sem suas referências e indicações.

Minha entrada no campo da cooperação para o desenvolvimento se deu, portanto, sem que houvesse qualquer vínculo profissional ou pessoal com aquele universo, o que foi útil em muitas situações, porque me permitia entrar e sair de campo ou mesmo circular e conversar com o grupo de funcionários que observava sem maiores preocupações ou compromissos pessoais ou institucionais. Situava-me como uma *outsider* em vários sentidos: no mundo da cooperação, fora o fato de ter mestrado em Relações Internacionais,⁵ nunca havia trabalhado como consultora de nenhum organismo internacional, nem participado anteriormente de qualquer projeto internacional; tampouco era diplomata. Em relação ao campo das instituições governamentais, vastíssimo em Brasília, nunca tinha trabalhado, não era funcionária pública, e tampouco tinha feito parte de projetos ou programas de governo. Nesses contextos, o fato de não ser “parte daquele mundo” não me pareceu ser exatamente um problema; o problema estava em pesquisá-los, mas as restrições ou dificuldades de acesso não se davam somente pelo fato de não ser reconhecida como parte deles. São muitos os fatores, que vão desde a forma como os funcionários lidam com os documentos, como uma propriedade pessoal, até o grau de autonomia que o funcionário tem em dar acesso às informações. Há, ainda, assuntos considerados de acesso restrito, por tratar-se de temas em negociação diplomática ou assuntos estratégicos de Estado, particularmente nesta área de acordos internacionais. No Ministério de Relações Exteriores, o acesso aos documentos de seus arquivos não foi uma tarefa fácil, como comentarei a seguir.

Entre arquivos “secrets” e arquivos pessoais – em meio aos documentos públicos

A pesquisa documental é uma fonte de informações primárias que tem importância central em estudos sobre burocracias. Para minha pesquisa, os documentos levantados em instituições da administração pública brasileira

5 Ainda que não seja uma exigência da formação diplomática, é bastante comum que esses profissionais tenham mestrado em Relações Internacionais.

foram fundamentais como referências históricas sobre os processos de consolidação das instituições do Estado brasileiro, além de complementarem informações obtidas pelo levantamento etnográfico, a partir de correlações temporais, institucionais e, até mesmo, pessoais, revelando quem exercia os cargos de decisão nas instituições e indicando os caminhos inovadores de interpretação.

Pesquisei alguns documentos do Ministério do Meio Ambiente e da Fundação Nacional do Índio, mas me ative, prioritariamente, à pesquisa nos arquivos do Ministério de Relações Exteriores (MRE) e da Agência Brasileira de Cooperação (ABC), ligada ao MRE. No entanto, a entrada nas instituições e o acesso aos documentos dos arquivos institucionais não foram fáceis. O ambiente no MRE e na ABC, ambos situados em um dos prédios mais bonitos da Esplanada, é muito solene e refinado; nele, as pessoas andam muito bem vestidas, os homens sempre de terno e as mulheres, muito elegantes, maquiadas e com os cabelos arrumados. É um ambiente que impõe fortemente uma “forma de comportamento” de elite, e causa certo constrangimento para quem não faz parte daquele “mundo”. Há normas, que não são ditas, mas implícitas, em situações marcadas por relações hierarquizadas.

Na ABC, sua organização administrativa se dá a partir de diferentes setores, segmentada por tipo de cooperação multilateral ou bilateral – e por país. No caso dos projetos de cooperação multilateral, havia diferentes profissionais responsáveis pelo seu acompanhamento, conforme a instituição multilateral signatária: o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco), entre outras. Nos projetos de cooperação bilateral, resultado de acordos realizados diretamente entre dois Estados, havia um funcionário responsável por país que tivesse um acordo de cooperação vigente, auxiliados por técnicos mais jovens. Primeiramente, procurei informações sobre quem eram as pessoas responsáveis pela cooperação bilateral entre Brasil e Alemanha na ABC; apresentei-me, com a carta de referência institucional, e agendei algumas entrevistas. Procurei deixar bem claro quais eram os objetivos da pesquisa e os tipos de documentos pelo quais me interessava, procurando evitar o “vai e vem” de memorandos e ofícios que pudessem atrasar a consulta, subterfúgio característico de instituições burocráticas que não têm interesse em dar acesso a informações.

Após observar por algum tempo a dinâmica de trabalho da equipe da cooperação bilateral alemã do MRE e pesquisar alguns documentos interessantes naquele ambiente, sem ter muito êxito, fui informada por uma das funcionárias de que deveria me reportar diretamente ao diretor da ABC para solicitar a

consulta aos arquivos da instituição.

Fiz uma carta formal apresentando os objetivos da pesquisa, anexeí minha carta de recomendação e aguardei. De tempos em tempos, fazia contato por telefone e pessoalmente, aproveitando o tempo de espera para fazer atividades em outras instituições, sem que me passasse pela cabeça que não iria conseguir acessar os documentos. A certa altura, obtive a informação de que a autorização para consultar os arquivos da instituição havia sido concedida pelo diretor da ABC, com a condição de não copiar os documentos originais.

Nos arquivos, com o aval do diretor para pesquisar, estabeleceu-se uma relação mais fácil com os atendentes, sem tantas formalidades. Ali, os funcionários não têm a mesma preocupação que os chefes e diretores, que exercem cargos de responsabilidade e, portanto, algumas das “rígidas” regras formalmente definidas muitas vezes são quebradas sem muito esforço, conforme se estabelece uma relação de confiança no trato pessoal. O tratamento educado, o cumprimento de compromissos e a clareza dos objetivos de pesquisa são fatores que facilitam muito o acesso a informações, uma vez que esses funcionários conhecem a fundo os arquivos e, muitas vezes, buscam pastas com documentos muito úteis de que não se tinha informação prévia. Neste ambiente impessoal e de raras consultas, a boa relação com esses funcionários, com as secretárias e com estagiários, criando um clima de confiança e respeito, é fundamental para avançar e acessar informações. Assim, apesar da resistência inicial, nos arquivos do MRE e da ABC, pude acessar documentos fundamentais para entender a atuação das agências alemãs no Brasil, documentos aos quais não tive acesso nas instituições alemãs, tais como os acordos de cooperação recentes, seus antecedentes e suas alterações. Também foi possível analisar muitos documentos que tratavam da contratação de peritos técnicos, como são chamados os coordenadores técnicos de projetos da cooperação alemã. Eles revelavam todo o processo burocrático que antecede à vinda de um funcionário estrangeiro para execução das atividades de um projeto de cooperação, como os procedimentos para seus deslocamentos, os valores dos salários que recebem, o pagamento de suas mudanças, entre outros.

Não encontrei as mesmas restrições de acesso quando recorri aos arquivos de documentos das organizações não governamentais (ONGs). Apesar de não contarem, na maioria dos casos, com uma estrutura de organização de arquivos ou de biblioteca, nem disporem de funcionários específicos para o trabalho de organização dos arquivos, as ONGs apresentam informações que situam, com riqueza de detalhes, o contexto de produção dos projetos de cooperação internacional, envolvendo ou não instâncias governamentais. São frequentes as

situações em que há participação nos projetos, institucionalmente ou por meio de seus membros. Nas duas ONGs em que pesquisei, a Fase (no Rio) e o Centro de Trabalho Indigenista (CTI), em Brasília, a documentação encontrava-se em caixas, sem indexação ou qualquer organização bibliográfica. Ainda assim, os documentos encontrados revelaram muitos dados que complementaram os arquivos públicos, sinalizando, principalmente, para as redes de pessoas que participaram dos projetos. Uma característica do campo da cooperação internacional em políticas públicas vem a ser exatamente o fato de envolver órgãos governamentais, não governamentais e internacionais. Na Fase, foi possível localizar uma ampla rede de colaboradores de projetos socioambientais na Amazônia que participou do PPG-7 e também em outros projetos nas instituições governamentais brasileiras e nas agências de cooperação internacional, como a GTZ ou o Banco Mundial. No caso do CTI, os documentos me revelaram outro mapa, que dizia respeito ao conjunto de pessoas e instituições que se articularam para a inclusão de um projeto para a demarcação das terras indígenas no PPG-7, no caso, o PPTAL. Encontrei documentos que faziam parte dos esboços iniciais do projeto PPTAL, que estavam sob uma mesa, e que faziam parte do arquivo pessoal de uma antropóloga que falecera havia alguns anos, e que eram resultado de seu trabalho de consultoria para o Banco Mundial. Entre os documentos, encontrei rascunhos preparatórios do projeto, relatórios, anotações pessoais de reuniões, atas de reuniões e composição de grupos que estavam trabalhando na época para viabilizar o projeto no programa mais amplo do PPG-7.

Assim, não se deve desanimar em nenhuma das situações que apresentem limites aparentes ou certa indefinição. Muitas vezes, a paciência e a criatividade diante de situações, as mais inusitadas, são recursos muito úteis e podem revelar tesouros escondidos em armários particulares de funcionários sem muito prestígio, ou em caixas sob mesas velhas, ou arquivadas em estantes em uma pequena sala. Da mesma forma, diante de formalidades e regulamentos rígidos, em instâncias hierarquizadas de poder, como no caso de instituições governamentais, não se deve desistir facilmente; em algum momento, seja pela insistência do pesquisador, fiel cumpridor das normas, ou mesmo pela piedade de algum funcionário subalterno que dá alguma dica valiosa, o acesso aos documentos se torna possível, até mesmo, surpreendentemente, a alguns que nunca se imaginava ser possível ter em mãos.

Da mesma forma como aconteceu na pesquisa entre as instituições brasileiras, também durante a realização da pesquisa nas instituições alemãs, situei-me como uma *outsider*. Nestes contextos, no entanto, o fato de não ser “parte daquele universo alemão” teve implicações sobre minha condição de pesquisadora, o

que relatarei a seguir a partir de algumas situações vividas durante a “observação participante” no escritório da GTZ e também nas entrevistas com seus funcionários. Pareceu a mim que as restrições ou dificuldades de acesso se davam exatamente pelo fato de não ser reconhecida como um deles.

Uma brasileira no “mundo *deutschland*”: entrando no campo da cooperação alemã

Eu não sou alemã, nem descendente de alemães, ou mesmo casada com alemão eu fui, e também não tinha filhos alemães, o que significava que não tinha quaisquer vínculos mais próximos com aquela nacionalidade. Também não tinha morado na Alemanha ou feito intercâmbio no país, além do mais, nunca tinha trabalhado em empresas alemãs. Assim, não tive também vínculos de formação ou profissionais, que fossem temporários, que contribuíssem para entender o significado de ser alemão. Apesar de ter feito um curso de língua alemã, não a falava fluentemente. Era frequente que me fizessem a pergunta, direta ou indiretamente, porque afinal eu tinha interesses em pesquisar sobre os alemães, se não era um deles? Como poderia pesquisar se não dominava o alemão? Eu não fazia parte da comunidade alemã, ou, como é expressão corrente no meio, do “mundo *deutschland*”, o que era quase que uma desautorização imediata e para realizar o trabalho. Tive que conquistar o direito de fazê-lo argumentando que era exatamente na condição de brasileira comum, falante do português, mas também do inglês, língua internacional, que gostaria de observar o que se produzia em termos de conhecimento sobre o Brasil. O fato de não ser do “mundo *deutschland*”, ou de não falar o alemão, língua bastante restrita em termos de falantes no mundo, não deveria significar um problema para o levantamento de informações para a pesquisa, uma vez que a agência alemã está situada no Brasil e deveria viabilizar o que produz também para os brasileiros, além dos alemães.

Parecia-me que incomodava mais a eles do que a mim o fato de uma pessoa que não uma deles, e tampouco familiarizada com o modo de ser alemão, querer pesquisá-los. Não me vi em dificuldades por não falar fluentemente o alemão, porque todos os funcionários, até mesmo os alemães, falavam muito bem o português, e eu também compreendia, em termos gerais, o conteúdo das conversas entre eles e das publicações institucionais em alemão.

O estranhamento inicial por parte de alguns alemães, sobre o fato de não ser alemã e tampouco demonstrar qualquer interesse em uma “conversão” ao

“germanismo” ou uma admiração explícita em relação à cultura alemã, revelava-se, na prática, uma forma de hierarquização e de intimidação, que provocava em mim uma sensação de estar insuficientemente preparada para o ofício de pesquisá-los. A condição de fazer parte do mundo alemão, quase um “pressuposto” para a pesquisa, tornava incômoda a experiência de convívio no ambiente “deles”, experimentada na rotina do escritório.

No entanto, o fato de me posicionar como uma *outsider* no mundo alemão e na lógica de suas instituições permitiu-me ver com maior clareza que não há uma preocupação em relatar as atividades dos projetos de cooperação que desempenham na língua do país receptor. A informação é recurso de poder e, portanto, não é compartilhada, mas centralizada nas instâncias administrativas de Estado, neste caso, na Alemanha.

Observar e participar no escritório da GTZ

A “observação participante” realizada no escritório da GTZ durante aproximadamente seis meses, entre 2003 e 2004, com uma abordagem centrada na etnografia de organizações (Schwartzman, 1993; e Wright, 1994), apesar de ter sido uma experiência difícil, foi um aprendizado, sobretudo no que se refere à construção da confiança nas relações pessoais para o alcance dos objetivos da pesquisa etnográfica.

Aos poucos, fui compreender que a minha presença como pesquisadora também gerava para os seus funcionários um ambiente de constrangimento e intimidação, que os colocava em uma postura reservada e desconfiada. Ali, como em grandes empresas, os funcionários estão acostumados a sofrer fortes pressões da direção para o cumprimento de metas, passam por avaliações individuais de rendimento, e, frequentemente, se sentem sob alguma forma de controle. A presença de um pesquisador remete a esse controle. Outro aspecto também influenciou uma recepção desconfiada, mas que eu procurei explicitar logo nos primeiros contatos com o grupo: a publicação da tese em Antropologia de Ludimila Lima (2000) sobre a GTZ no PPTAL, que vários funcionários conheciam. Procurei deixar claro que não tinha qualquer relação com aquela pesquisa, e que minha abordagem seria outra.

Assim, as dificuldades iniciais de imersão em um campo que apresenta aridez e distanciamento nas relações pessoais, características das burocracias, tornaram-se um pouco mais acentuadas em função da questão de não ser reconhecida como pertencente àquele “mundo cultural germânico”, bem como por

haver uma experiência prévia, no campo da Antropologia, que não fora bem recebida. Era como se me situasse em um campo “minado”, sobre o qual eu tinha que andar com cuidado redobrado e contar com colaboradores para me indicar os caminhos livres. Assim o fiz, buscando identificar os colaboradores que pudessem me introduzir àquele campo para que eu realizasse o meu trabalho de “observação participante”. Para isso, contei com a ajuda de uma brasileira que era funcionária do escritório e trabalhava em um projeto de cooperação na área de saúde, uma brasileira que tinha uma formação cultural e acadêmica superior à média do escritório, e que resolveu me ajudar nessa empreitada.

Cheguei ao escritório da GTZ com a carta de recomendação e com a indicação da socióloga alemã que havia conhecido na Fase. Conversei com a diretora da agência e com alguns funcionários, informando-os sobre meus objetivos de pesquisa ali, e aguardei algum tempo. Depois de certo tempo de espera, fui informada de que teria a permissão para a pesquisa, e de que teria uma mesa pra trabalhar. Iniciei o trabalho de forma mais “observadora” do que “participativa”, porque não sabia bem como fazer, o que fazer e por onde começar. Tudo era muito formal, silencioso, discreto e, de fato, monótono. Comecei pela leitura das publicações institucionais que ficam arquivadas em uma pequena biblioteca, numa salinha anexa à sala maior onde ficavam os funcionários dos projetos. No intervalo, conversava com uma funcionária brasileira que se tornara mais próxima a mim. Ela havia acabado de chegar da Alemanha, após anos de um casamento que se acabara, e conseguiu o emprego na GTZ para o acompanhamento técnico do projeto na área de saúde. Ficamos colegas, almoçávamos juntas e conversávamos sobre questões de trabalho e da agência, informalmente.

No escritório da GTZ, as práticas de administração são orientadas pela forma como se trabalha na administração pública na Alemanha, sendo reproduzida toda a estrutura física e humana de um espaço “alemão”: os móveis e utensílios de escritório, mesas, cadeiras, pastas e arquivos – são todos importados, de origem alemã; também os programas de computador, a intranet e os e-mails são todos em alemão, e os funcionários se comunicam entre si naquele idioma. Durante esse período, presenciei o funcionamento do escritório, participei da rotina de trabalho, entrevistei informalmente os funcionários, li o material institucional produzido e observei a dinâmica da relação dos funcionários da GTZ com outros de instituições também alemãs.

O trabalho poderia durar meses sem muitas novidades ou sem muito acesso a situações mais interessantes, não fosse a intervenção a meu favor, de minha colega brasileira do projeto de saúde. Em determinado momento, ela e sua supervisora, uma alemã mais velha e de ampla experiência no mundo da

cooperação – governamental e não governamental –, passariam a coordenar o encontro de comemoração dos 40 anos das relações de cooperação entre o Brasil e a Alemanha, organizado pela GTZ em 2003. Era muito trabalho para ser coordenado somente por elas duas, e resolveram me chamar para trabalhar acompanhando a organização do encontro e também ajudando em algumas tarefas. Basicamente, tratava-se de contatar os convidados, todos técnicos de instituições do ministério (BMZ)⁶ que trabalhavam na área de cooperação com o Brasil, e de providenciar o seu deslocamento e alojamento. Também foram convidadas autoridades brasileiras. Além disso, deveria ser feito todo o trabalho de cerimonial, de organização da programação do encontro, entre apresentações, discursos, exposições, enfim, atos públicos de celebração, rituais de Estados.

Assim, de um momento para outro, toda a monotonia e a restrição ao acesso a informações foram superados, e não era mais questionada a minha presença ou ajuda naquele contexto. Apesar de estar claro para todos que estava fazendo minha pesquisa, naquele momento, diante da urgência e da necessidade de organizar o evento, não seria mais questionada minha presença. Passei a fazer parte da equipe, e ganhei crachá que me dava passe livre na roleta para entrada no prédio onde ficava o escritório.

A partir de então, convivendo de forma mais próxima com os funcionários e atuando de forma mais participativa, pude observar como havia no escritório uma divisão bem clara entre os funcionários alemães e os funcionários brasileiros no que dizia respeito ao *status* dentro da instituição. Essa divisão permitiu ter diferentes perspectivas das questões relativas às normas e aos regulamentos de funcionamento da instituição no Brasil. Situações e detalhes que eram revelados pelos brasileiros, os informantes alemães não mencionavam. Funcionários alemães recebiam melhores salários, inclusive em euros, e tinham maiores privilégios em relação à condição dos trabalhadores brasileiros. Estes não tinham estabilidade funcional, pois eram contratados “por projeto”, sem direito a férias, décimo terceiro salário, fundo de garantia e outros direitos trabalhistas. O envolvimento de alguns funcionários com o Sindicato dos Trabalhadores

6 Os funcionários convidados para esse encontro vinham das seguintes instituições: do banco de desenvolvimento (KfW), do Serviço Alemão de Cooperação Técnica e Social (Sactes ou DED – *Deutscher Entwicklungsdienst*), da Agência de Aperfeiçoamento Profissional e Desenvolvimento Internacional (Inwent), e da Sociedade Alemã para o Desenvolvimento e Investimentos (DEG – *Deutsche Investitions und Entwicklungsgesellschaft mbH*), além de fundações políticas, instituições eclesásticas e de voluntários e ONGs, entre outros.

em Embaixadas, Consulados e Organismos Internacionais do Distrito Federal (Sindnações) era visto com maus olhos não só pela direção da GTZ, mas também pelos próprios funcionários.⁷ Estes não eram assuntos mencionados pelos alemães ou pelos funcionários mais estáveis da GTZ.

A rotina do trabalho de pesquisa na GTZ foi impulsionada pelo evento dos 40 anos da cooperação, o que colocou em conexão um grupo muito grande e variado de profissionais das instituições do campo da cooperação para o desenvolvimento para além dos funcionários da GTZ.

Essa diversidade de pessoas me permitiu também desconstruir um perfil de um profissional “ideal” da cooperação para o desenvolvimento. Observei que não se podia fazer afirmações a respeito de um perfil de funcionário da “cooperação”, de como se comporta ou trabalha um “perito técnico”⁸ da GTZ nos projetos em que atua. Suas características são muito distintas umas das outras, e cada um estabelece uma forma também diferente de atuação nos projetos e com os grupos com os quais lidam, desde os beneficiários dos projetos, como as equipes de órgãos de governos. Neste sentido, buscando entender essas nuances que diferenciam os peritos, e também buscando decifrar essa agência por meio dos funcionários que executam suas diretrizes e regras, adotei outro caminho de pesquisa para pensar a constituição da GTZ, para além da estrutura da empresa e de seu caráter institucional.

Interessava-me entender como suas diferentes trajetórias poderiam contribuir para a definição de sua atuação no campo da cooperação e para entender o que

- 7 Para citar a situação dos funcionários de agências e organismos internacionais, em matéria publicada no jornal *Valor Econômico*, de 12 de dezembro de 2005, o jornalista Fernando Teixeira informa que “o Sindnações está tentando envolver Ministério Público do Trabalho (MPT), Itamaraty e até o Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) na disputa pelo cumprimento da legislação trabalhista brasileira. Este ano, a entidade já enviou ao MPT denúncias de problemas trabalhistas em 30 embaixadas. Mas, segundo o sindicato, a denuncia é apenas uma amostra de um universo de seis mil trabalhadores distribuídos entre as 146 embaixadas no país, além dos funcionários de órgãos internacionais e consulados, que são 55 em São Paulo. Graças a uma interpretação flexível do conceito de ‘imunidade diplomática’, esses órgãos passam ao largo de qualquer forma de coação do poder público brasileiro, inclusive do Judiciário” (2005, n.p.). Também disponível em: http://www.granadeiro.adv.br/template/template_clipping.php?Id=9147.
- 8 O termo perito foi comentado por alguns dos entrevistados como sendo um termo com o qual não se identificavam, apesar de ser amplamente adotado no Brasil para se referir aos técnicos responsáveis pelo acompanhamento de projetos.

seria cooperação técnica para o desenvolvimento na prática, a partir do olhar sobre as trajetórias pessoais dos alemães que atuavam em projetos da GTZ no Brasil.

Trajетórias Pessoais: etnografando os cooperantes

A GTZ, como agência de cooperação técnica, se constitui como empresa por meio de um conjunto de profissionais que atuam em cargos e desempenham funções semelhantes àquelas das burocracias da administração pública: são diretores e coordenadores de programas, funcionários responsáveis pela administração e coordenação dos projetos; são também auxiliares de contabilidade do escritório e secretárias, que atuam mais na parte administrativa e gerencial da agência.

No entanto, há também aqueles que desempenham a função direta de execução dos projetos nos órgãos de governo local, que, no caso alemão, são os peritos técnicos de atuação local, em quem priorizei o enfoque nas entrevistas. Eles são os portadores de saberes e conhecimentos específicos de Estado e os transmissores desses conhecimentos para órgãos de governo de outros Estados. Articulam-se, nas variadas instituições às quais estão vinculados, por meio de redes sociais estabelecidas por ideais terceiro-mundistas, por fundamentos de solidariedade, de cristianismo e de princípios ambientalistas e conservacionistas. No entanto, não se limitam a estes: são também mobilizados por um pragmatismo, um interesse na realização de determinados objetivos, sejam eles acadêmicos, de pesquisa, mas sempre tendo em mente a realização de um ideal, de um projeto, de uma missão, uma paixão. Uma entrevistada disse que nem sempre são movidos por paixão; há aqueles, que ela identificou como os mais jovens, que não têm qualquer ideologia, mas se interessam por uma boa remuneração ou pelo conhecimento de outros povos, outros lugares do mundo.

Entrar no universo das relações pessoais dos peritos, buscando desvendar suas visões sobre o trabalho que desempenham, poderia revelar uma determinada perspectiva “de dentro” da organização. No entanto, essa entrada no universo particular, na esfera privada da vida, é um tanto difícil para qualquer servidor público ou funcionário de empresa, porque coloca em evidência um aspecto usualmente acobertado ou escondido sob a fachada da linguagem institucional. Some-se a isso o fato de que a vida privada para os alemães é algo quase sagrado, intocável, que eles procuram proteger e resguardar. Busquei, então, diferentes estratégias para poder alcançar esse espaço “sagrado”, de forma a não atingir ou afetar sua individualidade, mas identificando cada história pessoal como um

“caso” de um personagem não fictício, mas de identidade protegida. No caso de trabalhar com uma instituição ou um conjunto pequeno de instituições, fica mais difícil ocultar essas identidades, mas, ainda assim, os nomes foram trocados.

Portanto, adotei diferentes maneiras para tentar explorar um pouco as histórias pessoais: por um lado, procurei realizar entrevistas individualmente, o que era uma tarefa árdua, trabalhosa, que exigia um empenho a cada novo entrevistado, uma conquista para obter informações menos institucionais.

Durante todo o período em que permaneci em Brasília, realizei 24 entrevistas individuais com brasileiros e alemães que atuavam na GTZ, bem como com funcionários aposentados e que se encontravam em outras instituições. Todas as entrevistas foram previamente agendadas, baseadas em roteiros predefinidos e realizadas, na maioria dos casos, nos locais de trabalho, e todas, sem exceção, feitas em português. As entrevistas realizadas com funcionários aposentados ou afastados da GTZ foram feitas em suas residências, onde os resultados foram mais interessantes, por terem promovido maior intimidade, maior cumplicidade entre entrevistado e entrevistador. Nesses casos, estando em casa, em seu ambiente “mais privado”, é possível perceber, para além da fala, a forma de vida do entrevistado, que também se reporta com mais ânimo e vigor, o que permite revelações mais completas sobre as questões perguntadas. Com os funcionários ativos, todas as entrevistas foram realizadas no local de trabalho e se limitavam basicamente a aspectos formais de suas atividades, o que poderia facilmente ser obtido por meio de um folheto institucional. Os aposentados dispunham de uma liberdade maior para expor críticas e insatisfações à estrutura de trabalho nestas agências, o que não era o caso dos funcionários ativos.

Além das entrevistas individuais, procurei adotar uma estratégia “impessoal” que achei que pudesse funcionar como uma forma de agregar, de forma mais rápida, informações mais gerais sobre a atuação dos peritos, sem personificar ou individualizar muito. Assim, optei por fazer uma entrevista por e-mail com um conjunto padrão de perguntas. Para acessar os endereços de e-mails dos funcionários e técnicos da GTZ espalhados pelo Brasil, tive que procurar a direção e pedir autorização para isso. A resposta da direção foi a de que eles mesmos poderiam enviar o “questionário” que havia preparado por meio da intranet da GTZ. Concordei, sem pensar muito, pois não tinha muita alternativa, e o questionário foi por eles enviado. Passaram-se muitos dias, semanas, meses. Durante todo esse tempo, sem obter sequer uma resposta, senti a angústia de achar que tinha “estragado tudo”. Apesar não ter tido muita oportunidade de construir uma relação de confiança com esse grupo, havia uma relação, ainda que fosse profissional. Nesse período, tive a certeza de que, qualquer que fosse

o elo dessa relação, ele havia se rompido, e minha pesquisa poderia ser inviabilizada. O silêncio se prolongou, até que, por meio de um funcionário que eu pessoalmente não conhecia, fui esclarecida do que se passava. Foi em um encontro sobre políticas ambientais que um “perito” da GTZ se aproximou de mim, perguntando se eu era a antropóloga que havia feito o questionário. Conversamos por um bom tempo, e ele finalmente me informou que o grupo havia trocado várias mensagens entre si, e que havia decidido conjuntamente que não me responderiam. Ele disse que era uma forma de se preservarem da própria direção da GTZ, que costumava enviar relatórios de avaliação, e que o recebimento de um questionário, apresentado por meio da direção, não era neutro, independente e, portanto, não fazia sentido para eles se submeterem a essa exposição perante a direção. Estava correto em sua argumentação, o que explicava também o fato de não terem entrado em contato comigo para informar porque não responderiam. Esta foi uma experiência absolutamente equivocada e que, portanto, deve ser muito bem avaliada. Muitas vezes, querer facilitar o trabalho provoca muitos outros contratempos que podem criar muito mais dificuldades de acesso à informação, e pode quebrar relações de confiança construídas.

Alguns dos entrevistados atribuíram o sucesso de um projeto às características pessoais do perito e à sua capacidade de estabelecer vínculos com a comunidade com a qual trabalha. Para eles, o sucesso não se deve a fatores associados à racionalidade “técnica” das burocracias ou à lógica dos projetos, como sugere o próprio trabalho da GTZ, em que os projetos são fundamentados na matriz lógica de projetos (ZOOP).

A contribuição pessoal do profissional para o resultado do projeto não é mencionada nos trabalhos a respeito da cooperação para o desenvolvimento, mas sua formação, que se revela na forma de abordar um problema, de se relacionar com as comunidades, as redes pessoais que têm com grupos locais, e o conhecimento das dinâmicas da administração pública local podem ser determinantes para o sucesso de um projeto. O sucesso de um projeto estaria relacionado, portanto, à construção de uma relação de confiança entre o perito e o grupo com o qual trabalha e que reconhece seu valor. Esse é um elemento de grande importância, que não está em nenhum formulário ou manual da GTZ, mas que depende de atributos pessoais dos profissionais em campo, dos compromissos que assumem no seu trabalho, além das redes sociais que constroem no país a partir de suas relações profissionais.

A partir da análise das trajetórias sociais dos “peritos” da GTZ, de voluntários e de outros que trabalham em projetos de cooperação para o desenvolvimento, é possível observar que há uma intensa circulação desses profissionais

entre as instituições governamentais e não governamentais alemãs de cooperação, quando atuando em um mesmo país. Assim, a circulação desses profissionais dentro de uma mesma rede em um mesmo país, como acontece no caso dos profissionais da rede de instituições alemãs no Brasil (vinculadas ao BMZ, Ministério de Cooperação Econômica e Desenvolvimento alemão), contribui para a centralização de informações e, portanto, para melhor administração dos conhecimentos, o que é um elemento central nesse campo. Fortalece os vínculos de confiança e favorece o reconhecimento dos alemães em órgãos da administração pública brasileira, que vai se interessar em contratar essas instituições em novos programas e projetos, dando continuidade à sua presença no país.

Comentários Finais

Como disse anteriormente, em muitas situações durante o trabalho de campo nas instituições de Estado brasileiras e alemãs, mais particularmente quando estive realizando a etnografia no escritório da GTZ, tive a sensação de estar abrindo um caminho desconhecido, pelo qual tanto eu, como pesquisadora, quanto os meus “pesquisados” nunca tínhamos passado. Em determinados momentos, esse caminho parecia não somente desconhecido, mas “minado” por percepções distorcidas das partes envolvidas. Muitas vezes, atribuí essa dificuldade às próprias características deste campo das burocracias, das organizações, que permitem intrigas e em que os funcionários, diante da pesquisa, se sentem muitas vezes ameaçados de perder o emprego. Outras vezes, pensava que o fato de estudar os alemães no Brasil seria a razão mais evidente das dificuldades de acesso às informações, uma vez que trabalhavam para órgãos de um Estado estrangeiro; ou, ainda, que eles, por razões culturais, tivessem um sentimento de superioridade em relação aos locais e, portanto, não se davam ao trabalho de passar informações. Ou mais, porque estava lidando com uma elite internacional, muito especializada, que sabia atuar na manipulação das situações, utilizando seus recursos e suas estratégias de poder.

Ao longo do tempo, com o distanciamento do campo e com a troca de experiências com outros pesquisadores, foi possível perceber que essas dificuldades são experimentadas também por pesquisadores que atuam em outras áreas, com outros objetos, revelando que nenhum desses fatores mencionados, isoladamente, pode determinar as dificuldades encontradas pelo pesquisador na realização da etnografia com elites e em contextos de poder.

As políticas de cooperação para o desenvolvimento representam uma estratégia expansionista dos Estados Nacionais, tanto no que diz respeito à popularização

de sua cultura no mundo quanto aos interesses do capital. Muitas vezes, caracteriza-se como uma disputa entre Estados, agências estatais e organismos internacionais multilaterais por recursos internacionais para o domínio de informações e para construção de saberes sobre populações e territórios estrangeiros, em uma lógica muito semelhante às das instituições privadas. Com a popularização da imagem do país, muitas outras coisas são alcançadas, como a maior aceitação de marcas no mercado internacional, com o crescimento de atividades relacionadas ao turismo e a outros investimentos realizados.

Do ponto de vista das políticas nacionais, receptoras das atividades da cooperação, não se pode afirmar que haja uma simples subordinação aos interesses externos. Há muitas nuances nas relações de poder entre um polo e outro e, por isso, devem ser evitadas abordagens que acentuem a polaridade entre doador e receptor como polos antagônicos na relação de cooperação. Há muitas formas de articulação entre indivíduos, entre grupos e entre instituições, de forma que são limitadas abordagens dualistas e argumentos denunciastas. Muitas vezes, as atividades de cooperação podem representar alternativas às limitações políticas que inviabilizam o atendimento a demandas e necessidades sociais importantes, como no caso da demarcação de terras indígenas.

Em última instância, neste campo da cooperação internacional, estamos lidando com um campo em que o poder está relacionado à informação – sobre como se faz, quais são as pessoas, quais as estratégias de ação, onde estão localizadas as riquezas e as vulnerabilidades, fatores que ampliam seu campo de atuação e de intervenção sobre territórios e populações.

Atualmente, é da maior relevância incentivar novos estudos na área da Antropologia Social no Brasil sobre campos e processos que envolvem relações de poder em escala internacional, por meio de atividades e seminários que promovam o diálogo entre pesquisas recentes que, de diferentes maneiras, abordam o fazer etnográfico nos campos das elites, da política e do poder. Estudos sobre a lógica de concentração de renda e de poder nas mãos das “classes dominantes” e o debate nessa área devem ser estimulados no País, uma vez que, apesar da abertura democrática, ainda persistem as desigualdades e injustiças sociais, reproduzidas pelas dinâmicas de poder existentes. O crescente interesse recente no tema talvez seja sinal de que novos ventos estejam soprando.

Foi com esse espírito que procurei relembrar situações de campo e situá-las não somente no contexto das relações de poder, mas também desde a perspectiva do pesquisador, com todas as suas dúvidas e incertezas, ao lidar com elites e com estruturas de poder que, muitas vezes, nos fazem sentir inseguros. No entanto, toda situação de campo apresenta desafios. Cabe a nós enfrentá-los.

Referências

- ABELÈS, M. *Anthropologie de L'Etat*. Paris: Armand, 1990.
- ABRAMS, P. Notes on the Difficulty of Studying the State. *Journal of historical sociology*, Oxford, , p. 58-89, 1988.
- ALVAREZ, S.; DAGNINO, E.; ESCOBAR A. *Cultura e política nos movimentos sociais latino-americanos*. Belo Horizonte: UFMG, 2000.
- ANDERSON, B. *Comunidades imaginadas*. Reflexiones sobre el origen y la difusión del nacionalismo. México, D.F.: Fondo de Cultura, 1993.
- APFEL-MARGLIN, F.; MARGLIN, S. *Decolonizing Knowledge: From Development to Dialogue*. Oxford: Clarendon Press, 1996.
- APPADURAI, A. Global Ethnoscapes. Notes and Queries for a Transnational Anthropology. In: FOX, Richard (ed.). *Recapturing Anthropology Working in the Present*. Santa Fe: School of American Research Press, 1991. p. 191-210.
- ASAD, T. (ed.). *Anthropology and the Colonial Encounter*. Nova York: Humanities Press, 1973.
- BARTH, F. (ed.). *Ethnic Groups and Boundaries*. Londres: G. Allen and Unwin, 1969.
- _____. (ed.). *O Guru, o iniciador e outras variações antropológicas*. Rio de Janeiro: Contra Capa, 2000.
- BASTOS, C. *Transnational Responses to Aids and the Global Production of Science: A Case Study from Rio de Janeiro*. Nova York: New York University, 1996.
- BECKER, H. *Métodos de pesquisa em Ciências Sociais*. São Paulo: Hucitec, 1993.
- BOURDIEU, P. *Razões práticas sobre a teoria da ação*. Campinas: Papirus, 1996.
- BOURDIEU, P. *A produção da crença: contribuição para uma economia dos bens simbólicos*. São Paulo: Zouk, 2004.
- BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. *Programa Piloto para Proteção das Florestas Tropicais do Brasil do G-7*. Brasília: Ministério do Meio Ambiente/Secretaria de Coordenação da Amazônia Legal, 1997.
- BRASIL. Ministério das Relações Exteriores (MRE). *Diretrizes para o desenvolvimento da cooperação técnica internacional multilateral e bilateral*. Brasília: Agência Brasileira de Cooperação, 2004.
- BUCLET, B. *Le Marché international de la solidarité: les organisations non gouvernementales de l'Amazonie brésilienne*. Paris, 2004. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) –École des Hautes Études em Sciences Sociales. Paris, 2004.
- BURCHELL, G.; GORDON, C.; MILLER, P. *The Foucault Effect*. Studies in Governmentality. Chicago: The University of Chicago Press, 1991.
- BURNELL, P. (ed.). *Democracy Assistance. International Co-operation for Democratization*. Londres/Portland: Frank Cass Publications, 2000.

- CALHOUN, C. Imagining Solidarity: Cosmopolitanism, Constitutional Patriotism and the Public Sphere. *Public Culture*, Durhan, Duke University Press, v. 14, n. 1, p. 147-171, 2002.
- CERVO, A. L. Socializando o desenvolvimento. Uma história da cooperação técnica internacional do Brasil. *Revista Brasileira de Política Internacional*, São Paulo, Ibri, v. 37, n. 1, p. 37-63, 1994.
- CHAMBERS, E. Applied Anthropology in the Post-Vietnam Era: Anticipations and Ironies. *Annual Review of Anthropology*, v. 16, p. 309-37, 1987.
- CHEATER, A. (ed.). *The Anthropology of Power*. Empowerment and Disempowerment in Changing Strutures. Londres/Nova York: Routledge, 1999.
- CLIFFORD, J. Traveling Cultures. In: _____. *Routes*. Travel and Translation in the Late Twentieth-Century. Cambridge, Mass.: Harvard University Press, 1997. p. 71-119.
- _____; MARCUS, G. (ed.). *Writing Culture*. Berkeley/Los Angeles: University of California Press, 1986.
- COWEN, M.; SHENTON, R. The Invention of Development. In: CRUSH, J. (ed.). *Power of Development*. Londres/Nova York, 1995. p. 27-43.
- CRUSH, J. (ed.). *Power of Development*. Londres/Nova York: Routledge, 1995.
- DE SWAAN, A. *In Care of the State – Health Care, Education and Welfare in Europe and the USA in the Modern Era*. Nova York: Oxford University Press, 1988.
- DEZALAY, Y.; GARTH, B. *The Internationalization of Palace Wars*. Chicago/Londres: The University of Chicago Press, 2002.
- DOUGLAS, M. *How Institutions Think*. Syracuse: Syracuse University Press, 1986.
- ELIAS, N. *Escritos e ensaios: Estado, processo, opinião pública*. Rio de Janeiro: Zahar, 2006. V. 1, p. 153-166.
- _____. *O processo civilizador: formação do Estado e civilização*. Rio de Janeiro: Zahar, 1994. V. 2.
- _____. *Os alemães: a luta pelo poder e a evolução do habitus nos séculos XIX e XX*. Rio de Janeiro: Zahar, 1989.
- ENNE, A. L. S. “*Lugar, meu amigo, é minha Baixada*”: memória, representações sociais e identidades. Rio de Janeiro, 2005. Tese (Doutorado em Antropologia Social) – Programa de Pós-graduação em Antropologia Social, Museu Nacional, Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2005.
- ESCOBAR, A. *Encountering Development. The Making and Unmaking of the Third World*. Princeton: Princeton University Press, 1995.
- FERGUSON, J. *The Anti-politics Machine*. “Development”, Depolitization and Bureaucratic Power in Lesotho. Mineápolis/Londres: University of Minnesota Press, 1994.
- FISCHER, W. Doing Good? NGOs. *Annual Review of Anthropology*, n. 26, p. 439-464, 1997.
- FOUCAULT, M. *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Graal, 1979.

- _____. *The Foucault Effect: Studies on Governmentality – with Two Lectures by and an Interview with Michel Foucault*. Chicago: The University of Chicago Press, 1991.
- _____. *Em defesa da sociedade*. Curso no Collège de France (1975-1976). São Paulo: Martins Fontes, 1999.
- GRILLO, R. D.; STIRRAT, R. L. (ed.). *Discourses of Development*. Anthropological Perspectives. Oxford/Nova York: Berg, 1997.
- HANNERZ, U. *Transnational Connections*. Culture, People, Places. Londres/Nova York: Routledge, 1996.
- _____. The Global Ecumene as a Network of Networks. In: KUPER, Adam (ed.). *Conceptualizing Society*. Londres: Routledge, 1992. p. 34-58.
- _____. Fluxos, fronteiras, híbridos: palavras-chave da antropologia transnacional. *Mana*, v. 1, n. 3, p. 7-39, 1997.
- _____. Being There... and There... and There! Reflections on Multi-Sited Ethnography. *Ethnography*, v. 4, n. 2, p. 201-216, 2003.
- HERTZ, R.; IMBER, J. Fieldwork in Elite Settings. *Journal of Contemporary Ethnography*, Londres, Sage, v. 22, n. 1, p. 3-6, 1993.
- HEYMAN, Josiah. The Anthropology of Power Wielding Burocracies. *Human Organization, Society for Applied Anthropology*, v. 63, n. 4, p. 487-500, 2004.
- HINSHAW, R. E. Anthropology, Administration and Public Policy. *Annual Review of Anthropology*, n. 9, p. 497-522, 1980.
- HOBART, M. (ed.). *An Anthropological Critique of Development: The Power of Ignorance*. Londres/Nova York: Routledge, 1993.
- HOBEN, A. Anthropologists and Development. *Annual Review of Anthropology*, n. 11, p. 349-375, 1982.
- HOROWITZ, M. Development Anthropology in the mid-1990's. *Development Anthropology Network*, v. 12, n. 1, p. 1-14, 1994.
- INOUE, C.; APOSTOLOVA, M. S. *A cooperação internacional na política brasileira de desenvolvimento*. São Paulo: Abong/Rio de Janeiro: Núcleo de Animação Terra e Democracia, 1995.
- KASBURG, C.; GRAMKOW (org.). *Demarcando terras indígenas – experiências e desafios de um projeto em parceria*. Brasília: Funai/PPTAL/GTZ, 1999.
- LACKNER, H. Social Anthropology and Indirect Rule. The Colonial Administration and Anthropology in Eastern Nigeria: 1920-1940. In: ASAD, Talal (ed.). *Anthropology and the Colonial Encounter*. Nova York: Humanities Press, 1973. p. 124-151.
- LIMA, L. M. M. "Se a Funai não faz, nós fazemos": conflito e mudança no contexto de um projeto de cooperação. Brasília, 2000. Tese (Doutorado em Antropologia) – Departamento de Antropologia, Universidade de Brasília. Brasília, 2000.

- MACEDO E CASTRO, J. P. *Unesco – educando os jovens cidadãos e capturando redes de interesses: uma pedagogia da democracia no Brasil*. Rio de Janeiro, 2006. Tese (Doutorado em Antropologia Social) – Programa de Pós-graduação em Antropologia Social, Museu Nacional, Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2006.
- MAIR, L. *Anthropology and Development*. Londres: McMillan Press, 1984.
- MARCUS, G. Ethnography in/of the World System: The Emergence of Multi-Sited Ethnography. *Annual Review of Anthropology*, v. 24, p. 95-117, 1995.
- MITCHELL, J. C. The Concept and Use of Social Networks. In: MITCHELL, J. Clyde (ed.). *Social Networks in Urban Situations*. Manchester: Manchester University Press, 1969. p. 1-50.
- MOSSE, D. Anti-social Anthropology? Objectivity, Objection, and the Ethnography of Public Policy and Professional Communities. *Journal of the Royal Anthropological Institute*, Londres, Royal Anthropological Institute, v. 12, n. 4, p. 935-956, 2006.
- NADER, L. Up the Anthropologist: Perspectives Gained from Studying Up. In: HYMES, D. (ed.). *Reinventing Anthropology*. Nova York: Random House, 1972. p. 284-311.
- OLIVEIRA, J. P. *Ensaios de antropologia histórica*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1999.
- OLIVEIRA, J. P. *Indigenismo e territorialização: poderes, rotinas e saberes coloniais no Brasil contemporâneo*. Rio de Janeiro: Contracapa, 1998.
- OKONGWU, A. F.; MENCHER, J. Anthropology and Public Policy: Shifting Terrains. *Annual Review of Anthropology*, n. 29, p. 107-24, 2000.
- OSTRANDER, S. Surely You're Not in this Just to Be Helpful: Access, Rapport and Interviews in Three Studies of Elites. *Journal of Contemporary Ethnography*, Londres, Sage Publications, v. 22, n. 1, p. 7-27, 1993.
- PARESCHI, A. C. *O desenvolvimento sustentável e pequenos projetos: entre o projetismo, a ideologia e as dinâmicas sociais*. Brasília, 2002. Tese (Doutorado em Antropologia Social) – Programa de Pós-graduação em Antropologia Social, Departamento de Antropologia, Universidade de Brasília. Brasília, 2002.
- PEIRANO, M. (org.). *O dito e o feito: ensaios de antropologia dos rituais*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará/Nuap, 2002. Coleção Antropologia da política, v. 12.
- PELS, Peter. Anthropology of Colonialism: Culture, History and the Emergence of Western Governamentality. *Annual Review of Anthropology*, n. 26, p. 163-183, 1997.
- PORTNEY, P. *Public Policies for Environmental Protection. Resources for the Future*. 2. ed. Washington, D.C.: RFF Press, 2000.
- PRATT, M. L. *Imperial Eyes: Studies in Travel Writing and Transculturation*. Nova York: Routledge, 1992.
- PRAKASH, G. (ed.). *After Colonialism: Imperial Histories and Postcolonial Displacements*. Princeton: Princeton University Press, 1995.

- RIST, G. *The History of Development: From Western Origins to Global Faith*. Londres/ Nova York/Cidade do Cabo: Zed Books/UCT Press, 1999.
- ROSENAU, J.; CZEMPIEL, E. (org.). *Governance without Government: Order and Change in World Politics*. Cambridge: Cambridge University Press, 1992.
- SAGASTI, F.; ALCALDE, G. *Development Cooperation in a Fractured Global Order: An Arduous Transition*. Ottawa: International Development Research Centre, 1999.
- SAID, E. *Orientalismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.
- SCHWARTZMAN, Helen. *The Meeting: Gatherings in Organizations and Communities*. Nova York/Londres: Plenum Press, 1989.
- _____. Ethnography in organizations. *Qualitative Research Methods*, Londres, Sage Publications, v. 27, 1993.
- SHORE, C.; WRIGHT, S. (ed.). *Anthropology of Policy: Critical Perspectives on Governance and Power*. Nova York/Londres: Routledge, 1997.
- SHORE, C. Inventing the People's Europe: Critical Approaches to European Community "Cultural Policy". *Man*, v. 28, n. 4, p. 779-800, 1993.
- SILVA, B. et al. *Dicionário de Ciências Sociais*. 2. ed. Rio de Janeiro: Instituto de Documentação/Fundação Getúlio Vargas, 1987.
- SILVA, K. C. da. *Paradoxos da autodeterminação: a construção do Estado-Nação e práticas da ONU em Timor-Leste*. Brasília, 2005. Tese de (Doutorado em Antropologia) – Departamento de Antropologia, Universidade de Brasília. Brasília, 2005.
- SOUZA LIMA, A. C. *Um grande cerco de paz: poder tutelar, indianidade e formação do Estado no Brasil*. Petrópolis: Vozes, 1998.
- _____. (org.). *Gestar e gerir*. Estudos para uma antropologia da administração pública no Brasil. Rio de Janeiro: Relume-Dumará-NUAP, 2002a.
- _____. O indigenismo no Brasil: migração e reapropriações de um saber administrativo. In: L'ÉTOILE, B.; NEIBURG, F.; SIGAUD, L. *Antropologia, impérios e Estados Nacionais*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará/Faperj, 2002b. p. 159-186.
- _____. Tradições de conhecimento na gestão colonial da desigualdade: reflexões a partir da administração indigenista no Brasil. In: BASTOS, C.; ALMEIDA, M. V.; FELDMAN-BIANCO, B. *Trânsitos coloniais: diálogos críticos luso-brasileiros*. Lisboa: ICS/Universidade de Lisboa, 2002c. Coleção Estudos e Investigações, n. 25, p. 51-172.
- _____; BARROSO-HOFFMAN, M. *Etnodesenvolvimento e políticas públicas – bases para uma nova política indigenista*. Rio de Janeiro: Laced/Contracapa, 2002.
- STEINMETZ, George (ed.). *State/Culture: State Formation After the Cultural Turn*. Ithaca/ Londres: Cornell University Press, 1999.
- STOLER, Ann Laura; COOPER, Frederick (org.). *Tensions of Empire. Colonial Cultures in a Bourgeois World*. Berkeley: University of California Press, 1997.

- TEIXEIRA, Fernando. Sindicato busca cumprimento de legislação por representações estrangeiras – empregados acionam embaixadas. *Valor Econômico*, 12 dez. 2005, n. p. Disponível em: http://www.granadeiro.adv.br/template/template_clipping.php?Id=9147. Acesso em: Jun. 2014.
- TICKNER, Fred. *Technical Cooperation*. United Nations Special Projects Office. Nova York: Praeger Publishers, 1966.
- TILLY, C. *Big Structures, Large Processes, Huge Comparisons*. Nova York: Russel Sage Foundation, 1984.
- VALENTE, R. *O meio ambiente em pauta: uma abordagem da cooperação internacional entre Europa e Brasil*. Rio de Janeiro, 1997. Dissertação (Mestrado em Relações Internacionais) – Instituto de Relações Internacionais, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 1997.
- _____. *Acordos, projetos e programas: uma abordagem antropológica das práticas e dos saberes administrativos da GTZ no Brasil*. Rio de Janeiro, 2007. Tese (Doutorado em Antropologia Social) – Programa de Pós-graduação em Antropologia Social, Museu Nacional, Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2007.
- WEBER, M. *Economia y sociedad*. México, D.F.: Fondo de Cultura Económica, 1983.
- _____. *Ensaio de Sociologia*. Rio de Janeiro: Zahar, 1963. Capítulo 8.
- WRIGHT, S. (org.). *Anthropology of Organizations*. Londres/Nova York: Routledge, 1994.

Etnografando elites no Brasil: dilemas éticos e metodológicos de uma pesquisa sobre o “marketing político” no final do século XX

Sérgio Ricardo Rodrigues Castilho

Entre 1996 e 1998, realizei uma pesquisa etnográfica com profissionais do “marketing político”¹ que serviu, junto com a pesquisa histórico-documental e bibliográfica correspondente, de estofa para minha tese de doutorado, intitulada “Marketing político: a construção social do mercado eleitoral no Brasil, 1954–2000”;² defendida em 2000. O que pretendo fazer neste artigo é retornar àquela experiência, refletindo mais especificamente sobre os dilemas éticos e metodológicos que se apresentaram. Acredito que tal reflexão pode ajudar a compreender melhor as potencialidades e limites da pesquisa social entre um grupo de especialistas que, no sentido sociológico mais amplo do termo, podemos considerar uma “elite” – em oposição à “massa dos comuns”. Uma vantagem importante na utilização do conceito de elite é que ele permite focar nosso imaginário num nível mais baixo de abstração do que outros termos (como Estado ou classe social, por exemplo), tornando, assim, a pesquisa mais capaz de captar a volatilidade dos novos especialistas (Marcus 1983: 8–10).

Adotei uma estratégia de contato com os “marqueteiros” semelhante à de outros pesquisadores que se defrontaram com o estudo de grupos de elite, tais como cientistas nucleares, altos executivos de grandes empresas ou membros dirigentes de associações filantrópicas resultantes do sistema do mecenato nos

- 1 Os termos entre aspas reproduzem, sempre, as categorias e falas que registrei – nas mais diversas situações – dos especialistas com quem mantive contato direto, face a face. Assim, categorias como “marketing político”, “marqueteiros”, “mercado eleitoral”, “pesquisa de opinião”, “política”, “opinião pública” – sempre que por mim registradas, virão entre aspas. Os textos das revistas, dos livros etc. dos “marqueteiros”, ou que a eles se referem, também virão entre aspas, com as devidas remissões bibliográficas.
- 2 A tese foi defendida no âmbito do Programa de Pós-graduação em Antropologia Social do Museu Nacional da Universidade Federal do Rio de Janeiro sob orientação do professor Antônio Carlos de Souza Lima. Foi publicada, com algumas modificações em 2014.

Estados Unidos. Guardadas as devidas proporções e diferenças, ao lidar com grupos de elite, devemos começar pelo “topo”. Por essa via, obtemos excelentes condições de acesso aos outros membros, na medida em que a hierarquia assume um lugar importante na autorrepresentação desses especialistas (Ostrander 1993; Hertz e Imbe, 1993; Marcus 1992). De fato, na quase totalidade das vezes em que citei o nome do primeiro e mais respeitado especialista com que entrei em contato, me foram concedidos muitos contatos ou informações.

As dificuldades de acesso, os dilemas que as atividades em campo colocavam, o cuidado com um texto (o da tese de doutorado) que seria lido não apenas pelos meus pares acadêmicos – tudo isso é matéria para discussões que, evidentemente, não se apresentam apenas àqueles que pretendem compreender os novos especialistas da comunicação política.

Os contatos que travei foram com “marqueteiros” menos conhecidos do que, por exemplo, Duda Mendonça, Nizan Guanaes, Chico Santa Rita, Geraldo Walter ou, mais recentemente, João Santana. Vários que entrevistei gozam, no entanto, de um altíssimo prestígio entre seus pares. Se meu trabalho apresenta algum interesse, ele está, imagino, na tentativa de estabelecer um painel menos espetacular, mais amplo das atividades de “marketing político”, tanto em termos de sua real dimensão na cena política do Brasil contemporâneo quanto em termos da multiplicidade de agentes e práticas que lhe subjazem.

Os “marqueteiros” estão no centro de polêmicas acesas. De um lado, estão aqueles – eles mesmos e seus aliados – que os veem como especialistas capazes de traduzir a vontade dos eleitores e criar uma “nova forma” de fazer política, na qual o “mercado eleitoral” (guiado pela opinião pública) garante uma política superior à “política ideológica” que teria prevalecido até a década de 1980. De outro, estão aqueles – e são vozes muito mais frequentes – que veem no “marketing político” uma distorção da democracia, rebaixamento da luta política ao nível da venda de sabonetes, manipulação dos eleitores etc. Uma visão mais próxima da realidade com certeza está entre esses polos, e deve considerar o conjunto de atores responsáveis pelas transformações na atividade política representativa, sobretudo a partir da década de 1960.

Irei organizar a reflexão em torno de quatro tópicos. Como nenhum encontro entre o pensamento e a prática científica é gratuito, início por uma digressão pessoal que considero fundamental para entender a escolha do tema de meu trabalho e alguns de seus condicionantes. Num segundo momento, irei apresentar alguns resultados essenciais de minha pesquisa procurando atualizá-los, contextualizando minimamente o leitor no assunto. Num terceiro momento, irei descrever brevemente as estratégias e experiências envolvidas na realização

das entrevistas e da observação participante (esta última em uma consultoria em “marketing” no período eleitoral na cidade do Rio de Janeiro), de forma a problematizar alguns dilemas éticos e metodológicos envolvidos na pesquisa. Num quarto e último momento, irei dialogar com alguns estudos etnográficos sobre os que estão “em cima” (mas também “embaixo”, “ao lado” e “através”) e com a sociologia das profissões de Everett Hughes para avançar na compreensão de um grupo de especialistas – os “marqueteiros” – que é, ao mesmo tempo, parte da elite, e realiza certo “trabalho sujo” necessário à existência da política representativa contemporânea. Argumento, portanto, que também as elites precisam ser contextualizadas no campo mais amplo das relações de poder.

Como cheguei às ciências sociais e ao “marketing político”

O que pretendia, ao início da pesquisa, o que me motivava intimamente, era poder descrever, radiografar o que imaginava, então, ser a hipocrisia e o mau-caráter dos “marqueteiros”, que eu escolhera como porta de acesso para as transformações na atividade política em sua relação com as novas tecnologias e os novos arranjos que estas permitiam. Como cheguei a tal motivação, e que consequências ela teve sobre a pesquisa?

Entrei no curso de graduação em ciências sociais da Universidade Federal do Rio de Janeiro em 1984, mesmo ano da campanha das “Diretas Já” que antecedeu em um ano o fim do regime militar iniciado em 1964.

Transformações muito intensas na forma como se fazia a política vinham acontecendo desde a década de 60, quando a televisão começou a invadir os lares brasileiros. O processo de redemocratização a partir da segunda metade da década de 1970 também gerou novas e inusitadas dinâmicas entre aquele meio e a vida cultural e política do país. Vivi tudo isso de forma muito intensa, uma vez que meu pai era militante de esquerda, atuando em grupos marxistas de oposição ao regime militar, embora discordasse, no limite, do engajamento na luta armada, o que o levou a divergir e sair do Partido Comunista do Brasil (PCdoB) e, depois de um breve período na “esquerda” deste (PCdoBe) ingressar no Partido dos Trabalhadores desde a sua fundação.

Eu me tornara militante do movimento estudantil já no fim do regime militar, antes de entrar no curso de Ciências Sociais. Fora motivado a fazer ciências sociais por conta do desejo de então de transformar o mundo, o que só poderia ser realizado, imaginava à época, por meio da revolução socialista. Oscilei entre a militância no movimento estudantil e os estudos acadêmicos até terminar

minha graduação. No meu mestrado fiz um estudo sobre a campanha eleitoral na televisão no segundo turno da campanha para prefeito da cidade do Rio de Janeiro em 1992 (que colocou em lados opostos César Maia e Benedita da Silva).

No doutorado, queria entender melhor o que estava acontecendo nesse vasto campo das relações entre os novos meios de comunicação à distância (com a tv à frente) e a política eleitoral representativa – e estava convencido, à época da redação do projeto, no início de 1994, que esta última estava em decadência em grande medida por conta daqueles meios.

A bibliografia com que tomei contato durante o curso de doutorado era atualizada, diversa e adequada ao tema, indo da antropologia e sociologia política à história e teoria dos meios de comunicação, passando pela antropologia urbana. O treinamento antropológico a que fui submetido então foi rigoroso.

Foi com surpresa, portanto, que comecei a notar que minhas tentativas de contato mais próximo com o universo dos “marqueteiros” fracassavam sucessivamente. O acesso a esses especialistas foi, de maneira geral, bastante difícil. E isso apesar de me utilizar tanto da rede de relações que construí durante minha militância política (o que me dava acesso aos grupos à esquerda da geografia política herdada da revolução francesa, mas não a outros) quanto das redes que meus professores integravam (foi por um professor do Museu Nacional, por exemplo, que cheguei a um de meus mais importantes interlocutores, um ex-membro do PCB na década de 1960 que se tornara publicitário). A partir de determinado momento, utilizei-me do método da “bola de neve”, e meus interlocutores me indicavam e sugeriam novos contatos.

Olhando retrospectivamente, percebo que muitas das dificuldades que tive no acesso a esses “marqueteiros” foram o resultado não apenas de dificuldades “objetivas”. É verdade que eles alegavam quase sempre falta de tempo, e muitos também afirmavam estranhar o que eu pretendia fazer. Se eu pretendia estudar o “marketing político”, devia ler os livros sobre isso, argumentavam esses últimos.³ Alguns poucos diziam claramente que o acesso às atividades envolvia confiança. Foi necessária muita persistência para alcançar os resultados obtidos.

3 Existe uma bibliografia razoável sobre o “marketing político” constituída, em sua maioria, por manuais que ensinam como se deve agir para ganhar campanhas eleitorais, ou por relatos de campanhas bem-sucedidas nas quais o “marketing político” teria sido fundamental para o sucesso. Remeto o leitor interessado mais uma vez ao texto de minha tese de doutorado (Castilho, 2014).

As dificuldades maiores eram, no entanto, de base subjetiva, e estavam relacionadas à empatia necessária a que o discurso nativo pudesse ser adequadamente dimensionado. Eu nutria sentimentos no mínimo ambivalentes em relação àqueles especialistas.

Alguns autores têm apontado corretamente a necessidade de explicitarmos nossa situação social e emocional em face daqueles que estudamos, como parte importante da reflexividade que se estabelece nas Ciências Sociais contemporâneas (Mauthner e Doucet, 2003: 420). Penso que devemos levar a sério tal questão, e investir em algum tipo de formação que enfoque os aspectos éticos, morais e psicossociais do engajamento com pesquisa científica com seres humanos. Acredito ser este ponto bastante relevante para o estudo das elites contemporâneas. Discussões acerca dos dilemas e questões éticas e morais que se apresentam para cada estudo ou pesquisa concreto devem ser estimuladas entre nossos estudantes de graduação e pós-graduação. Devemos mostrar a eles que tais discussões não são meramente formais, e enfatizar que aspectos éticos e morais são cada vez mais importantes para muitos grupos e comunidades nas sociedades contemporâneas.

A antropologia tratou durante muito tempo como tabu as ambivalências em relação àqueles que pretende estudar. O pequeno “escândalo” que a publicação dos diários de Malinowski causou evidencia tal dificuldade. Neles, Malinowski deixava aparecer a contradição entre a empatia pelos nativos e as dificuldades relacionadas ao estar distante das comodidades “ocidentais”, ou a percepção de que os nativos foram mais pragmáticos e calculistas do que o pesquisador gostaria de admitir, uma vez que a quantidade de informações concedidas foi diminuindo à medida que o estoque de fumo do pesquisador terminava (Malinowski, 1997).

Tais ambivalências, contradições e conflitos se tornam ainda mais agudos e presentes no estudo das sociedades complexas altamente urbanizadas nas quais vivemos desde o final do século xx. A antropologia urbana de Gilberto Velho tem como um de seus pontos altos a explicitação da diversidade dos modos e estilos de vida que presidem a vida na cidade, bem como as formas correspondentes de sociabilidade urbana. Tal diversidade gera também uma profusão de pontos de vista, justificativas “últimas” e visões de mundo conflitantes. Isso exige que o antropólogo saiba “trafegar” por distintas vias, entre diferentes grupos com distintas visões de mundo (Velho, 1994; 2011).

As elites e os grupos que estão “acima” na escala social constroem, como todos os grupos sociais, narrativas e justificativas que naturalizam e/ou legitimam suas ações. A diferença é que elas possuem mais recursos para isso.

Um engano comum entre os pesquisadores que estudam os que estão “em baixo” na sociedade é acreditar demasiado no discurso e nas justificativas que os pobres e desfavorecidos apresentam para o seu modo de vida. Olhando retrospectivamente, vejo que cometi, até o momento que finalmente entrei em campo em 1998 (mas isso ainda com atribulações, como veremos), um erro simétrico: desconfiei demasiado dos “marqueteiros”, suas atividades e discursos, atribuindo a eles problemas e vícios que diziam respeito ao funcionamento da atividade política representativa como um todo.

Supunha à época que a atividade política estava “decadente” em função do avanço dos meios de comunicação à distância, e que os marqueteiros estavam entre os principais agentes de tal decadência. Ambas as suposições eram parciais.

Contextualizando o marketing político

As condições sociais para o surgimento do “marketing político” devem ser procuradas nos Estados Unidos do pós-guerra e, mais especificamente, durante as décadas de 1950 e 1960. Foi lá que se conjugaram mais cedo a expansão dos meios de comunicação à distância (com a televisão à frente desde a década de 1950) e uma “opinião pública” de tipo “mercadológico”, construída a partir de questionários estratificados socialmente⁴

Com a expansão da influência política, econômica e cultural dos Estados Unidos sobre boa parte do mundo, o “marketing político” também foi exportado.

- 4 Em 1935, foi fundado pelo governo federal estadunidense o *American Institute of Public Opinion* (AIPO), e sua direção foi entregue a um homem que revolucionaria o conceito de “opinião pública”: George Horace Gallup. Acadêmico, estatístico, mas com uma profunda sensibilidade às questões humanísticas, Gallup introduziu técnicas básicas e essenciais, como a construção de amostras estratificadas de acordo com critérios socialmente relevantes. Gallup tornar-se-ia uma personalidade conhecida em 1936, quando das eleições presidenciais naquele país. Utilizando técnicas de construção probabilísticas das amostragens e a estrutura do AIPO, ele conseguiu se aproximar do resultado nas urnas com uma margem de erro de menos de cinco por cento a partir de uma amostra de 2.500 questionários (Gallup, 1937). Essa vitória “pessoal” de Gallup sinaliza, no imaginário dos operadores contemporâneos da opinião pública, o fim da era “amadorística” ou “não científica”. Quando falo em “opinião pública mercadológica”, me refiro ao tipo de opinião pública que é resultado das sondagens feitas pelos institutos de “pesquisa de opinião”.

Trata-se da transmigração de modelos e saberes para se operar a atividade “política” em sua dimensão representativa-institucional e formal. Na medida em que esses modelos e saberes constroem-se num processo de abstração dos contextos e conteúdos concretos – apelando à “universalidade” dos “desejos” dos eleitores, tal como se expressam na “opinião pública” –, sua penetração em outros contextos históricos e culturais não é problemática, dependendo da capacidade do especialista em articular as “leis” e os “mandamentos” do “marketing político” à situação particular. A análise de casos concretos de “marketing político” demonstra, no entanto, a interferência de variáveis outras (“pessoais” e “relacionais”) que não apenas as “mercadológicas” nas campanhas eleitorais.

A consolidação das atividades de “marketing político” no Brasil ocorreu na década de 1980 (são marcos as eleições para governador, em 1982, o fim do regime militar, em 1985, e a eleição presidencial de 1989), se expandiu com a transição democrática e amadureceu nos anos 1990.

A partir do início do século XXI, e mais ainda de sua segunda década, o “marketing político” e o “mercado eleitoral” que lhe é correlato passaram a conviver com as novas tecnologias da comunicação derivadas do uso intensivo da internet e das chamadas redes sociais (das quais os principais representantes no Brasil são Facebook, Twitter, My Space, LinkedIn, Instagram, Flickr e Orkut).

Ainda é cedo, e temos poucos elementos para saber se tais mudanças derivadas da internet e das redes sociais diminuem, aumentam ou mantêm na mesma a capacidade de atuação, atração e intervenção que o “marketing político” e os “marqueteiros” alcançaram entre os anos 1980 e a primeira década do século XXI. A campanha de Obama à presidência dos Estados Unidos em 2008 é, sem dúvida, um marco para essas novas formas de fazer política que se utilizam extensamente da internet, de seu poder de mobilização e de convencimento (Cf. Gomes *et al.*, 2008).

Até que ponto essas novas tecnologias permitem uma comunicação “mais direta” com os eleitores e, portanto, com menor necessidade de mediadores (como os “marqueteiros”), ou exigem mediadores com novas habilidades (e os “marqueteiros” pretendem, sem dúvida, adquiri-las), ainda não está claro. Manuel Castells, por exemplo, um dos mais importantes e argutos analistas da sociedade em rede e da internet (1999, 2002a, 2002b, 2004), dá, em um dos seus últimos textos acerca da questão do poder e da política (2007), sinais de uma postura equilibrada quanto à possibilidade de a internet diminuir a importância da mediação e alterar o poder político hegemônico. As investidas dos meios de comunicação corporativos e dos políticos profissionais e seu *staff* procuram contrabalançar as formas de comunicação horizontal possibilitadas pelas novas tecnologias digitais de comunicação (2007:17–20).

Quem são os “marqueteiros”, os especialistas em “marketing político”? Trata-se de uma categoria fluida, com fronteiras tênues com uma série de outras especializações profissionais. Muitos profissionais escolhem, inclusive (dadas as acusações que envolvem a categoria), não se identificar como “marqueteiros”, preferindo se assumir como “consultores” – o que se expressa na constituição da Associação Brasileira de Assessores Eleitorais e Consultores Políticos (ABCOP⁵) –, embora realizem exatamente as mesmas atividades.

Os “marqueteiros” são especialistas que colaboram e competem entre si para se mostrarem imprescindíveis a todos aqueles que pretendem se tornar representantes eleitos institucionalmente, seja para cargos executivos, parlamentos ou clubes de futebol: assessores os mais variados, jornalistas, assessores de “comunicação”, cientistas políticos, consultores diversos, especialistas em “opinião pública”, publicitários, especialistas no “discurso” (a fala do candidato), produtores de televisão etc.

Qual é o grau de fluidez e o que isto significa para o grupo é uma questão que me mobilizou durante muito tempo. Oscilei bastante entre dois erros comuns quando se procura enfocar novos “grupos profissionais”: ora os considerava como um grupo que sempre tivesse existido, ainda que sob outros nomes, ora considerava que ele só tinha se constituído como tal a partir do momento em que o nome que o designa se tornou comum. Aprendi, com a brilhante análise que Boltanski faz de um grupo de novos executivos surgidos na França a partir do final da década de 1960, que os dois erros são similares, pois em ambos

[...] o trabalho social que deu ao grupo sua forma é oculto, quer sua “existência” seja subordinada à realização de funções sociais definidas de maneira intemporal ou, ao contrário, seja atribuída a uma “mutação” brutal da ordem técnica e/ou econômica cujos efeitos sociais se exerceriam de forma mecânica. (Boltanski, 1982:49–52)

Devia centrar a pesquisa, portanto, no processo de constituição do grupo, mais do que em suas “fronteiras” ou “bordas” com ou em relação aos outros grupos com quem se entrelaça e de quem procura se distinguir. “Marketing político” funcionou para mim como uma senha para obter acesso a uma série de práticas e saberes que são uma dimensão importante ao funcionamento da política contemporânea no Brasil. À medida que fui adentrando o universo de

5 Ver <http://www.abcop.com.br/>

representações e relações dos “marqueteiros”, fui tendo cada vez mais certeza que lidava com um “grupo social” que existia e não existia ao mesmo tempo. Outra citação de Boltanski é oportuna:

O grupo, por um trabalho incessante, cujos traços objetivados em seus escritos representa apenas uma pequena parte, está em constante construção. O grupo [...] adquire uma estrutura própria, com um centro e margens, representantes “autênticos” e casos limites, operando sobre a base de estruturas subjacentes (estruturas de distribuição de bens raros) que limitam a margem do jogo, o número e a diversidade de agentes suscetíveis de ser[em] “assimilados” e o espaço social de atração do título e suas representações. [...] Em cada momento, a série de operações possíveis – reuniões, interseções e separações – não é o produto fatal e mecânico de determinismos econômicos ou mesmo morfológicos, dependendo também da conjuntura histórica e política, isto é, do trabalho de mobilização que se exerce entre os grupos antagônicos ou concorrentes e das estratégias que eles colocam em ação. (P. 485–486)

A categoria dos especialistas em “marketing político”, ou “marqueteiros”, não é muito grande, quantitativamente falando, e se encontra, desde a sua origem, no centro de discussões éticas acerca da legitimidade de sua atividade.

Segundo o site da ABCOP, a associação conta 161 sócios. Ela é, no entanto uma associação em grande medida honorífica, pois está aberta à filiação de quaisquer especialistas, desde que comprovem experiência como consultores em pelo menos três campanhas e sejam aceitos por sua diretoria. Os seus membros são os mais influentes entre os “marqueteiros”.

Um exemplo das tentativas de definição de tais limites ocorreu em torno de um conhecido episódio na primeira eleição presidencial após o fim do regime militar, a de 1989. Como sabemos, chegaram ao segundo turno os candidatos Fernando Collor de Melo e Luís Inácio Lula da Silva. Collor se utilizava extensamente dos serviços de especialistas em marketing e comunicação política. Chico Santa Rita, presidente da TVT, foi chamado para trabalhar nos últimos quinze dias da campanha do ex-governador alagoano. Ele teria orientado Collor a divulgar o depoimento da ex-mulher de Lula, Miriam Cordeiro, no horário gratuito de propaganda eleitoral, o que de fato ocorreu uma semana antes da votação (*Meio & Mensagem*, 601, 18/4/94).

No depoimento, Miriam Cordeiro afirmou que Lula teria lhe sugerido um aborto da filha que ela esperava de ambos. Tal depoimento causou muita polêmica, entre outras coisas, porque trazia para o centro da campanha eleitoral uma questão que seria de foro pessoal e íntimo. Santa Rita defendeu a divulgação do

depoimento de forma que não deixa de ser surpreendente. Alegou que o depoimento era “verdadeiro”. E disse que, em contrapartida, recebera uma fita em que Lula “aparecia” em uma execução promovida pelo regime cubano. A princípio Collor queria que a fita fosse exibida, mas Santa Rita o convenceu de que se tratava de uma montagem, uma farsa. Já o depoimento de Miriam era “verdadeiro”, e todas as ações de uma pessoa pública como um candidato à presidência da República seriam públicas (*Meio & Mensagem*, 601, 18/4/94). Relembremos que a jornalista Maria Helena Amaral, que participava da elaboração do programa eleitoral de Collor na TV, saiu da campanha logo em seguida a esse episódio, acusando um irmão de Collor de comprar o depoimento.

Se voltarmos à questão do número dos “marqueteiros”, percebemos que a dificuldade maior está exatamente nas fronteiras tênues que eles dividem com uma série de outros grupos, bem como em sua capilaridade. Em conversas com os meus interlocutores, obtive cifras que oscilavam, para o País, entre mil e três mil especialistas. Elas consideram “marqueteiros”, por exemplo, todos os assessores que, tendo participado de algum curso ou seminário de “marketing político” (em São Paulo, no Rio de Janeiro ou em outras capitais), atuam na campanha de um vereador do interior da Paraíba a partir das técnicas recém-aprendidas.

A maior parte dos especialistas em “marketing político” exerce, ao mesmo tempo, outra atividade. Isso é resultado não só da sazonalidade dos períodos eleitorais, mas da instabilidade do mercado, que depende das demandas dos atores políticos, para esses profissionais.

O dinheiro é um vínculo importantíssimo com os clientes. A potência abstrata que é o dinheiro (Simmel, 1978:434) presta-se muito bem às diferentes concepções e posturas que tomam conta dessa atividade. Os “marqueteiros” gostam de representar-se como pioneiros de uma nova era de profissionalização da atividade política. Tal profissionalização passa, necessariamente, pelo pagamento monetário de atividades que anteriormente não eram remuneradas. Isso efetivamente distingue os “marqueteiros” dos outros assessores dos candidatos, mas existem ainda elementos importantes a serem levados em consideração.

Os “marqueteiros” também fazem, no entanto, muitas apostas em campanhas ou candidatos que talvez não consigam pagar os compromissos assumidos. Nesses casos, os “marqueteiros” têm a expectativa de vencer os pleitos a que seus clientes concorrem, ou galgar algum importante cargo público em caso de vitória nas urnas, ou, ainda, conquistar alguma forma de prestígio específico.

Os preços que os “marqueteiros” cobram pelos seus serviços são motivo de muita discussão e controvérsia. Esse preço varia de acordo com a importância e

o tamanho do eleitorado em disputa. Na medida em que se pretendem uma espécie de gerente das campanhas eleitorais, os “marqueteiros” calculam a quantia que lhes deve ser paga também em função de quanto dinheiro estas movimentam. As cifras milionárias que circulam nos meios de comunicação durante os períodos eleitorais vão parar nas mãos de um número reduzido de especialistas. A disseminação do “marketing político” após a década de 1990 fez com que um grande número de especialistas adequasse os saberes e práticas necessários ao seu exercício às condições de candidaturas médias e pequenas, nas capitais e no interior, onde recebem quantias bem mais modestas.

Não se pode também responsabilizar exclusivamente os “marqueteiros” pela escalada dos preços para a produção das campanhas eleitorais. A importância da televisão e sua utilização crescente a partir do fim da década de 1950, junto com as pesquisas de opinião, tem elevado em muito os gastos.

O trabalho de campo e o material empírico obtido com os “marqueteiros”

Consegui realizar 42 entrevistas com 13 especialistas entre 1994 (ano em que realizei apenas duas) e 1997, sendo duas destas em São Paulo. Finalmente consegui atuar, entre março e julho de 1998, no período eleitoral, numa pequena consultoria em marketing no Rio de Janeiro.

É importante enfatizar que um relato das estratégias e experiências envolvidas na realização das entrevistas e da observação participante não dá conta das dificuldades de diversas ordens que tanto a entrada em campo quanto as próprias entrevistas apresentaram. Para cada entrevista que eu conseguia realizar, pelo menos duas eram desmarcadas, ou não aconteciam por qualquer motivo. A entrada em campo foi precedida por conversas diversas, nas quais as regras do que poderia ser dito eram exaustivamente discutidas. Comprometi-me a não citar os nomes dos envolvidos durante o trabalho de campo, o que me obrigou também a descontextualizar alguns dados e informações.

As entrevistas

Comecei meu contato com os “marqueteiros” por meio de um respeitado especialista, que era ao mesmo tempo professor universitário. Este especialista – que chamei de “João” – também me alertou para o fato de que, em São Paulo, existia

o maior mercado para as atividades de marketing político; por ele, tornei-me ciente da recente criação da ABCOP (em 1991). Com ele, consegui o contato com alguns importantes “marqueteiros” e, a partir destes, fui entrando em contato com outros.

Durante as entrevistas, mantive um roteiro bastante flexível, procurando centrar em três grandes temas: trajetória de vida e encontro com o “marketing político”; principais atividades como “marqueteiro”, campanhas e experiências e as diferenças ou proximidade entre o “marketing político” e o “marketing eleitoral”. Optei por não gravar as entrevistas, o que garantiu maior liberdade na fala dos “marqueteiros”. O registro sistemático da entrevista em forma escrita num prazo não maior do que 24 horas de sua realização garantiu informações preciosas. Alguns poucos especialistas – apenas três – solicitaram que a entrevista fosse gravada, mas, a todo momento, diziam o que deveria ficar “em off”, e o gravador era desligado.

As entrevistas evidenciaram, em primeiro lugar, uma grande diversidade de formações e experiências profissionais prévias e concomitantes ao encontro com o “marketing político”. Na amostra que construí, cinco especialistas eram publicitários e ou/formados em comunicação, três tinham formação em ciências sociais e/ou ciência política, dois eram especialistas em opinião pública (ambos com formação em sistemas de informação e assessoria de informática para governos).

Apenas um desses especialistas vivia exclusivamente de “marketing político” (ele fora contratado por um deputado federal para atuar exclusivamente para este), todos os outros mantinham atividades seja como publicitários, seja como especialistas em opinião pública, economistas ou jornalistas. Todos tinham formação superior e quase todos, alguma pós-graduação.

As entrevistas me evidenciaram uma questão mais importante acerca das formas de organização e a autoidentificação desses especialistas. As fortes acusações éticas feitas contra eles por muitos grupos e por certo senso comum pseudo-informado não são sem consequência sobre aquelas formas de organização e auto-identidade. Todo o processo de organização que presidiu a criação e a consolidação da ABCOP deve ser visto como um esforço de criação de uma identidade pública e profissional “ilibada” para esses especialistas, num contexto em que se pretende que todo o “trabalho sujo” da atividade política se concentre na mão deles.

Mais ainda, a própria identidade dos “marqueteiros” está, de alguma forma, relacionada ao tema fundante da postura ética que cada especialista deve assumir frente aos dilemas que se apresentam na sua atividade. Um tema que

aparecia invariavelmente em quase todas as entrevistas (mesmo não sendo de forma alguma abordado por mim) era o da atitude profissional e ética que o “marqueteiro” deve ter, evitando o “vale tudo para ganhar”.

Os próprios “marqueteiros” efetuam uma divisão entre os “éticos” e os “que fazem tudo para ganhar”, que apareceu já na primeira entrevista. Tal divisão, com pequenas variações, era recorrente. Eu não conseguia, no entanto, contato com um desses “marqueteiros que fazem tudo para ganhar”. Meus interlocutores se mostravam reticentes e visivelmente não queriam ser “contaminados” pela acusação de que conheciam algum “marqueteiro” desse tipo. Finalmente, um de meus interlocutores afirmou conhecer um desses “marqueteiros” e me passou o contato dele.

Após um extenuante período em que as entrevistas eram marcadas e desmarcadas em seguida, consegui entrevistar esse especialista e descobrir que ele tinha relações estreitas com mais de um dos “marqueteiros éticos”. Essas relações não eram citadas nem apareciam nos meios especializados que eu consultei durante a pesquisa. O marqueteiro que faz tudo para ganhar não permitia que o seu nome aparecesse nos meios de comunicação à distância, ao contrário do que fazem os marqueteiros éticos.

Esse “marqueteiro” explicitou uma concepção distinta do papel que a opinião pública joga para o aperfeiçoamento da democracia:

[...] trata-se de construir maiorias, e ninguém sabe efetivamente como funciona a “opinião pública”. Sabe-se, isto sim, que a divulgação do resultado de pesquisas influencia os eleitores. As pessoas tendem a não votar nos perdedores. Existe, portanto, uma guerra pela opinião. O povo não sabe e não pode saber o que é bom. (Aramis, 1997)

O “marqueteiro que faz tudo para ganhar” é uma categoria acusatória que fala da dificuldade do estabelecimento de limites éticos claros sobre o que se deve e o que não se deve fazer nas campanhas eleitorais e nas lutas políticas contemporâneas. Tal dificuldade não diz respeito ao “marketing político” especificamente, mas à atividade política. Retornarei a este ponto adiante.

A concepção predominante e oficial entre os “marqueteiros”, no entanto, é aquela segundo a qual as novas técnicas de comunicação política (pesquisas de “opinião pública”, treinamento para aparição na televisão etc.) são técnicas que sondam efetivamente as vontades e os desejos das pessoas (elas têm credibilidade) e que, portanto, podem ser utilizadas para finalidades positivas ou negativas.

Considero a passagem seguinte de minha primeira entrevista bastante elucidativa:

[...] agora, se você me perguntar se essas técnicas [de “marketing político”] têm um efeito manipulatório, eu lhe responderei que têm sim. Elas são suscetíveis de mascarar certas realidades dos candidatos? São. Elas também têm virtudes e qualidades muito grandes, como tudo na vida. Elas têm facetas positivas e negativas. Não é a técnica em si que é boa ou má. A técnica é sempre neutra. Boa ou má é a atitude humana... Então, você sempre cai no livre-arbítrio. Essa proliferação [das técnicas de marketing político] evidentemente tem um lado negativo, que é a introdução de pessoas despreparadas, sem formação, sem leitura, formação escolar adequada, que, portanto, improvisam e não conhecem o processo com clareza. Na verdade, você precisa de uma razoável carga cultural para lidar com o processo. (João, 1994)

A observação participante

A todos os especialistas com quem eu entrava em contato explicava que precisava fazer o acompanhamento das atividades por meio da observação participante. Apesar de, a princípio, todos terem dito que fariam esforços nesse sentido, na prática, foram inviabilizando tal coisa.

Isso só mudou quando percebi que deveria assumir a identidade de um “marqueteiro” para poder observar o “marketing político” “em ação”. Tal “percepção”, no entanto, só foi possível – e considero isso muito importante – quando entendi que certas atividades do mundo social não se prestam à observação costumeira e ordinária pelas ciências sociais tal como prescrevem nossos manuais. Só era possível observar o “marketing político” se estivesse atuando a partir dos princípios e da ideia de que este era efetivo e superior às outras formas de se fazer as campanhas eleitorais e a publicidade dos políticos.

Era preciso, portanto, atuar como um “marqueteiro” para que pudesse observar o “marketing político”. A atividade do “marketing político” – assim como várias outras especializações simbólicas – supõe uma elevada dose de crença no poder de suas técnicas e abordagens. Evidentemente, tudo isso vem emoldurado num discurso cientificizante em que se mesclam conhecimentos teóricos advindos de diversas áreas (publicidade, comunicação, ciência política, psicologia), bem como conhecimentos práticos e técnicas (“treinamento dos candidatos”, “gerenciamento da imagem pública” deles etc.).

O que fiz, então, foi oferecer minha força de trabalho de graça para dois especialistas que entrevistara três vezes, além de tê-los acompanhado em um congresso de “marketing político” em 1994. Essa oferta era interessante para os

“marqueteiros” não só por motivos monetários *stricto sensu*, mas porque ela permitia ampliar o leque de atuações que a xyz (pseudônimo escolhido por mim para uma consultoria) teria em um ano eleitoral, momento decisivo para estabelecer relações e alianças.

Finalmente fui aceito. Em nosso primeiro encontro de trabalho, fiquei encarregado de fazer uma pequena apresentação de cerca de vinte minutos sobre um livro recentemente lançado sobre “marketing eleitoral”. O livro era *Murro na cara*, do jornalista Victor Paolozzi (1996).

Essa apresentação, claramente, funcionava como um teste de algumas habilidades essenciais ao ofício de “marqueteiro”: a clareza da fala, a capacidade de síntese e, sobretudo, de impressionar a audiência. Preparei uma apresentação oral de vinte minutos na qual exploraria as contribuições trazidas pelo autor (num total de quinze minutos de fala) para, num segundo momento (que calculei durar cerca de cinco minutos), apresentar algumas considerações críticas acerca da eficácia do “marketing político”.

O resultado dessa apresentação não deve ter sido de todo ruim, porque após a apresentação do livro, Y. afirmou que a ajuda seria mesmo necessária, uma vez que eles estavam assoberbados de trabalho.

A xyz era uma pequena consultoria fundada em 1992 por três sócios. X. abandonou a “consultoria”, permanecendo nela Y. e Z.. Ambos se formaram em Economia por uma universidade pública no Rio de Janeiro. Tal formação levou a que a “consultoria” iniciasse seus trabalhos como “consultoria em marketing econômico” e, após 1994, comesse a trabalhar com “marketing político”. Em 1997, Y. iniciou o mestrado em Administração Pública na Fundação Getúlio Vargas (FGV), no Rio de Janeiro. Até o período em que encerrei meu trabalho de campo, ele não tinha se definido pelo tema da dissertação, inclinando-se para tratar da “guerra fiscal” que teria se acirrado a partir da Constituição de 1988.

O fato de a xyz ser uma consultoria em “marketing” de reduzidas dimensões permitiu observar sua estrutura de funcionamento. Pude compreender, gradativamente, a consultoria em sua totalidade, e não apenas aquelas campanhas que os “marqueteiros” gostam de mostrar para os meios de comunicação.

Pude perceber também as relações complementares e conflitivas que se estabelecem entre os “marqueteiros” e seus clientes, os candidatos. Embora sejam seus contratantes e, portanto, a razão da sua existência como categoria, os políticos e candidatos são vistos, geralmente, como “atrasados”, fisiológicos, incapazes de perceber a importância da “opinião pública” e do “marketing político”. Tal relação complementar e conflitiva também permite uma particular economia da explicação das derrotas e vitórias, que não vem ao caso abordar aqui.

Durante o período de março a julho de 1998, pude atuar e acompanhar, com diferentes níveis de envolvimento, três campanhas: duas “político-partidárias” – uma para deputado estadual e outra para um candidato “nanico” ao governo do estado – e uma terceira para a presidência de um grande clube de futebol do Rio de Janeiro.

Não há porque negar que meus sentimentos e minha rotina à época ficaram um tanto atribulados. Na campanha para deputado estadual, fui incumbido de participar das reuniões da assessoria da candidata como o membro da xyz responsável pela campanha. Semanalmente, participava dessas reuniões, o que me exigia um protagonismo que me deixava desconfortável. E isto porque, intimamente, continuava a acreditar que somente a atuação política que fosse desinteressada, movida por ideologias, era válida. As dificuldades para separar os papéis de investigador e minhas identificações com o tema foram muito maiores e persistentes do que eu pretendia.

Numa determinada ocasião, fui incumbido de fazer uma pesquisa sobre “direitos femininos” e apresentar à candidata propostas de ação e de legislação que pudessem mobilizar sua candidatura. Em outra, fui instado a opinar e defender minha opinião acerca do *slogan* central adequado à campanha. Nessas situações, tinha que demonstrar saber teórico e prático acerca do “marketing político” e também “me portar” como um “marqueteiro”, o que levou a exercícios árduos tanto para absorver conhecimentos, teorias e histórias necessários ao exercício da atividade quanto para transmitir confiança e legitimidade em minha performance profissional.

Na campanha para o candidato “nanico” ao governo do estado, não fui encarregado de uma atuação central como na campanha à deputada estadual. Solicitaram-me a redação de uma proposta de programa de governo para a candidatura. Quando solicitei mais informações e parâmetros para que pudesse realizar o pedido, recebi apenas a indicação de que deveria dar muita atenção a “ações estruturais na Baixada Fluminense”, uma vez que o candidato não só era de lá, como também estava projetando o seu nome para se tornar uma espécie de administrador daquela região caso um determinado candidato (seu adversário, com quem estava articulado) vencesse.

Estabeleci progressivamente uma relação de confiança com Y. e Z., mas essa confiança não eliminou a percepção que ambos tinham da dificuldade da tarefa que tinha me proposto. Nunca toquei, em momento algum, no meu passado de atuação política e militância de esquerda. Referi-me sempre a meu interesse acadêmico na produção de uma tese em antropologia sobre o “marketing político”, e disse que não pretendia julgar ou condenar o “marketing político”.

Ambos sabiam, no entanto, que eu tinha no mínimo dificuldades em perceber a atividade política como algo que pudesse ser feito sem um comprometimento com uma concepção ou ideologia definida – uma habilidade que se pode vender para qualquer um interessado em comprá-la. A todo o momento, irrompiam piadas e brincadeiras que procuravam me testar, encontrar alguma resposta ou reação. Num desses momentos, Z., me vendo às voltas com a preparação para o programa de governo do candidato nanico ao governo do estado, me disse: “Você não tem escrúpulos em fazer campanha pra esse cara não? Eu não tenho escrúpulos mesmo, mas você... um sociólogo...”. (1998). Todo o comentário foi carregado de um tom que oscilava entre a ironia, a provocação e o ceticismo.

Os “marqueteiros” e a divisão moral do trabalho na política contemporânea

As reflexões sobre as etnografias feitas com elites tiveram um momento importante com a publicação do texto de Laura Nader (1972). Nele, a autora pontuou a importância de se estudar aqueles que estão “em cima” como forma de acesso às perspectivas próprias desses grupos e atores, e evidenciou o ganho de compreensão que a análise de sociedades complexas, particularmente, tem com tal perspectiva. As dificuldades de acesso e as diversas estratégias para obtê-lo se tornaram, desde então, um tópico recorrente (Ostrander, 1993; Hertz e Imber, 1993; Gusterson, 1997; Ortner, 2010).

Em síntese, os problemas são velhos conhecidos, mas adquirem novas formas. Os maiores perigos e receios estão: a) na “captura” do pesquisador pelo ponto de vista nativo, seus discursos e performances; b) na “denúncia” que ronda o trabalho do etnógrafo quando ele trata com tais grupos e que muitas vezes serve, ainda que inadvertidamente, aos propósitos de uma perversa divisão moral do trabalho.

Estudos recentes têm argumentado que os maiores ganhos da perspectiva antropológica estão na sua capacidade de situar pessoas, pensamentos e acontecimentos, estejam eles “em cima”, “abaixo”, “ao lado” ou “através” (Bowman, 2009). Por essa via também se chama a atenção para o perigo em estudar aqueles que se situam num determinado estrato da vida social a partir de suas relações endógenas, se esquecendo das relações sociais mais amplas que qualquer grupo ocupacional ou profissional possui. As analogias e comparações entre os que estão “em cima”, “abaixo”, “ao lado” ou “através” são frutíferas para a investigação

etnográfica das elites. Em apoio a essa última afirmativa, recorro à sociologia do trabalho e das ocupações de inspiração interacionista de Everet Hughes.

Para Hughes, a divisão do trabalho é fundamentalmente uma divisão moral do trabalho, e as questões técnicas e administrativas são incidentais. Uma ocupação não é um conjunto particular de atividades, mas a parte de um indivíduo num sistema de atividades em permanente interação. Mais especificamente, uma ocupação consiste numa licença ou mandato implícito ou explícito que é concedida a algumas pessoas para que levem a cabo certas atividades de forma distinta do que a fazem as pessoas comuns, recebendo inclusive dinheiro em troca disso. Tal licença pode ser restrita ou ampla, de acordo com o grau de credibilidade que os mandatários de tal ocupação possuam (Hughes, 1971:285–288).

Hughes postulou que se pode aprender bastante acerca das ocupações com alto prestígio aplicando a elas conceitos que normalmente estão associados ao estudo das ocupações com baixo prestígio. Mais ainda, partir daqueles que tem menos prestígio seria um promissor ponto de partida. E isso porque aqueles que estão “embaixo” na escala social devem realizar tarefas que a sociedade “normal” se recusa a fazer (elas são “sujas” tanto no sentido da aversão física quanto da aversão moral, o que levou Hughes a cunhar a expressão “trabalho sujo” – *dirty work*). Tais tarefas em geral colocam dilemas ou tabus para a sociedade mais ampla, uma vez que são, de alguma forma, “necessárias” ou, pelo menos, são justificadas dessa forma. Surge, então, a questão sociológica do grau de “delegação” da sociedade em relação aos que realizam tais atividades e da responsabilidade que ela tem com relação aos atos destes (p. 341–344).

A perspectiva interacionista permitiu que Hughes recolocasse os termos reificadores da pergunta “esta ocupação é uma profissão?” da seguinte forma: “em que circunstâncias as pessoas que se ocupam de uma determinada atividade procuram transformá-la em uma profissão, e a si próprios em ‘profissionais’”? O conceito de “profissão” não é descritivo, como pretendem muitos, mas um conceito valorativo, no qual o prestígio é essencial (p. 338–340).

A resposta a essa pergunta, no caso dos “marqueteiros”, é: desde que começaram a se articular como especialistas e a ser submetidos a avaliações morais negativas, sendo culpabilizados por disfunções do sistema representativo, como a manipulação da vontade popular e o uso abusivo de dinheiro nas campanhas eleitorais.

A principal estratégia de legitimação do “marketing político” no Brasil tem sido a sua “profissionalização”, concretizada por meio da criação e consolidação de uma associação (a ABCOP) que, embora fundada em 1991, era uma

aspiração dos “marqueteiros” desde o início da década de 1980. Os “marqueteiros que fazem tudo para ganhar” só se utilizam instrumentalmente dessa institucionalização, fazendo questão de manter o seu trabalho longe de maior visibilidade.

Os “marqueteiros” vivem a dupla condição de serem membros de uma elite e, ao mesmo tempo, estarem condenados a fazer o “trabalho sujo” de boa parte da política contemporânea. Essa dupla condição cria dificuldades adicionais para o seu estudo, uma vez que é extremamente difícil encontrar um lugar adequado para narrar suas ações. As dificuldades do trabalho de campo podem ser explicadas em boa medida por isso.

O trabalho sujo a que os “marqueteiros” estão condenados diz respeito ao cálculo que têm que fazer em termos da adesão das propostas de seu candidato-cliente ao “mercado eleitoral”. Eles são criticados por procurarem alcançar esse “mercado eleitoral” independentemente de outras considerações.

O que pude constatar progressivamente, à medida que ouvia e via os “marqueteiros” em ação, é que boa parte do que era dito sobre eles na imprensa ou em revistas especializadas de forma acusatória era resultado da condenação por uma divisão perversa do trabalho moral no campo da política representativa contemporânea. Como são os responsáveis – pretendem sê-lo, disputam isso com uma série de outros atores próximos e concorrentes – pela apresentação da “imagem” (tanto a aparência física quanto as ideias que norteiam o posicionamento dos candidatos) dos candidatos, também seriam responsáveis pelos limites éticos das escolhas desses candidatos.

Esta é uma representação que é absolutamente insatisfatória, e que parece tomar os textos, discursos e matérias de e sobre os marqueteiros ao pé da letra no que diz respeito à autopropalada capacidade que estes teriam de ditar os rumos da política contemporânea. Tal representação também nega a capacidade de agência por parte dos políticos profissionais, o que não parece razoável.

Eu mesmo fiquei, durante um tempo precioso, prisioneiro de uma visão acusatória e negativa, fomentada também por meu encontro inicial com as Ciências Sociais e pela demora no enfrentamento dessa questão que é simultaneamente ética, afetiva e epistemológica.

Não há como compreender o “marketing político” e os especialistas que em torno dele orbitam se não partirmos, na pesquisa sobre sua gênese, para a dimensão moral que essa atividade ocupa na cena política contemporânea.

Por último, é importante afirmar que os “marqueteiros” estão mais presos ou vinculados às formas “tradicionais” de se fazer política do que eles gostam de assumir publicamente. “Política tradicional”, para os “marqueteiros”, se refere,

quase sempre, a formas de interlocução que passam por mediadores tais como “assessores” ou “cabos” eleitorais.

Embora alguns poucos “marqueteiros” que podem se dar ao luxo de trabalhar apenas em “grandes campanhas” (para presidente, governador ou para as prefeituras de grandes cidades) lidem exclusivamente com o “mercado eleitoral” das “pesquisas de opinião” e dos anúncios de televisão, esta não é a realidade da maioria. A maioria lida com situações nas quais o contato com os mediadores políticos “tradicionais” é fundamental, daí – entre outros motivos – as capacidades performativas que eles desenvolvem.

Os “marqueteiros” se mostram extremamente hábeis nas relações de luta/aliança com as outras forças políticas presentes nas campanhas concretas. Assim, eles não anunciam tanto “uma nova política” mas tornam mais complexa a política atual, acrescentando a ela novos elementos.

Referências

- ARAMIS |pseudônimo|. *Entrevista concedida ao autor*. Rio de Janeiro, 10 jul. 1997.
- BOLTANSKI, L. *Les Cadres: la formation d'un groupe social*. Paris: Éditions de Minuit, 1982.
- BOWMAN, D. Studying Up, Down, Sideways and Through: Situated Research and Policy Networks. In LOCKIE, S. et al. (ed.). *The Future of Sociology: Proceedings of the Annual Conference of the Australian Sociological Association*. Canberra: Australian National University, 2009. Disponível em: <http://www.tasa.org.au/conferences/conferencepapers09/>. Acesso em: 8 out. 2011.
- CASTELLS, M. *A sociedade em rede*. São Paulo: Paz e Terra, 1999. Coleção A era da informação: economia, sociedade e cultura, v. 1.
- _____. *O poder da identidade*. (São Paulo: Paz e Terra, 2002a. Coleção A era da informação: economia, sociedade e cultura, v. 2.
- _____. *Fim de milênio*. São Paulo: Paz e Terra, 2002b. Coleção A era da informação: economia, sociedade e cultura, v. 3.
- _____. *A galáxia internet: reflexões sobre a internet, negócios e a sociedade*. Lisboa: Calouste-Gulbenkian, 2004.
- _____. *Communication, Power and Counter-power in the Network Society*. *International Journal of Communication*, n. 1, 2007. Disponível em: <http://ijoc.org>. Acesso em: 22 ago. 2012.
- CASTILHO, S. R. R. “Marketing político”: a construção social do “mercado eleitoral” no Brasil (1954–2000). Rio de Janeiro: 7Letras, 2014.
- GALLUP, George Horace.. The public rings the bell. *Marketing Research*. FEB. 1937, 3–4.

- GOMES, Wilson *et al.* “Politics 2.0”: a campanha online de Barack Obama em 2008. *Revista de Sociologia e Política*, Curitiba, v. 17, n. 34, out. 2009. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=s0104-44782009000300004&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 2 jul. 2012.
- GUSTERSON, H. Studying up Revisited. *PoLar: Political and Legal Anthropology Review*, v. 20, n. 1, p. 114–119, 1997.
- HERTZ, Rosanna; IMBER, Jonathan B. Fieldwork in Elite Settings: Introduction. *Journal of Contemporary Ethnography*, v. 22, n. 1, p. 3–6, 1993.
- HUGHES, E. The Sociological Eye: Selected Papers. Chicago: Aldine-Atherton Inc., 1971.
- JOÃO [pseudônimo]. *Entrevista concedida ao autor*, 10 maio 1994.
- MALINOWSKI, Bronislaw. *Um diário no sentido estrito do termo*. Rio de Janeiro: Record, 1997.
- MARCUS, Georg. *Lives in Trust: The Fortunes of Dynastic Families in Late Twentieth-Century America*. Boulder, CO.: Westview Press, 1992.
- _____. “Elite” as a Concept, Theory and Research Tradition. In: MARCUS, G. (ed.). *Elites*. Albuquerque: University of New Mexico Press, 1983. p. 7–27.
- MAUTHNER, N.; DOUCET, A. Reflexive Accounts and Accounts of Reflexivity in Qualitative Data Analysis. *Sociology*, v. 37, n. 3, p. 413–31, 2003.
- Meio & Mensagem, 601, 18/4/1994.
- NADER, Laura. Up the Anthropologist: Perspectives Gained from “Studying Up”. In: HYMES, D. (ed.). *Reinventing Anthropology*. Nova York: Random House, 1972. p. 284–311.
- ORTNER, S. Access: Reflections on Studying Up in Hollywood. *Etnography*, v. 11, n. 2, p. 211–233, 2010.
- OSTRANDER, Susan A. “Surely You’re Not in This Just to Be Helpful”: Access, rapport, and Interviews in Three Studies of Elites. *Journal of Contemporary Ethnography*, v. 22, n. 1, p. 7–27, 1993.
- PAOLOZZI, Victor. *Murro na cara – o jeito americano de vencer as eleições*. Rio de Janeiro: Objetiva, 1996.
- SIMMEL, Georg. The style of life. In: _____. *The Philosophy of Money*. Londres: Routledge and Kegan, Paul, 1978. p. 429–512.
- VELHO, G. Antropologia urbana: interdisciplinaridade e fronteiras do conhecimento. *Mana*, v.17, n.1, Rio de Janeiro, abr. 2011. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/S0104-93132011000100007>. Acesso em: 2/8/2010.
- _____. *Projeto e metamorfose: antropologia das sociedades complexas*. Rio de Janeiro: Zahar, 1994.
- _____. *Individualismo e cultura: notas para uma antropologia da sociedade contemporânea*. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.
- Z. [pseudônimo]. *Entrevista concedida ao autor*. Rio de Janeiro, 13 jul. 1998.

Experiências e contradições na etnografia de práticas empresariais

Deborah Bronz

Nas comunidades de antropólogos das instituições que frequento, não é incomum deparar-me com reações de estranhamento ao meu objeto de pesquisa. Esse estranhamento, que logo se revela um desconforto, vem acompanhado por uma série de concepções e estereótipos que me parecem constitutivos de nossa formação como antropólogos, mas não apenas isso: ele também nos diz a respeito de certa incapacidade de reproduzirmos, nas situações etnográficas associadas ao estudo dos grupos chamados de elites, as abordagens metodológicas apreendidas no conjunto de monografias difundidas como cânones da Antropologia.

Em ocasião de um seminário realizado no Museu Nacional (UFRJ), um colega sociólogo a quem tinha sido recentemente apresentada perguntou-me o que eu estudava. Respondi conforme já tinha formulado para quando surgia a pergunta: “pesquisei as práticas empresariais no licenciamento ambiental de grandes empreendimentos no Brasil”. Com uma feição intrigada, o colega logo retrucou: “Nossa, é preciso ter estômago, hein!?”. Devolvi a pergunta e, para minha surpresa, recebi dele a seguinte resposta: “Eu estudo o crime na periferia de São Paulo”. Pensei alto: se não “estômago” para “digerir” as cenas de violência que marcam o cotidiano de investigação do sociólogo, o que é preciso ter? Certa cumplicidade se estabeleceu nesse ponto do diálogo. Nos entreolhamos e rimos. Assim como riram as testemunhas que compartilhavam conosco o almoço no refeitório da Quinta da Boa Vista. Todos na mesa percebemos como aquele desconforto descortinara nossas próprias contradições.

* * *

Que tipo de julgamentos morais, éticos, ou mesmo estéticos, fazemos em relação aos nossos objetos de pesquisa? Como estes julgamentos interferem no desenvolvimento de nossas pesquisas em ciências sociais?

O desconforto ao qual me referi pode, em certa medida, ser associado ao que João Pacheco de Oliveira Filho (2004) definiu como “certo mal-estar na

antropologia”, segundo ele, uma espécie de “ameaça interior, de um temor difuso de que alguns comportamentos viessem a romper com o consenso estabelecido e conduzissem a uma quebra de unidade da disciplina” (p. 10). Nas situações citadas pelo autor, um dos mal-estares remete ao reconhecimento de uma dimensão política assumida pelo trabalho de antropólogos, cujo envolvimento os afastaria de uma perspectiva mais “objetiva” e, consequentemente, mais “científica”. O envolvimento político, neste caso, encontra-se atrelado a uma experiência de intervenção que impõe desafios éticos e metodológicos ao trabalho de pesquisa.

No meu caso, mais especificamente, eu diria que o mal-estar é provocado pela realização de uma pesquisa antropológica a partir de uma prática profissional para o mercado e, consequentemente, pela minha aproximação com os empresários. Não podemos negar a presença de uma espécie de “senso comum antropológico” que qualifica os empresários como grupo de poder a ser “combatido”. Em geral, escolhemos as Ciências Sociais porque já temos incorporado um senso crítico a propósito das relações de poder que nos rodeiam. Elegemos mantermo-nos a uma distância segura dessas relações de poder e de mercado. Talvez essa medida de segurança nos afaste demais desse grupo, ao ponto de obscurecer-nos a compreensão do que se passa com ele.

O mal-estar resulta de que as verdades operacionais que geraram as condições de possibilidade da prática antropológica, formatando gostos e valores e permitindo aos antropólogos a cristalização de uma identidade própria, não fornecem mais uma carta de navegação inteiramente satisfatória e confiável. É desse descompasso de ritmos que decorre tal mal-estar. (p. 11)

Se a escolha em estudar as práticas empresariais já causa motivo para desconforto, o que se dirá a propósito da forma como pude acessá-las? Foi a partir de uma trajetória de duplo vínculo, com uma pesquisa acadêmica e uma experiência de trabalho como prestadora de serviços para empresas de consultoria ambiental, que pude etnografar o meio empresarial e o conjunto de práticas atreladas ao contexto brasileiro contemporâneo de desenvolvimento econômico. Essa forma particular de acesso me levou a enfrentar também outro conjunto de questões próprias ao desenvolvimento de pesquisas antropológicas voltadas para os grupos sociais situados em posições elevadas das hierarquias sociais: as elites.

Tratarei das questões aqui apresentadas, despretensiosamente, a partir do modo como se refletiram em desafios metodológicos que tiveram de ser solucionados durante a elaboração de minha tese de doutorado, defendida no

Programa de Pós-graduação em Antropologia Social da UFRJ em 2011. Por ocasião de minha participação em congressos e seminários após a conclusão do doutorado, pude dedicar-me mais detidamente ao esforço de reflexão a respeito das minhas condições de acesso à pesquisa e à produção etnográfica.

Procurarei compartilhar indagações a respeito das implicações deste lugar de “observação-intervenção” para a produção de um trabalho etnográfico, tendo como horizonte de reflexão as seguintes questões: seguindo as formulações de Oliveira Filho (2004), como esta forma de acesso particular à informação se choca com certas práticas distintivas de um *habitus* disciplinar? Como elaborar uma etnografia que incorpore as possibilidades de acesso ao “mundo dos empreendedores”? E, mais especificamente, como estudar práticas de poder a partir de uma experiência profissional, sem expor os atores retratados, o próprio pesquisador e, ainda, sem abandonar parcela importante das informações etnográficas adquiridas privilegiadamente por meio de vínculos profissionais?

Minha experiência e trajetória de investigação serão aqui abordadas como ponto de partida para compartilhar digressões sobre as implicações de produzir uma etnografia a partir das práticas empresariais, ou seja, de um lugar marcado por uma relação de trabalho e intervenção e fortemente atravessado pelas relações de poder que envolvem os meios empresariais e governamentais. Não apresento ideias acabadas, por acreditar que as implicações de minhas opções metodológicas também refletirão a forma como a etnografia será lida, criticada e apropriada no meio acadêmico e extra-acadêmico (e isso demanda certo tempo). Cabe lembrar que analiso as práticas de um conjunto de atores com acesso e interesse nos resultados das investigações. Em seguida, apresento sucintamente quem são eles.

Os empresários das práticas

Procurei etnografar um conjunto de práticas de um segmento específico do meio empresarial brasileiro: os *empreendedores* e *consultores* envolvidos nos procedimentos de licenciamento ambiental. Ambos compõem os quadros de funcionários e assessores de grandes empresas envolvidas em distintas áreas de negócios associadas a grandes empreendimentos industriais no País, dos setores petrolífero, siderúrgico, portuário, hidroelétrico e de mineração.

O empreendedor é a figura “encarnada” do empreendimento; é o seu representante. A categoria inclui os funcionários que se apresentam como porta-vozes das empresas nos eventos do licenciamento (audiências públicas e reuniões

com comunidades) e/ou que respondem formalmente aos requisitos normativos necessários à obtenção das licenças diretamente aos representantes de órgãos governamentais.¹

Uma distinção nos quadros das empresas significativa para o entendimento das práticas empresariais, e também dos limites de minha inserção etnográfica, reside na hierarquia dos cargos. As empresas usualmente têm a seguinte estrutura: conselho de administração, presidência, vice-presidência, diretorias e gerências. Cada uma destas unidades corresponde a uma função hierárquica: presidente do conselho de administração, presidente da empresa, vice-presidente da empresa, diretor, gerente, engenheiros, técnicos e especialistas. Como consultora, relacionei-me mais proximamente com os funcionários que ocupavam cargos de gerência e técnicos, embora tenha tido a oportunidade de frequentar reuniões e encontros esporádicos com alguns diretores.

As grandes empresas se caracterizam por apresentar um conjunto muito amplo de funções. Não seria possível incorporar profissionais com desempenho em todos os setores de suas estruturas produtivas aos seus quadros fixos de funcionários.² Seguindo essa tendência, uma grande diversidade de consultores e consultorias é contratada por cada uma das diretorias e gerências para assessorar os funcionários das empresas em funções específicas.³ Nas situações

- 1 É importante termos claro que essa forma de nominar apaga as especificidades do papel de cada um dos funcionários nos procedimentos, o tipo de *expertise* que eles detêm e sua contribuição específica para o alcance das metas da empresa na obtenção da licença ambiental. As práticas empresariais se configuram a partir de conhecimentos específicos e de diferentes formações profissionais e, portanto, diferentes abordagens que justificam a ação das empresas – este ente coletivo de trabalho.
- 2 Boltanski e Chiapello (2009) observaram que as empresas costumam: “conservar em seu interior as funções nas quais possuam vantagem competitiva – sua atividade estratégica – e subcontratar para as outras funções, repassando-as a pessoas ou organizações que tenham mais condições de otimizá-las, mantendo com estas vínculos estreitos e duradouros, de tal modo que seja possível negociar continuamente as especificações e exercer controle sobre a produção” (p. 106–107).
- 3 Boltanski e Chiapello destacam a importância adquirida pelo “especialista técnico” nos modelos de gestão empresarial adotados a partir dos anos 1990: “Este último é necessário porque possui a informação em questões de inovação e os conhecimentos especializados que é preciso dominar para se entrar na concorrência tecnológica. Ele pode trabalhar dentro da empresa – pesquisador em tempo integral, por exemplo, ou ser especialista funcional dos sistemas informáticos ou de controle de gestão” (p. 108).

pesquisadas, encontrei três tipos de empresas de consultoria pelas quais são contratados os “especialistas em licenciamento ambiental” – que podem ser assim chamados, uma vez que estes procedimentos administrativos originaram a conformação de um mercado de trabalho próprio, composto por profissionais com diferentes formações.

O primeiro tipo é composto por firmas especializadas na produção dos chamados estudos de impacto ambiental (EIA) e seus respectivos relatórios de impacto ambiental (Rima).⁴ Essas consultorias operam por meio da subcontratação de técnicos e especialistas com diferentes formações, capazes de suprir as demandas dos conteúdos dos estudos e programas fixados pelo órgão ambiental licenciador no Termo de Referência.⁵

O segundo tipo de firmas de consultoria é aquele que se dedica ao planejamento das atividades gerenciais, ou seja, das *estratégias* discursivas e de ação adotadas pelos empresários.⁶ Por se tratar de uma função de *planejamento estratégico*, os consultores trabalham para todos os níveis hierárquicos da empresa, a depender dos momentos e das etapas do procedimento. Em termos práticos, o trabalho se dirige à assessoria no desenho dos planos, programas e projetos

- 4 No Brasil, a prática na realização de avaliação de impactos ambientais de grandes empreendimentos multiplicou-se a partir do ano de 1986, data em que foi publicada a resolução que regulamenta o licenciamento ambiental. Desse período em diante, devido à obrigatoriedade na realização dos estudos, proliferou no País uma verdadeira “indústria” de elaboração de EIA-Rima, e as firmas de engenharia consultiva se lançaram rapidamente no mercado (Rovere, 1995:143).
- 5 Como sinalizei rapidamente, profissionais com diferentes *expertises* são mobilizadas por essas firmas de consultoria ambiental, de forma geral: (i) cientistas da natureza (biólogos, geólogos, geógrafos, oceanógrafos), responsáveis pelos estudos sobre as condições físicas e biológicas dos ambientes de localização dos empreendimentos e responsáveis pelas avaliações de impacto ambiental e análises de risco; (ii) economistas e cientistas sociais (geógrafos, sociólogos e antropólogos) voltados à produção de conhecimento sobre as populações localizadas próximo aos empreendimentos e os efeitos aos quais estarão sujeitas; (iii) engenheiros para caracterização dos projetos de engenharia do empreendimento e elaboração da parte dos planos básicos relativos ao planejamento das obras.
- 6 Nas firmas para as quais trabalhei, observei a presença de profissionais das seguintes áreas: administração, engenharia de produção, economia, marketing, comunicação, psicologia, sociologia, geografia, direito e ciências sociais. Uma boa parcela dos consultores têm especializações (pós-graduação de *stricto* ou *lato sensu*, muitos com MBA) e interesses específicos nas áreas de responsabilidade social e sustentabilidade corporativa.

contemplados como medidas de mitigação e *compensação* ambiental e social, bem como na montagem do que chamei da “cena participativa” do licenciamento ambiental.⁷ A montagem desta cena se apoia em tecnologias difundidas no meio empresarial e na execução de programas de comunicação social, exigidos como condicionantes à operação dos empreendimentos.

Estas consultorias do segundo tipo costumam auxiliar nas *negociações dos empreendedores com os agentes e grupos mobilizados por seus empreendimentos*, no estabelecimento de acordos com políticos, gestores e comunidades locais, mediados ou não por recursos monetários, ou na criação de redes de *lobbies* que visem à obtenção da licença ambiental. Concentrei-me nas negociações que envolveram os acordos formalizados em forma de *projetos*, tratados com os gestores e as comunidades locais. Os outros modos de *negociação* se realizam, em geral, nos altos níveis de hierarquia das empresas, envolvendo os quadros de diretoria, tanto das consultorias quanto das empresas proprietárias dos empreendimentos. Em meu trabalho em firmas de consultoria, tive a oportunidade de me relacionar diretamente com diretores e vice-presidentes em situações esporádicas e tomei conhecimento de acordos realizados nesta esfera, embora não tenha participado deles.

Por fim, o terceiro tipo de consultoria reúne profissionais das áreas de comunicação e marketing, que têm como função apoiar a elaboração dos materiais gráficos e outros tipos de ferramentas de comunicação utilizadas na divulgação de informações sobre os empreendimentos – *folders*, cartilhas, apresentações de PowerPoint, vídeos. Estes consultores trabalham na construção da imagem das empresas e de seus empreendimentos frente aos distintos públicos interessados, assessorando diretamente os funcionários das diretorias de comunicação e marketing. Não trabalhei diretamente para nenhuma dessas empresas, mas convivi com seus profissionais.

As firmas de consultoria, embora não funcionem segundo a mesma estrutura de organização das empresas, têm sua própria forma de hierarquização do trabalho apoiada na lógica do *grau de senioridade*, usualmente determinado em consonância com a posição ocupada pelo consultor nos projetos, sua formação e experiência de trabalho. O grau de senioridade, em grande medida, coincide com o tempo de profissão e a idade. A hierarquia dos consultores influi

7 Com tal expressão, refiro-me ao conjunto de reuniões públicas que são promovidas pelos empreendedores e consultores durante esses processos, incluindo-se aí as audiências públicas, que se tornaram uma espécie de marco ritual e simbólico da “participação” da sociedade civil no licenciamento.

diretamente no valor dos salários (muitas vezes contabilizados por hora de trabalho), e geralmente se apresenta da seguinte maneira: diretor, consultor sênior, consultor pleno, consultor júnior e assistente.

Passei por todas essas fases em minha trajetória de mais de 10 anos de trabalho em procedimentos de licenciamento ambiental. Para o mercado da consultoria, me tornei uma consultora sênior, “especialista em licenciamento” e, por conta das minhas experiências de trabalho e da minha pesquisa de mestrado convertida em livro, “especialista em comunidades de pescadores”. É desta forma que os gerentes e diretores das empresas de consultoria vendem e contratam a minha força de trabalho, muito embora não me reconheça em nenhuma dessas categorias. De certo modo, o fato de manter meu vínculo com a universidade e prestar consultoria me fez sentir, ao mesmo tempo, parte integrante e *outsider* desses dois mundos que, no Brasil, pouco se comunicam.

Estudando o poder nos grandes empreendimentos

Um conjunto de autores se dedicou e se dedica ao estudo dos efeitos sociais dos grandes projetos industriais. Em geral, as abordagens convergem para os grupos e comunidades que vivenciam e sofrem esses efeitos. Encontramos no Brasil, por exemplo, estudos de casos de deslocamento compulsório de comunidades residentes em áreas inundadas para a construção de usinas hidroelétricas que descrevem as mudanças nos modos de vida das populações “tradicionais”, “camponesas”, “indígenas” e “quilombolas”. Nos anos 1980, algumas dessas etnografias foram produzidas no Programa de Pós-graduação em Antropologia Social da UFRJ, ao qual me encontro vinculada⁸. Mais recentemente, os estudos

8 A professora Lygia Sigaud, em meados dos anos 1980, desenvolveu um projeto de pesquisa, incluído num outro de investigação mais ampla e de caráter interdisciplinar, denominado “Impactos de grandes projetos energéticos”, realizado em parceria com a área de pesquisas energéticas da Coppe/UFRJ e pesquisadores da USP. O objetivo principal do projeto foi o de “realizar um estudo comparativo dos efeitos, para a população camponesa, da intervenção do Estado visando à construção de hidrelétricas” (Sigaud, 1986:2). O conjunto de localidades e barragens estudado pelo grupo de pesquisa forneceu elementos para análises comparativas sintetizadas por Sigaud em distintos artigos, publicados entre os anos de 1986 e 1992, sendo elas: Sobradinho (Ana Luiza Borralho Martins-Costa [1989] e Ana Maria Lima Daou [1988]); Tucuruí (Sônia Maria Simões

têm sido majoritariamente produzidos por pesquisadores que apresentam suas questões formuladas na linguagem dos conflitos e da justiça ambiental, enfocando suas análises na efetividade das políticas públicas de meio ambiente e nos efeitos sociais dos grandes projetos industriais.⁹

É grande a contribuição destes autores para o entendimento da questão a partir de um ponto de vista inexplorado no conjunto de estudos produzidos no licenciamento, por apresentarem repertórios e interpretações de grupos sociais com pequeno acesso aos circuitos decisórios de planejamento e gestão governamental. É igualmente importante esta contribuição para a deflagração das relações de poder implicadas na produção do conhecimento que subsidia a ação governamental e dos empresários, em especial, a forma adquirida no licenciamento: o estudo de impacto ambiental e o relatório de impacto ambiental (Rima)¹⁰ Os trabalhos mostram-se politicamente relevantes ao proporem uma discussão sobre as consequências e sobre os usos desta forma de produção de conhecimento associada à regulação ambiental dos grandes empreendimentos industriais.¹¹

Barbosa Magalhães Santos [2007]); Machadinho (Aurélio Vianna da Cunha Lima Junior [1988]); Itá (Sandra Tosta Faillace [1990]).

- 9 Como exemplo, pode-se citar o conjunto de pesquisadores vinculados ao Grupo de Estudos em Temáticas Ambientais (Gesta), radicado no Departamento de Sociologia e Antropologia da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da UFMG, e coordenado pela antropóloga Andréa Zhouri, que desenvolve estudos na área socioambiental e se dedica ao assessoramento dos movimentos e grupos de atingidos pelas grandes obras.
- 10 Lygia Sigaud dialogava no Brasil com um conjunto de autores (Ghislaine Duqué, Elizabeth Colson, Silvio Coelho dos Santos) que estudavam os impactos sociais dos grandes projetos para subsidiar as políticas públicas de reassentamento empreendidas por estados. Para ela, essa produção foi construída para subsidiar as agências de intervenção e minimizar os efeitos negativos dos grandes projetos, a partir dos interesses dos que causam os impactos. Com base nos resultados colhidos por seu grupo de pesquisa, a antropóloga formulou de modo mais abrangente uma crítica às análises sociológicas aplicadas ao deslocamento compulsório e à realocação de famílias camponesas, buscando elementos para relativizar o que denominou de “generalizações apressadas e avaliações tópicas produzidas com base em manuais simplificados e simplificadores do ‘social’” (Sigaud, 1992:43). Suas análises tinham o objetivo explícito de “fornecer elementos para que se formulasse, de forma mais adequada do que a noção vulgar de ‘impactos’ sugeria, o modo como esses efeitos são produzidos” (p. 43).
- 11 O antropólogo João Pacheco de Oliveira Filho, em um simpósio em memória de Sigaud realizado no Museu Nacional em 2010, relacionou a trajetória acadêmica da antropóloga

Para seguir nesta direção, parece importante dar atenção ao lugar a partir do qual os cientistas sociais produzem os estudos e os instrumentos que classificam as populações como *afetadas* pelos empreendimentos. Os sentidos e as implicações desses lugares ficaram mais claros para mim na medida em que pude transitar por outros espaços de discussão e tomada de decisão no licenciamento. Em um determinado momento de minha trajetória profissional, deixei de atuar na produção das peças técnicas (EIA-Rimas e programas sociais), para atuar como consultora dos empreendedores na mediação do relacionamento com as comunidades locais em todas as etapas do procedimento.

A partir deste ponto de vista, pude entender mais claramente como os mecanismos utilizados para classificar as comunidades locais fazem parte da viabilização de uma *estratégia de relacionamento* – voltada à construção de relações e redes capazes de viabilizar os negócios – das empresas com a sociedade. As estratégias se apoiam em tecnologias de gestão consagradas internacionalmente nos modelos empresariais, naturalizadas nas práticas dos consultores e internalizadas nos procedimentos de licenciamento: avaliações ambientais, planejamento estratégico, estudos de *stakeholders*, audiências públicas, medidas mitigadoras e programas de responsabilidade social e desenvolvimento sustentável. Entender isso só foi possível quando pude estar mais próxima do lugar de formulação de tais estratégias e dos mecanismos de tomada das decisões nelas implicadas.

Contudo, para cumprir com o objetivo de tomar como objeto as práticas, os discursos e as estratégias empresariais adotadas na obtenção das licenças ambientais, foi necessário expor as situações observadas nos circuitos decisórios e no cotidiano de trabalho dos consultores, especialistas, técnicos e funcionários que operacionalizam o exercício empresarial. Não posso, entretanto, deixar de considerar os efeitos, de ocupar e de ter falado, a partir deste lugar, para a elaboração de uma etnografia que incorporasse as possibilidades de acesso ao “mundo dos empreendedores”.

com um tipo de reviravolta da disciplina, após o regime ditatorial, em que as linhas de pesquisa passaram a atravessar “objetos políticos reais”. Suas pesquisas, sem dúvida, apontavam direções no sentido da ação e de uma atuação engajada nos conflitos, mesmo que este engajamento se desse apenas no plano do relacionamento pessoal dos pesquisadores com os atores do campo, e não fosse explicitado nas análises, nos artigos e na descrição dos casos investigados – esta seria, para Oliveira Filho, mais uma herança do período ditatorial, em que a ocultação e a objetificação dos informantes e a neutralidade foram recursos utilizados para se proteger os antropólogos e seus interlocutores.

A ética da prática

Não é possível observar as práticas empresariais aqui em questão sem estar “dentro” das situações, agindo e trabalhando. As circunstâncias de elaboração dos discursos e das estratégias de gestão dos empreendimentos e as práticas cotidianas dos funcionários das empresas estão restritas aos momentos de reunião das equipes de trabalho e aos espaços onde só é possível circular portando um crachá. Como consultora, ocupei o lugar de agente das ações e processos que analisava como investigadora, isto é: uma observadora posicionada no interior da rede de relações e conexões que constituem o seu campo de estudos. Transformei colegas de trabalho em objetos de investigação.

Encontro algumas semelhanças de minhas situações de pesquisa com aquelas descritas por David Mosse no livro *Cultivating Development. An Ethnography of Aid Policy and Practice* (2005), que trata de sua experiência em projetos de desenvolvimento realizados na Índia e financiados pela agência de cooperação técnica internacional da Inglaterra, o Department for International Development (DFID). O livro repercutiu no meio antropológico internacional, resultando em um debate a propósito das objeções dos outros consultores e gerentes locais, colegas de trabalho de Mosse no Projeto Indo-britânico de Agricultura de Sequeiro (*Indo-British Rainfed Farming Project – IBRFP*) financiado pelo DFID.¹²

Mosse procurou etnografar a experiência deste projeto a partir do interior de uma larga cadeia de organizações que vincula conselheiros e tomadores de decisão britânicos com povos tribais do oeste da Índia, se perguntando de que forma a política tem sido utilizada para mobilizar e manter as práticas associadas ao desenvolvimento. O pesquisador recebeu o suporte do próprio DFID para uma avaliação da experiência do projeto de uma perspectiva antropológica.¹³ Além de refletir sobre sua própria trajetória, analisar uma vasta documentação do projeto e retornar ao campo para realizar entrevistas, em um nível sobreposto

12 A publicação provocou reclamações por escrito encaminhadas à direção e ao Comitê de Ética da University of London, ao presidente da ASA (*Association of Social Anthropologists of the UK*) e até ao editor do livro.

13 O apoio foi justificado por ele como resultado de sua experiência de 10 anos como consultor do IBRFP e pelo especial interesse do DFID nessa iniciativa em detrimento das demais ações de assistência britânica nos anos 1990 – considerada um exemplo de “sucesso” por sua capacidade de demonstrar e difundir o interesse crescente do órgão nas intervenções participativas voltadas para a redução da pobreza na Índia.

de sua análise, Mosse considerou as reações e respostas de seus companheiros de trabalho como resultados de pesquisa, com suas controvérsias e objeções, entendendo que elas refletem as próprias relações do campo do desenvolvimento.

As objeções ganharam eco nos debates antropológicos sediados na revista *Anthropology Today*. Devi Sridhar (2005) intitulou sua pequena revisão bibliográfica de “Ethics and Development. Some Concerns with David Mosse’s Cultivating Development”, sinalizando o rumo das críticas e acusações dirigidas ao livro: quebra de confiança e antiética, infidelidade à realidade do projeto, prejuízos à reputação profissional dos consultores e dos gerentes, especialmente antropólogos consultores e funcionários das agências de cooperação para o desenvolvimento. Sridhar, embora tenha admitido as ambiguidades das diretrizes éticas das associações antropológicas (com referência direta à *Association of Social Anthropologists of the UK – ASA*), enfatizou a premissa que submete a pesquisa e a divulgação dos resultados ao consentimento dos informantes, “especialmente quando a pesquisa pode representar consequências negativas para eles” (p. 18). Ao defender com “unhas e dentes” a posição profissional dos antropólogos nas agências internacionais e sua boa imagem junto às mesmas, Sridhar negligencia a importância da crítica para o aprimoramento das práticas profissionais dos antropólogos nos contextos mencionados. Concordaria com Sridhar apenas quando ele admite que o livro teve seu efeito performativo por sua capacidade de manifestar as disputas pela propriedade do conhecimento e provocar distúrbios no próprio campo do desenvolvimento.

Raderick Stirrat (2005:19), em resposta à Devi Sridhar e em defesa de David Mosse feita no mesmo número da *Anthropology Today*, chama a atenção para o risco das confusões implicadas nas acusações ao trabalho de Mosse. Primeiramente, acusa o crítico de fundir instituições e indivíduos numa visão monolítica sobre as agências de desenvolvimento e negligenciar a diversidade de interesses em jogo nas objeções ao livro. Outra confusão diz respeito às apropriações da noção de consentimento aos códigos de ética “perigosamente ultrapassados” (Stirrat 2005:19) de nossas associações profissionais. O consentimento dificilmente poderia ser alcançado em sua totalidade, sobretudo em contextos de produção de conhecimento em que se confrontam interesses divergentes de grupos de poder. Se assim fosse, condenaríamos nosso criticismo profissional a um relativismo extremo, e a capacidade analítica da antropologia, à descrição de um “catálogo de visões e realidades alternativas” (p. 19).

David Mosse também se defende das acusações de Sridhar, em outro número da *Anthropology Today*, sem deixar de reconhecer que elas abrem discussão para temas delicados da prática antropológica contemporânea, como prejuízos

aos informantes, autocensura, consentimento, objeções e ética: esses temas mobilizaram meu interesse durante a escrita da etnografia.

A investigação, responde Mosse, se processou sobre as bases de um consentimento negociado, e as análises ficaram restritas aos eventos públicos e aos papéis profissionais de atores anônimos. O consentimento é tratado pelo “réu” no plano das divergências entre as interpretações sobre os fenômenos analisados no livro, em que objeções individuais a uma pesquisa não deveriam se traduzir em uma posição institucional contra a disciplina. O fato de os profissionais buscarem preservar sua reputação em detrimento do escrutínio crítico das ciências sociais, sob a alegação de que prejuízos foram causados na contravenção de códigos de ética, é, para Mosse, uma razão para preocupação. Como disse Stirrat (2005), os antropólogos não são os únicos críticos do desenvolvimento. Não se pode negligenciar que as próprias agências têm interesse nas contribuições dos antropólogos para avaliação de suas práticas. “A contribuição da antropologia para o desenvolvimento apenas seria enfraquecida por qualquer autossilenciamento” (Mosse, 2006:23).

Para tratar das questões éticas, Mosse cita outro artigo, publicado na mesma revista, intitulado “Towards Interactive Professional Ethics”, e escrito por Ian Harper e Alberto Corsín Jiménez, dois membros da ASA, um representante do comitê de ética, e outro, do escritório de mídia e publicidade da associação.¹⁴ Os autores atentam para o risco iminente de, especialmente em momentos de crise, nos encontrarmos com abordagens legalistas, judicantes e restritivas sobre a ética antropológica, que a “exteriorizam” da própria antropologia, tornando-a resultado de uma série de processos de controle. Para eles, seria importante, contudo, resistir a essa descrição prescritiva da disciplina e manter sua própria autodescrição aberta, de modo a estressar a “etnograficabilidade” de nossa própria ética (Harper e Jiménez, 2005:10).

Com exceção de Sridhar, todos parecem concordar que definições severas sobre o consentimento informado têm dificultado a prática da etnografia. No limiar de suas atribuições, Harper e Jiménez reconhecem que, em situações tais como as repercutidas a partir do livro de Mosse (2005), quando os membros da

14 O artigo se inicia com uma nota editorial que contém a seguinte sugestão: “Este artigo deve ser lido em conjunção com o debate entre Devi Sridhar e Roderick Stirrat sobre a ética do desenvolvimento relacionado ao livro de David Mosse, apresentado nas páginas 17 a 19 deste número” (Harper e Jiménez, 2005:10 – tradução da autora). No original: *This article should be read in conjunction with the debate between Devi Sridhar and Roderick Stirrat over ethics of development in relation to David Mosses book on p. 17–19 of this issue.*

ASA são convocados a subscrever os princípios de responsabilidade do antropólogo, não são apenas convocados a arbitrar eticamente, mas estão sendo levados a concordar com uma forma de sociabilidade (dentre muitas) definida explicitamente por preocupações corporativas e institucionais. O conflito interinstitucional sobre o direito de representar e de dizer o que o desenvolvimento é ou faz encontra-se fortemente atrelado à política que modela as preocupações éticas emergentes, conforme demonstrado no próprio trabalho de Mosse.

A opção de estudar as práticas empresariais a partir da minha própria prática pautou os tópicos anteriormente tratados – prejuízo aos informantes, autocensura, consentimento, objeções e ética – no conjunto de minhas preocupações, especialmente, no período da publicação da tese. Com todo esforço destinado a apagar os rastros que tornariam possível a identificação dos empreendimentos e dos empreendedores, minha trajetória de trabalho é testemunha das relações que construí com os consultores e empresários ali retratados. Perguntei-me diversas vezes o que pensariam de meu trabalho. Cuidei para que não tomassem como pessoal a visão crítica sobre suas, e também minhas, práticas profissionais. Temi que as repercussões da tese os prejudicassem.

Contudo, se adotasse uma definição severa da noção de consentimento informado, dificilmente chegaria ao mesmo resultado. Conforme já dito, somente tive acesso a um conjunto de situações e informações porque me tornei parte da rede de relações em que foram produzidas. Por mais que os profissionais de minha relação soubessem de meu duplo vínculo com a consultoria e a universidade, e de meu interesse no estudo das práticas empresariais no licenciamento ambiental, não poderiam imaginar seu resultado, porque nem mesmo nós etnógrafos o conhecemos até o momento recluso da escrita. E, ainda, por mais que resolvesse circular a etnografia entre os atores ali anonimamente retratados, creio que boa parcela deles não concordaria em revelar as estratégias empresariais descritas como parte dos mecanismos de obtenção das licenças ambientais. As estratégias perdem seu poder quando são reveladas; sua exposição desnuda seus formuladores e descortina as relações de poder entre as empresas, o Estado e as populações que sofrem os efeitos dos empreendimentos industriais.

Os defensores de David Mosse aqui citados advogam em favor de uma ética intelectualmente holística e politicamente consciente, atenta às condições políticas de produção do conhecimento e capaz de reconhecer que alguns contextos institucionais e políticos podem se sobrepor às relações dialógicas do trabalho de campo. Os críticos de Mosse não parecem resolver os dilemas sobre o consentimento e as responsabilidades dos antropólogos nos casos de estudos com grupos de poder.

A prática e o poder

Tanto a minha prática profissional quanto a produção acadêmica dela resultante encontram-se submetidas às relações do meu campo de estudo. Nas próximas linhas, procurarei esboçar algumas considerações sobre constrangimentos associados ao estudo do poder, ou ao desenvolvimento de uma antropologia voltada para o alto da pirâmide social (*studying up*, segundo os termos precocemente propostos por Laura Nader, que se tornou uma referência para os antropólogos que se dedicam ao estudo de elites¹⁵).

Nader, em artigo denominado “Up The Anthropologist – Perspectives Gained from Studying Up” (1972), discute os obstáculos e as objeções aparentes na realização de estudos antropológicos sobre grupos sociais de classes altas, instituições de poder e organizações burocráticas. Segundo ela, os antropólogos deviam se questionar até que ponto o desenvolvimento de pesquisas com interesses prioritários nas classes baixas e nos grupos étnicos não supõe uma relação de poder em favor do antropólogo e até que ponto essas opções temáticas não afetam os próprios resultados alcançados com os estudos.

Cris Shore, mais recentemente (na introdução de uma coletânea publicada em 2002), trata deste tema nos termos de um “elitismo antropológico”, cujo interesse no exótico nos teria feito negligenciar as instituições sociais e os processos políticos em nossa própria sociedade, ou seja, na sociedade dos antropólogos. Seria um elitismo inconsciente também incorporado do paradigma tradicional da “etnografia científica”; um paradigma que objetifica os sujeitos ao mesmo tempo em que falha em reconhecer as afinidades da própria disciplina com a hierarquia política e o domínio colonial europeu.

As indagações de Nader e Shore atentam para as heranças que a antropologia carrega nas escolhas de objetos e recortes de pesquisa, que muitas vezes supõe uma relação de poder em favor do antropólogo. Ambos defendem a proposta de desenvolvimento de uma antropologia voltada para o alto da pirâmide social, considerada de grande valor heurístico para a disciplina, ao permitir

15 É importante lembrar que as observações de Nader foram formuladas no campo intelectual norte-americano em momento anterior à divulgação ampla dos trabalhos de diversos autores, principalmente os de Pierre Bourdieu e de Michel Foucault, que introduziriam de modo forte as questões relativas ao estudo do poder, ainda que, em termos quantitativos, as abordagens etnográficas de elites em posições elevadas na hierarquia de sociedades complexas seja comparativamente pouco expressiva.

nosso questionamento sobre o modo como as instituições e suas redes afetam as vidas dos grupos tradicionalmente estudados, e as nossas próprias, de modo comparativo e reverso. Seu resultado pode levar a uma posição mais consciente em relação ao sistema mais amplo de poder e hierarquia, no qual o conhecimento antropológico é construído (Shore, 2002:2).

Em relação aos problemas éticos que se colocam no estudo do poder, Nader, também precocemente, observou serem estes usualmente confusos. A autora indagou: por que estudar as posições de maior poder nos colocaria problemas sobre a revelação de dados, os quais não se fariam sentir em outras culturas? “Existe uma ética quando se estuda para o alto [da pirâmide social] e uma outra para baixo?” (Nader, 1972:304 – tradução da autora)¹⁶. Particularmente, tenho observado que algumas questões, usualmente abordadas sob os desígnios de um debate ético, dizem mais sobre os limites que nos impõe o próprio campo de poder que estudamos e onde estamos imersos. As relações de poder se reproduzem na imposição de regimes de saber e implicam certo domínio sobre a produção de seus efeitos. Além disso, implicam maior controle sobre os meios de constrangimento, inclusive jurídicos, na defesa da propriedade das informações.

Eventuais disputas pela propriedade intelectual dos dados expostos nas monografias podem acobertar o interesse dos grupos de poder em não revelar a suas estratégias, práticas, seus modos de agir e de pensar, ou seja, a própria forma como o poder é exercido (Foucault, 1983). O que nos dizem essas disputas sobre a forma como as elites conseguem manter sua autoridade e hegemonia ao longo do tempo? Ou, nos termos de Abner Cohen, o que elas nos dizem sobre o tipo de estratégias retóricas, performances dramáticas e místicas que procuram demonstrar as funções universais dos interesses particulares das elites (Cohen, 1981)?

Questões éticas e políticas da pesquisa antropológica com abordagens etnográficas de grupos em posições elevadas na hierarquia das sociedades complexas se convertem em problemas metodológicos que se apresentam em todas as etapas da produção de conhecimento. Vejamos em seguida de que maneira as questões do meu campo de pesquisa foram metodologicamente “solucionadas” na etnografia.

16 No original: *Is there one ethic for studying up and another for studying down?*

Estratégias narrativas: etnografando a prática do poder

Na medida em que optei por revelar as estratégias empresariais, tive que fazer uso de sua própria racionalidade, e atuar a partir do modo como analisava a ação empresarial e da minha previsão sobre as reações dos empresários diante das informações que selecionaria apresentar. Também tive que incluir nessa lista os outros atores envolvidos nos procedimentos descritos e as instituições de ensino que financiaram a minha investigação. Realizei um esforço de imaginação sobre as repercussões da tese, buscando proteger os interlocutores e a mim mesma. Procurei relacionar possíveis apropriações do meu trabalho e sanções que poderiam incorrer sobre mim e todos aqueles que “autorizaram” minhas atividades profissionais e acadêmicas. Seguem alguns exemplos de minha lista:

1. acusações de quebra de sigilo profissional, que envolvem empresas de consultoria que me deram acesso ao meio empresarial;
2. acusações dos empresários de falta de ética, na medida em que descrevo situações de encontro restrito das equipes envolvidas com os projetos;
3. apropriação da tese como *prova* de denúncias dos movimentos sociais sobre a atuação empresarial em casos particulares; e
4. questionamentos das instituições de ensino pelo fato de admitir ter elaborado uma etnografia a partir dos vínculos de trabalho que instituí como consultora.¹⁷

Uma precaução que pareceu indispensável foi a decisão de não revelar as situações “reais” dos empreendimentos que analiso na tese. Optei por não

17 No Brasil, eu diria que a cisão entre a atuação no meio acadêmico e profissional se apresenta como um aspecto ideológico do campo de produção de conhecimento. Isto começa com as instituições de fomento à pesquisa, que desencorajam a atuação profissional daqueles que se vinculam às universidades, por meio da exigência de dedicação exclusiva do pesquisador como condição à distribuição de bolsas. Esta condição se impõe sob a forma como os contextos de descrição etnográfica são apresentados, nos casos em que refletem uma participação dos pesquisadores em projetos de intervenção. A exigência, de certo modo, limita o aprimoramento de nossas autorreflexões sobre os diferentes lugares que se apresentam contemporaneamente ao antropólogo para produção de conhecimento. Este ponto merece um desenvolvimento a parte, que será deixado para outra oportunidade.

apresentar dados sobre situações concretas ao estilo monográfico mais frequente da Antropologia, mas, a partir dessas, etnografar práticas que transcendem os casos específicos. Dessa forma, também procurei evitar a interpretação errônea que tenderia a associar o que foi descrito a um intento de denúncia das práticas adotadas pelos empreendedores e consultores especificamente envolvidos nos casos tratados. Minha trajetória de trabalho me permite afirmar que se trata de um conjunto de práticas sistematicamente seguidas por empresários de distintas empresas nos procedimentos de licenciamento ambiental de um modo geral no Brasil.

Os casos não foram identificados. Não há qualquer referência a nome de pessoas, empresas, órgãos governamentais, ou associações civis, e tampouco menciono nomes de lugares e unidades político-administrativas. Abstrai das situações empíricas um conjunto de informações que permitiriam identificar os empreendimentos. Reconstituí as situações etnográficas de cinco diferentes procedimentos, fundindo-as em dois casos. Criei dois territórios fictícios, que reúnem atributos dos territórios originais dos empreendimentos. Deste modo, mantive na descrição apenas o que havia de substancial das situações etnográficas para a análise das práticas empresariais. Por fim, suprimi as diferenças de gênero, uma vez que, no encargo de certas funções, especialmente na administração governamental e no meio empresarial, a mulher adquire um lugar de visibilidade.

O caso 1 é narrado a partir do meu lugar como consultora dos empreendedores no planejamento estratégico de suas ações (em geral consolidado nos termos do que os empresários costumam chamar de *posicionamento*), auxiliando na mediação destes com as comunidades locais, organizando reuniões, preparando os materiais e apoiando a elaboração das medidas compensatórias. O caso 2 é narrado a partir dos meus vínculos com as empresas especializadas na produção de EIA-Rimas e planos ambientais, como consultora responsável pela implementação de programas de Comunicação Social.

Na condição de consultora, relacionei-me com as equipes diretamente envolvidas nos projetos, e com toda a rede de atores que se vincula aos processos de tomada de decisões no licenciamento – outras consultorias, gestores governamentais (funcionários de órgãos ambientais e membros das administrações municipal e estadual), representantes do Ministério Público, firmas de advocacia, lideranças comunitárias e representantes de movimentos sociais. Deste modo, pude acompanhar e descrever os efeitos das ações da empresa na conformação das redes, incluindo na etnografia a integração dos empresários com esses outros atores.

A etnografia foi composta por meio da reunião de distintos tipos de fontes, às quais tive acesso direto: relatórios das consultorias, estudos e relatórios do procedimento administrativo do licenciamento, e-mails trocados entre as equipes, materiais de comunicação, apresentações de PowerPoint, entrevistas, cadernos de consultoria. Nestes últimos, eu procurava apontar, entre as tarefas corriqueiras de trabalho, meus “acessos de estranhamento” sobre o que diziam e faziam empreendedores e consultores nos momentos íntimos das reuniões de trabalho.

Uma parte da etnografia é narrada a partir da minha participação como consultora nos rituais que compõem a “cena participativa” do licenciamento ambiental. Os eventos são, em sua maioria, abertos à participação de qualquer interessado, de modo que não teria problema se restringisse minha descrição a eles. Entretanto, foi na montagem da cena que pude avançar em minhas conclusões, ou seja, expondo e descrevendo os momentos de reunião das equipes internas do projeto para o planejamento dos aparatos (persuasivos) que compõem os rituais de participação.¹⁸ Como já dito, esses são os momentos de definição das estratégias, em que os empresários, destituídos de seus discursos, apresentam-se de modo sutil e cru.

Ao descrever a montagem da cena participativa, procurei, dentre outras coisas, desmontar a ideia de participação, e demonstrar como a adoção de tecnologias de gestão social e o planejamento meticuloso das formas de expressão e apresentação do empreendedor, em seus discursos e equipamentos de comunicação, levam a certa domesticação dos conflitos sociais em torno aos grandes empreendimentos, na medida em que: a) possibilitam uma previsibilidade do comportamento dos atores nas etapas formais do licenciamento; b) circunscrevem os ambientes de tensão aos eventos promovidos diretamente pelas empresas; c) classificam os atores segundo uma agenda de propostas da empresa,

18 As circunstâncias de participação pública definidas pelo Estado, instâncias estas que são consultivas e não decisórias, exibem uma ritualização das etapas formais dos procedimentos. Como em todo ritual, existem normas e condutas pré-estabelecidas e adotadas como requisito de participação. Os eventos reúnem uma série de elementos que constituem parte do ideário da democracia participativa, adaptados aos moldes de uma cultura política recente, que assimilou esses princípios em menos de 20 anos. A participação é a ideia primordial dessa “cultura democrática”, incorporada em todas as esferas das políticas governamentais do País, mas especialmente valorizada na Política Nacional de Meio Ambiente.

que adequa as “demandas” ao orçamento empresarial; e, por fim, d) propagam a crença dos benefícios do desenvolvimento por meio de seus aparatos persuasivos.

As sanções 1 e 2 de minha lista poderiam recair sobre o acesso e a utilização das fontes mencionadas. Precavi-me citando-as de modo a ocultar suas origens. Para seguir nessa direção, também procurei excluir-me das cenas, descritas da posição de um narrador-observador em grande parte da etnografia. Em algumas passagens, por conta de minha proximidade com o campo, permiti-me certas intromissões, escrevendo na primeira pessoa, como uma narradora-onisciente, conhecedora dos enredos e personagens. A ocultação das fontes e dos interlocutores libertou-me do consentimento e possibilitou-me expor as contradições que, a meu ver, os empresários dificilmente assumiriam como suas.

O esforço de abstração teve resultados positivos para o entendimento das práticas como formas de ação social que constroem relações entre atores que ocupam ou cumprem funções sociais específicas – e não a partir das motivações particularizadas em suas trajetórias de vida. Este esforço permitiu-me também observar que as práticas empresariais relacionadas aos processos de obtenção de licenças, tal como os encontramos no Brasil, independem dos contextos etnográficos particulares a um grupo ou a um território específico. Ainda que com ajustes, são pensadas e experimentadas como práticas generalizadas e generalizáveis, que refletem a reprodução dos modelos de gestão e das moralidades que compõem o *ethos* empresarial da responsabilidade social e do desenvolvimento sustentável. Um *ethos* sustentado por suas origens religiosas (como descreveu Weber (2007)) e orientado pelas novas ideologias/utopias do ambientalismo contemporâneo, com sua razão incorporada de um “espírito” econômico e mantida por sistemas legais e administrativos, que liga os interesses privados às justificativas que o capitalismo provê para o “bem comum”. Conforme dito por Boltanski e Chiapello (2009), trata-se de “um novo espírito do capitalismo” animado por um sentido de justiça social.

Procurei demonstrar como consultores e empreendedores formulam e adaptam à realidade brasileira os modelos e os discursos dotados pela nova questão pública do meio ambiente, internacionalmente divulgados nas diretivas e políticas operacionais dos organismos financiadores do desenvolvimento em escala global, difundindo uma pedagogia moral e estratégica que reflete motivações puramente econômicas. A construção dos empreendimentos redesenha as relações entre poder e espaço geográfico, e funda uma geopolítica motivada pelo raciocínio da empresa e justificada nos discursos ideológicos da *vocação* e do *benefício* do desenvolvimento econômico.

Foi a partir do meu lugar como consultora que pude constatar, enfim, como as peças técnicas produzidas por “especialistas em licenciamento” se voltam para os interesses propriamente empresariais em que: as medidas de *mitigação* mitigam os empreendedores, abrandando os riscos de suas operações produzirem efeitos considerados indesejáveis à sustentabilidade dos próprios negócios; as medidas de *compensação*, com seus grandes recursos dirigidos diretamente à administração governamental e baixíssimos valores destinados às comunidades locais, compensam para os empreendedores; os grupos classificados como *afetados* são, em realidade, aqueles que podem afetar os interesses empresariais.

O que revela o desconforto?

Não tardou três meses após a defesa da tese para que se cumprissem algumas das previsões. Com todo esforço de abstração dos casos em situações ficcionais, certos grupos, vinculados a movimentos sociais, procuraram se apropriar da tese para tratar de assuntos específicos e localizados. A tese chegou a ser utilizada como subsídio à instauração de uma Comissão Parlamentar de Inquérito – CPI, criada para investigar irregularidades na atuação de uma grande empresa em um município. Este uso desencadeou na firma de consultoria e na empresa uma série de preocupações, que decorreram em debates jurídicos e despertaram maior interesse dos empresários pelo trabalho. É curioso observar como o interesse dos empresários na tese foi despertado por seu uso pelo movimento social.

O acontecimento não provocou grandes repercussões, tampouco complicações à continuidade de minhas atividades profissionais. Ainda assim, durante um curto período de tempo, a possibilidade de ser convocada a posicionar-me diante das denúncias levou-me ao exame dos termos judicantes em que a ameaça se instaurou, à conversa com advogados e à consulta aos códigos de ética das associações antropológicas.

Esses tipos de efeitos não são incomuns e podem ser observados em inúmeros relatos,¹⁹ especialmente nos casos em que se estudam grupos com acesso e interesse nos resultados das pesquisas. Nestes contextos, a reação dos interlocutores produz um desconforto, ao exibir a dificuldade que temos para encontrar

19 Cf. Brettel, 1993.

métodos contra-hegemônicos de estudar o poder, em que nossas análises não se tornem reféns dos constrangimentos dos campos em que elas se inscrevem.

Se voltarmos à cena descrita no prólogo desse artigo, poderemos agora entender o quanto aquele desconforto pode ser revelador de nossas práticas como antropólogos. Procurei demonstrar aqui como certos pressupostos éticos, morais, ou mesmo estéticos podem camuflar aspectos mal solucionados de nossa própria “etnograficabilidade”, como: o nosso inconsciente “elitismo antropológico”; certo temor de nos reconhecermos naqueles cujas práticas estudamos; e a dificuldade que temos em submetemo-nos ao escrutínio crítico de nossos “informantes”.

Referências

- BOLTANSKI, Luc; CHIAPELLO, Eve. *O novo espírito do capitalismo*. São Paulo: Martins Fontes, 2009.
- BRETTEL, Caroline (ed.). *When They Read What We Write: The Politics of Ethnography*. Westport: Bergin & Garvey, 1993.
- BRONZ, Deborah. *Empreendimentos e empreendedores: formas de gestão, classificações e conflitos a partir do licenciamento ambiental*. Brasil, século XXI. Rio de Janeiro, 2011. Tese (Doutorado em Antropologia Social) – Programa de Pós-graduação em Antropologia Social, Museu Nacional, Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2011.
- COHEN, Abner. *The Politics of Elite Culture. Explorations in the Dramaturgy of Power in a Modern African Society*. Berkeley: University of California Press, 1981.
- FOUCAULT, Michel. Subject and Power. In: DREYFUS, Hurbert; RABINOW, Paul. *Michel Foucault: Beyond Structuralism and Hermeneutics*. Chicago: The University of Chicago Press, 1983. p. 208–226.
- GOFFMAN, Erving. *Strategic Interaction*. Filadélfia: University of Pennsylvania Press, 1969.
- HARPER, Ian; JIMÉNEZ, Alberto Corsín. Towards Interactive Professional Ethics. *Anthropology Today*, v. 21, n. 6, p. 10–12, 2005.
- NADER, Laura. Up the Anthropologist: Perspectives Gained from Studying Up. In: HYMES, D. (ed.). *Reinventing Anthropology*. Nova York: Random House, 1972.
- MOSSE, David. *Cultivating Development. An ethnography of Aid Policy and Practice*. Londres/Nova York: Pluto Press, 2005.
- _____. Ethics and Development Ethnography. A Response to Sridhar, AT21[6]. *Anthropology Today*, v. 22, n. 3, p. 23–24, 2006.

- OLIVEIRA FILHO, João Pacheco de. Pluralizando tradições entográficas. Sobre um certo mal-estar na antropologia. In: LANGDON, Esther Jean; GARNELO, Luíza (org.). *Saúde dos povos indígenas: reflexões sobre antropologia participativa*. Rio de Janeiro: Contra Capa, 2004. p. 9–34.
- ROVERE, Emilio Lebre La. Requisitos para inserção da dimensão ambiental no planejamento do setor elétrico. In: _____. *Estado, energia elétrica e meio ambiente*. Rio de Janeiro: UFRJ/Coppe/ PPGAS, 1995.
- SIGAUD, Lygia. O efeito das tecnologias sobre as comunidades rurais. In: MACIEL, Tania (org.). *O ambiente inteiro: a contribuição crítica da universidade à questão ambiental*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1992.
- SIGAUD, Lygia. “Efeitos Sociais de Grandes Projetos Hidroelétricos. As Barragens de Sobradinho e Machadinho”. Comunicação n° 9. Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social/ Museu Nacional/Universidade Federal do Rio de Janeiro, 1986.
- SHORE, Cris. Introduction: towards an anthropology of elites. In: _____. NUGENT, S. (org.). *Elite Cultures. Anthropological perspectives*. Londres/Nova York: Routledge, 2002. p. 1–21.
- SRIDHAR, Devi. Ethics and Development. Some concerns with David Mosse’s Cultivating Development. *Anthropology Today*, v. 21, n. 6, p. 17–19, 2005.
- STIRRAT, Roderick. Ethics and Development. A response to Devi Sridhar in this issue. *Anthropology Today*, v. 21, n. 6, p. 19, 2005.
- WEBER, Max. *A ética protestante e o espírito do capitalismo*. São Paulo: Martin Claret, 2007.

Trabalhar e investigar enquanto antropóloga na administração pública: breves considerações ético-metodológicas

Margarida da Silva

O reconhecimento da reflexividade como uma dimensão integrante e necessária da *praxis* antropológica tem sido transversal aos vários campos de estudo dentro da disciplina, não obstante a diversidade de abordagens, linhas teóricas e “terrenos” ao longo da sua história e epistemologia.

Um dos objetos desta espécie de *gestalt* dos processos inerentes à construção de significados e produção de conhecimento orientados por pressupostos antropológicos/etnográficos é o lugar do investigador nos contextos que procura compreender: ele é simultaneamente sujeito observador, participante, que interage, interpreta, analisa e produz novos significados e representações (antropológicas) sobre a realidade cultural de grupos sócio-históricos – e sujeito observado, construído, representado, cuja ação e conhecimento produzido são motivadores/objetos de estratégias e ações diversas pelos atores desses mesmos grupos, e não só (Teixeira e Souza Lima, 2010; Silva, Sacramento e Portela, 2011).

Não sendo esta uma ideia nova, ela é frequentemente mencionada, reinterpretada e reformulada na produção teórica antropológica em geral, tendo um lugar privilegiado em contextos etnográficos denominados “de elite” em que existe, desde o início, um reconhecimento mútuo de um posicionamento social equivalente ou desvantajoso do etnógrafo perante o grupo em estudo, no que respeita ao conhecimento, domínio e controlo de certos capitais culturais, simbólicos, económicos, políticos etc., bem como as respetivas condicionantes de acesso a determinados recursos (Oliveira, 2009; Teixeira e Souza Lima, 2010; Bourdieu, 2010). Os processos de negociação de papéis e estabelecimento da relação de transparência e confiança tão necessária ao trabalho etnográfico assumem então características muito particulares, condicionando as estratégias metodológicas adotadas.

A área de estudo das políticas públicas, bem como da chamada *intervenção social*,¹ é caracterizada por tais contextos, e a compreensão e contextualização

1 A introdução do conceito de intervenção social é feito com base no trabalho de Telmo

das suas retóricas culturais e filosóficas, dos seus discursos, metáforas, ideologias, apropriações e usos (Wedel *et al.*, 2005) vem sendo continuamente buscada por muitos investigadores e ativistas.

Essa compreensão é tão mais importante quanto, para além do universo científico-acadêmico, fomenta um olhar crítico sobre as formas de organização e ação do Estado – produtor de discursos e veículo para a regulação² de inúmeras dimensões do quotidiano e ação dos sujeitos nas sociedades contemporâneas (Wedel *et al.*, 2005) –, e combate a reificação de discursos dominantes (Baumann, 1996), processos de governança e dinâmicas de poder as eles inerentes.

O antropólogo na administração pública: diferentes formas de saber no trabalho social

Uma das áreas de ação do Estado é a promoção e gestão de apoios sociais e formas de intervenção social que visam fomentar a capacitação e autonomização socioeconômica de cidadãos cujos recursos não permitem o acesso ao que são consideradas as condições mínimas para se viver com dignidade.

As instituições que gerem o acesso a serviços do Estado, sejam ou não diretamente dependentes deste, posicionam os seus funcionários em papéis, funções e posições específicas da sua orgânica hierárquica. Como consequência, o grau de conhecimento e envolvimento com os utilizadores desses serviços depende, por um lado, da posição do funcionário em termos da proximidade com os últimos (*front-office*), e, por outro, do seu lugar na hierarquia organizacional (tem algum poder de avaliação e decisão sobre a utilização do serviço/acesso a determinado benefício).

Caria, cuja reflexão sobre a intervenção social começa por encará-la como “um trabalho que, socialmente, se espera que seja qualificado o suficiente para ser capaz de lidar com a heterogeneidade de condições e culturas que caracterizam os grupos e territórios que são excluídos – ou estão em risco de ser excluídos – dos principais processos de desenvolvimento e crescimento socioeconômico produtores de maior riqueza social” (Caria *apud* Silva, Sacramento e Portela, 2011:271–272).

- 2 Os trabalhos de Michel Foucault (Foucault, 1999; 2002) sobre a construção de lógicas e estratégias de regulação do poder, normatização, vigilância e controlo das práticas dos sujeitos pelos organismos do Estado são fundamentais para compreender estes contextos.

Em organizações que gerem o acesso a serviços e apoios sociais como a habitação social, são comumente chamados de “técnicos” os funcionários (cuja formação é maioritariamente baseada nas Ciências Sociais e Humanas – CSH) responsáveis pelas várias tarefas conducentes à concessão/cessação do apoio: contacto regular com os candidatos; conhecimento mais ou menos aprofundado da sua realidade socioeconómica e familiar; avaliação dessa realidade mediante os critérios e parâmetros designados pela instituição e pelas leis que a regulam; elaboração de um parecer e sua comunicação ao funcionário imediatamente superior na hierarquia; executar da decisão superior e comunicá-la ao utente.

Neste universo de trabalhadores sociais, o *saber teórico* das CSH é frequentemente utilizado na compreensão das relações dentro das organizações e com os beneficiários, bem como na construção de estratégias de modulação dessas mesmas relações (Grillo, 1980: 74). Não é, contudo, a única forma de saber em jogo nestes processos: o *saber prático-experiencial* “também é capaz de gerar competências reflexivas para, em contexto e em situação, se saber como fazer a seguir (competência processual que gera e adapta rotinas), como categorizar o que ocorre (competência normativa que gera consensos na interação), e como ajuizar o que não é esperado que aconteça (competência comunicacional que compara e improvisa rotinas e consensos na interação)” (Caria *apud* Silva, Sacramento e Portela, 2011:277).

A reflexão de Telmo Caria sobre os vários tipos de saber envolvidos na prática dos profissionais da intervenção social no chamado terceiro sector e a sua relação com a autonomia profissional, bem como a sua proposta de recorrer às etnografias profissionais como estratégia central para a investigação nesta área, são relevantes também para pensar o lugar do antropólogo enquanto profissional em tais meios, pois introduz importantes dimensões na análise – como as relações de poder – e defende a compreensão destas questões “do ponto de vista daqueles que a tornam uma atividade quotidiana” (Caria *apud* Silva, Sacramento e Portela, 2011:296).

Os questionamentos surgidos no contexto da minha prática profissional enquanto antropóloga/técnica/trabalhadora social no âmbito da gestão da habitação social numa instituição pública do Estado Português, relativos ao meu trabalho quotidiano e interação com os diversos atores intervenientes dentro e fora da organização, estão intimamente ligados às questões anteriormente referidas, e motivaram a escolha de um objeto de estudo teórico no âmbito da investigação de mestrado.

Assim, tendo como base a minha experiência (em curso) como técnica e investigadora no âmbito da habitação social em Portugal, este texto pretende

lançar algumas linhas de reflexão sobre os desafios ético-metodológicos da investigação etnográfica no próprio contexto profissional – extra-acadêmico – do antropólogo na condição de investigador.

Contexto sociopolítico da investigação

Portugal atravessa atualmente um período política e socioeconomicamente delicado, caracterizado, por exemplo, por negociações constantes dos vários grupos sociais no que respeita ao acesso a recursos e capitais de vária ordem, bem como por reestruturações diversas no nível das políticas orçamentais e dos serviços do Estado (entre outros). A discussão política, pública e mediática tem assentado particularmente sobre a sustentabilidade e viabilidade do modelo de funcionamento do Estado Social vigente: o questionamento da gestão e prestação de serviços na área da saúde, da previdência social e dos apoios sociais – de que são exemplo o Rendimento Social de Inserção³ (apoio pecuniário) e a habitação social –, e o papel dos prestadores de serviços públicos dentro e fora do próprio Estado.

Estas dinâmicas de comparação e valoração diferenciada de perfis de trabalho, produção e consumo verificam-se transversalmente das esferas governativas às instituições públicas, colocando o Estado os seus próprios agentes sob escrutínio relativamente ao seu desempenho.

Definindo o objeto de estudo e construindo a abordagem metodológica: considerações ético-profissionais

Do quotidiano profissional dos trabalhadores sociais fazem parte uma série de práticas que envolvem interação social, produção e troca de significados entre os sujeitos – processos estes complexos e orientados (em parte) pela “lente” das representações sociais dos vários indivíduos sobre a realidade em que estão inseridos.

- 3 Apoio social do Estado Português constituído pela celebração de um Contrato de *Inserção*, do qual consta um conjunto de tarefas/objetivos a serem realizadas pelo beneficiário, com vista à sua integração socioprofissional, associado a uma prestação em dinheiro para satisfação das suas necessidades básicas (cf. http://www4.seg-social.pt/documents/10152/15010/rendimento_social_insercao).

As representações sociais dos técnicos sobre os múltiplos aspectos da realidade deste processo de avaliação de mediação da concessão dos apoios sociais do Estado têm um papel preponderante nas suas práticas culturais/organizacionais.⁴

Considere, assim, para análise, três *clusters* de representações principais que correspondem a focos de percepção distintos: categorias sociais de representação (conceitos transversais aos vários universos de interação social dos técnicos); representações sobre as práticas dos utilizadores, e representações sobre os procedimentos/serviços/funcionamento das instituições/desenvolvimento das políticas públicas.

No contexto de interações sociais que envolve a negociação do acesso a serviços específicos como a habitação social, os diversos atores (coletivos e singulares) têm recursos e capitais distintos. Por um lado, as instituições públicas detêm o controlo deste produto (apoio social) e determinam o acesso ao mesmo pelos restantes cidadãos, ou seja, existe, à partida, uma relação de poder desigual relativamente ao seu consumo.⁵ Por outro, dentro das próprias instituições públicas ocorrem vários processos de negociação entre sujeitos envolvidos com diferentes graus de poder de decisão e de contacto com os beneficiários na gestão do apoio.

Está, assim, em jogo, uma miríade de valores, capitais e práticas, e, durante esse processo, possuir os recursos para o controlo dos meios de produção e do acesso ao consumo dos serviços é um fator fundamental.

Quando se investiga o próprio contexto profissional, a construção de estratégias e ferramentas metodológicas – bem como o acesso ao universo dos sujeitos cujas representações se pretende compreender de um ponto de vista teórico/antropológico (diferentemente de uma abordagem “profissional”/não teórica) e cuja colaboração permite a recolha de dados para análise – assume nuances muito particulares.

Uma das primeiras decisões em nível metodológico foi reduzir ao máximo a pesquisa no meu próprio meio profissional, utilizando-o como “terreno

4 Compreendo as representações sociais no sentido a estas atribuído por Hall (1997), a saber, como formas por meio das quais os seres humanos organizam conceptual e culturalmente as suas emoções, percepções, experiências e práticas.

5 Paralelamente ao trabalho de Stuart Hall (1997) sobre representações sociais, também os conceitos de agencialidade, distinção de classe e *habitus* desenvolvidos por Pierre Bourdieu (2010) constituem ferramentas analíticas importantes no estudo das categorias representativas dos sujeitos sobre a realidade, bem como da sua respetiva valoração positiva ou negativa.

exploratório” na recolha e descrição de comportamentos, interações sociais, discursos e categorias representacionais dos técnicos (e respetiva valoração).

Esta escolha reflete uma das condicionantes éticas deste tipo de pesquisa: o facto de trabalhar num contexto institucional proporciona-me, à partida e enquanto investigadora, um acesso privilegiado aos atores sociais em estudo (meus pares profissionais), bem como a um entendimento mais aprofundado, de um ponto de vista *emic*, das dinâmicas interacionais e linguagens institucionais mais próximo (à partida). Paradoxalmente, esse acesso privilegiado significa que existe uma grande probabilidade de as representações apriorísticas dos meus interlocutores sobre a minha presença como investigadora serem associadas à minha presença enquanto técnica e colega de trabalho, nalguns casos até amiga pessoal. Existe, assim, um grande risco de confusão de papéis que não só complexifica a recolha dos discursos de sujeitos familiarizados com os meus próprios posicionamentos ético-morais (cuja reflexividade provém da formação teórica/académica) como trabalhadora social e exige uma gestão das suas expectativas relativamente à investigação, como seria potencialmente prejudicial em termos das relações e interações profissionais quotidianas posteriores.

Existem ainda outras potencialidades negativas resultantes da inserção profissional no próprio meio que se investiga: o risco de naturalização e reificação dos conceitos utilizados e a “contaminação” da condução das entrevistas e posterior interpretação dos discursos dos sujeitos pelas representações do próprio pesquisador são alguns deles.

Assim, como forma de minimizar este risco, a realização de entrevistas semi-diretivas (cujo objetivo é compreender a reflexão que é feita pelos técnicos fora do contexto profissional sobre a diversidade sociocultural com que interagem – suas representações e categorizações discursivas) é limitada a técnicos que trabalham na gestão da habitação social com os quais não possuo qualquer relação profissional frequente ou relevante. Para além disso, as entrevistas são conduzidas num ambiente informal e separado do contexto profissional, embora não omita aos meus interlocutores a minha paralela condição de trabalhadora social na área, e procure explicar o mais claramente possível os objetivos da investigação, assumindo desde o início um compromisso de confidencialidade e privacidade de certas dimensões da identidade pessoal e profissional dos sujeitos. A experiência direta ou indireta de alguns dos atores em termos de investigação académica tem-se revelado um facilitador à sua abordagem, contudo coloca também desafios em termos da gestão das suas expectativas relativamente ao conhecimento produzido.

Mesmo a construção e aplicação de ferramentas de índole mais quantitativa, como um inquérito de caracterização socioantropológica, exige reflexividade

e uma consciencialização das relações de poder inerentes às dinâmicas hierárquicas institucionais que, dependendo dos casos, podem funcionar como facilitadoras ou obstáculos para o acesso dos técnicos. Num momento histórico em que se verifica uma grande tensão entre os profissionais da administração pública e em que estão a ser aplicados diversos programas de rescisão de contratos de trabalho, a adoção de estratégias de proteção dos interlocutores toma uma dimensão ainda mais importante. A introdução das dimensões de análise, a escolha do tipo de questões a colocar (aberta ou fechada) e respectivas opções de resposta devem ser feitas de forma a que o instrumento seja o mais “neutro” e objetivo possível, ou seja, que não sejam os seus propósitos teóricos confundidos com propósitos políticos, minimizando assim a potencial resistência à sua aplicação, e garantindo o anonimato dos respondentes. Relativamente a este instrumento em particular, tanto as minhas redes profissionais quanto pessoais têm possibilitado o acesso a um número significativo de atores sociais, privilegiando-se uma abordagem informal aos mesmos, sempre que possível, e assegurando disponibilidade para futuro acesso à interpretação estatística dos dados e ao produto científico final.

Considerações éticas referentes ao conhecimento produzido

Como tem sido referido ao longo do texto, a investigação antropológica em contextos altamente politizados em que o/a antropólogo/a está profissionalmente inserido/a é indissociável de uma constante prática reflexiva.

A produção de conhecimento, sua representação e apropriação por sujeitos dentro e fora da academia assumem contornos particulares sobre os quais importa também pensar.

Em primeiro lugar, a possibilidade de discussão de determinados aspectos da pesquisa e a troca de informação com os interlocutores enriquece a análise das suas representações e potencia um conhecimento antropológico teórico mais aprofundado das mundividências e interações sociais humanas nestes contextos culturais específicos.

Por outro lado, numa vertente antropológica mais comprometida com as práticas de governança levadas a cabo no universo da administração pública, o fato de possibilitar aos trabalhadores sociais expressarem as suas representações introduz, na análise e discussão sobre as suas práticas, outras dimensões do pensamento e abordagem profissional destes sujeitos, dando-lhes voz, valorizando o seu trabalho e realçando a complexidade da sua função. É, contudo, necessário

estar ciente das diferenças de interpretação e análise conceptual interdisciplinares, uma vez que o conhecimento produzido será ele próprio sujeito à análise, interpretação e até validação pelos próprios sujeitos nela participantes, bem como pelos demais atores destes contextos profissionais. A reflexividade, transparência e clareza são, assim, pilares fundamentais no ciclo de construção do saber antropológico.

Na mesma linha de raciocínio, a recolha de dimensões e preocupações relativas às práticas profissionais expressas pelos técnicos pode ser utilizada na construção de ferramentas e instrumentos de reflexão para os próprios sujeitos e respectivas instituições – potenciando, desta forma, a participação dos trabalhadores sociais na discussão e elaboração de estratégias de gestão dos seus universos profissionais e sua contribuição para uma reflexão sobre a administração dos serviços públicos mais sustentada.

Neste processo de negociação entre fontes diversas de saber, a antropologia, na condição de disciplina simultaneamente teórica e comprometida com a prática profissional extra-académica, tem, nestes contextos, a oportunidade de ganhar espaço enquanto produtor de conhecimento tecnicamente reconhecido, consolidando o seu lugar em contextos profissionais multidisciplinares.

A produção desse conhecimento enquanto processo dinâmico, reflexivo e participado, tem a potencialidade de contribuir para uma cidadania mais ativa e consciente: promove uma discussão e consciencialização das várias dimensões e relações sociais em jogo no acesso a recursos e serviços e no que diz respeito aos processos de governança, construção e aplicação de políticas públicas. Finalmente, pode potenciar uma maior democratização não apenas da construção e desenvolvimento dos serviços do próprio Estado, mas também da relação deste com os restantes atores e grupos sociais.

Referências

- BAUMANN, Gerd. *Contesting Culture: Discourses of Identity in Multi-ethnic London*. Cambridge: Cambridge University Press, 1996.
- BOURDIEU, Pierre. *A distinção. Uma crítica social da faculdade do juízo*. Lisboa: Edições 70, 2010.
- FOUCAULT, Michel. *Vigiar e punir*. Petrópolis: Vozes, 1999.
- _____. Governmentality. In: FAUBION, James D. (ed.). *Power: Essential Works of Foucault (1954–1984)*. Londres: Penguin Books, 2002. V. 3.
- GRILLO, Ralph. *The Family in Question: Immigrant and Ethnic Minorities in Multicultural Europe*. Amsterdã: Amsterdam University Press, 2008.
- _____. Social Workers and Immigrants in Lyon, France. In: _____. (ed.). *“Nation” and “State” in Europe: Anthropological Perspectives*. Londres: Academic Press, 1980.
- _____; PRATT, Jeff. *The Politics of Recognizing Difference: Multiculturalism Italian-style*. Hampshire: Ashgate, 2002.
- HALL, Stuart. *Representation: Cultural Representations and Signifying Practices*. Londres: Open University, 1997.
- _____. The West and the Rest: Discourse and Power. In: _____ et al. (ed.). *Modernity: An Introduction to Modern Societies*. Oxford: Blackwell, 1996.
- OLIVEIRA, João Pacheco. Pluralizando tradições etnográficas: sobre um certo mal-estar na Antropologia. *Cadernos do LEME*, Campina Grande, v. 1, n. 1, p. 2–27, jan./jul. 2009.
- SILVA, P. G.; SACRAMENTO, O.; PORTELA, J. (coord.) *Etnografia e intervenção social: por uma praxis reflexiva*. Lisboa: Colibri, 2011.
- SZYMANSKY, Heloísa; YUNES, Maria Angela Mattar. *Crenças de trabalhadores sociais sobre famílias pobres e suas possibilidades de resiliência*, s.n.t. Disponível em: <http://www.abmp.org.br/textos/31.htm>. Acesso em: 17 jun. 2011.
- TEIXEIRA, C.; SOUZA LIMA, A. C. Antropologia da Administração e da Governança no Brasil: área temática ou ponto de dispersão? In: MARTINS, C.; DUARTE, L. F. *Horizontes das Ciências Sociais no Brasil*. Antropologia. São Paulo: Anpocs, 2010. p. 51–96.
- WEDEL, Janine R. et al. Toward an Anthropology of Public Policy. In: ANNALS OF THE AMERICAN ACADEMY OF POLITICAL AND SOCIAL SCIENCE. Thousand Oaks, CA.: Sage Publications/American Academy of Political and Social Science, 2005. V. 600 (The Use and Usefulness of the Social Sciences: Achievements, Disappointments and Promise), p. 30–51.

Sobre os autores

Adriana Vianna

Professora do Departamento de Antropologia do Museu Nacional, Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Doutora em antropologia social pelo PPGAS/MN/UFRJ (2002); pesquisadora do Laced/DA/MN/UFRJ. Desenvolve pesquisas em antropologia do Estado, antropologia do direito, das moralidades e emoções; trabalhando sobretudo com as temáticas de violência, família e gênero.

Ana Lucia Enne

Professora Adjunto IV do Departamento de Estudos Culturais e Mídia e da Pós-graduação em Cultura e Territorialidades (PPCULT) da Universidade Federal Fluminense (UFF). Doutora em antropologia social pelo PPGAS/MN/UFRJ (2002); membro do LACED/DA/MN/UFRJ; coordenadora do Laboratório de Mídia e Identidade (LAMI) e do Grupo de Estudos sobre Comunicação, Cultura e Sociedade (Grecos). Desenvolve pesquisa em torno das temáticas de cultura, práticas midiáticas, memória, identidade, consumo, juventude e representação.

Carla Costa Teixeira

Professora Associada 2 do Departamento de Antropologia da Universidade de Brasília. Doutora em antropologia social pelo PPGAS/UnB (1997) e licenciada em História pela PUC/RJ (1984), tem experiência de pesquisa em Antropologia da Política e da Saúde, atuando principalmente nos seguintes temas: etnografia da vida política e das instituições, políticas públicas de saúde e de saneamento para os povos indígenas. É líder do Grupo de Pesquisa Antropologia Política da Saúde cadastrado no Diretório do CNPq.

Deborah Bronz

Pós-doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, do Museu Nacional, da UFRJ - PPGAS/MN/UFRJ e pesquisadora do Laboratório de Pesquisas em Etnicidade, Cultura e Desenvolvimento – Laced/DA/MN/UFRJ. Desenvolve pesquisa em antropologia do Estado, do Desenvolvimento e das elites, com ênfase no estudo das práticas empresariais associadas à implementação de grandes projetos industriais no Brasil.

Letícia Carvalho de Mesquita Ferreira

Professora adjunta da Escola de Ciências Sociais/CPDOC, Fundação Getúlio Vargas. Doutora em antropologia social pelo PPGAS/MN/UFRJ (2011); pesquisadora do Laced/DA/MN/UFRJ. Desenvolve pesquisa em antropologia da burocracia, com foco nas práticas estatais.

Margarida da Silva

Licenciada em Antropologia pela Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa; trabalhadora social na área da habitação social gerida pelo Estado Português; estudante de Mestrado na área das Migrações, Interetnicidades e Transnacionalismo na Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da UNL.

María Gabriela Lugones

Professora titular de Antropologia da Política da Universidad Nacional de Córdoba, Argentina. Doutora em Antropologia pelo PPGAS/MN, UFRJ; pesquisadora do Laced/DA/MN/UFRJ. Desenvolve pesquisa sobre minoridades e gestões estatais na Argentina.

Maria Macedo Barroso

Professora do Departamento de Antropologia Cultural e do Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia – PPGSA do Instituto de Filosofia e Ciências Sociais – IFCS da Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ. Doutora em Antropologia (2008) pelo Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social – PPGAS do Museu Nacional – MN da UFRJ e pesquisadora do Laced/DA/MN/UFRJ. Realiza pesquisas na área de antropologia política, cooperação internacional e povos indígenas.

Paula Lacerda

Professora Adjunta de Antropologia do Departamento de Ciências Sociais da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Doutora em Antropologia pelo PPGAS/MN/UFRJ (2012); pesquisadora do Laced/DA/MN/UFRJ. Desenvolve pesquisas sobre mobilização social, gênero, direitos humanos e violência.

Renata Curcio Valente

Chefe do Serviço de Estudos e Pesquisas do Museu do Índio/Funai. Doutora em Antropologia Social pelo PPGAS/MN/UFRJ (2007); pesquisadora do Laced/DA/MN/UFRJ. Desenvolve pesquisa sobre Estados Nacionais, políticas públicas, cooperação para o desenvolvimento e meio ambiente.

Sérgio Ricardo Rodrigues Castilho

Professor Adjunto III do Departamento de Sociologia e Metodologia da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Doutor em Antropologia Social pelo PPGAS/MN/UFRJ (2000). Desenvolve pesquisa nas áreas de antropologia do estado e da política; antropologia e sociologia urbana; pobreza, cultura e desigualdade.

Silvia Aguião

Membro do Laboratório Integrado em Diversidade Sexual e de Gênero, Políticas e Direitos (Lidis/UERJ) e pesquisadora do Laboratório de Pesquisas em Etnicidade, Cultura e Desenvolvimento (LACED/DA/MN/UFRJ). Doutora em ciências sociais pelo Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), mestre em saúde coletiva pelo Instituto de Medicina Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (IMS/UERJ) e graduada em Ciências Sociais pelo Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (IFCH/UERJ). Desenvolve pesquisas envolvendo os temas Sexualidade, Gênero, Políticas e Direitos.



Esta obra foi impressa,
por processo digital,
na cidade de São Paulo pela
psi7 para a *Contra Capa*
em julho de 2014.